



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

NATHALIA BARBOSA ALVES

**ENTRE A CRUZ E A BALA: INFORMAÇÃO, MEMÓRIA E VERDADE DA IGREJA
CATÓLICA NA DITADURA MILITAR BRASILEIRA**

**JOÃO PESSOA, PB
2025**

NATHALIA BARBOSA ALVES

ENTRE A CRUZ E A BALA: INFORMAÇÃO, MEMÓRIA E VERDADE DA IGREJA
CATÓLICA NA DITADURA MILITAR BRASILEIRA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito para obtenção do título de Doutora em Ciência da Informação.

Área de Concentração: Informação, Conhecimento e Sociedade.

Linha de Pesquisa: Memória, Mediação e Apropriação da Informação.

Orientadora: Prof.^a Dra. Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira

JOÃO PESSOA, PB
2025

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

A474e Alves, Nathalia Barbosa.

Entre a cruz e a bala : informação, memória e verdade da igreja católica na ditadura militar brasileira / Nathalia Barbosa Alves. - João Pessoa, 2025.

288 f. : il.

Orientação: Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira.

Tese (Doutorado) - UFPB/CCSA.

1. Ditadura militar brasileira. 2. Igreja católica. 3. Memória. 4. Comissão nacional da verdade. 5. Informação. I. Oliveira, Bernardina Maria Juvenal Freire de. II. Título.

UFPB/BC

CDU 321.6(81)(043)


NATHALIA BARBOSA ALVES

ENTRE A CRUZ E A BALA: INFORMAÇÃO, MEMÓRIA E VERDADE DA IGREJA NA
DITADURA MILITAR BRASILEIRA


Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito para obtenção do título de Doutora em Ciência da Informação.

João Pessoa, 27 de março de 2025.


BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **BERNARDINA MARIA JUVENAL FREIRE DE OLIVEIRA**
Data: 06/04/2025 09:48:21-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


Prof.^a Dra. Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira
(Orientadora/PPGCI UFPB)

Documento assinado digitalmente
 **IZABEL FRANCA DE LIMA**
Data: 11/04/2025 21:34:30-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


Prof.^a Dra. Izabel França de Lima
(Membro Interno/PPGCI UFPB)

Documento assinado digitalmente
 **GISELE ROCHA CORTES**
Data: 12/04/2025 09:22:52-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


Prof.^a Dra. Gisele Rocha Cortez
(Membro Interno/PPGCI UFPB)

Documento assinado digitalmente
 **DENISE BRAGA SAMPAIO**
Data: 11/04/2025 20:25:52-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dra. Denise Braga Sampaio
(Membro Externo/UFBA)

Documento assinado digitalmente
 **MARIA DE NAZARE TAVARES ZENAIDE**
Data: 13/04/2025 07:32:21-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dra. Maria De Nazaré Tavares Zenaide
(Membro Externo/Instituto dos Direitos Humanos - IDH)

Documento assinado digitalmente
 **MANUELA EUGENIO MAIA**
Data: 12/04/2025 17:50:31-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dra. Manuela Eugênio Maia
(Suplente/Universidade Estadual da Paraíba - UEPB)

JOÃO PESSOA, PB

2025

À minha vó, Raimunda Barbosa Alves, por ser meu amor maior e minha fonte de inspiração inesgotável;

À minha mãe, Nadia Maria Barbosa Alves, por ser meu exemplo de mulher de força e coragem;

Às vítimas da Ditadura Militar brasileira, que foram ontem silenciadas, às vezes hoje esquecidas, e para que amanhã sejam lembradas, dedico esta tese!

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, por ser meu refúgio e fortaleza, por nunca ter me faltado, sendo meu alicerce em cada passo que ousei dar neste Doutorado. Deus te agradeço por cuidar de mim, por nunca ter me deixado estar só, por sempre ouvir o meu clamor, por ser o guia das minhas decisões, por renovar a minha fé, em cada um desses dias, por me dar forças, destacar a minha coragem, em sempre seguir em frente.

À Universidade Federal da Paraíba, por todo o apoio e credibilidade em mim depositados para a realização do sonho de cursar o Doutorado, em uma universidade fora do meu Estado, te agradeço imensamente UFPB, pelo caminho trilhado. Em especial ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, pelo acolhimento, trocas de saberes com professores extremamente competentes, verdadeiros mestres do saber, com os quais tive a honra de partilhar momentos incríveis de conhecimentos.

À minha orientadora, professora Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira, palavras me faltam para agradecer por tudo que fez por mim nesses anos, antes mesmo de entrar no Doutorado, eu já tinha o sonho de ser sua orientanda, dessa temática sensível com você, então hoje eu te agradeço por não ter largado a minha mão, em momento nenhum, por ser meu espelho de profissional, de ser humano, que está sempre disposta a ajudar aos outros. Te agradeço por todas as orientações profícuas que tivemos, por seu lado sempre acolhedor, de palavra amiga, por ser uma mulher de força e coragem que inspira. Te agradeço por me fazer sentir pertencente de algo tão grandioso que é a universidade. Com a senhora tive lições que levo para a vida, obrigada por ter me ensinado que escrever é antes de qualquer coisa, algo que te faz feliz, que te motiva, a contar histórias, com a maior das alegrias, mesmo em momentos de tristeza. Sou apenas grata à senhora, professora, que em seu caminho só exista bênçãos e Deus por todos os dias.

À banca examinadora, composta pelas professoras Dra. Izabel França de Lima, Dra. Gisele Rocha Cortez, Dra. Denise Braga Sampaio, Dra. Maria De Nazaré Tavares Zenaide, Dra. Manuela Eugênio Maia, Gracy Kelli Martins Gonçalves, que honra tenho eu, em partilhar desse momento com vocês, grata por terem aceito o convite em compor a banca, agradeço por todas as contribuições para que houvesse o melhor desenvolvimento possível desta tese, pelas falas sensíveis no acolhimento do texto de forma tão cuidadosa, sempre me incentivando a continuar e a trilhar esse caminho de maneira mais magnânima possível.

À minha avó, Raimunda Barbosa Alves, à quem eu depositei o maior amor que sinto, obrigada por ser essa mulher que me inspirou a vida inteira, por ser meu maior tesouro, por ser

aquela que nem o infortúnio do *Alzheimer* conseguiu destruir as memórias que temos juntas, obrigada por sempre estar ali com suas pinturas, enquanto eu escrevia essa tese, por ser minha melhor amiga, e estar ao meu lado, nos momentos mais solitários de escrita. Palavras nunca serão suficientes e expressarão o meu amor por você.

À minha mãe, Nádia Maria Barbosa Alves, te agradeço por ter me ensinado a nunca desistir dos estudos, a sempre priorizá-los como a melhor forma de viver essa vida. Te agradeço por ser essa mulher forte e guerreira que me criou sozinha, me ensinando o verdadeiro valor da luta, do trabalho, do amor e da família. Te amo mãe.

Ao meu avô, Francisco Alves de Araújo Sobrinho, por ter sido o homem que esteve comigo desde os meus primeiros passos, sendo meu incentivador.

Às minhas tias, Ana Vladia Barbosa Alves, Francisca Nadir Barbosa Alves, Maria Eronilza Oliveira Alves, por toda a ajuda, carinho e zelo em todos os momentos da minha vida até aqui.

Aos meus tios, Fábio Barbosa Alves, Flávio Henrique Barbosa Alves e Joaquim Noronha de Lima, por toda a dedicação e ajuda durante essa caminhada.

Às minhas primas, Eduarda Alves de Melo, Mayra Alves, por serem lembrança de assistência, diversão e carinho.

À minha prima Ana Raquel Araújo Alves (*In memoriam*), você nos deixou durante os momentos finais de escrita dessa tese, de uma forma tão inexplicável e precoce, te agradeço por sempre me inspirar dizendo que estava sempre torcendo por mim, por seu amor aos estudos, te levo na memória do coração.

Ao meu amado e saudoso tio Manuel Alves Araújo (*In memoriam*), sei que do céu está feliz por estar me vendo concluir o Doutorado, te agradeço por ter sido a nossa alegria nos dias ruins.

Ao meu pai, Jonas César Alves (*In memoriam*), por ter me ensinado tantas coisas, mas a maior delas, com certeza foi a nunca desistir, sempre tentar, mesmo quando nada está bom, a vida sempre tem um jeito de nos ensinar a melhorar.

Agradeço às minhas filhas Python e Pip por sempre estarem comigo, desde a aprovação no Doutorado, eu nunca estive só, agradeço por serem fiéis, companheiras nos dias de escrita, e sempre me trazerem felicidade, afago e carinho, sendo as melhores amigas que alguém nessa vida pode ter, meu amor por vocês é imensurável demais. Também agradeço ao meu grupo felino composto por: Rony, Hermione, Pantera, Zeromeia, Chica, por serem sinônimos de alegrias e peripécias durante meu dia pela casa e ao Ayron meu cachorro por tabela.

A Nayeli Feitosa, minha ruiva, obrigada por tantos e longos anos de amizade, você se tornou uma pessoa fundamental em minha vida, sou tão grata pelas nossas partilhas, anseios, sonhos, saiba que sou profundamente feliz em tê-la comigo, você é luz em meu caminho Nay, obrigada por nunca ter desistido de mim, por ter acreditado no meu potencial, até em todas as vezes que duvidei. Sou só gratidão a você.

Ao Felipe Ribeiro Lopes, amigo, como sou uma pessoa afortunada em poder ter sua amizade e torcida, gratidão por ser você a pessoa que me alegra, quando estou triste, por ser esse parceiro que sempre me ajuda, pessoa extremamente inteligente, de coração gigante, obrigada por tanto, durante todo esse tempo.

Ao Antônio Francisco Santos Costa (*In memoriam*) amigo como eu queria que você estivesse nesse momento comemorando conosco essa conquista do Doutorado, jamais esquecerei de seu sorriso e incentivo dados a mim, sempre, que ouvia o meu nome envolvido em algo, sei que aí de cima, continua vibrando e torcendo por nós, todos os dias.

Agradeço ao Yuri Gerardo Barbosa, por ser esse companheiro de vida, que ganhei na infância, gratidão por todas as vezes que precisei de você para me ajudar com os perrengues do Doutorado, das cachorras, sou extremamente grata por todo o amor fraterno e carinho que sentimos um pelo outro. Você é meu parceiro, um irmão que Deus me deu, por ser filha única, obrigada por tudo amigo.

Á Henayleh Coelho, sua amizade é preciosa demais para mim, por isso te agradeço, por ser meu apoio incondicional, sempre vibrando em cada uma de minhas conquistas na vida profissional, no Doutorado, obrigada por estar presente nos momentos que mais precisei, gratidão pelo seu amor, zelo, e carinho para comigo.

Agradeço a pesquisadora incrível, amiga que me inspira, e me ajuda sempre, Karina Ceci de Sousa Holmes, obrigada pela amizade sincera, pelo cuidado, e inspiração por todos os dias, desde o primeiro. Você é meu exemplo de força, coragem e determinação, quero você na minha vida sempre, amiga.

Á Júccia Nathielle do Nascimento Oliveira, amiga, não sei se sabe, mas você foi a pessoa que mais me ajudou no começo do Doutorado, a quem devo minha eterna gratidão. A gente nem se conhecia pessoalmente, mas você sempre se mostrou disposta a me ouvir, acolher e ajudar, obrigada por tanto.

À Mayara Lins, pela amizade incomparável, que nem o tempo apagou, nem a distância levou, te agradeço pelos incontáveis momentos e pela torcida de sempre.

A Elinildo Marinho, amigo querido, a qual eu tenho muito orgulho de ter por perto, te agradeço por sempre se fazer presente, mesmo longe, pela amizade sincera.

Ao meu grupo de cozinhas, composto por Marcela Lino, agradeço por sua amizade genuína, que Pernambuco me agradeceu, gratidão por sempre me acolher com carinho, por ouvir meus áudios de vinte minutos, por ter sonhando junto a mim, em cursar o Doutorado, te agradeço imensamente por ainda estar aqui; e por Denise Braga, meu ícone na Ciência da Informação e na vida, obrigada por me inspirar, por sempre estar disposta a me ajudar, a ouvir, a sorrir e chorar comigo, gratidão por seu auxílio e por me motivar com o coração sempre. Marcela e Denise guardo vocês não somente no coração, bem como nas urnas de minha memória.

Ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Cultura, Informação, Memória e Patrimônio (GECIMP) por me proporcionar momentos de muito aprendizado, e partilha com pessoas de um conhecimento ímpar, registro aqui minha gratidão por todos esses anos de trocas.

À Stefane Antonia de Souza, obrigada por ser o meu amor, a minha oração que se personificou, te agradeço pelos cafés feitos durante as madrugadas que estive acordada, por me lembrar de comer, por me lembrar de cuidar de mim, quando estive produzindo esse texto. Gratidão pela companhia, por ser sua escolha de cuidado, por seu tratamento inigualável, por ser a presidente do meu fã clube, por me incentivar tanto a concluir o Doutorado, sem você eu não teria conseguido. Obrigada por aceitar caminhar na vida comigo, em meio aos dias bons e ruins. Obrigada por me inspirar com sua força de mudar a vida, obrigada por lutar comigo, obrigada por ser você a pessoa que mais acreditou em mim nesses dias, sou grata por seu amor de esposa, pelo afeto de amiga, e pela parceria que me motiva sempre a continuar, obrigada meu bem.

Agradeço ao Frei Tito, símbolo de resistência e luta, que me incentivou desde o Mestrado, e me inspirou com a sua história de vida, a falar da Ditadura Militar brasileira, de modo que a gente jamais se curve e sempre resista em meio a política de opressão e de violências, onde jamais devemos nos calar. Dessa forma agradeço a todos os momentos até aqui vividos e às pessoas que contribuíram para o seu desenvolvimento de modo a não deixar que houvesse o esquecimento de que essa tese foi escrita para resistir e para lembrar daquilo que jamais deverá ser silenciado, de uma ditadura que nunca mais deve existir.

Ao final, não existem palavras que mensurem o tamanho da minha gratidão a Deus por ter cruzado meu caminho com cada um (a) de vocês. Espero que nessas poucas, mas sinceras, palavras vocês percebam o quanto foram essenciais durante a minha vivência na Pós-Graduação e o quanto são importantes na minha vida. Já que foi com cada um (a) que aprendi a ir à luta com determinação, a abraçar a vida com paixão, a vencer com ousadia, a perder com classe e, principalmente, a perceber que a vida é muito para ser apenas uma prece.

[...] Verás que um filho teu não foge à luta! [...]

(Joaquim Osório Duque Estrada)

RESUMO

Apresenta um quadro teórico acerca da informação, memória e verdade da Igreja Católica, a partir de sua participação na Ditadura Militar brasileira, no período de 1964 a 1985. Disserta como problema de pesquisa: de que maneira as potências infomemoriais presentes nos documentos da Comissão Nacional da Verdade indicam os rastros da atuação da Igreja Católica na construção de verdades políticas e ideológicas, que resultam no silêncio, esquecimento, apagamento de memória, e ao mesmo tempo na luta contra a violação de direitos humanos durante a Ditadura Militar brasileira? Parte-se da hipótese de que os documentos reunidos pela Comissão Nacional da Verdade revelam a forte influência dualista que a Igreja Católica exerceu em sua atuação durante a Ditadura Militar brasileira, tendo em vista que uma hora foi favorável, apoiando a tomada de poder pelos militares, e outra hora atuou como principal instituição de luta contra a violação dos direitos humanos e denúncias de tortura, logo acredita-se no seu papel fundamental como uma das principais instituições civis de formação de opinião e influência comportamental do período militar. Com o objetivo geral de investigar os rastros memorialísticos da atuação da Igreja Católica, presentes nos documentos da Comissão Nacional da Verdade durante a Ditadura Militar no Brasil, no período de 1964 a 1985, a pesquisa tem abordagem qualitativa, operacionaliza-se por meio das análises documental, descritiva, e iconográfica, além de fundamentar-se nos métodos indiciário e arqueológico a partir dos documentos do Banco de Dados Memórias Reveladas. Os documentos recuperados, como recortes de jornais, depoimentos, processos judiciais, fotografias, laudos periciais, entre outros, indicaram a participação contraditória da Igreja Católica e sua contribuição para a desestabilização da conjuntura social e política brasileira nos momentos que antecederam o golpe militar de 1964. Os achados também rememoram a luta de resistência à perseguição dos militares aos membros católicos, frades dominicanos, e a denúncia aos crimes de violência e por direitos humanos, principalmente a partir de 1968, com o Ato Institucional nº5, em que a Igreja Católica atuou de forma pioneira e marcante por justiça e liberdade. Conclui-se que os acervos da Comissão Nacional da Verdade viabilizam as possibilidades de entendimento acerca das relações existentes entre informação e memória na construção de verdades na interpretação dos episódios da Ditadura Militar brasileira. Logo, ao conhecer o passado, buscou-se compreender o presente e evitar um futuro menos amargo, destacando o uso da fé como ferramenta de poder em regimes autoritários. O desafio desta tese destacou a importância de lembrar e nunca esquecer, sendo resistir sempre a única opção.

Palavras-chave: Ditadura Militar brasileira; Igreja Católica; memória; informação; Comissão Nacional da Verdade.

ABSTRACT

It presents a theoretical framework about the information, memory and truth of the Catholic Church, based on its participation in the Brazilian military dictatorship, from 1964 to 1985. It discusses as a research problem: in what way do the infomemorial powers present in the documents of the National Truth Commission indicate the traces of the Catholic Church's actions in the construction of political and ideological truths, which result in silence, forgetfulness, erasure of memory, and at the same time in the fight against the violation of human rights during the Brazilian military dictatorship? The hypothesis is that the documents gathered by the National Truth Commission reveal the strong dualistic influence that the Catholic Church exerted in its actions during the Brazilian military dictatorship, given that at one time it was favorable, supporting the military's seizure of power, and at another time it acted as the main institution in the fight against human rights violations and allegations of torture. Therefore, it is believed in its fundamental role as one of the main civil institutions for opinion formation and behavioral influence during the military period. With the general objective of investigating the memorialistic traces of the Catholic Church's actions, present in the documents of the National Truth Commission during the military dictatorship in Brazil, from 1964 to 1985, the research has a qualitative approach, is operationalized through documentary, descriptive, and iconographic analyses, in addition to being based on evidentiary and archaeological methods based on documents from the Revealed Memories Database. The recovered documents, such as newspaper clippings, testimonies, court cases, photographs, expert reports, among others, indicated the contradictory participation of the Catholic Church and its contribution to the destabilization of the Brazilian social and political situation in the moments leading up to the military coup of 1964. The findings also recall the struggle to resist the military persecution of Catholic members, Dominican friars, and the denunciation of crimes of violence and for human rights, especially from 1968 onwards, with Institutional Act No. 5, in which the Catholic Church acted in a pioneering and remarkable way for justice and freedom. It is concluded that the collections of the National Truth Commission enable the possibilities of understanding the relationships between information and memory in the construction of truths in the interpretation of episodes of the Brazilian military dictatorship. Therefore, by understanding the past, we sought to understand the present and avoid a less bitter future, highlighting the use of faith as a tool of power in authoritarian regimes. The challenge of this thesis highlighted the importance of remembering and never forgetting, with resistance always being the only option.

Keywords: brazilian military dictatorship; catholic church; memory; information; national truth commission.

RESUMEN

Se presenta un marco teórico sobre la información, memoria y verdad de la Iglesia Católica, a partir de su participación en la dictadura militar brasileña, de 1964 a 1985. Se discute como problema de investigación: ¿de qué manera los poderes infomemoriales presentes en los documentos de la Comisión Nacional de la Verdad indican las huellas de la actuación de la Iglesia Católica en la construcción de verdades políticas e ideológicas, que resultan en el silencio, el olvido, el borrado de la memoria y, al mismo tiempo, en la lucha contra la violación de los derechos humanos durante la dictadura militar brasileña? La hipótesis es que los documentos reunidos por la Comisión Nacional de la Verdad revelan la fuerte influencia dualista que la Iglesia Católica ejerció en sus acciones durante la dictadura militar brasileña, dado que en un momento fue favorable, apoyando la toma del poder por los militares, y en otro actuó como la principal institución en la lucha contra las violaciones de derechos humanos y las denuncias de tortura. Por lo tanto, se cree en su papel fundamental como una de las principales instituciones civiles para la formación de opinión e influencia comportamental durante el período militar. Con el objetivo general de investigar las huellas memorialísticas de la actuación de la Iglesia Católica, presentes en los documentos de la Comisión Nacional de la Verdad durante la dictadura militar en Brasil, de 1964 a 1985, la investigación tiene un enfoque cualitativo, se operacionaliza a través de análisis documental, descriptivo e iconográfico, además de basarse en métodos probatorios y arqueológicos basados en documentos de la Base de Datos de Memorias Reveladas. Los documentos recuperados, como recortes de periódicos, testimonios, procesos judiciales, fotografías, informes periciales, entre otros, indicaron la participación contradictoria de la Iglesia Católica y su contribución a la desestabilización de la situación social y política brasileña en los momentos previos al golpe militar de 1964. Los hallazgos recuerdan también la lucha de resistencia a la persecución militar a los miembros católicos, frailes dominicos, y la denuncia de crímenes de violencia y por los derechos humanos, especialmente a partir de 1968, con el Acto Institucional No. 5, en el que la Iglesia Católica actuó de forma pionera y notable por la justicia y la libertad. Se concluye que los acervos de la Comisión Nacional de la Verdad posibilitan la comprensión de las relaciones entre información y memoria en la construcción de verdades en la interpretación de episodios de la dictadura militar brasileña. Por lo tanto, al comprender el pasado, buscamos comprender el presente y evitar un futuro menos amargo, destacando el uso de la fe como herramienta de poder en regímenes autoritarios. El reto de esta tesis resaltó la importancia de recordar y nunca olvidar, siendo la resistencia siempre la única opción..

Palabras clave: Dictadura militar brasileña; iglesia católica; memoria; información; Comisión Nacional de la Verdad.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Grupos de Trabalho da CNV.....	37
Figura 2	Construção teórica-metodológica da Tese.....	48
Figura 3	Marco temporal da criação do <i>Locus</i> da Pesquisa.....	50
Figura 4	Interface de Acesso ao Banco de Dados Memórias Reveladas.....	51
Figura 5	Esboço da busca na Plataforma Memórias Reveladas.....	52
Figura 6	Timeline da Ciência da Informação.....	54
Figura 7	Resultados da busca na Brapci com operadores booleanos.....	56
Figura 8	Resultados da busca simples com palavras-chave.....	56
Figura 9	Nuvem de palavras-chave da BDTD.....	57
Figura 10	Busca bibliográfica realizada na BDTD.....	59
Figura 11	Universo da pesquisa documental.....	71
Figura 12	Recorte do Jornal do Rio de Janeiro de 03 de abril de 1964.....	74
Figura 13	Fases da Pesquisa.....	81
Figura 14	Desenho do <i>corpus</i> documental e seus quantitativos da Tese.....	83
Figura 15	Síntese dos mecanismos investigativos.....	85
Figura 16	Cronologia do golpe militar.....	98
Figura 17	Manchete do Jornal do Brasil no dia 14 de dezembro de 1968.....	103
Figura 18	Aparelho repressivo da Ditadura Militar Brasileira.....	104
Figura 19	Exposição de Júlio Le Plac: Sala Escura da Tortura.....	106
Figura 20	Linha Temporal de 1964 a 1985 dos acontecimentos dos DC's.....	117
Figura 21	Tipologias documentais dos achados da pesquisa.....	118
Figura 22	Finalidades dos documentos comprobatórios encontrados.....	119
Figura 23	Locais de publicação dos documentos comprobatórios encontrados.....	119
Figura 24	Participação da Igreja Católica na DM por ano.....	120
Figura 25	Participação da Igreja Católica por apoio ou resistência.....	120
Quadro 1	Resultados encontrados na busca da BDTD.....	58
Quadro 2	Resultados encontrados na busca do Portal de Periódicos da CAPES.....	60
Quadro 3	Mapeamento das Técnicas de pesquisa.....	84
Quadro 4	Trecho do relato de torturas de Frei Tito.....	95
Quadro 5	Sequenciamento dos DC's dos resultados da Tese.....	114

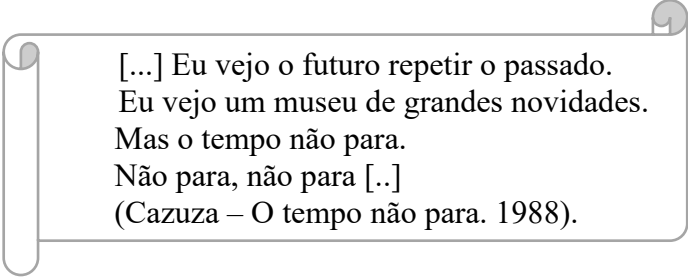
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABIN	Agência Brasileira de Inteligência
AI	Ato Institucional
ALN	Aliança Libertador Nacional
BRAPCI	Base de Dados em Ciência da Informação
CAMDE	Campanha Mulher pela Democracia
CENIMAR	Centro de Informações da Marinha
CF/88	Constituição Federal de 1988
CIE	Centro de Informações do Exército
CISA	Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica
CSN	Conselho de Segurança Nacional
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CNBB	Conselho Nacional de Bispos do Brasil
CNV	Comissão Nacional da Verdade
CODI	Centros de Operação e Defesa Interna
DC	Documento Comprobatório
DM	Ditadura Militar
DOI	Destacamentos de Operação Interna
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
DSI	Divisão de Segurança e Informação
EUA	Estados Unidos da América
IPÊS	Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
IPM	Inquérito Policial Militar
Jango	João Goulart
JEC	Juventude Estudantil Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
OBAN	Operação Bandeirantes
OCR	Reconhecimento Óptico de Caracteres (OCR)
PCB	Partido Comunista Brasileiro
SNI	Serviço Nacional de Informação
UNE	União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

1	“E CONHECEREIS A VERDADE E A VERDADE VOS LIBERTARÁ”.....	17
2	MECANISMOS INVESTIGATIVOS DA PESQUISA.....	34
2.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DO OBJETO NA PESQUISA.....	35
2.1.1	Lócus da pesquisa e recorte do <i>corpus</i> documental.....	49
2.2	TESSITURAS DO OBJETO DA PESQUISA NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO.....	53
2.2.1	Aderência da temática à área.....	62
2.3	PREFERÊNCIAS METODOLÓGICAS.....	63
2.3.1	Mapeamento das técnicas de investigação.....	81
3	OS RETALHOS DA MEMÓRIA.....	86
3.1	A MEMÓRIA COMO INSTRUMENTO DE PODER.....	88
3.2	A MEMÓRIA COMO INSTRUMENTO DE RESISTÊNCIAS.....	91
3.3	A MEMÓRIA COMO INSTRUMENTO DE DENÚNCIAS.....	93
4	A SANTÍSSIMA TRINDADE DA DITADURA: OS MILITARES.....	96
4.1	A SANTÍSSIMA TRINDADE DA DITADURA: OS ATOS INSTITUCIONAIS.....	99
4.2	A SANTÍSSIMA TRINDADE DA DITADURA: A REPRESSÃO.....	103
5	“DEUS ACIMA DE TUDO, BRASIL ACIMA DE TODOS”	107
6	A VERDADE DA IGREJA CATÓLICA NOS DOCUMENTOS DA DITADURA: APOIO E RESISTÊNCIA.....	112
7	BRASIL AME-O OU DEIXE-O.....	173
	REFERÊNCIAS.....	176
	ANEXOS.....	184
	APÊNDICE A – CATEGORIZAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA.....	294

1 “E, CONHECEREIS A VERDADE E A VERDADE VOS LIBERTARÁ”



[...] Eu vejo o futuro repetir o passado.
Eu vejo um museu de grandes novidades.
Mas o tempo não para.
Não para, não para [...]
(Cazuza – O tempo não para. 1988).

A história da humanidade foi construída com base em fatos e testemunhos de memórias, que se desenvolveram com o passar do tempo. Ricoeur (2007, p. 170) afirma que “o testemunho nos leva, de um salto, das condições formais ao conteúdo das coisas do passado [...]”. Nesse entendimento, continua “com o testemunho inaugura-se um processo que parte da memória declarada, passa pelo arquivo e pelos documentos e termina na prova documental”. E, é desta maneira que aqui apresenta-se esta tese, construída sobre o arcabouço das memórias registradas, materializadas em documentos. Trata-se de Memórias narradas, memórias físicas, memórias digitais, memórias esquecidas, memórias que foram apagadas, memórias quase ou por completo silenciadas. Esta tese apresenta as tentativas, ao longo da história da narrativa brasileira, de inviabilização do passado, de demonização dos direitos à liberdade, de questionamentos do que venha a ser “democracia”¹.

Por esta tese, ousou-se rememorar e desmistificar o período da Ditadura Militar brasileira, buscando conhecer através do estudo das memórias o que foi a ideologia² extremista do autoritarismo e fascismo usados pelos militares para governar o Brasil de 1964 a 1985, tendo como base a linha temporal defendida por Gaspari (2014) que justifica a existência de uma Ditadura Militar brasileira, a partir do golpe deflagrado em 31 de março de 1964. Todavia, autores como Gomes (2014) dissertam acerca do período militar no Brasil só ter de fato começado com a institucionalização do AI – 5, em 1968, tendo em vista o enrijecimento político e o agravamento das violações de direitos com a destruição de liberdades. Neste mote, a pesquisadora destaca que já no Ato Institucional I, as medidas austeras são implementadas, tais

¹ A democracia pode ser conceituada como governo em que o povo exerce, de fato e de direito, a soberania popular, dignificando uma sociedade livre, onde o fator preponderante é a influência popular no governo de um Estado. Origem etimológica: *demos* = povo e *kratos* = poder”. Sistema adotado no Brasil e em grande parte do mundo, é por meio da democracia que o povo exerce a soberania e elege os seus representantes, através de eleições periódicas. O que permite que, a cada eleição, haja a alternância de poder. É como determina o primeiro artigo da Constituição Federal: “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição” (Tribunal Superior Eleitoral, 2025, online).

² Estudar a ideologia é estudar as maneiras como o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de dominação. A ideologia é um fenômeno de consciência real, mas deturpada da realidade, principalmente quando a ideologia se utiliza dos instrumentos de dominação, tais como: legitimação, a dissimulação, a unificação, a fragmentação e a reificação (Thompson, 1998, p. 76).

como “Ela destitui o governo anterior e tem a capacidade de constituir o novo governo. [...] Ela edita normas jurídicas, sem que nisto seja limitada pela normatividade anterior à sua vitória”, no art. 7º, suspende as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade e estabilidade, oportunidade em que ameaça de demissão, suspensão ou mesmo aposentadoria, os opositores ao regime, sob a desculpa de atentado à ordem nacional. Ainda neste mesmo AI- 1, convoca eleições indiretas, após destituição do então presidente, Jango. Assim, o AI-5 vem para recrudescer o que já estava em curso. De tal maneira, a pesquisadora destaca ainda, que todo regime antidemocrático começa suas ações pela institucionalização de discursos específicos, pelo desmonte da estrutura pré-golpe, para daí, recrudescer, conforme denota Arendt (2012).

Em tempo, que reverbera até hoje e motiva a luta de resistência pelo livre direito de exercer a democracia, como afirma Franco (2024, online) “nós vamos sempre lembrar e contar a história dos nossos mortos, desaparecidos e de todas as vidas que foram atravessadas pelo medo da tortura, da censura, da violência”. Diante disso, no emaranhado entre a ciência, a política e as experimentações da pesquisadora, oriunda de uma pandemia³, esta tese nasceu como a tentativa de “lembrar para jamais esquecer”, o que fora acometido nesta conjuntura brasileira da Ditadura Militar, compreendendo e rememorando os fatos e as interrelações estabelecidas entre os indivíduos, a partir de seus traumas traduzidos em memórias de ordem social, histórica, e sobretudo no estudo de como a informação foi tratada em um regime antidemocrático de poder.

Desta forma na “Era da Informação”, com a forte influência da tecnologia, consagrou-se o motor que impulsiona a vida do indivíduo (Castells, 1996). Logo, de acordo com Oliveira (2005, p. 19), “[...] o fenômeno da informação abrange todos os aspectos da vida em sociedade e pode ser abordado por diversas óticas, como matéria prima do conhecimento”.

Ao relacionar a memória com a informação tem-se o arcabouço teórico que fundamenta toda a história do indivíduo. No que concerne a isto, Oliveira (2010, p. 34) destaca que “a memória se preocupa em reter fatos e experiências do passado, evocá-los e transmiti-los às novas gerações”. À exemplo disso, tem-se as contações de história nas reuniões de família, originando as tradições que perpassam as gerações; os sabores e cheiros que despertam as lembranças de momentos únicos na vivência do indivíduo; e sobretudo, a memória dos acontecimentos, que se tornam fontes de um saber indescritível, pela riqueza de detalhes às

³ Em 2019, o mundo foi acometido pela pandemia de Covid-19 que consistiu em uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global, conforme a Organização Mundial da Saúde (2024), que resultou na morte de milhões de pessoas pelo mundo, além de provocar inúmeros problemas de forma desenfreada, de origem econômica, social, política, farmacêutica e no SUS, em tratando-se do Brasil (Ministério da Saúde, 2024, online)

quais pertencem. Pelas palavras de Halbwachs (2006) apelamos aos testemunhos na tentativa de fortalecer ou debilitar, bem como completar, o que se sabe de um evento, do qual já fomos informados. Assim podemos inferir que a primeira testemunha somos nós mesmos, considerando que somos também fontes de informações memorialísticas, ou apenas fontes de memórias.

Não obstante, Da Luz (2021, p. 19, grifo nosso) enfatiza que dentre as mais diversas maneiras de se fazer memórias, ou de criar, produzir ou repassar informação na sociedade, há ênfase para os governos, que “estão entre os maiores comunicadores em todo o mundo. Produzem e difundem dados estatísticos e comerciais, informações geográficas e meteorológicas, financiam e realizam pesquisas em diversas áreas do conhecimento e **prestam contas de suas ações**”. Vale destacar, uma analogia acerca das concepções de informação e memória, em que Gleick (2013, p. 11) assinala que “a informação é aquilo que alimenta o funcionamento do nosso mundo: o sangue e o combustível, o princípio vital. Ela permeia a ciência de cima a baixo, transformando todos os ramos do conhecimento”. E, complementa a respeito da memória, denotando que “a memória reside não apenas no cérebro, mas em cada célula. Não surpreende que a genética tenha florescido junto com a Teoria da informação” (Gleick, 2013, p. 12).

Estudar a memória torna-se, portanto, função e objetivo da Ciência da Informação, como afirmam Wersig e Neveling (1975), tendo em vista que há na CI um olhar dedicado para o acesso à informação, e sobretudo para a sua transmissão (Brookes, 1980). Correlacionando este pensamento ao de Araújo (2018, p.75) acerca das nuances que envolvem a memória, há um destaque especial para a informação, quando salienta que “nos últimos anos vem se desenhando uma nova área dentro da Ciência da Informação, marcada pela revalorização do conceito de documento e seu estudo articulado às representações sociais dos sujeitos”, onde um de seus conceitos desenvolvidos é o de memória, enquanto objeto de estudo.

Neste ínterim, a memória acaba sendo a matriz para a criação da informação, fornecendo-nos, portanto, as fontes de informação, ao mesmo tempo em que permite o acesso ao conhecimento. Oliveira e Rodrigues (2017) discorrem sobre o valor das informações geradas no passado, que são disponibilizadas no presente, e permitem novas utilizações e a construção de novos conhecimentos, agora ou no futuro. Nesta perspectiva, na tríade, informação – memória – conhecimento, os estudos memorialísticos emergem como tema de estudo de relevância para a Ciência da Informação.

Neste viés, Traverso (2012, p. 21) enfatiza que “história e memória nascem de uma mesma preocupação e partilham de um mesmo objeto: a elaboração do passado”, enquanto Le

Goff (1996, p. 9) afirma que “o tempo histórico encontra num nível muito sofisticado, o velho tempo da memória, que atravessa a história e a alimenta”, por conseguinte as fontes de memória são ferramentas do conhecimento, que vão para além do registro e acesso de informações, fazendo com que se transcenda a história.

Quando se fala em silêncio e apagamento de memória, é preciso dizer que na sociedade contemporânea, onde o domínio da informação representa poder, assim, Araújo (2018) defende o entendimento da memória na condição de “campo de batalha”, no qual uma constante luta é travada para o estabelecimento de critérios que definam, prevaleçam ou esqueçam o que será coletivamente revocado e lembrado. Neste ínterim, Santo Agostinho (XI, 1999, p. 17) afirma que “efetivamente, não é possível ver o que não existe. E, os que narram os fatos passados não os poderiam veridicamente contar, se não os vissem com a alma”.

Por outro lado, “o esquecimento tem sido uma estratégia política utilizada por governos em determinados períodos. As associações entre memória, autonomia e liberdade, por um lado, e esquecimento e autoritarismo, por outro, não podem ser generalizadas” (Araújo; Santos, 2007, p. 23). Logo, na perspectiva de que as memórias da Ditadura Militar brasileira, por diversos motivos são levadas ao esquecimento, inviabilizando o acesso às informações que narram, por meio da ótica testemunhal de quem viveu a construção de um Brasil marcado, de um lado, pela tortura, censura, atos institucionais, arbitrariedades, ausência de democracia, prisões, perseguições, cerceamento da liberdade e principalmente crimes contra os direitos humano. À exemplo disso, tem-se o caso do Memorial Frei Tito Online, que reunia documentos, entrevistas, cartas digitalizadas, e outras inúmeras fontes memorialísticas acerca dos dias vividos pelo dominicano durante a Ditadura Militar brasileira, ao ser preso e torturado, contudo, o portal foi sumariamente retirado da internet, sem aviso prévio, fazendo com que as memórias de Frei Tito ⁴fossem apagadas, para que recaíssem no esquecimento.

Neste mesmo viés, para um melhor entendimento do papel exercido pela memória e pela informação na construção da história, toma-se por exemplo a perpetuação dos regimes ditatoriais, que assolaram a humanidade, como Nazismo⁵. “Como a recordação do evento

⁴ “Herói do povo, mártir na luta pelos direitos humanos, cearense, Frei Tito de Alencar Lima, de família humilde, filho de uma dona de casa e um leitor de temáticas políticas, caçula dentre mais quatorze irmãos, frade, ativista, preso político, torturado, exilado, que, em meio à tirania do governo ditatorial, sofrendo abusos, não se calou em suas missivas e retratou o contexto político, religioso e social em que se encontrava.” (Alves, 2018, p. 20).

⁵ Adolf Hitler, líder do partido nazista, elaborou e expressou as ideias que vieram a ser conhecidas como a “ideologia nazista” e “nazismo”. Hitler se imaginava um pensador sério e de profundidade intelectual, e estava convencido de haver encontrado a chave para a compreensão de um mundo extraordinariamente complexo. Ele partia do princípio de que as características, as atitudes, as habilidades e o comportamento das pessoas eram determinados por suas “origens raciais”. Na sua visão, todos os grupos, raças e povos [sem cultura científica ele usava estes termos como sinônimos] traziam dentro de si traços que haviam sido transmitidos de forma imutável

traumático é na maioria dos casos extremamente fiel, rigorosa em seus detalhes, ela propicia acesso direto ao real” (Araújo; Santos, 2017, p. 28).

À exemplo disso, os traumas sofridos pelas vítimas dos campos de concentração e rememorados em entrevistas, livros e publicações, atestam os crimes de violência sofridos pelos judeus, bem como as torturas incumbidas de ódio aos presos políticos na Ditadura Militar brasileira. No que diz respeito Assmann (2011, p. 277) corrobora afirmando que “a tortura não abandona o torturado, nunca, por toda a vida. As palavras não incorporam o trauma nelas mesmas [...] o trauma requer justamente as palavras”.

Pelas palavras de Chiavenato (2014, p. 184) quando se refere a Ditadura Militar brasileira “prende-se tanto que as cadeias foram insuficientes. O Maracanã virou prédio, navios da Marinha receberam centenas de “subversivos”. A impunidade estimulou o uso da tortura”. Na amplitude de nomes de pessoas que foram presas, perseguidas e torturadas na ditadura, destacam-se o trabalhador rural, Antônio Damião de Sousa⁶, o estudante Antônio de Pádua Costa (Piauí)⁷, o religioso Dom Hélder Câmara⁸, e as irmãs Helena Serra Azul e Maria do Carmo Moreira Serra Azul⁹, brasileiros que foram vítimas das atrocidades do estado, onde mesmo àqueles que passaram suas vidas lutando contra os crimes de violência, tiveram que carregar as marcas deixadas pela tortura, como no caso de Frei Tito.

Também neste mote, tem-se o relato de judeus perseguidos durante o período nazista, onde suas memórias traumáticas podem ser consideradas a base para fundamentar os fatos

de uma geração para a geração seguinte, e ninguém poderia superar as qualidades inatas da sua raça. Para ele, toda a história humana poderia ser explicada em termos do conceito de luta racial. Os nazistas acreditavam que raças superiores não só tinham o direito, mas também a obrigação de dominar e até mesmo exterminar as inferiores. Eles acreditavam que a “luta racial” era consistente com as leis da natureza. A visão estratégica que guiava as políticas raciais dos nazistas, era a de que a raça dominante, i.e., a ariana, governaria os demais povos, especialmente os eslavos e os chamados asiáticos (termo que usavam para se referir aos povos da Ásia Central Soviética e os islâmicos da região do Cáucaso), a quem julgavam inferiores por natureza. Para fins propagandísticos, os nazistas frequentemente tratavam essa visão estratégica como uma cruzada para salvar a civilização ocidental dos bárbaros “orientais” ou “asiáticos”, e de seus líderes e organizadores judeus (Museu Memorial do Holocausto dos Estados Unidos, 2024, online).

⁶ Antônio Damião de Sousa, membro fundador do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campo Maior, foi preso por 33 dias, foi torturado e perseguido (Portal Memórias Reveladas, 2025, online).

⁷ Antônio de Pádua é listado como participante da Guerrilha do Araguaia, morto em 5 de março de 1974. Em depoimento prestado ao Ministério Público Federal, em 3 de julho de 2001, José Moraes Silva afirmou que viu “Piauí” sendo conduzido por soldados do Exército (Portal Memórias Reveladas, 2025, online).

⁸ Foi um dos fundadores da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que teve importante papel de enfrentamento à ditadura militar brasileira. Graças a esse trabalho, foi elevado ao título de bispo da igreja católica, em 1952, tornando-se o secretário geral dessa organização. Em 1964, ele se tornaria arcebispo de Recife e Olinda (Portal Memórias Reveladas, 2025, online).

⁹ Ex-aluna do colégio Justiniano de Serpa e ex-militante da Ação Popular - AP. Cacau, foi detida em 1972 quando, por chantagem dos militares, se apresentou na 10ª Região Militar com o objetivo de soltar sua irmã Helena Serra Azul e seu cunhado, Chico Passeata. Maria do Carmo esteve presa no 23 BC, cujas torturas sofridas pelo método DOI-CODI quase a matou por afogamento. Desenvolveu um câncer de mama em 2003, o qual credita às torturas sofridas em sua prisão (Alencar Meira, 2019, p. 20).

históricos, o que Le Goff (1996) denomina de memória individual, sendo traduzida nas palavras de Anne Frank (1952, p. 22) ao dizer que “primeiro veio a guerra, depois a capitulação, em seguida a entrada dos alemães. E, então começou a miséria. A uma lei ditatorial seguia-se outra; obrigaram-nos a usar a estrela e a entregar as bicicletas”.

Não obstante, a literatura de Assmann qualifica e condiciona o trauma como intrínseco da memória, tanto em seu viés individual, como em seu viés coletivo ou social, o trauma pertence ao indivíduo e o acompanha pela vida. “Um homem iniciado é um homem marcado [...]. As marcas impedem o esquecimento, o próprio corpo traz em si as marcas da memória, o corpo é memória (Assmann, 2011, p. 267).

Em tratando-se de marcas, há também outras na história, como a do povo brasileiro e sua luta incessante por democracia, o que desperta significados para a construção de sua memória nacional. Nesta perspectiva, a partir do momento que o grupo de judeus ou de presos políticos sofre tais violências, e partilha destes traumas, automaticamente, tornam-se detentores de uma memória coletiva, o que constrói um momento da história judaica, ou da história brasileira despertando, assim a sua memória nacional.

Na concepção de Pollak (1989) no estudo das memórias coletivas, uma ênfase maior deve ser dada à memória nacional, em vista ~~que~~ no que concerne à memória durante o processo de interpretação de momentos passados compartilhados entre indivíduos, há a necessidade de reforçar sentimentos, estreitar relações entre diferentes percepções que passaram pelo mesmo trauma, diminuindo assim as fronteiras sociais destes grupos, sendo estes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações. Neste aspecto, ao rememorar o passado acontece a conexão destes grupos e o sentimento de pertença a um setor da sociedade, assim esta memória comum destes indivíduos caracteriza um quadro de referências do passado, que são amplamente sentidas e difundidas no presente e para o futuro.

Pensar na memória na condição de característica comum de um grupo desperta a materialização destas narrativas informacionais em suportes tangíveis, tornando-se materializações da memória individual e da memória coletiva, na condição de documentos, sendo considerados por Julien Cain ¹⁰ como sendo “uma prova em apoio a um fato”.

Pelas palavras de Ricoeur (2007, p. 188) “preso num feixe das perguntas, o documento não para de se distanciar do testemunho. Nada, enquanto tal, é documento, mesmo com todo o

¹⁰ Julien Cain (1887–1974). Professor de história, administrador-geral da *Bibliothèque Nationale* (1930–1940). Sob a ocupação alemã é preso e deportado para o campo de concentração de Buchenwald (1944–1945). Libertado em abril de 1945 pelos guerrilheiros da resistência, é reintegrado no cargo de diretor das bibliotecas da França, que acumulou com o de administrador-geral da *Bibliothèque Nationale*, até se aposentar em 1964. Suzanne Briet trabalhou sob suas ordens nos dois períodos em que ele dirigiu a *Bibliothèque Nationale* (Briet, 2016, p. 77).

resíduo do passado seja potencialmente rastro”. Filmes, peças de teatro, livros, placas de estrada, músicas, monumentos, lugares, uma infinidade de materializações de memórias pode ser consideradas apropriações dos pensamentos de Paul Otlet (1996), e sua noção de documento, e a de Suzanne Briet (2016) na sua analogia do antílope¹¹. E, se estabelecer como tudo que for passível de guarda e preservação, pois é representante de alguma ação humana. Todavia, em meio a estas proposições, há ainda a de Buckland (1991) ao considerar o documento como evidência e prova testemunhal de um fato ou fenômeno, quando passível de processamento.

Sobre estas conjecturas, é passível então afirmar que a memória é construída, a partir das interações do indivíduo com suas experiências de cotidiano, de tempo e espaço, e a partir das interações do indivíduo com outros indivíduos, ou seja, a memória é construída na troca de interações. Neste ínterim, o passado caminha comumente com o presente, e instala-se no imaginário coletivo, na condição de uma memória possivelmente amplificada e regida por poderes públicos, transforma-se em obsessão comemorativa e está presente na valorização de lugares de memória, como monumentos sacralizados, e assim tudo acaba contribuindo para o fazer memória (Traverso, 2012).

Em tratando-se de grandes instituições de poder, memória e conhecimento, que participaram enfaticamente do processo ditatorial no Brasil, e de sua propagação, e/ou combate, cita-se aqui o caso da Igreja Católica que esteve em uma posição dualista entre o começo e o final do regime militar. “Se o apoio que os membros da hierarquia católica deram ao golpe tendeu a se desvanecer com o passar dos anos, não há dúvida de que alguns deles continuaram sustentando o regime, ao longo de toda a sua duração” (Gomes, 2014, p. 13).

À exemplo disso, tem-se o apoio aos militares para a desestabilização da sociedade, e descredibilização política, nos meses que antecedem o golpe de 1964, com a marcha da família com Deus pela liberdade ¹²e outros discursos com atos colaborativos. Em outro momento, se

¹¹ Ao apresentar uma definição de documento por meio de exemplos concretos e vivos, Suzanne Briet procura rejeitar a visão tradicional em que o documento é assimilado a um texto e a uma prova que sustenta um fato. Ela abandona a hipótese positivista em que o documento, matéria válida e viva da ciência, serve de quadro de referência para uma construção ordenada e presa a um momento dado. Ela deixa atrás de si o documento que estabelece a verdade definitiva segundo o método mais rigoroso possível. O antílope catalogado é um documento primário e os demais são documentos secundários ou derivados”. Dessa maneira, o documento adquiriu seu valor documentário (quer dizer, sua catalogação, que é uma forma de indexação) por seu contexto de recepção (Briet, 2016, p. 77).

¹² No dia 13 de março de 1964, ao mesmo tempo em que o presidente João Goulart assinava os decretos das Reformas de Base – num grande comício ocorrido na Central do Brasil –, as janelas da zona sul carioca se enchiam de velas, em vigília. Para além do gesto religioso, os círios acesos eram um ato político contra o presidente e seu ‘comunismo ateu’. Uma passeata que, além de defender o sacro rosário, pretendia clamar às Forças Armadas a derrubada do presidente, libertando o Brasil do ‘perigo comunista’. Mas a manifestação, que prometia ser dramática e apelativa, marchou ao sabor da vitória do golpe militar.

descobriu revolucionária, com alguns setores ingressando na resistência, lutando pelos direitos humanos contra à tortura, em especial, um grupo de base, de frades dominicanos.

Há de se mencionar, que não somente a Igreja Católica teve ações fundamentais durante o processo de ditadura no Brasil, mas também houveram participações pelo lado protestante, onde o trabalho desenvolvido pela Igreja Evangélica em contraposição ao regime militar “desafiava o segmento a uma responsabilidade sociopolítica com base em valores como a justiça e o direito, com uma teologia e um chamado à atuação que se contrapunham de igual forma ao desenvolvimentismo conservador” (Gomes, 2014, p. 13).

De acordo com Horta (2018, p. 1) “depois do golpe, a hierarquia católica permaneceu dividida e só quebrou o silêncio mais de um mês depois, com um manifesto”. E, narra dizendo, “nele, dava “graças a Deus” aos militares – “que, com grave risco de suas vidas, se levantaram em nome dos supremos interesses da nação”.

Paralelamente, após este apoio, “alguns clérigos e organizações de base criadas e incentivadas pela própria Igreja contribuíram decisivamente para o fortalecimento da resistência à Ditadura Militar e também para as denúncias dos abusos, nacional e internacionalmente” (Portal Memórias da Ditadura, 2024, online). Vale destacar que, tanto nomes ligados à Igreja Católica, como D. Paulo Evaristo Arns, e nomes ligados à Igreja Protestante, como o pastor da Igreja Presbiteriana Jaime Wright tiveram suas práticas religiosas em apoio à luta de resistência no Brasil contra o domínio militar.

Dadas as circunstâncias, as memórias das grandes instituições como as igrejas católicas e protestantes, os setores da comunidade civil, tais como os empresários e trabalhadores assalariados que compõem o eleitorado brasileiro e se caracterizam no Brasil, como sendo um imenso acervo de fontes memorialísticas, que contextualizadas viabilizam um melhor esclarecimento e reflexão deste momento ímpar.

Quando se fala de evitar o silenciamento, apagamento e esquecimento da memória, por meio dessas fontes, dos tempos da Ditadura Militar, um dos atos mais marcantes na vida das pessoas que viveram os anos de 1964 a 1985 no Brasil, que eram consideradas pessoas que praticavam atos compreendidos como subversivos¹³, perseguidas e violentadas, é o momento da tortura que fora sofrida durante os interrogatórios praticados pelos militares. Alves (2018)

(Disponível em:< <https://riomemorias.com.br/memoria/marcha-da-familia-com-deus-pela-liberdade/>>).

¹³ A ditadura militar brasileira foi marcada pela atuação dentro do que se identifica como uma espécie de “legalidade autoritária”. Para coibir todos aqueles que ousaram contestar o regime mais diretamente – os chamados “subversivos” – não deveria haver limite jurídico, ético ou moral. Assim, principalmente a partir de 1968, o Estado brasileiro patrocinou uma repressão ao mesmo tempo legal e ilegal, baseada em censura, vigilância, tortura sistemática, prisões ilegais e desaparecimentos (Portal Memórias da Ditadura, 2025, online).

ênfatisa que a tortura foi legislada e utilizada como método de investigação pelo estado, sendo instrumentalizada “em busca de manter a população na linha, a partir da criação do Destacamento de Operações e Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI)” (Alves, 2018, p. 64).

Neste mote, a Comissão Nacional da Verdade (CNV)¹⁴ foi instituída, através da Lei 12528/2011, em 16 de maio de 2012, com a missão de apurar as graves violações de Direitos Humanos, ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. Dessa maneira, tendo como uma de suas principais diretrizes de atuação a investigação das torturas sofridas pelos presos políticos, a CNV dedica em seu relatório final, lançado em 10 de dezembro de 2014, a completude de documentos que foram reunidos de diferentes tipologias e que atestam as atrocidades cometidas pelos militares com o apoio estatal em diferentes instâncias durante a Ditadura Militar brasileira, sendo tratados aqui como o objeto de estudo desta Tese.

Sobretudo, apoiando-se na teorização de Pollak (1989, p. 2) “não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade”.

Tais apontamentos, causam inquietações à pesquisadora, provocando a reflexão, “o que levou os setores da Igreja Católica a voltarem atrás e assumirem a luta pelos direitos humanos na DM?”, “qual o objetivo da igreja, envolver-se com a política no Brasil?”. “Quais marcas podem-se perceber que o período militar deixou no país, que reverberaram na ascensão da extrema direita?”. Dúvidas que, mais tarde, como em uma colcha de retalhos são montadas e corroboram para a construção da questão de pesquisa desta tese.

Neste cenário, as falas do ex-presidente da república Jair Bolsonaro, ilustram o silenciamento da memória da ditadura, ao discursar no Palácio do Planalto, defendendo abertamente os presidentes da DM que governaram o Brasil de 1964 a 1985. Logo, não fez referência à censura, à falta de direitos humanos, às torturas e às mortes cometidas no período.

¹⁴ A CNV foi apresentada ao Congresso Nacional em 2010 e consolidada somente no mandato seguinte, com Dilma Rousseff (2011-2014). O texto do projeto de lei passou por diversas mudanças, principalmente para responder a militares insatisfeitos, opositores a uma suposta “revanche” ou “vingança” e também a reações de políticos ligados ao regime militar. Como exemplos de ajustes na proposta original para garantir aprovação é possível citar: a retirada do termo *repressão política*; a determinação de que a CNV deveria realizar não “apuração” das violações de direitos humanos, mas “exame e esclarecimentos”; a definição de que a CNV não examinaria apenas fatos ocorridos durante o regime militar no Brasil (1964 a 1985), mas sim entre 1946 e 1988 (incluindo o período pós-Getúlio Vargas). A CNV foi composta por sete membros nomeados pela Presidência da República, a saber: Gilson Dipp, José Carlos Dias, José Paulo Cavalcanti Filho, Maria Rita Kehl, Paulo Sérgio Pinheiro, Pedro Dallari e Rosa Maria Cardoso da Cunha. Eles coordenaram os trabalhos temáticos que envolveram variados aspectos como: ditadura e gênero; mortos e desaparecidos políticos; repressão aos trabalhadores e ao movimento sindical; violações de direitos humanos no campo ou contra indígenas; Operação Condor; ditadura e sistema de Justiça; o papel das igrejas durante a ditadura; violações de direitos humanos de brasileiros no exterior e de estrangeiros no Brasil; e outros (Portal Memórias da Ditadura, 2025, online).

"Hoje, 31 de março. O que aconteceu em 31? Nada. A história não registra nenhum presidente da República tendo perdido o seu mandato nesse dia. Por que então a mentira? A quem ela se presta?" (Jornal O Globo, 2024, online).

Outro ponto a salientar, encontra aporte teórico em Halbwachs (2006, p. 41) ao incitar a reflexão, “se nos ativermos às impressões que fizeram sobre nós tais acontecimentos, quer a atitude de nossos pais em face dos acontecimentos que terão mais tarde uma significação histórica”, e continua dizendo, “quer os costumes somente, os modos de falar e de agir de uma época, em que se distinguem elas de tudo aquilo que ocupa nossa vida de criança, e que a memória nacional não reterá?”. Desta maneira, ao analisar as memórias da Ditadura Militar, fez-se necessário analisar os conflitos que compõem o seu contexto de forma específica.

Outra problemática singular no estudo das fontes memorialísticas da Ditadura Militar, é a abrangência do campo da informação, complexo e ao mesmo tempo intenso, levando em consideração a grande massa documental produzida por parte dos diferentes setores da sociedade neste período. O que denota perceber é que a Comissão Nacional da Verdade (CNV) instaurou um processo memorialístico reunindo documentos que serviram de base para enfatizar esta memória.

Para além disso, “em meio a uma intensa busca por documentos e registros diversos que possam garantir a fidedigna dos fatos e a comprovação de abusos de poder, coloca-se em jogo a necessidade de construir memórias, que nos ajudem a recordar” (Assis, 2014, p. 211). Logo, reitera-se a necessidade da produção de materiais que expliquem os fatos e os atestem, na tentativa de evitar o esquecimento, e garantir a segurança, de que nunca mais se repita, enfatizando o slogan “para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça”.

O Portal CNN Brasil ¹⁵disseminou uma matéria em 2021 intitulada: “Por que o Brasil ainda flerta com a ideia de uma intervenção militar?”, onde foi realizado um levantamento para saber por que motivos os brasileiros ainda buscam uma intervenção militar? A partir do discurso do então ministro militar da defesa Walter Braga Netto, acerca da data: 31 de março de 1964, que rememora historicamente o que é chamado pelos militares de “revolução”, ao invés de um golpe militar.

¹⁵ Braga Netto diz, em sua nota, que naquele dia “as Forças Armadas acabaram assumindo a responsabilidade de pacificar o País” e que a Lei de Anistia, de 1979, “consolidou um amplo pacto de pacificação a partir das convergências próprias da democracia”. No fim, o ministro da Defesa diz que “a Marinha, o Exército e a Força Aérea acompanham as mudanças, conscientes de sua missão constitucional de defender a Pátria e garantir os Poderes constitucionais”. Para historiadores ouvidos pela CNN, as falas são marcantes e mostram que, quase três décadas após a redemocratização, a vida política brasileira ainda não superou o período da ditadura e o flerte com a ideia de uma intervenção militar (Portal CNN Brasil, 2023, online).

Na concepção de Chiavenato (2014) a DM pode ser traduzida como sendo um momento da história brasileira, no qual a participação da população civil teve grande impacto, por sua representatividade, fato amplamente utilizado para definir as bases do que construíram conjuntura política do país entre 1964 a 1985. É importante ressaltar, que a partir do momento que o regime perde o apoio do povo, automaticamente passa a se usar a força, o apoio estrutural dos EUA e a opressão como arma de dominação política.

No contexto da história política brasileira, Genari (2017, p. 2) ressalta que as “desavenças em torno do que a Ditadura Militar representou para a sociedade brasileira evidenciam a própria inserção do regime autoritário num quadro mais amplo de ditaduras na América Latina”, sem o apoio do povo, o regime militar teve de suspender as eleições, fechar o Congresso e desrespeitar o Judiciário. Sustentava-se ideologicamente na Doutrina da Segurança Nacional e nos vagos princípios de uma geopolítica degenerada. Refletia também, por suas origens, a reação contra as reformas sociais e defendia uma situação política estacionária que agradava aos Estados Unidos (Chiavenato, 2014, p. 108).

Ademais, destaca-se, aqui a afirmação de Gagnebin (2009), ao salientar que muitos brasileiros desconhecem a sua própria história, sendo urgente e necessária a preservação contra o esquecimento destas memórias, “que nos levem a fazer as pazes com o passado e nos permitam tornar o presente possível” (Gagnebin, 2009, p. 49).

No que concerne a documentação em suporte físico, poucas são as unidades de informação que desenvolvem políticas de conservação e preservação de seu acervo, o que torna a documentação inutilizada, deteriorada e abandonada em salas insalubres e escuras das antigas sedes dos DOPS, fazendo com que o acesso à tais documentos seja inviabilizado, e esta memória se perca, sem falar dos casos de pessoas torturadas e perseguidas na Ditadura que até hoje permanecem silenciados, esquecidos e não revelados. Já, quanto à documentação presente em ambientes virtuais, existe a negligência, por parte das instituições, que, muitas vezes perdem acervos de memórias por conta da obsolescência de seus *softwares*, ausência de investimentos em gerenciamento eletrônico de documentos.

Dessa maneira faz-se necessário nesta tese, não somente evitar o esquecimento, silenciamento e apagamento, bem como também preservar o caráter infomemorial dos documentos, que de acordo com Oliveira (2024, p. 21) “reflete a possibilidade que a informação assume enquanto capacidade de alimentar a memória”. Fazendo uma analogia com a ambrósia¹⁶

¹⁶ A palavra ‘ambrosia’ significa divino e imortal. Considerado o manjar dos deuses do Olimpo segundo a mitologia grega, era um doce com sabor divino. Seu poder era tanto que se um mortal o degustasse, ganharia a imortalidade. Contam que quando os deuses o ofereciam a algum humano, este ao ingeri-lo, sentia sensação de

dos deuses do Olimpo, pode-se dizer que a relação informação-memória-documento permite que sejam compreendidas verdades que ainda permanecem não ditas, além de que tal investigação viabiliza a construção do conhecimento, reiterando a função técnica e social do cientista da informação.

Nesta seara, a “revelação da memória, enquanto guardiã do passado, se dá através da representação do conhecimento, sendo essa um atributo infomemorial” (Ferreira; Lima, 2023, p. 4), assim na CI, a memória assume seu papel de estabelecer uma ponte com o passado, estabelecendo um processo de recuperação e acesso à histórias que devem ser reveladas, conforme (Ferreira; Lima, 2023, p; 4) “a memória não se limita a uma avaliação crítica do passado, a partir de uma cronologia, mas de estabelecer com esse passado a socialização do diálogo, a partir de dispositivos (i)materiais dotados de informação”.

Diante do exposto, esta tese apresenta a seguinte **questão problema**: de que maneira as potências infomemoriais presentes nos documentos da Comissão Nacional da Verdade indicam os rastros da atuação da Igreja Católica na construção de verdades políticas e ideológicas, que resultam no silêncio, esquecimento, apagamento de memória, e ao mesmo tempo na luta contra a violação de direitos humanos durante a Ditadura Militar brasileira?

A partir disso, tem-se como **hipótese** que os documentos reunidos pela Comissão Nacional da Verdade revelam a forte influência dualista que a Igreja Católica exerceu em sua atuação durante a Ditadura Militar brasileira, tendo em vista que em um determinado momento foi favorável, apoiando a tomada de poder pelos militares, e em outro atuou como principal instituição de luta contra a violação dos direitos humanos e denúncias de tortura, logo acredita-se no seu papel fundamental como uma das principais instituições civis de formação de opinião e influência comportamental do período militar. Ressalta-se que os rastros memorialísticos do acervo da CNV, uma vez investigados, podem evidenciar memórias ainda não reveladas que remontam fatos passados e servem de prova testemunhal de atentados à vida e a democracia, e que se perderam através do silêncio, esquecimento e apagamento, tendendo a negar os fatos vividos, a manipular ou alterar a realidade na construção de novas verdades.

Neste sentido, levando em consideração à perspectiva infomemorial da amplitude de documentos reunidos pela Comissão Nacional da Verdade, que sob a guarda permanente do Arquivo Nacional, são disponibilizados para acesso, por meio do Sistema de Informações do

extrema felicidade. Segundo alguns mitos, se semideuses o consumissem exageradamente, explodiriam em chamas (Dicionário de Símbolos, 1999, p 73).

Arquivo Nacional (SIAN)¹⁷ e pelo Portal Memórias Reveladas¹⁸, logo, em tratando-se do *corpus* documental desta tese, a atenção foi direcionada à estudar os recortes de jornal, os depoimentos, os processos judiciais, as fotografias, os laudos periciais, ou seja, as fontes memorialísticas que trouxeram consigo as informações referentes à participação da Igreja Católica no período de 1964 à 1985, que estão presentes no acervo da CNV.

Neste mote, acredita-se que, **cientificamente** a pertinência desta pesquisa se reafirma na medida em que as discussões acerca de memória se tornam um exercício que transcende os valores científicos, e tornam-se necessidades sociais, cabendo à Ciência da Informação disseminar este valor social, além de que seu aporte teórico se encontra ancorado à interdisciplinaridade que a área proporciona. Logo, é importante salientar que a Ciência da Informação ressignifica-se enquanto área que estuda a relação intrínseca entre informação e memória, a partir do momento que direciona sua atenção às potências infomemoriais da Ditadura Militar evitando o seu silenciamento, esquecimento e apagamento.

Dessa maneira, conforme Traverso (2012, p. 22), “a história acaba por fazer da memória um dos seus domínios de investigação, como prova a história contemporânea”, todavia, ela não é exclusividade da história, já que é parte constituinte da antropologia, da psicologia, da educação e, de modo especial, da Ciência da Informação. Logo, a pertinência desta pesquisa se reafirma na medida em que as discussões acerca da memória se tornam um exercício que transcende os valores científicos, e tornam-se necessidades sociais, cabendo à Ciência da Informação investigar e disseminar estas e outras memórias.

Partindo destes pressupostos, desenvolver estudos com a memória da Ditadura Militar brasileira é, nessa perspectiva, um ato urgente. Tendo em vista, que no ano de 2024, o golpe de estado de 1964 completou 60 anos, embora os fatos históricos, provas e testemunhos denotem o horror imposto pelo domínio militar, há ainda àqueles que duvidam ou desacreditam da existência de uma ditadura no Brasil. De acordo com Salles (2024, p. 33) “somente conhecendo os malefícios do regime militar com seus ignóbeis porões e atrocidades, será possível dificultar (ou impedir) a repetição dos crimes aqui praticados contra a humanidade”. Logo, estudar a Ditadura Militar pela ótica da memória torna-se um dever para àqueles que buscam conhecer a verdade e lutar pela liberdade da democracia no país da nação verde e amarela, entendendo quais foram as sequelas e marcas irreversíveis deixadas na conjuntura política brasileira.

¹⁷ <https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/login.asp>

¹⁸ <https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/comissoes-da-verdade/cnv>

Pelas palavras Araújo (2018), a memória opera a partir de um processo seletivo e como potencial de arma política para as vítimas, logo, percebe-se que seu esquecimento provoca o silêncio de atos passados que podem ter influenciado atos da conjuntura política vigente. Diante disto, faz-se necessária a investigação científica, na tentativa de conhecer o passado e compreender fatos do presente, mesmo que o esquecimento se faça presente.

Salles (2024, 35) afirma que “com o fim do regime discricionário, o Brasil teve oito presidentes, o último foi o organizador de uma nova tentativa de golpe em 08/01/2023¹⁹”, sem falar que não obstante, contrastando o passado com o presente, faz-se necessário rememorar que a Educação sofreu um desmonte durante os quatro anos de governo de extrema direita conservadora, sob o domínio de Jair Bolsonaro, ato que inviabilizou o repasse de bolsas de estudos para a área das Ciências e Tecnologia, e da valorização da universidade como espaço de produção do conhecimento e de incentivo às ideias, conforme aponta a reportagem do site Terra, “grandes instituições como a UFRJ e a Unifesp afirmam que dinheiro só é suficiente até julho de 2012; na Bahia, o reitor diz que falta de auxílio deixa alunos até 'passando fome” (Portal Terra Notícias, 2021, online).

Assim, levando em consideração o contexto brasileiro, escrever essa tese foi especialmente desafiador para a pesquisadora, sua **justificativa pessoal** versa no fato de ser apaixonada por registros e memória, desde à sua graduação em Biblioteconomia, quando ainda aluna, participou de um projeto de extensão que visava trazer o acesso à documentos antigos, com a idade de 100 anos, referentes à fundação do Curso de Direito, da Universidade Federal do Ceará, e aprendeu em um laboratório de restauração de documentos a importância que os vestígios infomemoriais possuem para a reconstrução e entendimento do passado. Logo, a pesquisadora buscou direcionar suas experiências científicas, acadêmicas e profissionais para a área dos estudos em memória dentro da Ciência da Informação, escolhendo trabalhar com a temática da Ditadura Militar brasileira dentro da área, por considerar que um momento tão sensível, de amplas violências e desrespeito aos direitos humanos, nunca deve ser esquecido, pelo contrário, cada brasileiro tem o dever de conhecer essa história e perpassa-la às próximas gerações, reconta-la inúmeras vezes, se preciso for, na tentativa de reparar, dando voz àqueles

¹⁹ Manifestantes contrários à vitória do então presidente eleito, Luiz Inácio Lula Da Silva, invadiram os prédios do governo federal em Brasília para depredação do patrimônio público e com o uso da violência e de forma extremista, marcharam, vestidos de verde e amarelo, pedindo a intervenção militar, por não concordarem com um governo eleito, essencialmente de esquerda, assim de forma antidemocrática depredaram locais históricos na praça dos Três Poderes, destruindo os símbolos da República. Este momento ficou conhecido como sendo uma nova tentativa de golpe, por fazer alusão a ideia da luta entre esquerda e direita brasileira, mesma justificativa que fora dada em 1964, quando os militares construíram a narrativa que assumiram o governo brasileiro (Jornal O Globo, 2023, online).

que foram calados na Ditadura Militar brasileira, e buscando não deixar que o Brasil se perca da democracia.

Outro ponto que merece destaque, é que a pesquisadora escreveu esta tese como continuidade de outra pesquisa já realizada, no Mestrado em Ciência da Informação, que rememora a vida e obra de Frei Tito de Alencar Lima, como sendo um mártir na luta social contra a opressão, a tortura e a censura advindas da DM. Não obstante, esta tese concretiza-se como uma necessidade da pesquisadora, em dar continuidade à pesquisa, anteriormente mencionada, na tentativa de não silenciamento, de não apagamento das memórias da DM, em um tempo de questionamento à democracia, de enfraquecimento de direitos, em especial, de dúvidas da existência ou não de uma ditadura civil no Brasil, esta tese foi produzida com a consciência da luta contra a repressão, ao preconceito, ao basta à tirania, que ainda tenta nos assolar ao construir uma política de apagamento, visando permanecer desrespeitando os direitos humanos. A memória, aqui evidenciada, é o motor de luta pela liberdade dentro da ciência e a lembrança constante de democracia.

A partir do viés exposto no contexto acima, pôde-se trabalhar a união entre informação e memória, com o foco no desafio de ressaltar, o silêncio, o esquecimento, e o apagamento de memórias da Ditadura Militar no processo de construção da consciência política, democrática e social do povo brasileiro, tomando por base momentos históricos da DM, que deixaram na sociedade, marcas que permanecem até os dias de hoje, e que foram evidenciadas nos atos políticos, mesmo 60 anos após o golpe militar de estado.

Faz-se importante mencionar que sua **justificativa social** pode ser percebida quando usa-se o lema “lembrar para jamais esquecer”, pois é preciso descortinar a Ditadura Militar brasileira, através de suas próprias memórias, por fontes de quem viveu o período, de forma testemunhal e documental e não apenas aceitar a justificativa, que até mesmo acontecia no passado, no próprio período militar, quando os governantes tentavam tranquilizar a população acerca dos atos institucionais que eram promulgados na DM, e afirmavam que “estavam no poder, única e exclusivamente pelo bem maior, para que no Brasil não houvesse a investida comunista”, ou “que as informações do que aconteciam nas salas dos interrogatórios eram confidenciais, ou “ocorriam apenas contra aqueles que detinham a chancela de subversivo”. Ao justificar a tortura enquanto método de investigação, o Brasil feriu todos os direitos humanos reconhecidos em sociedade, logo esta memória tem o dever científico, social e moral de ser compartilhada, para que os erros deste passado obscuro, não voltem a assolar a população, como ainda tenta acontecer.

Diante do exposto, tem-se o **objetivo geral**: investigar os rastros memorialísticos da atuação da Igreja Católica, presentes nos documentos da Comissão Nacional da Verdade durante a Ditadura Militar no Brasil.

Outrossim, apresenta-se na mesma perspectiva, os **objetivos específicos**:

- a) Mapear os rastros memorialísticos nos documentos da CNV da atuação da Igreja Católica que podem ser consideradas narrativas de construção de verdades políticas e ideológicas que contribuíram com a investida militar no Brasil.
- b) Identificar o papel de luta da Igreja Católica na denúncia contra a perseguição e aos crimes de violência sofridos pelo movimento de resistência brasileira;
- c) Desvendar a memória de brasileiros/as invisíveis ligados à Igreja Católica e que foram símbolos de resistência na luta contra a tortura e busca por direitos humanos;
- d) Estabelecer a relação do poder de influência que as verdades políticas e ideológicas defendidas pela Igreja Católica tem na mobilização de opinião pública.

Dessa maneira, esta tese está organizada em sete seções, sendo estas: a primeira seção, que traz como título a **INTRODUÇÃO**, onde são apresentadas a contextualização da temática, os objetivos da pesquisa, as justificativas, a descrição do cenário, o enredo da problemática e problema de pesquisa, além de sua hipótese e caracterizações do objeto.

Dando prosseguimento, apresenta-se a seção dois, que aborda os **MECANISMOS INVESTIGATIVOS DA PESQUISA** trazendo a contextualização do objeto de pesquisa, o locus da pesquisa, as tessituras do objeto da pesquisa na Ciência da Informação, ressaltando a aderência da temática à área, mostrando as preferências metodológicas e o mapeamento das técnicas de investigação.

Neste viés o referencial teórico desta tese está organizado, a partir da seção três, onde apresenta-se intitulada **OS RETALHOS DA MEMÓRIA**, fazendo uma construção teórica do conceito de memória como instrumento, dando ênfase à base informacional que norteia as suas ações no campo dos estudos com a temática da Ditadura Militar, subdividindo-se em três subseções, sendo estas: a memória como instrumento de poder; a memória como instrumento de resistências; a memória como instrumento de denúncias.

Na seção quatro do referencial teórico, sendo denominada de **COR CINZA DA DITADURA MILITAR**, é feita a caracterização dos personagens centrais da pesquisa, com a sua subdivisão em três subseções, sendo estas: a Santíssima Trindade da ditadura: os militares; a Santíssima Trindade da ditadura: os atos institucionais; a Santíssima Trindade da ditadura: a

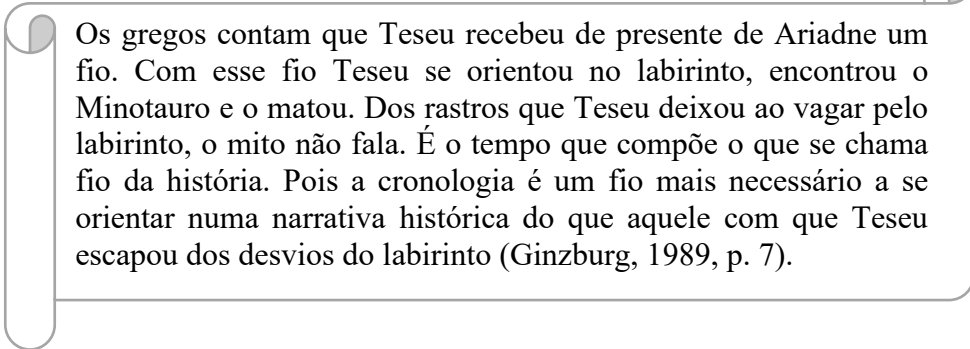
repressão. Neste mote, ressalta-se o quadro teórico conceito histórico e memorialístico na tentativa de descortinar o período militar, a partir do conceito de “verdade factual” de Hannah Arendt (1995).

Com isso, tem-se a seção cinco, como sendo a última seção teórica, intitulada de **DEUS ACIMA DE TUDO, BRASIL ACIMA DE TODOS**, onde é desenvolvida a outra parte central do referencial teórico, ao trazer para a discussão o tema da fé em diferentes perspectivas, dentro da conjuntura política brasileira, além de evidenciar quais foram as práticas infomemoriais que, mais tarde serviram de base para à resistência ao silenciamento, esquecimento e apagamento de memória da Ditadura Militar brasileira.

De tal maneira, a partir do quadro teórico, tem-se a seção seis, chamada de **A VERDADE DA IGREJA CATÓLICA NOS DOCUMENTOS DA DITADURA: APOIO E RESISTÊNCIA**, neste momento, são apresentados os resultados da tese, com os rastros memorialísticos sendo desvendados a partir da análise de dados realizada, além de demonstrar as abordagens dos estudos infomemoriais no entendimento do período militar.

Portanto, chega-se à última seção da tese, denominada de **BRASIL, AME-O OU DEIXE-O** com a apresentação das contribuições gerais desta pesquisa para os estudos em memória, para a Ciência da Informação, sendo comprovada também a tese de que os rastros memorialísticos da Igreja Católica, presentes na documentação reunida pela Comissão Nacional da Verdade denotam, na mesma proporção, tanto o apoio ao regime militar, quanto à denúncia e resistência aos crimes de violência que foram cometidos contra cidadãos brasileiros com o aval do estado. Aqui fez-se o exame do posicionamento da Igreja Católica no contexto da Ditadura Militar, entendendo que estudar a memória de um povo, enquanto objeto científico, reafirma o sentido maior da humanidade, que é o de registrar a sua história e perpetuá-la, para as próximas gerações, independentemente do tempo. “Tenho muito mais passado que futuro, não vou desperdiçar o que resta da minha existência. Não deixarei de contribuir para a tão necessária transformação política, econômica, social do mundo em que vivemos, a ditadura não me calou” (Salles, 2024, p. 35).

2 MECANISMOS INVESTIGATIVOS DA PESQUISA



Os gregos contam que Teseu recebeu de presente de Ariadne um fio. Com esse fio Teseu se orientou no labirinto, encontrou o Minotauro e o matou. Dos rastros que Teseu deixou ao vagar pelo labirinto, o mito não fala. É o tempo que compõe o que se chama fio da história. Pois a cronologia é um fio mais necessário a se orientar numa narrativa histórica do que aquele com que Teseu escapou dos desvios do labirinto (Ginzburg, 1989, p. 7).

A direção na qual se percorre os caminhos metodológicos desta pesquisa está apontada para o caráter infomemorial presente nos documentos, fazendo com que se tenha assim um aprofundamento teórico acerca dos conceitos que envolvem a memória, o documento, seu caráter de prova e testemunho de um fato, e suas articulações com a Ciência da Informação, nos desdobramentos da investigação para a compreensão do passado. Desse modo, prescrutar, minuciosamente, os rastros memorialísticos que atestam um documento como prova tornou-se o fator motivacional que ancorou o desenvolvimento desta tese.

Neste sentido, este estudo consolidou-se, a partir da construção da base teórica fundamental da pesquisa, com a escolha da literatura pertinente, ao que se deu destaque aos conceitos de *memória* de Candau (2011), Halbwachs (2006) e Pollak (1989); de *rastro memorialístico* de Ginzburg (1989), ao conceito de *verdade factual* de Arendt (1995), de *Regimes de Verdade* de Foucault (2009), e da *Teoria da Arqueologia do Saber* de Foucault (2005).

Em linhas gerais, partindo desses pressupostos teóricos, houve a sua contextualização com o objeto da pesquisa, que aqui consiste nos documentos reunidos pela Comissão Nacional da Verdade, de modo que fez-se um recorte do *corpus* documental que contempla as potências infomemoriais da Igreja Católica, no período de 1964 à 1985, na Ditadura Militar brasileira, adotando na pesquisa filtros de busca para trabalhar no acervo disponibilizado, por meio do Portal Memórias Reveladas e também pelo Sistema de Informações do Arquivo Nacional.

Ademais, com a definição do *lôcus* da pesquisa para a coleta de dados, houve a busca bibliográfica com relação as tessituras do objeto na Ciência da Informação, juntamente com a sua aderência à área de concentração do Programa ao qual estamos vinculadas, bem como a linha de investigação. Ressalta-se que o levantamento do estado da arte levou em consideração o desenvolvimento de pesquisas que apontassem a Igreja Católica como protagonista do estudo, tendo como pano de fundo à Ditadura Militar brasileira. Em consonante, houve a apropriação

da temática estudada e o desenvolvimento metodológico da pesquisa, de modo a responder sua questão problema e atender aos objetivos pretendidos.

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO OBJETO NA PESQUISA

Tratando-se da compreensão das razões pelas quais colocou-se em evidência os documentos da Comissão Nacional da Verdade como objeto de estudo desta tese, faz-se necessário, primeiramente deixar claro, que tal fato deu-se pelo caráter legal de reconhecimento oficial da CNV, já que por meio dos documentos que foram reunidos, e disponibilizados na *internet* pode-se ter a compreensão da participação da Igreja Católica durante o regime militar. Dessa maneira, o recorte no acervo destes documentos viabilizou o acesso a rastros memorialísticos, que reconstroem e ressignificam o passado, fazendo com que haja a sua interpretação e leitura de fatos de uma realidade outrora distante, o que é corroborado por Ginzburg (2006, p. 18) “a documentação nos oferece a oportunidade de reconstruir não só as massas indistintas como também personalidades individuais”.

Cabe destacar, que a escolha pelo acervo da Comissão Nacional da Verdade também se deu pela importância de dar ênfase a documentos arquivísticos de valor comprobatório e histórico, obedecendo a terceira idade, de cunho permanente²⁰. Em que a CNV desempenhou um trabalho de organização, tratamento, preservação física e digitalização deste material, onde constavam “milhares de documentos, testemunhos de vítimas e familiares, depoimentos de agentes da repressão política, 47 mil fotografias, vídeos de audiências públicas, diligências e depoimentos, laudos periciais, etc.” (Portal Memórias Reveladas, 2025, online).

Outro ponto que merece destaque diz respeito à escolha da Igreja Católica como personagem central da pesquisa na Ditadura Militar, isso se deu tendo em vista que além do fato de exercer uma significativa influência na população brasileira, desde a chegada dos portugueses ao Brasil, sendo inegável as suas contribuições na história e memória no desenvolvimento político, cultural, econômico e social do país, o que pode ser corroborado por Gomes (2014, p. 29) “é fundamental considerar a importância da Igreja Católica, quando quer se compreender o Brasil”.

²⁰ o documento adquire valor permanente, de maneira que seu uso será unicamente por seu valor cultural, histórico, ou de investigação. Sua conservação será definitiva (Belloto, 2006, p. 193).

Dessa maneira, há de se mencionar também que a CNV destacou dentre as treze temáticas elencadas para a investigação documental, a presença da participação das igrejas cristãs no regime ditatorial, de modo geral (católica e protestante), levando em consideração que

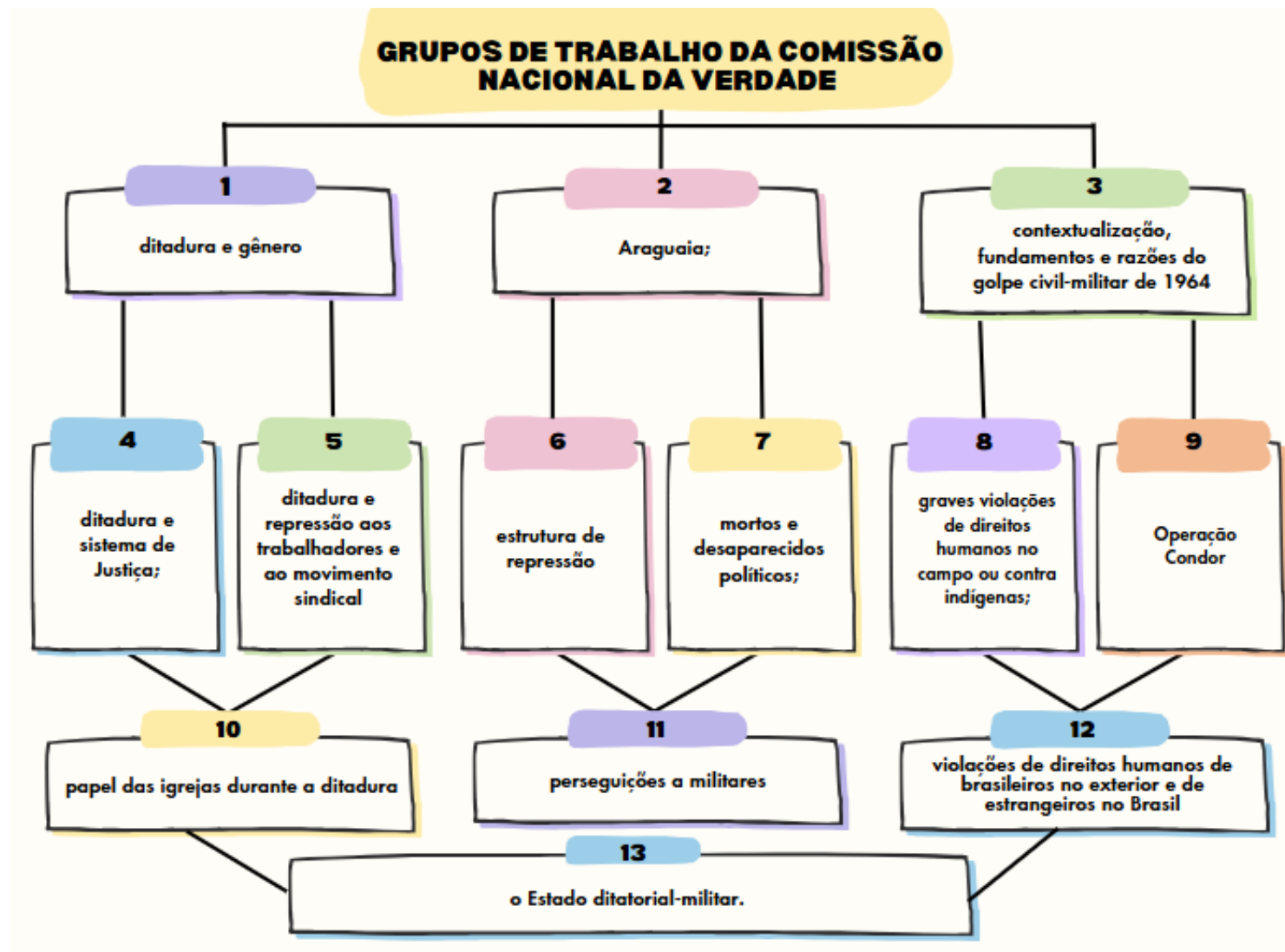
todo o trabalho foi feito por meio de pesquisas documentais, entrevistas e coletas de depoimentos de vítimas da repressão, agentes do Estado, parentes de vítimas e testemunhas, visitas para reconhecimento de locais que serviram como base para violação de direitos de vítimas da repressão, diligências e audiências públicas (Portal Memórias Reveladas, 2025, online).

Neste sentido, a CNV direcionou os seus esforços para o desenvolvimento de pesquisas, em 02 de julho de 2012, a partir da promulgação da Resolução nº 1, onde ficou estabelecido o cumprimento de diretrizes para que houvesse planejamento das ações, a organização da documentação e o trabalho relativo aos conselheiros. Neste sentido, inicialmente a CNV atuou na forma de grupos de trabalho e de subcomissões temáticas, sendo estas:

- I. subcomissão de "pesquisa, geração e sistematização de informações";
- II. **subcomissão de "relações com a sociedade civil e instituições";**
- III. **subcomissão de "comunicação externa".**

Por outro lado, observa-se que posteriormente, em dezembro de 2012, as atividades de pesquisa da CNV foram desenvolvidas em grupos de trabalho coordenados, dentre os quais havia profissionais da informação desenvolvendo ações na área de tratamento, pesquisa, preservação digital e curadoria digital. “Tal forma de organização teve por intuito permitir a descentralização das investigações e a autonomia das equipes de pesquisa” (Portal Memórias Reveladas, 2025, online). Assim, abaixo na figura 1, tem-se a disposição dos 13 grupos de trabalho da CNV:

Figura 1 – Grupos de Trabalho da CNV



Fonte: elaborada pela autora (2025)

Nesta seara, faz-se necessário ressaltar que nesta pesquisa, o recorte foi feito nas fontes memorialísticas referentes ao GT 10: “O papel das igrejas durante a ditadura”, levando em consideração que em seu escopo informava que:

a postura política de instituições religiosas e seus integrantes, em relação ao regime ditatorial busca esclarecer a participação de instituições religiosas cristãs e/ou de suas lideranças clériga ou leigas, tanto no apoio de resistência à ditadura, quanto na contribuição à repressão, analisando os fatos e as circunstâncias de graves violações de direitos humanos correlatos ao seu tema (Assis, 2014, p. 220).

Dessa maneira, o recorte do *corpus* documental da tese concentrou-se em investigar os recortes de jornal, os depoimentos, os processos judiciais, as fotografias, os laudos periciais, obedecendo à linha temporal de 1964 a 1985, e que estivessem disponibilizados, a partir do fundo arquivístico do G10 da CNV. Nesta assertiva, merece destaque dizer que dentre os pontos fundamentais que se destacam neste acervo, está o fato destas potências infomemoriais retratarem à história do passado tal como aconteceu, assim o trabalho da CNV não buscou reescrever ou mudar o passado, porém interpretá-lo para um melhor entendimento das circunstâncias do período militar no Brasil.

As formas de recontar essas trajetórias de envolvimento religioso e político, enfrentamento, sofrimento, morte retomam o qualificativo dramático que pode ser explorado na abordagem das narrativas diversas que se projetam para a memória material (Turner, 2005, p. 45).

Nesta perspectiva, pode-se ressaltar a importância no trabalho desenvolvido pela CNV quando colocamos a ótica da evocação destas memórias no centro deste estudo, leva-se em consideração que a memória dos indivíduos que viveram o período militar, presentes em grupos sociais da Igreja Católica (religiosos, autoridades, clérigos, frades, padres, devotos, crianças) que compartilharam destas vivências no período militar, embora de formas e interpretação de contextos diferentes detêm na lembrança os fatores que como em um mosaico de peças em um quebra-cabeça remonta ao todo na representação do passado, isto é existe a construção da memória nacional por meio de memórias coletivas viabilizadas pelas memórias individuais, o que Halbwachs chama de processo seletivo da memória.

A memória individual não pode ser distanciada das memórias coletivas. Não é o indivíduo isoladamente que tem o controle do resgate sobre o passado. A memória é constituída por indivíduos em interação, por grupos sociais, sendo as lembranças individuais resultado desse processo. Ainda que o indivíduo pense que sua memória é estritamente pessoal, uma vez que ela pode resgatar acontecimentos nos quais só ele esteve envolvido ou fatos e objetos que só ele presenciou e viu, ela é coletiva, pois o indivíduo ainda que esteja só é o resultado das interações sociais. Ele vê o mundo através de construções coletivas como a linguagem. Dois indivíduos, de tradições culturais distintas, ao se perderem em um mesmo deserto trarão lembranças, descrições e sentimentos diferenciados de suas experiências. Nossas lembranças

permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos (Halbwachs, 2006, 25).

Nesta seara do estudo das memórias no contexto do período militar, faz-se necessário o entendimento do conceito de memória na perspectiva de Candau, que em sua obra “Memória e Identidade”, traz o que denomina de “manifestações da memória” às dividindo entre o que seriam memórias fortes e memórias fracas, sob a perspectiva antropológica:

Protomemória: fazendo uma correlação com Bourdieu (2009), aqui a protomemória se confunde com o *habitus*, isto é, “sistemas de disposições duráveis e transponíveis, estruturas predispostas a funcionar, princípios geradores e organizadores de práticas e representações” (Bourdieu, 2009, p. 87). Em contrapartida, “a experiência incorporada é uma presença do passado – ou no passado – e não a memória do passado” (Candau, 2011, p. 23). Nesta perspectiva, existe a manifestação da memória social de forma incorporada, a partir de suas expressões pelo ser individual, suas ações são realizadas de forma imediata, o que Candau define como sendo “sem julgamento prévio, quase sem tomada de consciência” (Candau, 2011, p. 23). Nesta perspectiva o passado é inerente ao ser humano, de forma que acontece naturalmente, sem que haja assim a necessidade de dispositivos para representar esta memória. Por exemplo, o aprendizado que vai sendo repassado entre famílias, de geração a geração, por meio das tradições.

Memória propriamente dita: Candau afirma que esta é a memória de alto nível, que é essencialmente uma memória de recordação ou reconhecimento, assim discorre dizendo que “evocação deliberada ou invocação involuntária de lembranças autobiográficas ou pertences a uma memória enciclopédia (saberes, crenças, sensações, sentimentos)” (Candau, 2011, p. 23). Desse modo, a memória propriamente dita pode ser considerada como sendo aquela dos presos políticos, que carregam ainda as lembranças dolorosas da tortura no período militar.

Metamemória: “é a representação que cada indivíduo faz de sua própria memória, o conhecimento que tem dela, e de outro, o que diz dela” (Candau, 2011, p. 23). Ademais, a maneira com a qual o indivíduo conhece seu passado e sabe as construções pelas quais possui através de sua própria história. Neste sentido, a história que a Igreja Católica possui e é retratada através dos documentos arquivísticos reunidos pela Comissão Nacional da Verdade, se caracteriza com está terceira manifestação da memória que Candau apresenta.

Um ponto que merece destaque, dizer nos estudos sobre memórias, por meio da ótica de Candau é com relação a importância dada à memória individual, em que o autor aponta que tanto a protomemória, como a memória propriamente dita dependem diretamente da “faculdade da memória”, ou seja, toda pessoa consciente pode conhecer a sua realidade vivida, desde que

tenha a cognoscência incorporada, por sua taxonomia Candau baseia-se em dizer que seus termos adequam-se na “condição de termos científicos” (Candau, 2011, p. 23).

Na perspectiva do que Candau chama de Metamemória, tem-se o entendimento acerca de sua função exercida no período militar, quando destaca-se no GT 10 da Comissão Nacional da Verdade, a memória da igreja, especialmente a Igreja Católica, o que se corrobora em uma entrevista do filósofo Jorge Atílio Iulianellil, consultor do GT 10 da CNV, que fora cedida a João Marcos Figueiredo Assis, publicada no capítulo “Igreja, discurso, e verdade nos arquivos da ditadura: a Comissão Nacional da Verdade e os acervos das igrejas. Assim, o autor ressalta que Iulianellil, particularmente possui envolvimento pessoal e profissional com os movimentos religiosos de bases populares ao ser questionado sobre as articulações que levaram a criação do GT 10, disse que:

O grupo de trabalho [Papel das Igrejas durante a ditadura] foi formado logo no início da Comissão numa conversa entre José Luiz Del Roio, o Anivaldo e o Paulo Sérgio [Pinheiro]. O Anivaldo e o José Del Roio conversaram com o Paulo Sérgio Pinheiro sobre a relevância da Comissão Nacional, ter que lidar, dentre as diferentes instituições, com as igrejas. Porque as igrejas cumpriram, nesse período da ditadura, tanto esse papel, digamos, de resistência e luta por libertação, mas também esse aspecto mais sombrio, de um colaboracionismo direto com o regime [...] E o Paulo Sérgio ficou convencido da relevância e nós fizemos então a primeira reunião para discutir como é que seria isso (Entrevista de Iulianellil cedida a Assis, 2024, p. 223).

Neste mote, compreende-se que já nas primeiras articulações acerca da inserção da temática da participação da igreja no período militar ressaltava-se a dualidade de ações que as religiões tinham durante os anos de 1964 a 1985. Dessa maneira, em outro trecho da entrevista, Jorge Atílio Iulianellil fundamenta que a Comissão preocupou-se em delimitar a questão da atuação religiosa no Brasil durante o período militar, levando em consideração que existe uma amplitude de religiões no país, porém houve a delimitação no escopo de trabalho da CNV para tratar da Igreja Católica Apostólica Romana e das igrejas cristãs do Protestantismo Histórico e de Missão, em virtude dos prazos que a CNV detinha para poder executar seu trabalho.

Há muita informação sobre o papel da resistência da Igreja Católica. Isso é abundante, a literatura deu conta disso. Então você tem muita informação sobre isso. Há pouca informação sobre aspectos do colaboracionismo da Igreja Católica. O contrário se pode dizer das igrejas Protestantes. Você tem bastante informação do colaboracionismo, até porque os que relataram foram os perseguidos. Então você tem mais informação sobre o colaboracionismo e pouca informação sobre a resistência que teve um aspecto fundamental, pouco conhecido pela sociedade brasileira. A sociedade brasileira conhece pouco da resistência política que os protestantes tiveram nesse período da ditadura (Entrevista de Iulianellil cedida a Assis, 2024, p. 223).

Com estas conjecturas, ressalta-se que nesta tese trabalhou-se como recorte do *corpus* documental, as potências memorialísticas organizadas e tratadas pelo GT 10 da CNV, com a temática da Igreja Católica Apostólica Romana, tendo em vista as mesmas razões que a CNV

teve, a otimização do tempo, o cumprimento de prazos e a multiplicidade de religiões presente no Brasil, além da amplitude de documentos que foram reunidos pela Comissão, assim foi pensando em entender esse movimento dualista da Igreja Católica que nasceu esta tese.

Dando prosseguimento na busca de ancoragem teórica e metodológica para fundamentar esta pesquisa faz-se necessária a apresentação de alguns conceitos relevantes que são discutidos, tanto na construção do referencial teórico, quanto no desenvolvimento da análise de dados, que são: *informação, memória, documento, rastro memorialístico, verdade factual, Regimes de Verdade*.

Dessa maneira, inicialmente discute-se o conceito do termo “informação”, onde Buckland (1991, p. 1) diz que seu “conceito é também atribuído para objetos, assim como dados para documentos, que são considerados como “informação”, porque são relacionados como sendo informativos, tendo a qualidade de conhecimento comunicado”. Em consonância à este pensamento, na Ciência da Informação, Capurro e Hjørland (2007) sistematizaram epistemologicamente o conceito de informação através de três paradigmas, sendo eles: o *paradigma físico*, o que ressalta a objetividade da informação, independentemente dos seus sujeitos e contexto, reafirmado pelo processo de comunicação; há ainda o *paradigma cognitivo* quando a informação passa a modificar o estado cognitivo dos sujeitos e dá atenção para a maneira com a qual acontece o repasse de informações que necessitam; por fim o *paradigma social*, que repensa o processo informacional, integrando o paradigma cognitivo a um contexto social, levando em consideração a natureza social da informação.

Já na Biblioteconomia, há a preocupação em atender as necessidades dos usuários e preservar, organizar e dar acesso a informações registradas que se apresentam na condição de documentos. Entende-se, por documento, toda e qualquer fonte de informação que seja registrada em algum tipo de suporte material. Isto é, Otlet (1996, p. 23) confere-se ao documento às seguintes características:

o conhecimento achava-se engastado em documentos que o objetificavam e lhe davam uma espécie de *status* público. Os documentos, entretanto, consistiam não apenas em palavras escritas ou impressas. Objetos, figuras e ilustrações, partituras musicais — qualquer coisa que tivesse valor probatório, que ‘documentasse’ algo, era um documento.

Por conseguinte, os arquivos são ambientes em constante desenvolvimento, onde podemos perceber que há a propagação de diferentes estilos e tipos de ofícios a serem trabalhados por distintos profissionais que lidam com a informação registrada, a informação documentada. Logo, na Arquivística Moderna, há uma classificação do estágio de sua evolução, ao partir de sua idade e que obedece a uma ordenação, após os eventos da Segunda Guerra

Mundial, com a grande proliferação de documentos de forma desordenada, foi necessário então adotar um mecanismo de organização e tratamento destas informações registradas. Segundo a qual um documento é considerado da *primeira idade*, quando possui acesso frequente, da *segunda idade*, quando seu acesso é menos frequente e da *terceira idade*, quando não se tem mais acesso e sim a guarda permanente da documentação, que tem valor de prova, cunho testemunhal e histórico, esta teoria é denominada de Teoria das 3 idades ²¹(Bellotto, 2006).

Durante a elaboração desta tese é adotada a perspectiva na qual os documentos “devem ser entendidos como uma forma de contextualização da informação [...]” (Kripka; Scheller; Bonotto, 2015, p. 244) e que se constituem em dispositivos comunicativos que retratam dada realidade, a partir dos registros contidos em tais documentos (Sampaio, 2021, p. 20), assim deu-se o destaque aos documentos produzidos durante a Ditadura Militar brasileira, logo, parte-se da perspectiva de que “o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder” (Assis, 2014, 216).

No estudo dos documentos, também se faz necessário ressaltar o conceito de memória, onde pelas palavras de Oliveira (2010, p. 34) “de forma genérica, pode-se definir memória como a capacidade humana de reter fatos e experiências do passado, evocá-los e retransmiti-los às novas gerações”, assim, no que se refere a estas fontes de saber coletivo Pollak (1989, p.4) complementa dizendo que “estudar as memórias coletivas fortemente constituídas, como a memória nacional, implica preliminarmente a análise de sua função”.

Acerca disso Yates (2007, p. 18) corrobora dizendo que a arte da memória é “uma técnica que permite ao orador aprimorar sua própria memória, o que o capacita a tecer longos discursos de cor, com uma precisão impecável”. Nesta seara, Maurice Halbwachs (2006) disserta que há duas possibilidades de memória, onde o autor diz que há uma interna, à qual denomina de memória pessoal e outra externa, à qual chama de memória social, contudo, diz que ambas também podem ser a memória autobiográfica e a memória histórica.

²¹ A Teoria Arquivística das Três Idades ou também conhecida como Ciclo Vital dos Documentos representa as fases de vida em que o documento arquivístico exerce sua função para a instituição, sendo da sua elaboração inicial até a sua fase de destinação final, sendo está para a eliminação ou guarda permanente, dependendo do valor atribuído ao documento na fase de avaliação. **Primeira idade:** circulação e tramitação dos assuntos iniciados. A documentação faz parte dos arquivos correntes e é de uso frequente. **Segunda idade:** o documento ou dossiê referente a um assunto deve ser conservado, sujeito à consulta ou uso como pano de fundo de forma pouco frequente. É a fase do arquivo intermediário, em que o valor primário decresce na mesma proporção em que o aumenta o valor secundário. **Terceira idade:** o documento adquire valor permanente, de maneira que seu uso será unicamente por seu valor cultural ou de investigação. Sua conservação será definitiva (Bellotto, 2006, p. 193).

A primeira receberia ajuda da segunda, já que afinal de contas a história de nossa vida faz parte da história geral. A segunda, naturalmente, seria bem mais extensa do que a primeira. Por outro lado, ela só representaria para nós o passado sob uma forma resumida e esquemática, ao passo que a memória da nossa vida nos representaria dele um panorama bem mais contínuo e mais denso (Halbwachs, 2006, p. 73).

Neste sentido, a partir das experiências e vivências que o indivíduo possui e que vai acumulando ao longo de sua existência, sejam elas de cunho pessoal, familiar, profissional ou social, através das lembranças, tratam-se de ter-se uma memória individual, restrita. Dessa maneira, Halbwachs (2006) defende a ideia de que a memória histórica é constituída e impregnada de memórias individuais e traduz-se por todas as suas construções sociais.

As memórias individuais e coletivas apoiam-se e, não obstante, são negociadas a partir das condições determinadas pelo presente, e tais condições também se encontram dentro de grupos sociais bem demarcados. Desse modo, no empenho do indivíduo em reconstituir e reorganizar suas recordações, terá que lidar com as recordações dos outros, sendo os grupos sociais que determinam o que será recordado, dado que se encontram dentro de uma determinada cultura e sociedade (Halbwachs, 2006, p. 74).

A partir do exposto, Candau complementa a teoria de Halbwachs afirmando que “[...] é através da memória que o indivíduo capta e compreende continuamente o mundo, manifesta suas intenções a esse respeito, estrutura-o e coloca-o em ordem (tanto no tempo como no espaço) conferindo-lhe sentido”. Logo, ao correlacionar estes entendimentos com a ideia de documento sob a ótica da memória material, da Ditadura Militar brasileira, da Igreja Católica revelam-se as grandes possibilidades de interpretações destas fontes, a partir da perspectiva de Pollak (1989), quando diz que a memória é algo que é formado no coletivo e passa por constantes mudanças, complementando essa assertiva Assis (2014, p. 217) disserta que “as formas de recontar essas trajetórias de envolvimento religioso e político, enfrentamento, sofrimento, morte, delação retomam o qualitativo dramático que pode ser explorado na abordagem das narrativas diversas que se projetam para a memória material”.

Nesta ótica, o trabalho que foi desenvolvido pela CNV no que diz respeito aos

conjuntos documentais da ditadura são fundamentais para determinar, no presente, as responsabilidades por injustiças e crimes, principalmente quando cometidos em períodos de exceção por agentes do Estado ou a seu mando. Sob outro aspecto, mais geral, permitem identificar as estruturas e contextos que permitiram o estabelecimento da ditadura e, principalmente, sua manutenção por mais de duas décadas, o que deixou marcas inegáveis no aparelho estatal e na própria sociedade brasileira (Stampa; Rodrigues, 2014, p. 43).

Tendo em vista, as interpretações das articulações teóricas da memória, em linhas gerais, pode-se perceber que a memória registrada, que aqui é tratada na condição dos documentos reunidos pelo GT 10 da CNV traduz-se sob a forma de memórias coletivas e memórias individuais, que juntas culminam nas memórias sociais, de tal maneira o corpus

documental desta tese composto por: recortes de jornal, os depoimentos, os processos judiciais, as fotografias, os laudos periciais, são as potências infomemoriais responsáveis por conduzir a pesquisa evidenciando as interpretações de um momento, sentimentos, visões e opiniões de um período de grande significância para a sociedade brasileira, e que detém novas possibilidades do uso da memória, corroborando isso Rubens Alves diz que “ a memória tem uma função subversiva. [...] Talvez que a memória das esperanças já mortas seja capaz de trazê-las de novo à vida, de forma que o passado se transforme em profecia e a visão do paraíso perdido dê à luz a expectativa de uma utopia a ser conquistada”.

Na nossa inevitável subordinação ao passado, nós nos emancipamos, ao menos no sentido de que, embora permanecendo condenados a conhecê-lo, exclusivamente com base em seus rastros, conseguimos, todavia, saber bem mais a seu respeito do que ele resolvera nos dar a conhecer (Ginzburg, 2006, p. 11).

Nesta seara, para que fosse possível continuar com as conjecturas teóricas metodológicas, faz-se importante também compreender o sentido de rastro, em detrimento das potências infomemoriais. Dessa maneira, tomando por base às literaturas de Ginzburg (1986, 1990, 1998, 2006), em suas metáforas acerca do caminho memorialístico percorrido, para a construção e entendimento de realidades, o historiador vale-se dos rastros para contar, o que ele denota ser “histórias verdadeiras, que às vezes detém de objetos falsos”. Assim a noção de rastro difundida por Ginzburg, tem por missão fazer o “recorte de objeto em escala microscópica, mas explorando tal objeto, de modo a desvendar o universo de uma sociedade para além do próprio protagonista do estudo”.

Por conseguinte, partindo das metáforas de Ginzburg em sua obra “O queijo e os vermes” (2006), a história concentra-se nos passos de Domenico Scandella, um moleiro, também chamado de Menocchio, que esteve perseguido pela Inquisição Católica, no século XVI, nos tempos em que se tinha à verdadeira caça às bruxas das pessoas consideradas curandeiras, ou que detinham saberes da natureza. O livro versa de seguir os rastros nos documentos sobre Menocchio, na tentativa de conhecê-lo para saber “quais eram suas leituras e discussões, pensamentos e sentimentos: temores, esperanças, ironias, raivas, desesperos” Ginzburg (2006, p. 9), o que o autor denomina de reconstrução analítica.

Tudo é história, camadas sob camadas, são dimensões do nosso passado que estão soterradas por uma vasta gama de informações que podem e devem ser investigadas e descortinadas. O moleiro observa o mundo como um moleiro, contudo, em outras situações, observando com um olhar mais atento, pode também ver o mundo sobre um prisma de um observador crítico, e assim captar detalhes que o “simplório” moleiro não seria capaz (Lima, 2024, p. 50).

Na conjuntura em que acontecem os usos e desusos da memória, o rastro une-se, proporcionando e dando sentido à criação da expressão ‘rastros memorialísticos’, noção que é aplicada à esta pesquisa, a de que através da investigação dos rastros memorialísticos dos documentos chega-se à efetiva participação da Igreja Católica no período da Ditadura Militar brasileira. Portanto, aqui acredita-se que é por meio destes rastros memorialísticos reunidos, identificados, mapeados, selecionados e interpretados que ocorre o conhecimento, faz-se assim a ciência no estudo das memórias.

[...] a história é o que transforma os documentos em monumentos e que desdobra, onde se decifram rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinham sido, uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos (Foucault, 2005, p.8).

Dando prosseguimento, ao entendimento dos conceitos chave do arcabouço teórico metodológico desta pesquisa, faz-se necessário compreender também a noção de verdade factual, que é apresentada e difundida por Hannah Arendt, em seu ensaio “Verdade e Política” de 1967, onde defende a ideia de que a verdade é constituída de fatos e eventos, assim a verdade nada mais é do que a interpretação de construções de acontecimentos vividos por meio do indivíduo.

A verdade factual, relaciona-se sempre com outras pessoas: ela diz respeito a eventos e circunstâncias nas quais muitos são envolvidos; é estabelecida por **testemunhas e depende de comprovação**; existe apenas na medida em que se fala sobre ela, mesmo quando ocorre no domínio da intimidade. É política por natureza. Fatos e opiniões, embora possam ser mantidos separados, não são antagônicos um ao outro; eles pertencem ao mesmo domínio. Fatos informam opiniões, e as opiniões, inspiradas por diferentes interesses e paixões, podem diferir amplamente e ainda serem legítimas no que respeita à sua verdade factual. A liberdade de opinião é uma farsa, a não ser que a informação factual seja garantida e que os próprios fatos não sejam questionados. Em outras palavras, a verdade factual informa o pensamento político, exatamente como a verdade racional informa a especulação filosófica (Arendt, 2014, **grifo nosso**, p.225).

Sob esta perspectiva arendtiana, a construção da verdade factual perpassa o entendimento de que os fenômenos sociais acontecem partir do compartilhamento das ideias de um momento específico por um conjunto de indivíduos, e assim os eventos se desencadeiam de forma científica, econômica, social, até chegar na política, onde a autora disserta que estas “verdades não óbvias, geralmente observadas no cotidiano, são capazes de refletir os fatos e eventos políticos, ainda que com a necessidade de interpretação” (Araújo, 2023, p. 16).

Ressalta-se que o pensamento arendtiano fundamenta os rastros memorialísticos provenientes dos documentos de cunho testemunhal e pessoal, que são apresentados na análise de dados desta pesquisa, tendo por base que, a partir deste acervo tem-se acesso a verdade

factual da Ditadura Militar brasileira, no que diz respeito à Igreja Católica. Sendo assim, na identificação e mapeamento desta verdade factual acredita-se que a interpretação tornou-se ferramenta indispensável na comprovação dos fatos, à exemplo disso, tem-se os recortes de jornais que noticiaram a “Marcha da família com Deus pela Liberdade²²”, ocorrida em 13 de Março de 1964, onde houve uma mobilização de cunho religioso (especialmente as Ligas Camponesas e o Movimento Sem Terra) contra a Reforma Agrária proposta pelo então presidente João Goulart e principalmente como um ato político em defesa da sociedade, da moral e dos bons costumes, que incendiavam a opinião pública, favorecendo, assim os preâmbulos do golpe militar de 1964.

Neste sentido, corroborando com o entendimento acerca da verdade factual, há de se destacar o seu caráter contingente que também é um ponto importante que Hannah Arendt enfatiza, pois

ela é o que é, mas poderia ser de outra forma e, entretanto, não possui razão conclusiva que a justifique. Isto é, os fatos que compõem a essência das verdades factuais constituem-se, por uma cadeia de eventos que pode vir a acontecer, mas que não pode ser controlada nem prevista. Essa imprevisibilidade decorre dos fatos estarem relacionados aos assuntos dos homens e para que perenizem uma verdade é preciso que haja a concordância comum do maior número de pessoas possível. Faz-se necessário o máximo da apresentação de registros, evidências, documentos, testemunhos, para legitimar a verdade factual perante os homens (Araújo, 2023, p. 6)

Desta maneira, os fatos que constituem a verdade factual dependem dos testemunhos de quem a viveu, de quem participou deste momento, assim, por estes motivos que seu sentido e razão de ser fundamentam esta tese, tendo em vista o contexto político e memorialístico dos documentos da Ditadura Militar brasileira que ajudam a compreender e interpretar posição dualista assumida pela Igreja Católica tanto em ser condizente com os militares, como em ser resistência aos maus tratos e violências promovidas no e pelo período.

Nesta mesma linha de pensamento, deu-se ênfase ao conceito de regimes de verdade evidenciado por Foucault, ao defender a ideia na qual os regimes de verdade constituem-se no “que constrange os indivíduos a um certo número de atos de verdade, estabelecendo para tais atos então determinadas condições e efeitos específicos” (2010a, p. 67).

²² Nos idos de março, as manifestações conservadoras se intensificaram em todo o país. No Rio de Janeiro, estava marcada para o dia 2 de abril a Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Uma passeata que, além de defender o sacro rosário, pretendia clamar às Forças Armadas a derrubada do presidente, libertando o Brasil do ‘perigo comunista’. Mas a manifestação, que prometia ser dramática e apelativa, marchou ao sabor da vitória do golpe militar (Rio Memórias, online, 2025).

Sob esta conjectura,

os regimes de verdade são produzidos no interior de cada sociedade por meio de uma política universal da verdade autocondicionada às disciplinas e às sanções normalizadoras. Técnicas e procedimentos são instituídos com o objetivo de planificar a conduta humana e antever a sua singularidade – o controle dos estados instintivos e subversivos da existência. Os regimes de verdade fazem aparecer a verdade por meio de um estatuto geral do verdadeiro bem como provocam a fixação e a submissão dos indivíduos às instituições e aos procedimentos normativos do poder (Foucault, 2010a, p. 67).

Nesse sentido, em sua obra Foucault (2005) disserta que o conceito de dispositivo está atrelado a uma verdade que é obrigatoriamente imposta sob uma cultura de opressão e arbitrariedade. Foucault entende que as instituições promovem zonas de aderência, para que a comunidade concorde e interaja, por meio de uma microfísica do poder e, depois, de uma governamentalidade e um biopoder, com os dispositivos circulantes, não pela repressão, mas pelo desejo de pertença, por isso, os discursos são tão importantes, em sua obra, pois, como o próprio autor afirma, “para que um dispositivo se constitua, é necessária uma aderência da comunidade em que ele se insere” (Foucault, 2005) há assim a propagação de regras que devem então ser seguidas.

nos regimes de verdade da sociedade disciplinar o homem se equivale a um corpo- -*psíquê* – de forma que está inevitavelmente relacionado ao modo de produção e às técnicas de objetivação e normalização em que está inserido. Nesse sentido, os regimes de verdade perpetuam os regimes de saber-poder e a absolutização do verdadeiro. Não por mero acaso os regimes de verdade criam verdades, pois, afinal, todos eles são estratégias de manutenção do poder (Souza, 2023, p. 17).

Assim, ressalta-se a importância da perspectiva compreendida nesta tese, em que as verdades factuais forjadas juntamente aos regimes de verdade construídos e impostos pela Ditadura Militar brasileira constituíam-se na busca pelo poder.

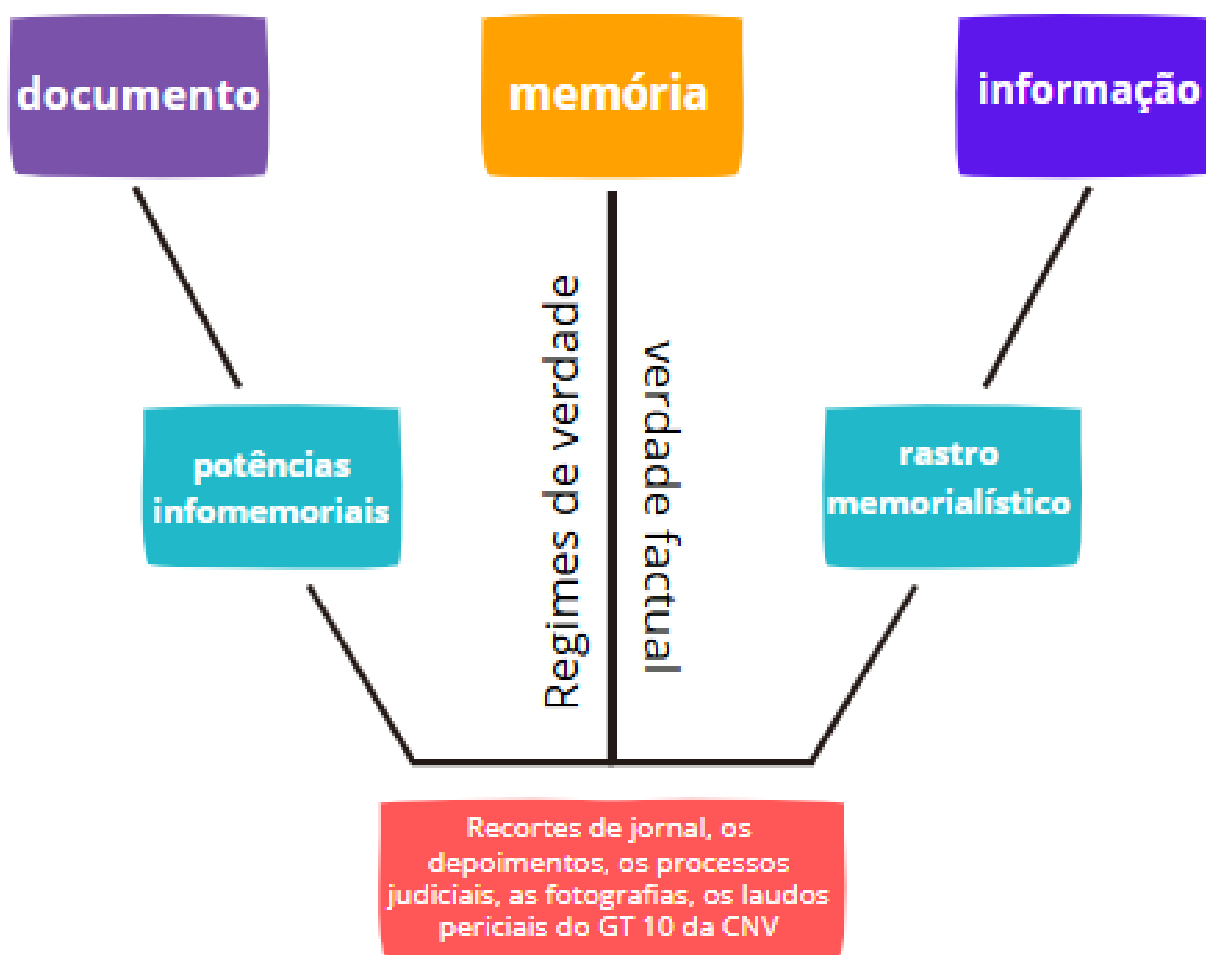
À exemplo disso, tem-se que, a partir da criação de falsas narrativas dos militares, como a de salvar o Brasil da investida comunista e que por esta razão haveria a tomada do poder, serviram de base para justificar os atos antidemocráticos da Ditadura Militar brasileira fundamentando os seus 21 anos de governo. Acerca desta assertiva, Sampaio (2021, p. 34) afirma que “o poder perpassa por essa potência de coletividade, na medida em que discursos e registros diversos podem ser promovidos ou silenciados a depender dos regimes de verdade”.

Neste mote destaca-se o grande volume de documentos da Igreja Católica, que mais adiante são apresentados nesta tese, e corroboram com a construção de uma verdade que trazia argumentos pautados na fé cristã e em Deus para justificar a necessidade da intervenção militar para salvar o Brasil. Partindo do pensamento da existência da tríade documento-memória-informação, ressalta-se que, nesta tese, os documentos reunidos pela Comissão Nacional da

Verdade referentes à Igreja Católica foram considerados potências infomemoriais, e que por meio de seus rastros memorialísticos presentes no recorte desta pesquisa, aqui tratados como objeto de estudo, ou seja, recortes de jornal, os depoimentos, os processos judiciais, as fotografias, os laudos periciais, teve-se acesso aos regimes de verdades na ditadura brasileira e que também houve o entendimento das verdades factuais narradas por intermédio da Igreja Católica.

Diante dos conceitos que foram evidenciados e que fundamentaram esta tese, na busca para um maior entendimento de sua efetiva construção teórico-metodológica, apresenta-se a figura 2:

Figura 2 – Construção teórico-metodológica da Tese



Fonte: elaborada pela autora (2025).

2.1.1 Lócus da pesquisa e recorte do *corpus* documental

Buscando evidenciar um melhor entendimento acerca do caminho metodológico percorrido nesta pesquisa, também se faz necessário explicar as principais características que constituem o *lócus* deste estudo, isto é, a plataforma Portal Memórias Reveladas, que congrega juntamente ao Sistema de Informações do Arquivo Nacional, a disponibilização dos acervos de documentos da Ditadura Militar brasileira para acesso na *internet*.

O banco de dados Memórias Reveladas reúne, de forma cooperativa, informações sobre o acervo arquivístico relativo à repressão política no período 1964-1985 custodiado por diferentes entidades brasileiras, públicas e privadas. As informações sobre esses fundos e coleções organizados pelas entidades participantes são exibidas em planilhas descritivas que obedecem à norma brasileira de descrição arquivística. O banco proporciona, portanto, um panorama do acervo disponível à consulta em diferentes pontos do país e permite acompanhar a inventariação das fontes documentais. À medida que se inserem registros, as buscas por temas, nomes e/ou datas favorecem o cruzamento e a confrontação de dados, assim como a reconstituição de fatos e processos. Apresentadas em até cinco níveis de detalhamento (fundo ou coleção, série, subsérie, dossiê e item), as informações sobre o acervo acham-se em constante atualização. Ao mesmo tempo, os documentos vêm sendo gradualmente digitalizados e suas imagens associadas aos registros. Dessa forma, por meio da pesquisa digital, já é possível visualizar cartas, processos, mapas, desenhos, fotografias, folhetos e panfletos (Banco de Dados Memórias Reveladas, online, 2025).

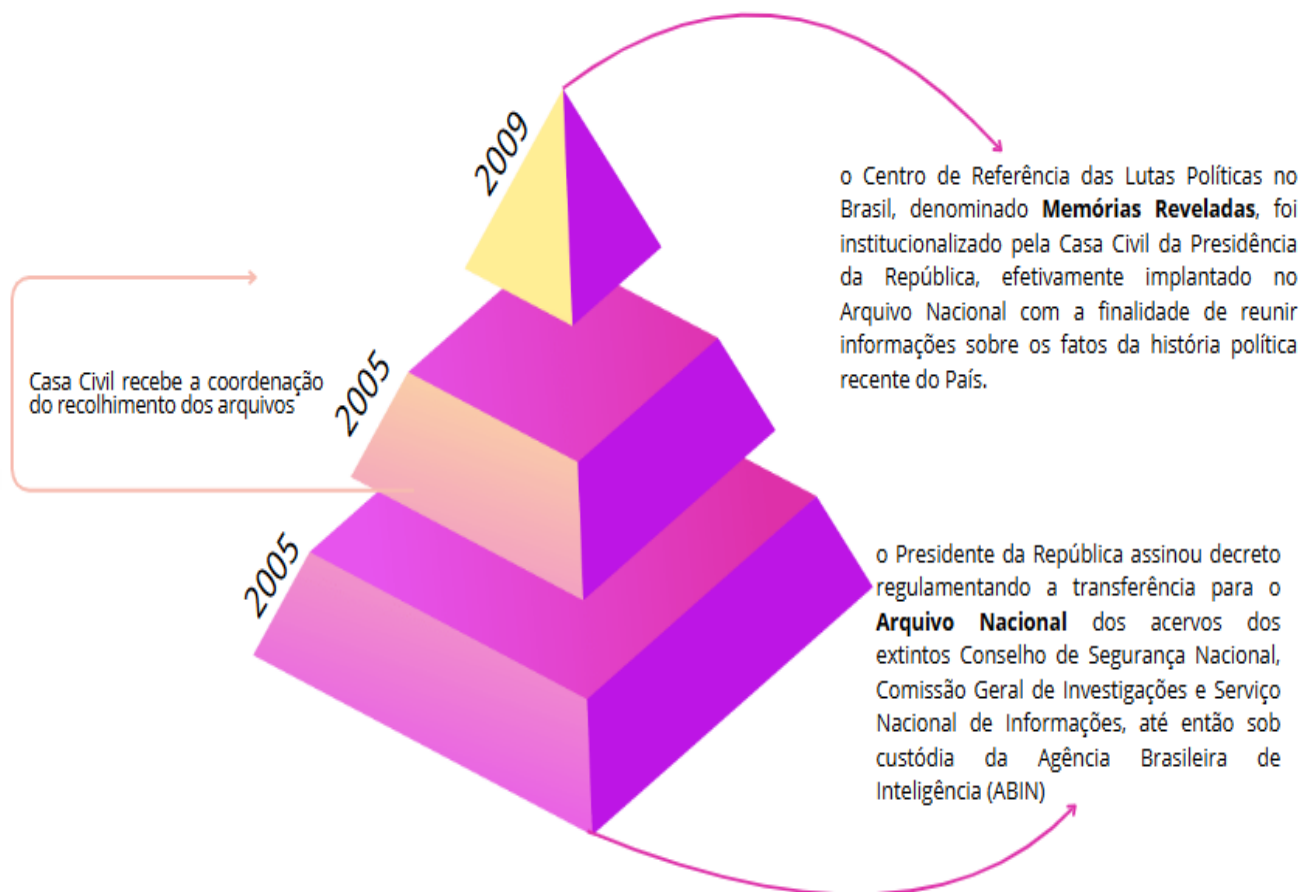
Sob esta perspectiva, os documentos da Ditadura Militar que estão disponibilizados no Banco de Dados Memórias Reveladas resultaram do constante trabalho de tratamento arquivístico e memorialístico desenvolvido pela CNV, que passou por diversas dificuldades, para que houvesse assim o desenvolvimento completo de seu cronograma de atividades, como a apontada por Sampaio (2021, p. 28), de que a “possibilidade de acesso à informação produzida na época se dá de forma fragmentada, justamente porque muitos documentos se perderam antes da mudança de custódia ou porque ainda não haviam passado por recolhimento”. Neste sentido, os documentos ali reunidos representam os momentos que marcaram a vida dos brasileiros, sob a forma de testemunhos, registros e memórias que ajudam a remontar e viabilizar o entendimento acerca do período militar no Brasil, pensamento que é corroborado por Sampaio ao dizer que:

os documentos produzidos à época acabam por constituir-se, mesmo que de maneira fragmentada, em indícios e evidências de que os escombros, ou memórias subterrâneas ali estão. Portanto, esses documentos não somente compõem memórias institucionais de um dado período, mas ressoam e são perpassadas pelas memórias dos então viventes, sendo também testemunha (Sampaio, 2021, p. 28).

Ademais, a documentação que hoje está sob a guarda permanente do Arquivo Nacional, sendo alocados tanto no SIAN, quando na plataforma Memórias Reveladas passou por alguns momentos cruciais no Brasil, até que fosse previamente tratada e disponibilizada, onde desde

2005 transitou entre instituições legais pertencentes ao governo brasileiro, como pode ser visto na figura 3, abaixo:

Figura 3 – Marco temporal da criação do *Lócus* da Pesquisa



Fonte: Baseada no Arquivo Nacional (2009) adaptada pela autora (2025).

Sendo assim, faz-se necessário evidenciar que a criação da plataforma Memórias Reveladas, só foi possível graças a atuação política e aos acordos que foram feitos entre a União e os Estados e o Distrito Federal, que comprometeram-se de forma integral, através do patrocínio da Lei Rouanet (Lei n. 8.313, de 23 de dezembro de 1991), Petrobras, Banco do Brasil, Caixa, BNDES e Eletrobrás” (Portal Memórias Reveladas, online, 2025) a preservar os acervos das Delegacias de Ordem Política e Social – DOPS, que ao serem digitalizados tornaram-se de “livre acesso e pertencimento rede nacional de informações do Portal Memórias Reveladas, sob administração do Arquivo Nacional” (Portal Memórias Reveladas, online, 2025).

Em tratando-se da documentação deste acervo, cabe destaque dizer que para que haja o acesso à Plataforma Memórias Reveladas, é necessária a realização de cadastro do usuário, com *login* e senha, ou a utilização dos dados de acesso provenientes do SIAN.

Figura 4 – Interface de Acesso ao Banco de Dados Memórias Reveladas²³

BRASIL

Simplifique! Comunica BR Participe Acesso à Informação Legislação Canais

Arquivo Nacional

Banco de Dados Memórias Reveladas

MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS

Portal Memórias Reveladas Sobre Contatos

Já tenho cadastro aqui ou no SIAN

Informe seu E-mail ou Número do Cartão e senha para entrar

Login:

Senha:

[Redefinir senha](#)

Obs: Para atualizar o e-mail solicitar a atualização por meio de consultas@an.gov.br ou consultaspdf@an.gov.br

Entrar

Ainda não tenho cadastro

Para ter acesso você precisa se cadastrar e aceitar os termos e regras de acesso a informação, assumindo responsabilidade pelo seu uso.

[CADASTRE-SE EM 1 MINUTO!](#)

Criar Cadastro

Fonte: elaborada pela autora.

Neste sentido, no que diz respeito ao recorte do *corpus* documental desta Tese, levando em consideração que o Banco de Dados Memórias Reveladas reúne um quantitativo que ultrapassa “18 milhões de páginas de documentos textuais digitalizados e com reconhecimento óptico de caracteres (OCR), incluindo acervos federais, estaduais e parte dos documentos produzidos ou acumulados pela Comissão Nacional da Verdade (CNV)” (Arquivo Nacional, 2023, online), aqui a atenção é direcionada aos documentos que foram:

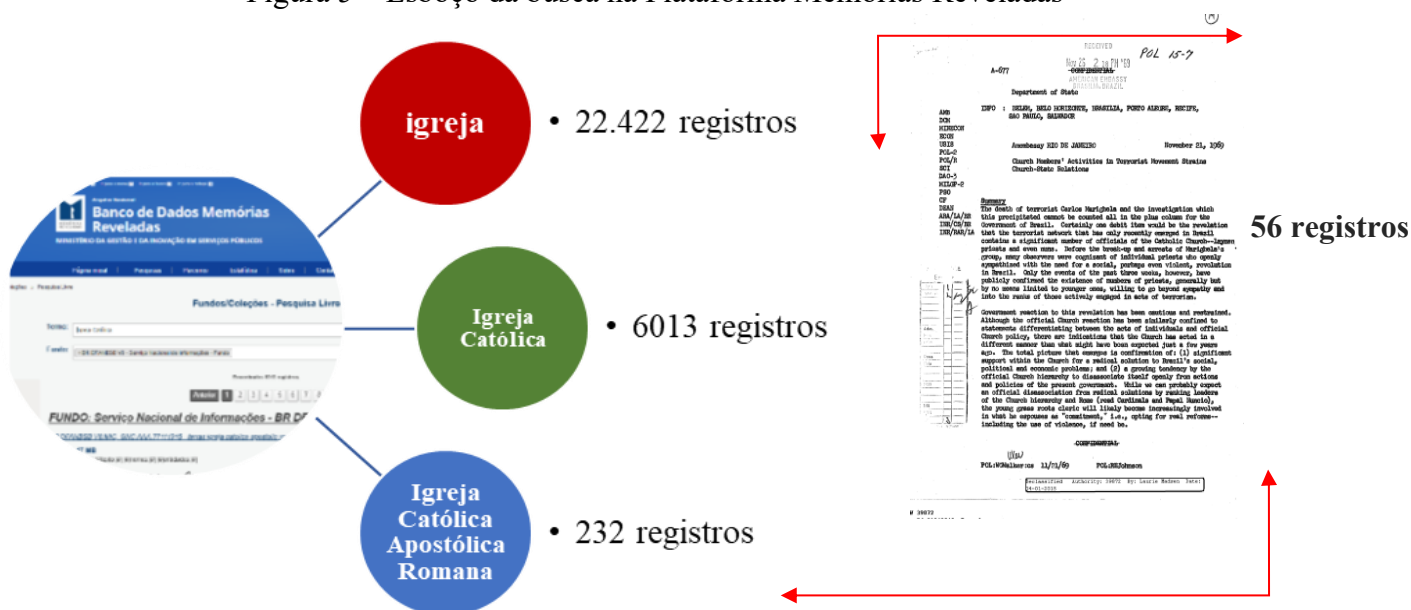
- a) pertencentes ao fundo do Serviço Nacional de Informações - SNI
- b) especificamente as potências memoriais da Igreja Católica Apostólica Romana;
- c) recortes de jornal, os depoimentos, os processos judiciais, as fotografias, os laudos periciais que obedecem à linha temporal de 1964 a 1985;
- d) registros que apresentam em seus campos de “assunto” notícias que denunciavam o apoio ou a resistência à Ditadura Militar, por parte da Igreja Católica.
- e) Documentos que estivessem em suporte digital.

Com a aplicação dos filtros citados anteriormente, inicialmente, fez-se um levantamento bibliográfico no Banco de Dados Memórias Reveladas, por tratar-se de uma pesquisa documental, evidenciando-se assim, os termos: “igreja na ditadura”, “Igreja Católica”, “bispos,

²³ http://pesquisa.memoriasreveladas.gov.br/mrex/consulta/resultado_pesquisa_pdf.asp.

padres, clérigos, sacerdotes, frades”, “lideranças da Igreja Católica no Brasil”, “Juventude Universitária Católica – JUC”, “Comissões de Justiça e Paz”, dessa forma houve a tentativa de recuperar o máximo de documentos que viabilizassem a busca dos rastros memorialísticos que demonstrassem a participação da Igreja Católica no período militar.

Figura 5 – Esboço da busca na Plataforma Memórias Reveladas



Fonte: elaborado pela autora (2025).

Ademais, para operacionalizar a pesquisa, quanto aos seus fins, ao ser aplicado o primeiro filtro, referentes ao termo “igreja” a busca recuperou cerca de 22.422 registros, englobando-se aqui o primeiro filtro da busca, ou seja pertencentes ao fundo da CNV referente ao Sistema Nacional de Informação – SNI, dessa maneira com relação à busca abrangente do termo “Igreja Católica”, demonstrou ter o quantitativo de 6.013 resultados, após isso, ao delimitar-se especificamente, para “Igreja Católica Apostólica Romana” tem-se o total de 4.467 registros. Neste mote, inicialmente, a pesquisa dedicou-se a promover a leitura com a adoção do terceiro filtro, buscando apresentar apenas os recortes de jornal, os depoimentos, os processos judiciais, as fotografias, os laudos periciais que obedecem à linha temporal de 1964 à 1985, demonstrando então o valor de 232 registros que culminaram em 106 documentos, que ao serem lidos, chamavam a atenção pelo volume grandioso de dados, que apresentavam a etiqueta de “sigiloso”, além de muitos dos quais estavam duplicados ou não obedeciam ao quarto filtro da busca, não apresentavam em seus campos de “assunto” notícias que denunciavam o apoio ou a resistência à Ditadura Militar por parte da Igreja Católica, e também

não constavam o seu arquivo digital, o que fez com que apenas 56 registros obedecessem a todos os filtros de busca, evidenciando seu resultado final.

2.2 TESSITURAS DO OBJETO DA PESQUISA NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

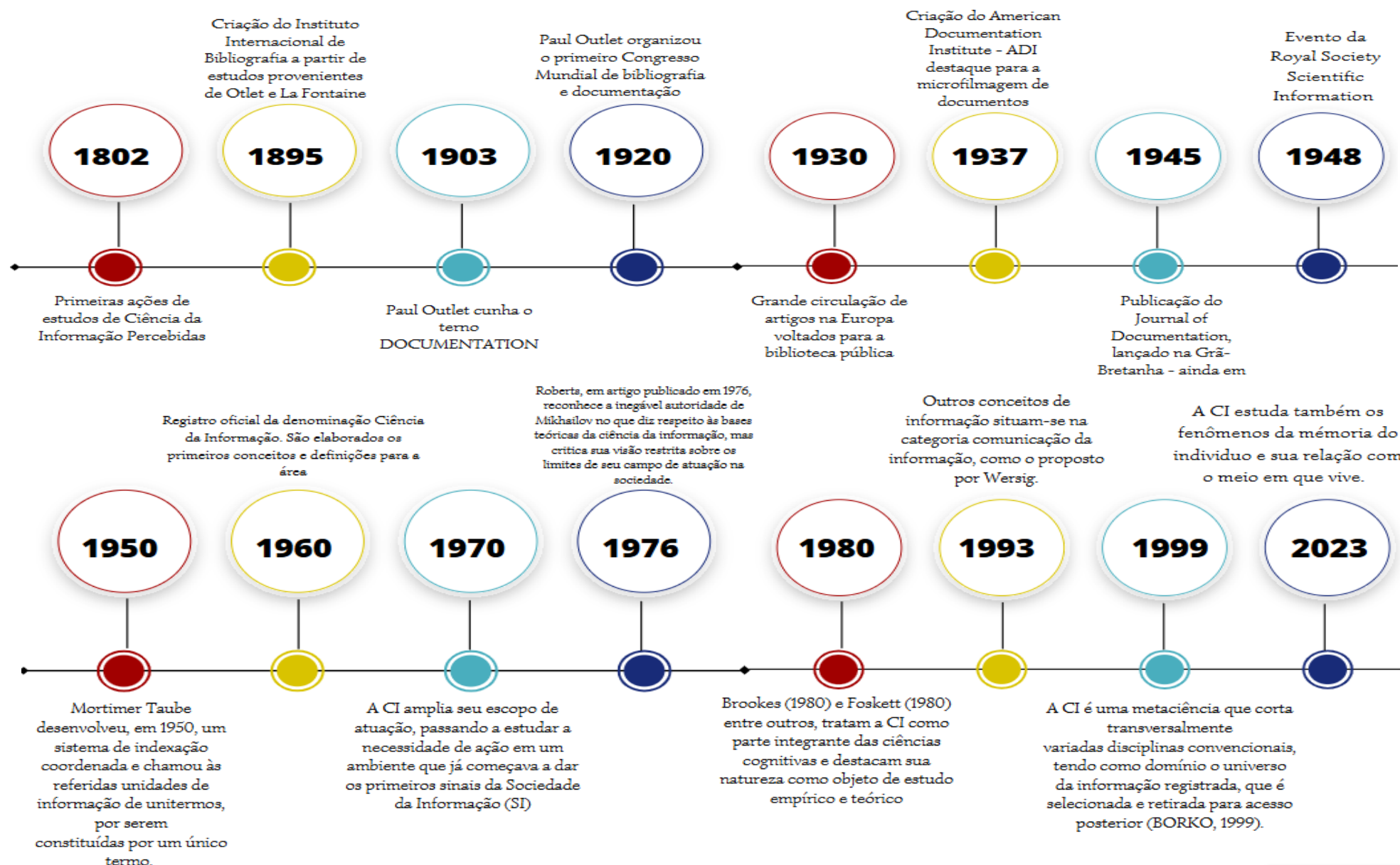
Desde sua origem, a Ciência da Informação busca compreender a sua criação e elucidação como ciência, logo, Saracevic (1995, p. 2) condiciona a Ciência da Informação como sendo

um campo voltado à pesquisa científica e à prática profissional e que trata dos problemas da comunicação dos conhecimentos e dos registros de conhecimentos na sociedade, no contexto de usos e necessidades das informações sociais, institucionais e/ou individuais.

Assim, a Ciência da Informação assume o posto de “nova ciência” de acordo com Wersig (1993), trazendo à tona a ideia de englobar diversas disciplinas fragmentadas, onde, quanto mais se há a sua especialização, mais busca-se entender acerca de sua construção enquanto ciência, a partir de suas relações com as outras áreas, como a Comunicação, as Ciências Sociais, a Biblioteconomia

a CI é a área que engloba tanto a pesquisa científica, como a prática profissional, em outros termos, o seu conceito nasce a partir da integração destas duas concepções: teoria e prática. Entre as razões para o seu desenvolvimento está o fato de a Ciência da Informação ser interdisciplinar e se interrelacionar com as demais áreas do conhecimento. Além disso, há ainda sua ligação com a tecnologia da informação, com a tentativa constante de estudo, criação, administração e manutenção da gestão da informação por meio de dispositivos e equipamentos para acesso da informação de maneira rápida e coesa dentro da sociedade (Alves, 2018, p. 38).

Partindo desta interligação, entre as teorias e práticas das áreas do conhecimento que serviram como arcabouço para a construção da Ciência da Informação, seu caráter multidisciplinar é algo presente, desde as suas origens, logo, ao pensar acerca do surgimento da CI, até os acontecimentos que a condicionam nos dias atuais, ressalta-se também o seu interesse por estudos de memória, como o que acontece nesta Tese, evidenciado seu aspecto e caráter multidisciplinar, onde, mesmo historicamente dedicando-se à materialidade da informação, também preocupa-se com o lado cognitivo, social e com as relações do indivíduo na sociedade, à exemplo disso, tem-se a figura 6:



Sob tais conjecturas, dando ênfase ao intuito de perceber a temática desta Tese, no que refere-se ao âmbito da Ciência da Informação e também compreendendo que estudar o posicionamento dualista da Igreja Católica durante a Ditadura Militar brasileira, a partir dos documentos reunidos pela Comissão Nacional da Verdade, ressalta o caráter inédito e inovador desta pesquisa, com relação aos estudos que trazem a memória ao cerne das discussões, destaca-se que no decorrer da sua construção, houve a realização de um levantamento de pesquisas científicas na Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci)²⁴, na tentativa de evidenciar o ineditismo e a notoriedade, acerca do objeto de pesquisa evidenciado nesta Tese na área.

A Brapci, sigla para Base de Dados em Ciência da Informação, é uma plataforma digital brasileira dedicada à coleta, preservação e ao acesso de literatura científica na área de Ciência da Informação. Ela abrange uma ampla gama de publicações, incluindo artigos de periódicos, trabalhos de eventos, livros e capítulos de livros, principalmente de fontes brasileiras e América Latina. A Brapci serve como um recurso para pesquisadores, acadêmicos e estudantes, proporcionando um acesso fácil e integrado a um vasto repositório de conhecimentos especializados. A Brapci também é um laboratório para desenvolver metodologias e funcionalidades relacionadas a organização e recuperação de informação. Por estar prioritariamente em português, a base facilita a pesquisa acadêmica e a disseminação de informações no campo da Ciência da Informação, contribuindo significativamente para o desenvolvimento nos países de que falam português (Brapci, 2025, online).

Neste viés, inicialmente a busca foi realizada na Brapci partindo das etapas de um levantamento bibliográfico, assim para operacionalizar este processo, houve a adoção de operadores booleanos (AND, OR, NOT) e equações de busca, sendo aplicado o uso de aspas duplas “ ” para ressaltar a especificidade dos resultados dentro da plataforma. Dessa maneira, a recuperação dos artigos na Brapci levou em consideração a apresentação dos termos, a partir da disposição dos campos de palavras-chave, resumos, títulos, apresentados nas coleções de Revistas Brasileiras, Revistas Estrangeiras, Eventos, Livros e Capítulos de Livros. Destaca-se, que se optou por não delimitar um intervalo de tempo na busca, para que assim houvesse a maior abrangência de resultados possível dentro da plataforma.

Neste contexto, percebe-se que, com relação à busca de artigos na Brapci com a equação de busca “Igreja Católica AND Ditadura Militar brasileira OR Brasil” não foram encontrados resultados, a partir da busca avançada de termos na plataforma, o que implica dizer que dentro da Ciência da Informação, até meados de dezembro de 2024 não houve pesquisas indexadas na Brapci, que trouxessem como tema central a Igreja Católica na Ditadura Militar brasileira.

²⁴ Disponível em: <https://brapci.inf.br/about/brapci>.

Para além disso, quando utilizada a busca simples, com a adoção da expressão “Ditadura Militar brasileira e Igreja Católica”, o mesmo acontece, e não são apresentados resultados, o que reitera, cada vez mais o valor do ineditismo e da necessidade de estudar a temática apresentada nesta Tese. Neste sentido, tem-se as figuras 7 e 8 que ilustram o cenário da busca.

Figura 7 – Resultados da busca na Brapci com operadores booleanos

The screenshot shows the BRAPCI website's Boolean search interface. At the top, there is a navigation bar with links: Autoridades, Revistas, Eventos, Benancib, Livros, and Sobre. Below this is the 'Formulário de Termos Booleanos' section. It contains three input fields for search terms: 'igreja catolica', 'ditadura militar brasileira', and 'brasil'. Between the first and second fields is a dropdown menu set to 'AND', and between the second and third is a dropdown menu set to 'OR'. To the right of each input field is a red 'X' button. Below the input fields are two buttons: 'Adicionar Termo' (orange) and 'Pesquisar' (blue). Underneath is the 'Estratégia de Busca' section, which displays the constructed query: '"igreja catolica" AND "ditadura militar brasileira" OR "brasil"'. Below this is a 'Busca pela query' button. At the bottom, a yellow banner states 'Nenhum resultado encontrado.'

Fonte: elaborada pela autora.

Figura 8 – Resultados da busca simples na Brapci com as palavras-chave

The screenshot shows the BRAPCI website's simple search interface. At the top, there is a navigation bar with links: Autoridades, Revistas, Eventos, Benancib, Livros, and Sobre. Below this is a large search area with the BRAPCI logo. Under the logo is the text 'O que está procurando?'. Below this is a search input field containing the text 'igreja católica e ditadura militar'. To the right of the input field is a magnifying glass icon. Below the input field are two buttons: 'filtros' and 'busca booleana'. To the left of the search results area, there are links: 'Palavras-chaves', 'Publicações', and 'Autores'. The search results area is titled 'Resultado da busca' and contains a blue banner stating 'Nenhum resultado encontrado!'.

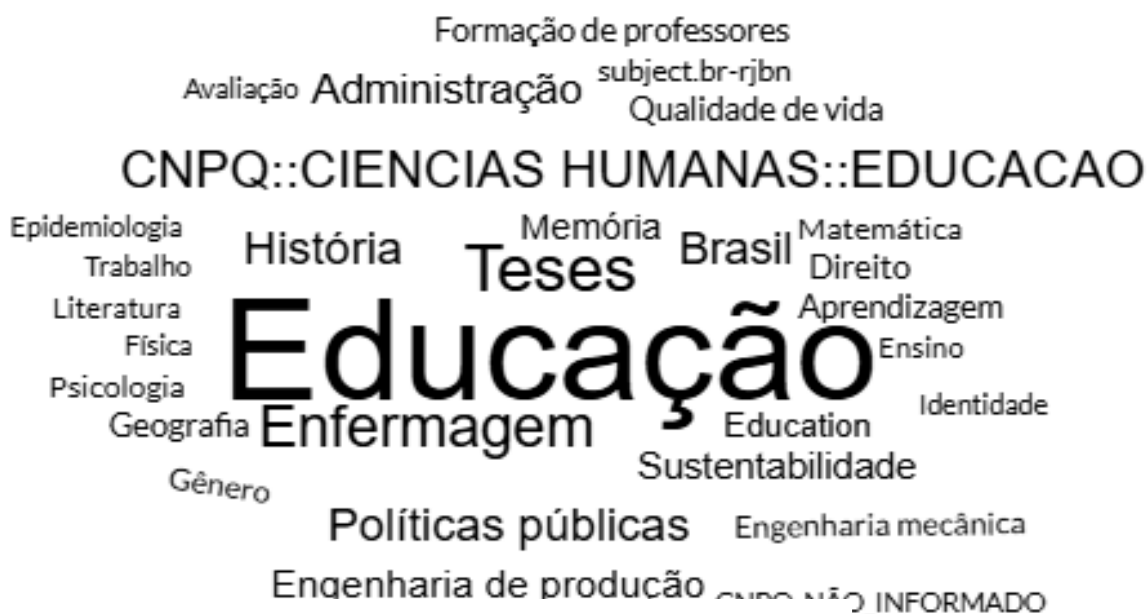
Fonte: elaborada pela autora.

Diante do exposto, reitera-se a importância desta busca bibliográfica, partindo do universo de materiais que estão presentes no acervo da BRAPCI, no âmbito da Ciência da Informação para que se compreenda a real contribuição em desenvolver esta pesquisa, tendo como ponto de partida o entendimento das relações interdisciplinares na área, no campo da informação e memória. Assim, embora não havendo registros neste acervo, que condizem com

a temática aqui pesquisada, ressalta-se a significância de executá-la na CI no Brasil, onde mesmo depois de quase 60 anos do golpe militar, que deu início ao período antidemocrático do país, ainda há memórias não desveladas, que servem para o entendimento das narrativas que constroem a política da sociedade brasileira, como acontece com os registros memorialísticos da Igreja Católica.

Dando prosseguimento, ao seu desenvolvimento metodológico, na tentativa de encontrar registros que retratassem à temática da pesquisa, também foi realizada a busca bibliográfica na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), que é considerada uma das maiores bibliotecas digitais de produções acadêmicas do Brasil, com um acervo de 1.007.881 documentos, entre artigos, dissertações, teses, trabalhos de conclusão de curso, relatórios, dos mais variados temas nas palavras-chave, conforme demonstra a nuvem de palavras evidenciada na figura 9, abaixo:

Figura 9 – Nuvem de palavras-chave da BDTD



Fonte: BDTD, 2025.

Foi nessa perspectiva, que, nesta pesquisa, houve a realização de uma segunda busca bibliográfica, em uma segunda base de dados, a BDTD para verificar e atestar a especificidade do tema desenvolvido no objeto de estudo desta tese, no que concerne à construção do conhecimento científico. Dessa maneira, inicialmente houve a busca, a partir das mesmas palavras-chave da busca, anteriormente realizada na BRAPCI, sendo estas: "Igreja Católica AND Ditadura Militar brasileira OR Brasil", e também, "Ditadura Militar brasileira e Igreja Católica", sendo recuperados os seguintes resultados, expressos na tabela 1, a seguir:

Quadro 1 – Resultados encontrados na busca da BDTD

Título	Área	Autor (a)	UF	Tipo de documento	Ano
“Civismo e religião católica na cultura escolar da E. E. B. Professora Julieta Torres Gonçalves – Nova Veneza/ SC (1971-1985)” ²⁵	Educação	Gilmara Duarte Plácido	UNESC	Dissertação	2015
Intelectuais católicos: concepções integristas na revista Hora Presente e o conservadorismo católico no Brasil ²⁶	Ciências Sociais	Stela Niero	UFRRJ	Dissertação	2017
FAFIDAM: o conservadorismo da Igreja nas práticas educativas no contexto do estado ditador ²⁷	História	Maria Lenúcia de Moura	UFMG	Tese	2016
Do humanismo ao assistencialismo: o CRUTAC no Estado Militar (1966-1985) (O caso do Rio Grande do Norte e do Maranhão) ²⁸	História	Admário Luiz de Almeida	UFU	Tese	2011
Cinema e censura nas ditaduras militares brasileira e argentina ²⁹	História	Ana Marília Menezes Carneiro	UFMG	Tese	2019
A serviço da vida: a influência da Igreja Católica na formação do movimento nacional de defesa dos direitos humanos (1982-1986) ³⁰	História	Juliana Pinto Carvalhal	UFJF	Dissertação	2007

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

²⁵ Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/handle/1/3497>. Acesso em 10 out. 2024.

²⁶ Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFRRJ-1_f408a03728c433cebace472ae4b9503b. Acesso em 10 out. 2024.

²⁷ Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/46634>. Acesso em 10 out. 2024.

²⁸ Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/13616>. Acesso em 10 out. 2024.

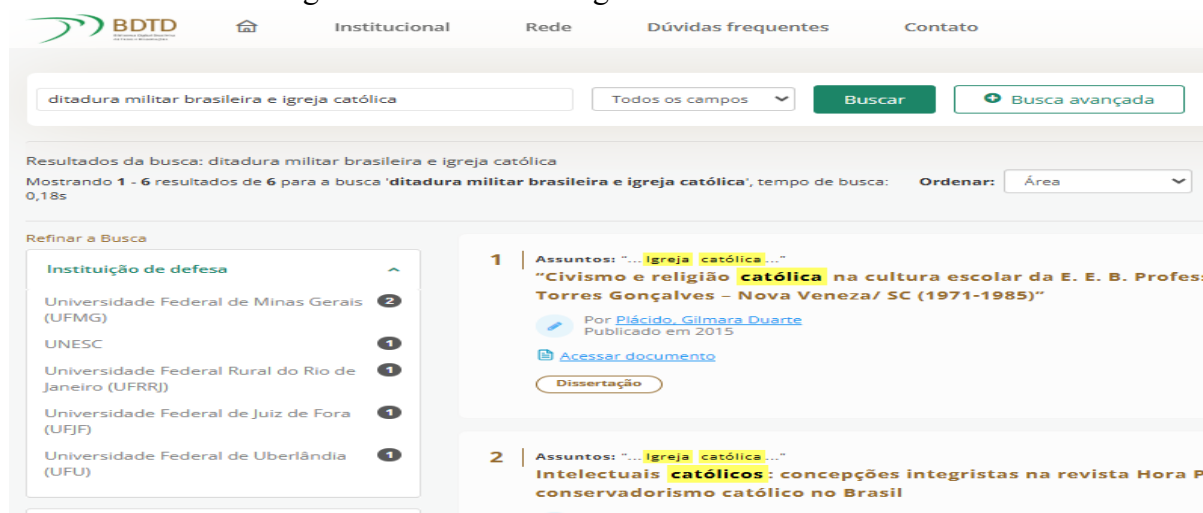
²⁹ Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/30037>. Acesso em 10 out. 2024.

³⁰ Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/3240>. Acesso em 10 out. 2024.

Com relação a busca bibliográfica realizada na base de dados da BDTD, foram encontradas seis (6) produções resultantes de Programas de Pós-Graduação no Brasil, dentre as quais, três (3) eram dissertações e três (3) eram teses, que apontavam como personagem central em seus objetos de estudo, as relações da Igreja Católica e sua participação durante o período militar no Brasil.

Faz-se importante salientar que durante esse levantamento na BDTD, a partir dos resultados obtidos, foi possível realizar as leituras correspondentes em seus títulos, resumos, palavras-chave, isto é, o que constava nos elementos pré-textuais, a fim de conseguir reunir subsídios suficientes para perceber a temática central desta tese, nas dissertações e teses que foram recuperadas na BDTD. Assim, para que não houvesse repetições dos resultados e que também não fugissem à temática, a busca concentrou-se em reunir produções que também correspondessem a linha temporal aqui estudada, ou seja, o período de 1964 a 1985.

Figura 10 – Busca bibliográfica realizada na BDTD



Fonte: elaborada pela autora.

Dessa maneira, é importante destacar que os resultados apontaram pesquisas pertencentes às áreas de Educação (1), Ciências Sociais (1) e História (4), sendo essa última, a área com o maior número de trabalhos, acerca dessa temática na plataforma, que retornou resultados válidos. Em contrapartida, embora as pesquisas acadêmicas, abordem o tema central dessa tese, de maneira abrangente, há de se mencionar que nenhum dos resultados retornou à especificidade do objeto de pesquisa, aqui retratado.

Tendo em vista que dos cinco (5) resultados obtidos, apenas um (1) vai de encontro às perspectivas da participação da Igreja Católica na Ditadura Militar brasileira, ao trazer para o centro do debate, sua luta por direitos humanos, por esta razão destaca-se a Dissertação de Mestrado da Universidade Federal De Juíz de Fora (UFJF), pertencente ao Programa de Pós-

graduação em História, de autoria da pesquisadora Juliana Pinto Carvalhal, intitulada: “A serviço da vida: a influência da Igreja Católica na formação do movimento nacional de defesa dos direitos humanos (1982-1986)”, datada de 2007, como a única pesquisa, que de fato pode ser considerada, dentre os resultados obtidos, como sendo a que aborda, em parte o tema retratado nesta tese, pois apresenta o importante papel desempenhado pela Igreja Católica no tocante ao processo de resistência no período militar.

Partindo desses pressupostos, reitera-se, que na busca bibliográfica empreendida na BDTD, não foram encontrados resultados dentre seus artigos, dissertações, teses, trabalhos de conclusão de curso, relatórios, que pertencessem à Ciência da Informação, com o tema da participação dualista da Igreja Católica na Ditadura Militar brasileira, corroborando-se assim o ineditismo, ousadia e a grande contribuição que essa tese traz ao tentar desvelar tais memórias.

Para além disso, houve ainda uma terceira busca, na tentativa de mapear o maior número de artigos científicos que estivessem estudando em seus objetos de pesquisa, a temática aqui evidenciada, de modo que foi também realizado o levantamento bibliográfico no Portal de Periódicos da CAPES³¹, utilizando-se das mesmas estratégias de busca, outrora usadas, tanto nas bases da BRAPCI, quando na BDTD.

Dessa maneira, foi possível recuperar um quantitativo de 35 artigos, com acesso aberto, datados entre os anos de 2007 a 2025, onde por meio da leitura empreendida em seus títulos, resumos e palavras-chaves, buscou-se encontrar àqueles que subsidiassem, tanto à temática de pesquisa, aqui desenvolvida, como também respondessem a sua pergunta problema, de modo a filtrar os resultados, dessa forma evidenciou-se um quantitativo final de três (3) artigos, sendo estes:

Quadro 2 – Resultados encontrados na busca no Portal de Periódicos da CAPES

Título do artigo	Área	Local	Ano
Igreja Católica em tempos de Ditadura Militar ³²	História	UFFS	2018
Relações Igreja-Estado no Brasil no período da Ditadura Militar ³³	Ciências Sociais	USP	2017
“Quando o bispo e o padre assumem essas causas do povo, estão agindo em nome de Jesus Cristo” ³⁴	Ciência das Religiões	UFMA	2024

Fonte: elaborada pela autora.

³¹ Disponível em: <https://www.periodicos.capes.gov.br/>. Acesso em 10 out. 2024.

³² Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=672071481003&tab=3>. Acesso em 10 out. 2024.

³³ Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ran/article/view/97317>. Acesso em 10 out. 2024

³⁴ Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rbhr/article/view/23148/12533>. Acesso em 10 out. 2024.

Nessa conjuntura, mesmo que os três artigos (3) recuperados pela busca no Portal de Periódicos da CAPES, abordem, de maneira geral, a temática da participação da Igreja Católica na Ditadura Militar brasileira, pouco, ou quase nada se fala acerca dos documentos reunidos pela Comissão Nacional da Verdade, que retratam o cunho testemunhal e probatório dos acontecimentos, dessa maneira, reitera-se assim o caráter original, que está sendo evidenciado na construção teórica e metodológica desta tese.

Além disso, faz-se importante destacar que o terceiro resultado alcançado, intitulado: “Quando o bispo e o padre assumem essas causas do povo, estão agindo em nome de Jesus Cristo”, cuja autoria é de Jean Rodrigues Sales, Alexander de Souza Gomes e Maria Lúcia Bezerra da Silva Alexandre, publicado em 2024, é o artigo que mais busca remontar o contexto da Ditadura Militar, através da atuação de grandes atores políticos nas periferias brasileiras, na influência à compreensão perante a sociedade do que acontecia naqueles dias, dando ênfase aos bispos católicos progressistas, como no caso de Dom Adriano Mandarino³⁵, que usava sua influência para buscar por direitos humanos no Rio De Janeiro.

Nesta seara, destaca-se que os três levantamentos bibliográficos empreendidos, à saber, na BRAPCI, BDTD e no Portal de Periódicos da CAPES denotaram um estado da arte com resultados inexpressivos, quando pensa-se na perspectiva da Ciência da Informação e das Ciências Sociais Aplicadas, tendo em vista que, a falta de resultados que a busca na BRAPCI revelou, comprova a escassez de pesquisas com a temática da participação dualista da Igreja Católica na Ditadura Militar brasileira, no que consiste à área da Ciência da Informação, tendo em vista que o levantamento bibliográfico não conseguiu recuperar resultados.

Já, com relação às buscas empreendidas na BDTD e no Portal de Periódicos da CAPES, o que se sobressai são as pesquisas pertencentes a à área da História, uma vez que, dos nove (9) resultados obtidos, cinco (5) correspondiam a este campo. Nessa assertiva, um ponto curioso, que merece destaque, afirmar diz respeito às produções remanescentes, que foram recuperadas e que versam em seus objetos de estudo central sobre memória, a trazem como desbravadora do entendimento acerca dos momentos decisivos da Ditadura Militar brasileira, denotam estudos de casos, exemplos, reúnem documentos, indicam as denúncias realizadas pela igreja contra os crimes de violências cometidos pelo regime militar, a partir das arbitrariedades que

³⁵ Ele foi o terceiro bispo diocesano e seu mandato atravessou praticamente todo o período ditatorial. Além disso, enquanto esteve à frente da diocese ganhou destaque sua atuação em defesa dos direitos humanos e na denúncia da violência policial e das mazelas econômicas e sociais que até hoje marcam essa região do estado do Rio de Janeiro. Suas ações, por sua vez, não passaram despercebidas pelo regime militar, o que pode ser verificado tanto pelo sequestro que sofreu em 1976 e pelo explosivo colocado no altar da igreja matriz em 1978 (Sales; Gomes; Alexandre, 2024, p. 142).

eram propostas e reforçadas pelos atos institucionais, dando sempre ênfase ao papel social na luta de resistência da Igreja Católica para com os brasileiros.

Em contrapartida, em nenhuma das publicações houve manifestações acerca da colaboração da Igreja Católica para a instalação do regime militar no Brasil, nos anos que antecederam o golpe militar, fato que denota, até mesmo um apagamento de uma parte da história do período militar brasileiro, reforçando assim o seu esquecimento, quando as próprias pesquisas optam por não lembrarem em seus estudos, o lado político, formador de opiniões e patriótico da Igreja Católica, ao atuar ativamente como uma das instituições que não só apoiou, como também fomentou o regime militar brasileiro. Foi nesse sentido, que se desenvolveu aqui um levantamento do estado da arte de maneira abrangente para que houvesse a compreensão das tessituras do objeto de pesquisa desta tese não somente na Ciência da Informação, bem como na construção do que vem sendo produzido no conhecimento científico dos estudos de memória, como um todo.

2.2.1 Aderência da temática à área

Dentro da perspectiva de desenvolvimento desta pesquisa, vale destacar sua aderência temática à Ciência da Informação, tendo em vista que sua pertinência se reafirma, na medida em que as discussões acerca de memória tornam-se um exercício que transcende os valores científicos, também corroborado pelo fato da pluralidade de significações para a memória na interdisciplinaridade dos campos científicos, que é pertinente à Ciência da Informação, o que acaba por fundamentar-se em suas bases epistemológicas, documentárias e sociais.

Dessa maneira, no campo da CI, os estudos sobre memória e sua relação com informação, viabilizam a construção de novos conhecimentos, novas interpretações, acerca do passado para o entendimento das nuances que possam envolver e/ou explicar o presente, na tentativa de elucidar o futuro. A contraponto disso, a partir do levantamento do estado da arte, acerca da temática desenvolvida e trabalhada nesta pesquisa, foi possível perceber a enorme carência e escassez de pesquisas, que trazem para o centro das discussões científicas na CI, em seus objetos de estudo acerca de memória, temáticas da Ditadura Militar brasileira, no contexto da curadoria de documentos da CNV, investigações de fontes memorialísticas, e principalmente, no que diz respeito à personagem central que aqui, tem sido retratada, a Igreja Católica. Muito se fala da Biblioteconomia, História, Ciências Políticas, Arquivologia, porém aqui tem-se a necessidade de compreensão, e o desafio, por meio da contextualização da CI, que com seus estudos de memória permite, que se tenha a montagem desse enorme e

representativo quebra-cabeça, no que diz respeito a acontecimentos que não só narram fatos políticos e sociais do passado, bem como reverberam, até hoje na vida dos brasileiros.

De tal maneira, essa falta de predominância de pesquisas científicas da participação da Igreja Católica na Ditadura Militar brasileira dentro do campo da Ciência da Informação, serviu de impulso para que esta tese pudesse, assim, ser desenvolvida, pois, cada vez mais, ressalta-se a significância de trazer a visão da Ciência da Informação com relação ao estudo dos documentos da Comissão Nacional da Verdade, no que diz respeito à participação da Igreja Católica na Ditadura Militar, logo, esta tríade encoraja e dar subsídios a tornar esta tese desbravadora de novos caminhos científicos dentro da Ciência da Informação.

Com relação aos campos teóricos, que são desenvolvidos na presente pesquisa, sendo estes: memória, curadoria digital de documentos, preservação de documentos, organização de acervos, acesso a documentos arquivísticos, ressalta-se que ambos são pertinentes à linha de pesquisa: Informação, Memória e Sociedade, do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, viabilizando, assim a necessidade em estudar, ressignificar, teorizar e perceber a memória enquanto artefato de investigação para atestar um fato ou fenômeno verdadeiramente científico dentro da Ciência da Informação, e de grande relevância na construção do pensamento político e social brasileiro.

2.3 PREFERÊNCIAS METODOLÓGICAS

No caminho metodológico da presente pesquisa, faz-se necessário compreendê-la, quanto aos procedimentos que são necessários para responder à sua problemática e atender aos seus objetivos, dessa maneira, enquadra-se como sendo uma pesquisa descritiva, tendo em vista que de acordo com Vergara (2000, p. 47) “expõe as características de determinada população ou fenômeno, estabelece correlações entre variáveis e define sua natureza”. Neste sentido, optou-se por responder aos objetivos desta pesquisa utilizando-se dos mecanismos da pesquisa descritiva, tendo em vista que o *corpus* documental, aqui retratado, isto é, recortes de jornal, depoimentos, processos judiciais, fotografias, laudos periciais, tem suas categorias de análise descritas, de forma a investigar quais os rastros memorialísticos que comprovam a hipótese deste estudo.

as pesquisas descritivas têm como finalidade principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas aparece na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados (Gil, 1999, p. 28).

Nesta seara, a pesquisa descritiva foi aqui empreendida buscando em primeiro momento identificar, selecionar e conhecer quais seriam os documentos de cada tombo arquivístico, do acervo do Portal Memórias Reveladas da CNV, que mais atendessem aos objetivos desta pesquisa, de modo a filtrar as potências infomemoriais da Igreja Católica, assim, “o estudo descritivo pretende descrever ‘com exatidão’ os fatos e fenômenos de determinada realidade” (Triviños, 1987, p. 110). Corroborando esse pensamento, “quando se diz que uma pesquisa é descritiva, se está querendo dizer que se limita a uma descrição pura e simples de cada uma das variáveis, isoladamente, sem que sua associação ou interação com as demais sejam examinadas” (Castro, 1976, p. 66).

Ademais, esta pesquisa também pode ser caracterizada, como sendo bibliográfica, já que, neste sentido, todas as publicações existentes “(livros, revistas, periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet) ficam à disposição do pesquisador” (Vianna, 2013, p. 1) acerca da temática a ser desenvolvida na pesquisa. Historicamente, a pesquisa bibliográfica é bastante utilizada nas Ciências Sociais Aplicadas e “oferece meios para definir, resolver, não somente problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas onde os problemas não se cristalizaram suficientemente” (Manzo, 1971, p. 32), viabilizando que o pesquisador consiga espaço para realizar suas análises do objeto de pesquisa em questão, a partir do detalhamento de suas fontes de informação.

Faz-se importante destacar que a pesquisa bibliográfica não busca repetir os assuntos, ou temas já estudados de modo a apenas seguir um ciclo de recorrência do que já foi antes analisado e escrito, porém permite uma nova interpretação e olhar, com a construção de outra abordagem fazendo com que se tenha explicações e elucidações que podem ser inovadoras sobre aquele tema ou assunto, mesmo que tenha sido exaustivamente pesquisado (Trujillo, 1974). Tal consideração vai de encontro à justificativa de construção dessa tese, que se desenvolveu, a partir do olhar hodierno da pesquisadora, ao trazer os documentos da CNV, para o centro das discussões de memória na Ciência da Informação.

De modo que, a partir do levantamento do estado da arte realizado, tanto na Ciência da Informação, como também nas outras áreas do conhecimento, aqui dar-se destaque às Ciências Sociais Aplicadas, foi possível contextualizar o objeto de pesquisa, percebendo sua interrelação com as possíveis fontes de conhecimento científico.

Partindo desse pressuposto, é preciso evidenciar, com base em Prodanov e Freitas (2013) que durante o desenvolvimento da pesquisa bibliográfica existe a elaboração de etapas (Ver Anexo 101), das quais são imprescindíveis para que assim haja a sua concretização, sendo assim necessário que haja:

- 1) *escolha do tema* —> Participação da igreja católica na ditadura militar brasileira;
- 2) *levantamento bibliográfico preliminar* —> Levantamento do estado da arte;
- 3) *formulação do problema* —> Elaboração da problemática da pesquisa;
- 4) *elaboração do plano provisório do assunto* —> *Definição das estratégias de busca*
- 5) *busca das fontes* —> Definição das bases de dados para as buscas bibliográficas;
- 6) *leitura do material* —> Leitura dos elementos pré-textuais das produções acadêmicas;
- 7) *fichamento* —> Desenvolvimento de fichamentos, a partir dos resultados encontrados;
- 8) *organização lógica do assunto* —> Delimitação das pesquisas que respondessem aos critérios da busca bibliográfica;
- 9) *redação do texto* —> Produção do referencial teórico da tese.

Neste mote,

a pesquisa bibliográfica apresenta recursos para definir, resolver, não somente impasses já revelados, como também perscrutar novas áreas, tendo como objetivo permitir ao pesquisador um reforço na investigação temática ou domínio de suas informações (Lakatos; Marconi, 2010, p.27).

Dentro desta perspectiva, “na pesquisa bibliográfica, o destaque fundamental deve ser dado à veracidade fontes e dados, observando possíveis incoerências” (Vianna, 2013, p. 1), em vista disso, por se tratar de uma temática abrangente, com diferentes olhares, contextualizações e interpretações de seu objeto de pesquisa, optou-se por trazer esse tipo de classificação metodológica. Além disso, na busca por maiores entendimentos e partindo da abrangência, acerca das publicações que se dedicassem a estudar a temática, por meio dos documentos do Acervo da Comissão Nacional da Verdade, em tratando-se de especificar a participação da Igreja Católica na Ditadura Militar brasileira, pensou-se em atender a esse critério da veracidade, credibilidade e teor testemunhal, que é transmitido através da amplitude de registros da CNV, que estão salvaguardados no Portal Memórias Reveladas.

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Esta vantagem se torna particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço. Por exemplo, seria impossível a um pesquisador percorrer todo o território brasileiro em busca de dados sobre a população ou renda per capita; todavia, se tem à sua disposição uma bibliografia adequada, não terá maiores obstáculos para contar com as informações requeridas. A pesquisa bibliográfica também é indispensável nos estudos históricos. Em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados senão com base em dados secundários. Convém aos pesquisadores assegurarem-se das condições em que os dados foram obtidos, analisar em profundidade cada informação para descobrir possíveis incoerências ou contradições e utilizar fontes diversas, cotejando-se cuidadosamente (Gil, 2008, p. 50).

Com relação, ainda ao desenvolvimento da pesquisa bibliográfica, outro ponto que merece destaque dizer é com relação às diferentes possibilidades de interpretações, que são provenientes das visões de distintos autores sobre o tema, o que pode ser corroborado, a partir do desenvolvimento do referencial teórico (Gil, 2008), que é desenvolvido, a partir dos

resultados pertinentes com o levantamento do estado da arte. Por sua vez a pesquisa bibliográfica, pode ser compreendida, a partir de suas tipologias, conforme Lakatos e Marconi (2010, p. 183), sendo estas:

- 1) Imprensa escrita - em forma de jornais e revistas, para sua utilização necessita de análise dos seguintes aspectos:
- 2) Meios audiovisuais - de certa forma, o que ficou dito para a imprensa escrita pode ser aplicado para os meios audiovisuais, rádio, filmes, televisão.
- 3) Material cartográfico - variará segundo o tipo de investigação que se pretende. Entre os mais importantes que se pode consultar figuram os seguintes: mapa com divisão política e administrativa; mapa hidrográfico; mapa de relevo; mapa climatológico; mapa ecológico; mapa etnográfico; mapa de densidade de população; mapa de rede de comunicação; mapa com indicação de cultivos, modo de ocupação do solo, suas formas de utilização; gráfico e pirâmide da população; gráfico de importações e exportações, Produto Interno Bruto.
- 4) Publicações - livros, teses, monografias, publicações avulsas, pesquisas etc. formam o conjunto de publicações, cuja pesquisa compreende quatro fases distintas: a) identificação; b) localização; c) compilação; d) fichamento.

Neste sentido, no que diz respeito a pesquisa bibliográfica empreendida nesta tese, aderiu-se categoria “conteúdo e orientação” na diretriz indicada por Lakatos e Marconi (2010) tendo em vista, que o que se estuda aqui revela a construção política e social, a partir de potências infomemoriais presentes nos documentos da CNV, que retratam o acontecimento histórico brasileiro da Ditadura Militar, por meio da participação da Igreja Católica no período.

Embora o levantamento do estado da arte tenha revelado a escassez de pesquisas acadêmicas e publicações periódicas desenvolvidas com a temática da participação da Igreja Católica na Ditadura Militar brasileira, também faz-se importante revelar, que foi possível perceber estudos que narraram episódios da Ditadura Militar brasileira, desde à instalação do golpe de 1964, às publicações dos atos institucionais, à criação dos organismos de repressão, com ênfase ao uso da tortura, enquanto método de investigação, prisão e exílio das vítimas, e uma pluralidade de conteúdos voltados à conjuntura do regime militar e sua configuração de poder na construção de verdades políticas e sociais.

A partir disso, também se constatou que as poucas publicações do levantamento do estado da arte, que trouxeram a Igreja Católica, enquanto protagonista de seus objetos de estudo, ressaltaram o seu contributo social para com às denúncias dos crimes de violência sofridas contra cidadãos comuns, e membros da Igreja Católica, sendo assim, os textos destes artigos, dissertações e teses foram produzidos demonstrando as ações de resistência, busca por justiça, e denúncia das arbitrariedades cometidas, isto é a Igreja Católica é retratada como uma instituição de resistência, deixando no silêncio o seu contraditório apoio ao regime militar.

Dando continuidade às definições das preferências metodológicas desta tese com relação às finalidades de atendimento dos seus objetivos e resolução de sua problemática, esta tese pode ser considerada também como sendo uma pesquisa exploratória, tendo em vista que

Explorar é tipicamente a primeira aproximação de um tema e visa criar maior familiaridade em relação ao fato ou fenômeno. Quase sempre se busca essa familiaridade pela prospecção de materiais que possam informar ao pesquisador a real importância do problema, o estágio em que se encontram as informações já disponíveis a respeito do assunto, e até mesmo revelar ao pesquisador novas fontes de informações (Santos, 2006, p. 27).

Dessa maneira, ao explorar previamente o acervo da CNV, buscou-se o “esclarecimento de ideias, com objetivo de fornecer uma visão panorâmica, uma primeira aproximação a um determinado fenômeno que é pouco explorado” Gonsalves (2003, p. 65). Neste caso, ao realizar pesquisas prévias acerca da temática estudada no Banco de Dados Memórias Reveladas, buscou-se estrategicamente delimitar uma base de elementos que fossem ser utilizados no

Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis. Muitas vezes as pesquisas exploratórias constituem a primeira etapa de uma investigação mais ampla. Quando o tema escolhido é bastante genérico, tornam-se necessários seu esclarecimento e delimitação, o que exige revisão da literatura, discussão com especialistas e outros procedimentos. O produto final deste processo passa a ser um problema mais esclarecido, passível de investigação mediante procedimentos mais sistematizados (Gil, 2008, p. 27).

Nesse entendimento, a pesquisa exploratória aqui foi utilizada, tendo em vista que o *corpus* documental presente no Banco de Dados Memórias Reveladas, apresentava-se disponibilizado categoricamente em diferentes fundos arquivísticos, dessa maneira, houve a escolha, tendo por base na organização sistemática da própria CNV do fundo arquivístico a ser utilizado nesta pesquisa, sendo este o *Fundo: Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8*, onde por meio da busca com o uso de palavras-chaves foi possível a recuperação dos documentos que citavam a Igreja Católica ou que seria atribuído o seu pertencimento, objetivando assim o conhecimento prévio acerca da aproximação da pesquisadora com o *corpus* documental à ser analisado nas seções adiante.

Dessa maneira, faz-se importante destacar também que, a partir das indicações da pesquisa bibliográfica que foi anteriormente desenvolvida, foi possível selecionar e conhecer de forma abrangente, sob diversas perspectivas e também interpretações, a contextualização do objeto desta pesquisa, o que serviu de base à ser desvendada pela pesquisa exploratória, sendo

corroborado pelas palavras de Köche (2011, p. 126) quando afirma que o seu “objetivo fundamental é o de descrever ou caracterizar a natureza das variáveis que se quer conhecer”.

Nessa construção metodológica que elucida o caminho percorrido por esta tese, também se faz importante destacar que sua abordagem foi de caráter qualitativo, tendo em vista que o “ambiente natural é fonte direta para a coleta de dados, interpretação de fenômenos e atribuição de significados” (Vianna, 2013. p. 1). Dessa forma, estudar o processo da Ditadura Militar brasileira, através dos documentos da Igreja Católica, denota a subjetividade que, aqui, consegue ser interpretada na compreensão da realidade.

Sob essas considerações, trabalhar sob a ótica da pesquisa qualitativa enfatiza que a “interpretação do pesquisador apresenta uma importância fundamental. Afinal, não se trata apenas de um conjunto de informações fechadas cujo valor numérico é o único aspecto a ser levado em consideração, devido à própria natureza do fenômeno investigado” (Menezes, et al, 2019, p. 29).

Cresce, porém, a consciência e o compromisso de que a pesquisa é uma prática válida e necessária na construção solidária da vida social, e os pesquisadores que optaram pela pesquisa qualitativa, ao se decidirem pela descoberta de novas vias investigativas, não pretenderam, nem pretendem furtar-se ao rigor e à objetividade, mas reconhecem que a experiência humana não pode ser confinada aos métodos nomotéticos de analisá-la e descrevê-la (Chizzotti, 2003, p. 225).

Dessa maneira, a pesquisa qualitativa permitiu que através do olhar da pesquisadora fossem realizadas as identificações e seleções de documentos relevantes para a análise de dados, onde por meio de sua interpretação e julgamento houve a coleta de dados necessária para que se concretizasse assim o desenvolvimento desta pesquisa. Tal fato pode ser corroborado na assertiva de Chizzotti (2003, p. 225) quando diz que “o cientista solitário apreende e explica, em seu texto, ao público acadêmico a vida do “outro”, ostenta os objetos documentários que coligiu, interpreta o estágio epocal da cultura estudada e, em geral, avalia a cristalização dessa cultura, no tempo”.

Cabe destacar aqui o entendimento da adoção da pesquisa qualitativa, levando em consideração o próprio objeto de estudo e cenário de construção desta tese, isto é, a Ditadura Militar brasileira, levando em consideração a participação da Igreja Católica, o que denota o comprometimento político e social na consciência da pesquisadora, que investigou os fatos, através dos testemunhos de quem viveu os momentos marcantes do período, e que precisou ter uma visão ímpar sobre os dados que foram sendo apresentados, através da CNV, onde a partir das interpretações de cada documento selecionado, fosse de forma a denunciar os crimes de violência ou de forma a apoiar a investida militar, tudo isso é verificado, por meios das

seguridades presentes nessas memórias, que encubem à pesquisadora o entendimento da construção da prática política e social neste tempo.

Nessas concepções, também pode-se classificar metodologicamente essa tese com relação aos seus procedimentos, como sendo uma pesquisa documental, tendo em vista que se baseia, conforme Santos (2006, p. 29) em:

documentos que são as fontes de informação que ainda não receberam organização, tratamento analítico e publicação. São fontes documentais as tabelas estatísticas, relatórios de empresa, documentos informativos arquivados em repartições públicas, associações, igrejas, hospitais, sindicatos; fotografias, epitáfios, obras originais de qualquer natureza, correspondência pessoal ou comercial. A pesquisa documental é a que se serve dessas fontes.

Ademais, de acordo com o pensamento de Kripka; Scheller; Bonotto (2015, p. 244), “a pesquisa documental permite que a pessoa investigadora “[...] ‘mergulhe’ no campo de estudo procurando captar o fenômeno, a partir das perspectivas contidas nos documentos”.

Foi assim, que desenvolveu-se uma ficha de análise (Ver quadro 3) de modo a categorizar os documentos recuperados no Banco de Dados Memórias Reveladas, para que assim se realizasse o mapeamento dos rastros memorialísticos que viabilizasse o entendimento necessário para compreender em quais momentos houveram documentos de cunho probatório que podem ser considerados testemunhos do apoio da Igreja Católica à investida militar, ao mesmo tempo em que também quais seriam os documentos que indicavam à resistência da Igreja Católica perante aos crimes de tortura e luta pelos direitos humanos.

Ficha 1 – Categorização dos rastros memorialísticos da CNV

Fundo: SNI	Ano: do registro	Local: do registro	Palavra-Chave: Igreja Católica
Assunto	Indexado no registro do Banco de Dados Memórias Reveladas		
Tipologia documental:	Tipo de documento		
Finalidade	Objetivo do registro		
Menção à Igreja Católica	De apoio ou Resistência à Ditadura Militar		
Origem	Proveniência do registro		

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Destaca-se que a ficha de análise constante da ilustração, foi elaborada na tentativa de organizar de forma sistemática o recorte do *corpus* documental do acervo da CNV, de modo que os itens: fundo, ano, local, palavra-chave, assunto, tipologia documental, finalidade, menção à Igreja Católica, origem sejam evidenciados com a seleção e identificação do registro

presente no Banco de Dados Memórias Reveladas, para que houvesse assim o levantamento de dados necessário para o atendimento dos objetivos desta tese.

Nesse entendimento, justifica-se também a utilização da pesquisa documental, tendo em vista que se destaca sistematização do objeto de pesquisa dentro do Banco de Dados Memórias Reveladas, onde em meio aos mais 1.370 fundos arquivísticos, reunindo 335.7829 documentos dispersos, acaba por “conferir-lhes uma nova importância como fonte de consulta, a partir do momento em que se podem organizar tais informações” (Prodanov; Freitas, 2013, p. 55). Dentro dessa perspectiva, a pesquisa documental aqui empreendida

segue os mesmos passos da pesquisa bibliográfica. Apenas há que se considerar que o primeiro passo consiste na exploração das fontes documentais, que são em grande número. Existem, de um lado, os documentos de primeira mão, que não receberam qualquer tratamento analítico, tais como: documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações etc. De outro lado, existem os documentos de segunda mão, que de alguma forma já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas (Gil, 2008, p. 51).

Por meio dessas considerações, Marconi e Lakatos (2003, p 174) referem-se ao fato de que a principal característica da pesquisa documental diz respeito “à fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois”. Nesta perspectiva, Gil (2008) afirma existir uma categorização que define como primários, secundários, onde àqueles que não receberam nenhum tipo de tratamento analítico são tidos como primários, sendo estes: “documentos oficiais, reportagens, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações. Os secundários são os que, de alguma forma, já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas” (Gil, 2008, p. 52).

Neste ínterim, Santos (2006) defende a ideia de que na pesquisa documental evidenciam-se escolher as fontes de dados, tendo como base a avaliação crítica do pesquisador, que leva em consideração fatores internos e fatores externos em sua análise, dessa forma, o valor do conteúdo do documento consegue ser priorizado, por meio do qual pode-se perceber a autenticidade e a originalidade do material. A partir desta compreensão, em tratando-se das potências infomemoriais da CNV, destaca-se que a pesquisa documental teve como objetivo traçar uma rota, no entendimento de quais seriam os documentos mais relevantes para serem analisados, a fim de mapear os rastros memorialísticos que atestassem o teor da participação da Igreja Católica na Ditadura Militar brasileira, levando em consideração as diferentes tipologias documentais presentes no acervo da CNV. Assim, para uma melhor visualização desta classificação proposta por Gil (2008) tem-se a figura 11:

Figura 11 – Universo da Pesquisa Documental

	ESCRITOS		OUTROS	
	PRIMÁRIOS	SECUNDÁRIOS	PRIMÁRIOS	SECUNDÁRIOS
CONTEMPORÂNEOS	Compilados na ocasião pelo autor	Transcritos de fontes primárias contemporâneas	Feitos pelo autor	Feitos por outros
	Exemplos Documentos de arquivos públicos Publicações parlamentares e administrativas Estatísticas (censos) Documentos de arquivos privados Cartas Contratos	Exemplos Relatórios de pesquisa baseados em trabalho de campo de auxiliares Estudo histórico recorrendo aos documentos originais Pesquisa estatística baseada em dados do recenseamento Pesquisa usando a correspondência de outras pessoas	Exemplos Fotografias Gravações em fita magnética Filmes Gráficos Mapas Outras ilustrações	Exemplos Material cartográfico Filmes comerciais Rádio Cinema Televisão
	Compilados após o acontecimento pelo autor	Transcritos de fontes primárias retrospectivas	Analisados pelo autor	Feitos por outros
RETROSPECTIVOS	Exemplos Diários Autobiografias Relatos de visitas a instituições Relatos de viagens	Exemplos Pesquisa recorrendo a diários ou autobiografias	Exemplos Objetos Gravuras Pinturas Desenhos Fotografias Canções Folclóricas Vestuário Folclore	Exemplos Filmes comerciais Rádio Cinema Televisão

Fonte: Marconi e Lakatos (2003)

Nesta perspectiva, tem-se o recorte do *corpus* documental desta tese, composto pelos recortes de jornal, os depoimentos, os processos judiciais, as fotografias, os laudos periciais na condição de fontes primárias, tendo em vista o seu caráter original, inédito e autêntico, que não havia recebido ainda tratamento analítico, até o desenvolvimento desta pesquisa. Ademais, tem-se os relatórios finais da Comissão Nacional da Verdade, os quais, podem ser considerados fontes secundárias, já que reúnem um compilado de informações dos resultados do trabalho desenvolvido pela CNV.

Os trabalhos da CNV procuraram responder às reivindicações de perseguidos políticos, presos durante a ditadura, que se arriscaram denunciando a tortura sofrida nas dependências militares. Alinharam-se aos esforços dos familiares na incessante busca de informação a respeito das circunstâncias da morte e do desaparecimento de seus entes queridos. Dialogaram com instâncias estatais que reconheceram a responsabilidade do Estado brasileiro por graves violações de direitos humanos. Em seu mandato, a CNV ampliou a agenda por memória, verdade e justiça no interior da sociedade, buscando alcançar, especialmente, os oitenta por cento da população que nasceram depois do golpe militar. A CNV tem convicção de que seu legado será analisado, compreendido e utilizado para além do encerramento de seu trabalho (Brasil, 2014, p. 23)

Partindo desses pressupostos, tem-se ciência que a pesquisa documental desenvolvida no acervo da CNV, foi responsável por viabilizar a escolha consciente do material necessário para a realização desta pesquisa, o que pode ser corroborado pelas palavras de Marconi e Lakatos (2003, p. 176, grifo nosso).

O antropólogo, ao estudar as sociedades pré-letradas, encontra grande dificuldade em analisar essas sociedades, já que as mesmas não possuem registros escritos. Deve o pesquisador de campo, além das observações efetuadas, lidar com tradições orais. Estas tendem, ao longo das gerações, a adquirir elementos fantasiosos, transformando-se geralmente em lendas e mitos. Hoje, tanto o antropólogo social quando o sociólogo se encontra em outra situação; a maioria das sociedades são complexas, letradas, onde o acúmulo de documentos vem ocorrendo há séculos. Talvez o problema agora seja o excesso de documentação. **Para que o investigador não se perca na "floresta" das coisas escritas, deve iniciar seu estudo com a definição clara dos objetivos, para poder julgar que tipo de documentação será adequada às suas finalidades.** Tem de conhecer também os riscos que corre de suas fontes serem inexatas, distorcidas ou errôneas. Por esse motivo, para cada tipo de fonte fornecedora de dados, o investigador deve conhecer meios e técnicas para testar tanto a validade quanto a fidedignidade das informações.

Neste mote, reitera-se que para o desenvolvimento desta pesquisa, adotou-se o entendimento de que seria necessária a interpretação da pesquisadora com base em suas leituras nos documentos resultantes da busca empreendida no Banco de Dados Memórias Reveladas, para que assim houvesse uma linearidade de pensamento durante o processo escolha e de coleta de dados, para que fossem evitados os registros que não atendessem aos critérios definidos na

busca, na tentativa de garantir a fidedignidade das fontes encontradas, o que só foi possível por meio da pesquisa documental.

Sob tais considerações, ainda com relação às preferências metodológicas, esta tese também se desenhou sobre a perspectiva de uma pesquisa iconográfica, tendo em vista, que visa realizar “a descrição dos significados pertencente a um determinado grupo ou fenômeno social particular, investiga os detalhes de um fato, lança perspectiva microscópica, e por fim interpreta os significado e práticas sociais” (Vianna, 2013, p. 1). Justifica-se à adoção da pesquisa iconográfica, tendo ciência de que “[...] os textos, ou os documentos arqueológicos, mesmo os mais claros na aparência e os mais condescendentes, só falam quando se sabe interrogá-los” (Bloch, 1974, p. 60).

Muito utilizada na Antropologia, a pesquisa iconográfica promove os questionamentos necessários para que se haja a utilização da contextualização do documento analisado, na medida em que “pode enriquecer um texto sobre um período histórico com imagens de esculturas, obras arquitetônicas, quadros ou fotografias de pessoas” (Mariano; Britto, 2013, p. 36). Dessa maneira, aqui a pesquisa iconográfica é empreendida nas potências infomemoriais da CNV

por narrar esteticamente o passado, a iconografia resgata a memória e a compreensão da visão de um determinado período histórico, muitas vezes, um passado ignorado por aqueles que acabam olhando apenas como imagem ilustrativa, sendo necessário um maior desprendimento no sentido de ter um olhar mais sensível, para ler o que realmente há por trás de tal representação (Padilha et al, 2017, p. 2).

Neste entendimento a pesquisa iconográfica pode também ser compreendida, a partir dos estudos de Panofsky (1955, p. 53) como sendo “um ramo da História da Arte que tem um “[...] método de proceder puramente descritivo, ou até mesmo estatístico. A iconografia³⁶ é, portanto, a descrição e classificação das imagens [...]”, ou seja, a partir da interpretação de realidades consegue-se chegar ao passado, entendê-lo, tendo como base as descrições dos símbolos e das imagens pelas quais está sendo representado. Faz-se importante destacar, que nesta tese a pesquisa iconográfica proporcionou o entendimento do contexto do objeto de pesquisa, por meio de elementos simbólicos que foram apresentados nos documentos da CNV,

³⁶ Os termos iconografia e iconologia foram relançados no universo da história da arte durante as décadas de 1920 a 1930. Em 1953 foi publicado pelo escritor italiano Cesare Ripa um livro renascentista de imagens com o título de Iconologia, que tinha por objetivo servir aos artistas da época e orientá-los na representação de subjetividades, tais como virtudes, vícios, sentimentos e paixões humanas. Esta obra foi considerada um tratado de arte e uma referência para o estudo da iconografia, cujo termo, só começa a ser utilizado no início do século XIX. O que diferencia a iconografia da iconologia é que a primeira pode ser considerada um método analítico e a segunda um método sintético.²⁰ A iconografia é uma prática de erudição por excelência, trata de catalogar, examinar e descrever a ocorrência de certos elementos visuais, é uma disciplina descritiva. A iconologia é um método histórico que tem por objetivo fazer a síntese dos dados obtidos na análise iconográfica (Padilha et al, 2017, p. 7).

e que denotavam tanto a participação da Igreja Católica, enquanto impulsionadora do período militar, quanto da sua luta por direitos de liberdade e denúncia aos crimes de violência.

Neste sentido, de modo especial destacam-se as imagens dos recortes de jornais, que muitas vezes, demonstravam em suas manchetes, entre os anos de 1964 e 1985, as notícias que narravam a conjuntura política e social do Brasil, de modo a impactar a opinião pública, como evidencia a figura 12 com o recorte do jornal do Rio de Janeiro, com a publicação datada em 03 de abril, de 1964, mostrando duas senhoras empunhando o terço do rosário, que foi o símbolo das manifestações religiosas, que pediam pela interferência militar, com a Marcha da Família com Deus pela Liberdade.

Figura 12 – Recorte do Jornal do Rio de Janeiro de 03 de abril de 1964



Fonte: Banco de Dados Memórias Reveladas (2025).

Sob tais conjecturas, nesta tese escolheu-se trilhar os caminhos da pesquisa iconográfica, também por conta da compreensão promovida pela interpretação dos detalhes, daquilo que chama atenção, para o conteúdo retratado no documento, independentemente de sua forma, promovendo assim a remontagem das colchas da história brasileira por meio de retalhos da memória, como denota a fotografia acima, que demonstra senhoras da sociedade brasileira usando uma simbologia da Igreja Católica Apostólica Romana para declarar publicamente com orações e hinos seu apoio à Ditadura Militar, com a justificativa da fé em Deus para que assim houvesse a salvação do Brasil.

Ao tratar de fontes iconográficas é importante dizer de que se trata: nos estudos históricos podemos considerar como tal, as pinturas, fotografias, anúncios publicitários dentre outros, que podem ser importantes como fontes históricas de alguma sociedade nas quais foram produzidos. A pesquisa iconográfica pode enriquecer um texto sobre um período histórico com imagens de esculturas, obras arquitetônicas, quadros ou fotografias de pessoas. A iconografia de uma obra editorial é o conjunto das imagens que integram essa obra, seja um livro, série ou coleção (Padilha et al, 2017, p. 7).

Dessa maneira, as fontes iconográficas presentes no acervo da CNV ressaltam o entendimento de que:

buscam fundamentar a descrição científica das observações sobre a vida do “outro”, procurando enquadrar seu relato nos critérios científicos canônicos de validade, confiabilidade e objetividade. O pesquisador descreve o caos dos fatos observados, estabelece os fundamentos da análise, os critérios de comprovação para extrair interpretações generalizantes fidedignas (Chizzotti, 2003, p. 232).

Com isso, as fontes iconográficas da Igreja Católica constituem-se assim como o objeto de pesquisa deste estudo, onde por meio da interpretação da pesquisadora, foi possível estabelecer as conexões presentes nas imagens com os assuntos e conceitos decorrentes da temática da Ditadura Militar brasileira, assim, a “compreensão das relações, causas, motivações, um entendimento do contexto ao qual ocorreu e culminou em algo” (Lima, 2024, p. 53) é percebido ao ser realizado o estudo dos símbolos, representações, manifestações que estão presentes dentro do *corpus* documental. Por meio da pesquisa iconográfica ressalta-se a fidedignidade, a autenticidade, a originalidade e sobretudo a riqueza de detalhes que são advindos com a interpretação de momentos, sensações, sentimentos, e até mesmo pensamentos, ao serem compartilhados, através de um registro memorialístico.

A iconografia na arte, literatura e outras mídias visuais reflete os valores culturais, crenças e ideologias de uma sociedade. Símbolos e imagens frequentemente carregam significados culturais específicos que podem ser decifrados por meio da análise iconográfica. Ao estudar essas representações visuais, podemos obter insights sobre os contextos históricos e socioculturais de um determinado momento e local (Lima, 2024, p. 54).

Não obstante, pode-se dizer que o diagnóstico está para a Arquivologia, assim como as fontes interpretadas estão para a iconografia, tendo ciência de que somente com os procedimentos técnicos empregados à análise desses dados, é possível identificar e captar momentos importantes e cruciais refletidos, por meio dos registros, é o que Ginzburg, em sua obra *Mitos, emblemas e sinais*, publicada em 1986, define como sendo a “intuição sintética”, desenvolvida pela faculdade mental que é capaz de promover ao pesquisador mais leigo a percepção necessária para que se torne um especialista, à exemplo disso, cita a obra clássica do quadro “A Última Ceia”, que por si só promove a interpretação de sentidos e sensações (Ginzburg, 1986).

Nesta conjuntura, a tese também trilhou seu caminho teórico metodológico da pesquisa iconográfica sob a luz do método indiciário, tendo como marco de sua construção a obra do historiador italiano Carlo Ginzburg, que, à priori, em seu texto “o queijo e os vermes”, publicado em 1976, analisa a história de um moleiro, também italiano, buscando compreender as relações culturais entre o conhecimento popular e o conhecimento erudito (Ginzburg, 2006). Desse modo, suas conjecturas perpassam o estudo incansável da obra documentada da história de vida deste personagem, onde por meio de rastros que geram os questionamentos podem montar narrativas de compreensão da realidade, de tal maneira nasce aí o método indiciário, consistindo

nas práticas de caçadores de sociedades anteriores à invenção da escrita, passando por diversas ciências que não se adequam ao paradigma denominado de galileano das ciências modernas. Trata-se da construção de um conhecimento que busca a totalidade sobre um objeto cujo acesso só se dá de maneira indireta, o que é possível por meio de sinais e indícios, que são zonas privilegiadas para decifrar uma realidade que é “opaca” (Ginzburg, 1989, p. 177).

Assim, com a convergência da pesquisa iconográfica ao método indiciário, tem-se a interpretação de sinais, símbolos, significados que permitiram enxergar a proporção da importância da participação da Igreja Católica no período militar brasileiro, seja por meio da percepção acerca de importantes momentos de denúncias que foram feitas relacionadas às práticas de tortura que aconteciam nos interrogatórios e empreendidas aos membros da Igreja Católica, como é o caso da “Operação Batina Branca³⁷”, que perseguiu, prendeu e torturou frades dominicanos em 1969, ou no entendimento de práticas religiosas que pediam a intervenção militar como a já citada, anteriormente, realização da “Marcha da família com Deus pela Liberdade”, que agitou a população no prenúncio do golpe militar de 1964.

Neste sentido, ressalta-se que o método indiciário se dá em consonância ao entendimento da compreensão de “indício”, que Ginzburg sabiamente aborda no texto “*Olhos de madeira*”, publicado em 2001, onde traz em seus relatos, analogia da história do homem, que sempre teve os rastros que denunciam ou evidenciam fatos, na condição de indícios que podem ser percebidos, a partir dos “elementos normalmente negligenciáveis e negligenciados ao serem interpretados na concepção dos fatos e fenômenos que constroem a realidade”

³⁷ Em 1969, por meio da “Operação Batina Branca”, agentes do DOPS/SP interceptam na Livraria uma ligação da Ação Libertadora Nacional (ALN). Com a prisão e tortura dos freis, que trabalhavam no local, os militares descobrem seu ponto de encontro com Marighella na Alameda Casa Branca, onde armaram uma emboscada e executam o guerrilheiro. Em 2006, a sede do centro foi fechada, a Livraria segue funcionando em Perdizes (Memorial da Resistência de São Paulo, online). Fleury não demorou a agir, com sua equipe de soldados invadiu espalhafatosamente o convento de Perdizes e prendeu mais cinco religiosos, eram eles: frei Domingos, frei Sérgio, frei Edson, que foram autuados e liberados, em seguida. O mesmo não aconteceu com frei Giorgio Callegari e Frei Tito, que foram massacrados pela tortura (Gaspari, 2014, p. 154-155).

(Aguiar; Ferreira, 2021, p. 5). A partir desse entendimento a relação estabelecida entre a ótica da memória e os rastros, aos quais Ginzburg também chama de indícios podem ser considerados como uma bússola que aponta o caminho certo a ser seguido, no que concerne ao desenvolvimento desta pesquisa, ao promover a compreensão dos trechos escolhidos dos documentos da CNV, que demonstravam aqueles, por meio do recorte do *corpus* documental, aqui empreendido, que comprovavam a hipótese de que na Ditadura Militar brasileira houveram momentos de um posicionamento dualista por parte do comportamento da Igreja Católica.

Outro ponto que merece destaque, também encontra aporte teórico em Ginzburg quando considera acerca da fragilidade das preocupações humanas com os fatos do passado, ou com os momentos que não forem de extrema relevância para si, tendo assim uma maior atenção apenas para com o presente. Tal consideração pode ser interpretada, a partir da ótica da memória, quando importantes fatos históricos percebidos e atestados pelo homem, por vezes, podem ser ressignificados e ficar esquecidos, silenciados ou apagados ao se perderem as fontes ou quando se menosprezar a importância desses fenômenos memorialísticos, por estarem distantes no tempo. A esse respeito Tizzo (2020, p. 3) cita que “o Holocausto deixa de ser tão perturbador, já que temporalmente começa a ficar distante, isto porque, suas últimas testemunhas oculares estão morrendo”.

Na vida cotidiana vemos que os homens se preocupam principalmente com os objetos que não estão muito distantes no espaço no tempo, desfrutando o presente e confiando o que é distante ao acaso e à sorte. Fale com um homem a respeito da condição em que ele estará daqui a trinta anos, ele não lhe dará a menor atenção; fale a respeito do que acontecerá com ele amanhã, e será todos ouvidos. A quebra de um espelho na nossa casa nos preocupa mais do que um incêndio de uma casa distante a centenas de léguas (Ginzburg, 2001, p. 212).

A partir disso, o método indiciário parte do princípio de valorizar os “componentes de singularidade e detalhes secundários situados muitas vezes na aparência das coisas. O objetivo é reconhecer e remontar uma dada realidade estabelecendo elos conectivos” (Aragão, 2010 p. 125). Foi nesta perspectiva que esta tese buscou evidenciar, através dos indícios dos documentos da CNV, possíveis detalhes, que ainda estavam despercebidos, e que foram revelados, por meio da utilização da análise indiciária, através da observação direta proveniente da interpretação da pesquisadora.

O movimento da pesquisa, no Paradigma Indiciário, se dá num constante coletar, observar e decifrar. Coletamos recorrências, anomalias e lacunas, variamos as escalas de observação, reunimos diferentes documentos, fontes de dados, materiais de estudo. Buscamos indícios e repetições. Observamos o material que coletamos. Para cada material, podemos reconhecer coisas já sabidas antes (é quando nossas certezas aparecem), podemos duvidar e propor questões (é quando nossas dúvidas aparecem) ou ainda intuir que há algo ali que ainda não entendemos (porque há, em toda pesquisa, elementos não tão evidentes). Podemos voltar à busca de outros materiais,

a partir do que observamos, e novamente lançar olhar apurado (Aguiar; Ferreira, 2021, p. 6).

De tal maneira, tendo como base a análise indiciária na perspectiva de Lima (2024) foram adotadas às seguintes diretrizes para a elucidação dos rastros memorialísticos na documentação do Banco de Dados Memórias Reveladas, buscando uma efetiva interpretação dos signos, sinais, elementos representativos, trechos, que pudessem ser assim considerados no *corpus* documental desta Tese. Sendo estas:

- a) *Observação Detalhada*: de modo a perceber quaisquer que fossem os documentos da CNV que mencionavam a Igreja Católica no que se refere à sua participação durante a Ditadura Militar, onde os documentos escolhidos passaram por uma análise detalhando os dados que seriam considerados pertinentes à sua identificação e seleção de registros, principalmente aqueles que traziam citações referentes à personalidades do clero brasileiro, atos religiosos com o objetivo de apoiar a DM, além de recortes de textos que descreviam os boletins de ocorrência, fotografias, que demonstravam a perseguição aos membros da igreja;
- b) *Descrição contextual*: a partir da interpretação do *corpus* documental foi possível designar como se encontrava o contexto do Brasil na época, tendo ciência de que cada documento traz informações de cunho político, religioso, social, econômico, cultural, assim a conjuntura brasileira foi percebida e recontada com a percepção da grande massa documental;
- c) *Ênfase em descrições contextuais de fenômenos sociais observados*: no que se refere às descrições realizadas, por meio dos documentos que evidenciaram os símbolos da Igreja Católica, como terços, orações, o nome de “deus” ao referir-se ao pedido de intervenção militar; aos registros que traziam as canções, declarações, seminários e movimentos contra a DM, liderados por membros da Igreja Católica no ato de suas denúncias;
- d) *Análise de relacional*: por meio do método indiciário foi possível estabelecer as relações entre um registro e outro, entre as datas, e símbolos, na tentativa de estabelecer conexões que fossem promover um maior detalhamento dos fatos observados, dessa maneira, ao fazer a interrelação dos documentos da CNV destaca-se que assim foi possível estabelecer uma linha de raciocínio por meio do assunto que era tratado em cada um dos documentos nas fichas de análise, estabelecendo uma relação de causa e consequência no entendimento da pesquisadora.

- e) *Subjetividade*: ressalta-se que a documentação da CNV se apresenta de forma generalizada nos fundos arquivísticos dentro da plataforma Banco De Dados Memórias Reveladas, onde muitos assuntos se misturam por não ter um direcionamento adequado, o que denota a necessidade da adoção de filtros pré-estabelecidos na coleta de dados, fazendo com que seja sumariamente importante a adoção da interpretação subjetiva por meio da pesquisadora.

Neste ínterim, com relação à última opção teórica metodológica adotada nesta tese, verificou-se a necessidade de fundamentá-la tendo como base o tratado metodológico e historiográfico proposto por Foucault, a Arqueologia do Saber. De tal maneira, na tentativa de mapear os rastros e as evidências coletadas, a partir da documentação da CNV, definiu-se como parte fundamental desta pesquisa o uso do método arqueológico de Foucault (2005) tendo em vista que, além de atestar a veracidade científica dos documentos, também faz-se questionar as construções de verdades, e o domínio do poder para quem é detentor de saber, a partir de suas análises de recortes.

A arqueologia não está interessada na ordem temporal ou de continuidade dos acontecimentos, mas seu interesse reside no nível do saber, das ideias, em buscar controvérsias e descontinuidades. É buscado compreender como os saberes e as verdades são produzidos e transformados historicamente, pois são eles que moldam e constroem a realidade social. A arqueologia do saber também entende que o poder pode ser exercido por meio da produção de saber. Isso pode ocorrer porque o conhecimento pode ser utilizado como uma ferramenta de poder que poderá influenciar as opiniões e as decisões das pessoas, afetando assim as relações de poder entre indivíduos e grupos. Além disso, a produção de saber, que passa também por uma esfera política, pode ser utilizada para moldar as percepções das pessoas e influenciar suas crenças e valores, o que pode afetar suas escolhas e comportamentos (Oliveira, 2024, p.32).

Diante disso, o método de investigação arqueológico pode ser considerado como precursor no debate acerca da produção do saber, tendo em vista que, para Foucault (2005), existem dois sentidos de saber, de um lado tem-se o controle sobre objetos e discursos, isto é, os “saberes sujeitados”, de outro, os “saberes científicos”, disciplinados, sistematizados e que obedecem a uma institucionalização. A existência desses dois tipos de saberes, de acordo com o autor reverbera no entendimento de que “a arqueologia seria o método próprio da análise das discursividades locais” (Foucault, 2005, p. 16).

Pelo entendimento de sua obra, o autor revela que os saberes podem ser formulados, criados, sobretudo manipulados, logo se tornando uma premissa, onde aquele que detém saber, automaticamente pode ser reconhecido como detentor de poder, pois pode manipular, apagar, criar, silenciar narrativas de cunho social, político, cultural, pois são aqueles que possuem

conhecimento e que irão se sobressair na sociedade ditando as regras e criando verdades. Corroborando deste pensamento, Oliveira (2024, p. 24) diz que a “produção de saber pode ser uma forma poderosa de exercer influência sobre as pessoas e as relações de poder entre elas”.

Neste sentido, no campo científico, Foucault (2005) destaca a importância da relação existente entre ciência e saber, ao propor que na análise arqueológica existe, o que o autor define como “uma relação de exclusão ou de subtração (buscando a parte do saber que se furta e resiste ainda à ciência, e a parte da ciência que ainda está comprometida pela vizinhança e influência do saber), deve mostrar, positivamente, como uma ciência se inscreve e funciona”. Dessa maneira, justifica-se o uso o método arqueológico tendo em vista o discurso da Igreja Católica ao que concerne seu comportamento dualista durante o período da Ditadura Militar, de tal maneira, na análise de documentos que será apresentada à posteriori, percebeu-se a influência do movimento religioso católico nas questões políticas, civis e sociais da população brasileira, quando a fé passou a ser justificada para a existência de discursos de poder.

De tal maneira, o método arqueológico possibilita de acordo com Oliveira (2024, p. 33) “analisar o domínio das coisas ditas” de forma individual, foi nessa perspectiva que a análise dos documentos da CNV foi desenvolvida, a partir da interpretação singular dos registros, que, embora tivessem muitas vezes, diferentes documentos presentes no acervo, limitou-se a trabalhar com a interpretação daqueles que pudessem evidenciar características do comportamento da Igreja Católica na DM, fosse por meio do conteúdo de manchetes de jornais, manifestações, entrevistas, denúncias, fotografias, ilustrações, que ao serem selecionados descreveram a real participação da Igreja Católica e seu posicionamento.

[...] a história é o que transforma os documentos em monumentos e que desdobra, onde se decifram rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinham sido, uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos (Foucault, 2005, p.8).

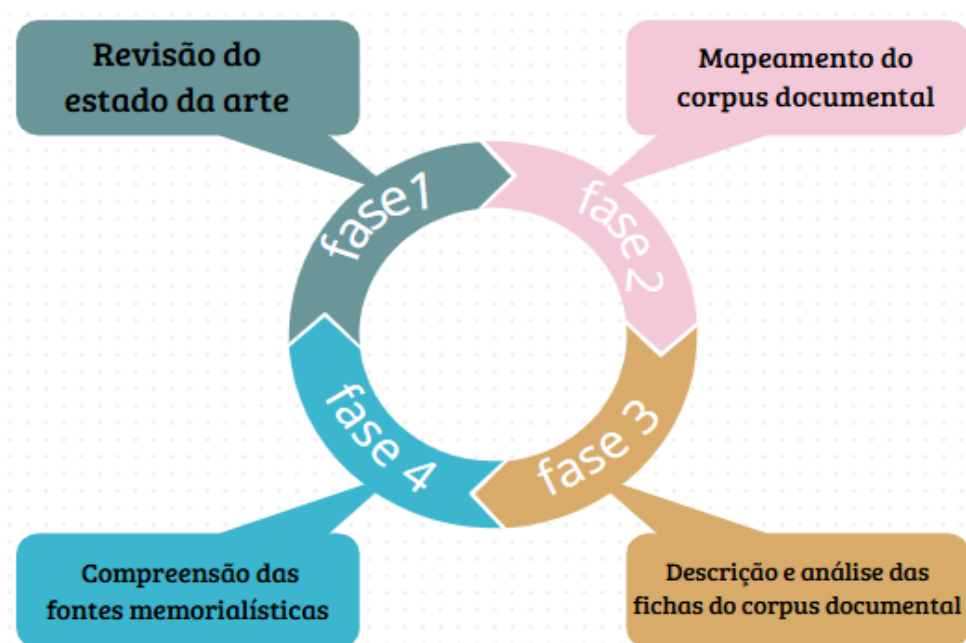
Ao relacionar os estudos de memória seja ela individual ou coletiva sob a ótica e configuração do método arqueológico, faz-se importante destacar, que enquanto cabe à primeira a preocupação com o passado, aquilo que o indivíduo pôde deixar de legado ao longo de sua caminhada, suas contribuições, valores, anseios, seus medos, sentimentos, posicionamentos, ideologias, verdades, o que de fato aconteceu nos momentos de sua história, que foram ímpares e marcantes, como no caso da participação da Igreja Católica na DM, na leitura de Foucault o saber permeia este conhecimento individual [aqui é considerado também como as sendo práticas infomemoriais] desenvolvendo-se por meio da existência de relações, que lhe são atribuídas seja com a igreja, trabalho, família, amigos, sociedade, o que se sobressai na condição

de enunciado, são [1] suas relações, [2] relações entre os grupos, [3] relações entre enunciados ou grupos de enunciados e acontecimentos de uma ordem inteiramente diferente (técnica, econômica, social, política) (Foucault, 2005).

2.3.1 MAPEAMENTO DAS TÉCNICAS DE INVESTIGAÇÃO

Dando prosseguimento aos mecanismos investigativos da pesquisa empreendida nesta tese faz-se necessário compreender quais foram as técnicas e instrumentos adotados em seu percurso metodológico, de modo a atender seus objetivos. Assim, esta pesquisa dividiu-se em quatro fases, que são desenhadas e descritas na perspectiva da figura 13, a seguir:

Figura 13 – Fases da Pesquisa



Fonte: elaborada pela autora (2025).

Nesse entendimento, a *primeira fase* da pesquisa buscou evidenciar como se encontrava o estado da arte acerca da temática da participação da Igreja Católica no período da Ditadura Militar brasileira, assim foi realizado um levantamento bibliográfico tanto em âmbito da Brapci, quanto na BDTD e também no Portal de Periódicos da CAPES, na tentativa de verificar as produções acadêmicas que traziam a temática para seus objetos de estudo. Essa fase foi extremamente importante, tendo em vista que se percebeu o ineditismo, a originalidade e a autenticidade do tema, que não encontrou resultados na Ciência da Informação, fazendo com que esta tese possa vir a ser preconizadora do estudo da Igreja Católica na Ditadura Militar brasileira, a partir da análise documental do acervo da Comissão Nacional da Verdade.

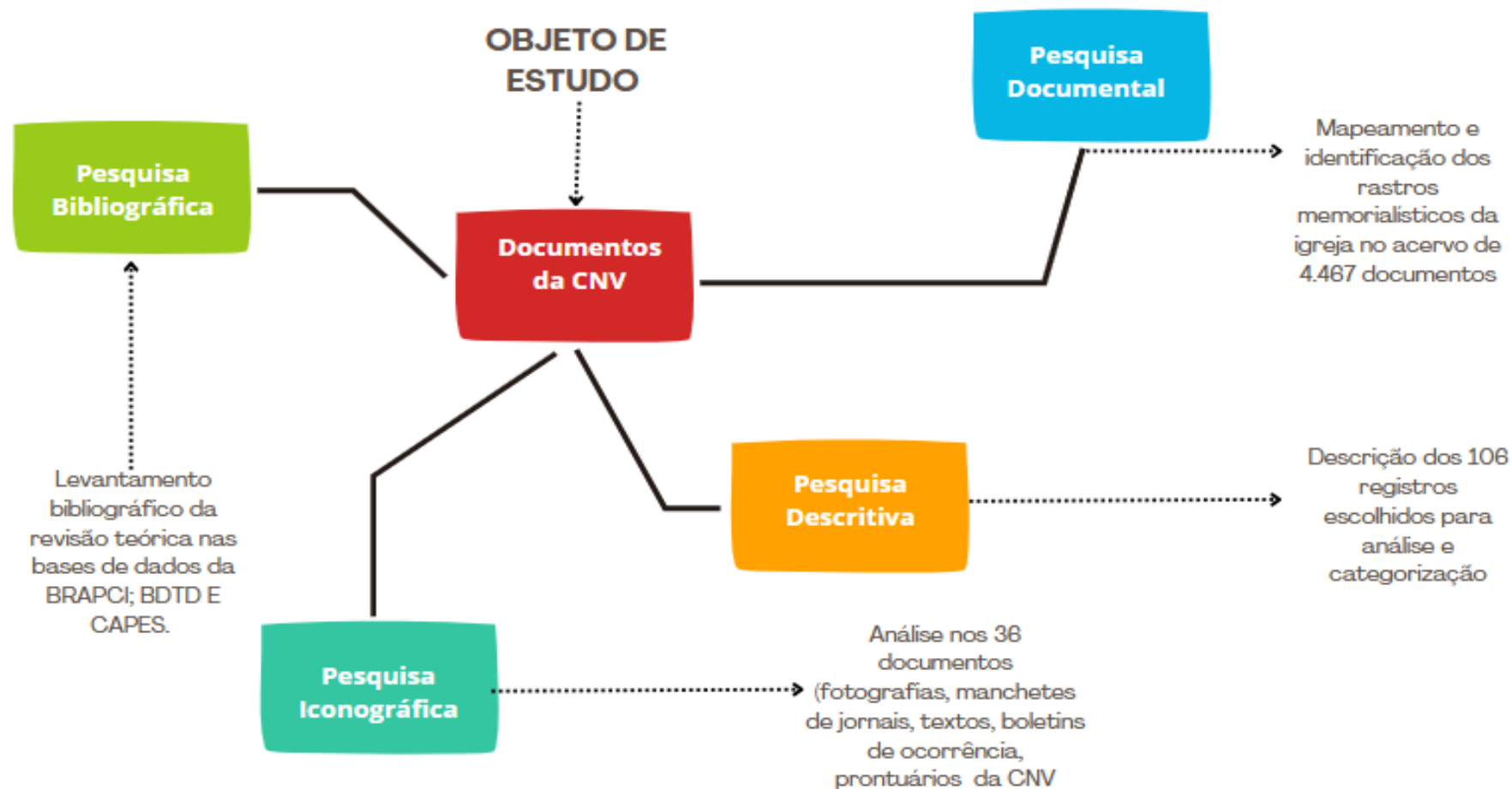
Paralelamente, ao levantamento do estado da arte, houve nessa fase a busca bibliográfica por autores basilares para que houvesse a criação do referencial teórico da pesquisa, de modo que fossem feitas buscas constantes em repositórios digitais, periódicos e ambientes *web*, na tentativa de encontrar materiais suficientes para subsidiar a fundamentação teórica desta tese.

Ademais na *segunda fase* houve a composição do mapeamento do *corpus* documental de análise da pesquisa, assim tendo como base o Banco de Dados Memórias Reveladas foi possível identificar o fundo arquivístico do Sistema Nacional de Informações (SNI) e a partir disso, selecionar quais seriam as tipologias documentais selecionadas para a pesquisa, reunindo assim os registros pertinentes para a construção desta análise, que levou em consideração a delimitação do recorte do universo de documentos presentes no Banco de Dados Memórias Reveladas, dando ênfase aos que traziam informações relevantes acerca da participação dualista da Igreja Católica na DM. De tal maneira, nesta fase os recortes de jornal, os depoimentos, os processos judiciais, as fotografias, os laudos periciais foram reunidos para que houvesse a interpretação por parte da pesquisadora.

Com relação à *terceira fase* foi realizada a descrição e análise das fichas do *corpus* documental da pesquisa, sendo assim feito o estudo em 106 registros, onde se observou itens como: fundo arquivístico, ano, local, palavra-chave, assunto, tipologia documental, finalidade, menção à Igreja Católica, origem. De modo que esta categorização viabilizou o entendimento destes registros como potências infomemoriais para compreensão dos momentos, em que houve a participação relevante da Igreja Católica na Ditadura Militar brasileira, além de garantir uma organização prévia do material coletado no acervo da CNV.

No que concerne à *quarta fase* houve a compreensão das fontes memorialísticas, juntando-se todas as peças do quebra-cabeça, onde por meio dos dados coletados nas fases anteriores, se pode evidenciar os 36 documentos considerados aqui como sendo as memórias relativas à efetiva participação da Igreja Católica no período militar, tanto com relação ao apoio, como também com relação às denúncias dos crimes de violência na luta por resistência.

Assim, nesta fase ressalta-se a importância das fontes memorialísticas como sendo provas de cunho testemunhal que ajudam a contar os episódios da história brasileira, sobretudo, deste capítulo tão nebuloso que foi a DM. Ademais essa fase viabilizou conhecer os documentos na íntegra, que muitas vezes se apresentavam reunidos sob diferentes tipologias, assuntos distintos e temáticas misturadas, o que exigiu da pesquisadora mais detalhamento dos registros, a fim de que fosse desenvolvido de forma coerente o processo de análise. Portanto, para melhor ilustrar como foram realizadas as etapas descritas acima, tem-se a figura 14, abaixo:

Figura 14 – Desenho do *corpus* documental e seus quantitativos na Tese

Fonte: elaborada pela autora (2025).

Nesse entendimento, com a definição e elucidação das quatro fases desta tese, é possível inferir a maneira com a qual seus objetivos puderam ser alcançados, de modo que seu problema de pesquisa também fosse respondido, assim, tem-se o quadro 3 abaixo, que evidencia a instrumentalização das técnicas de investigação científica aqui usadas.

Quadro 3 – Mapeamento das técnicas de pesquisa

Objetivos	Procedimentos para a realização
Investigar os rastros memorialísticos da atuação da Igreja Católica, presentes nos documentos da Comissão Nacional da Verdade durante a Ditadura Militar no Brasil.	Análise arqueológica e Análise indiciária nos registros da CNV
Mapear os rastros memorialísticos nos documentos da CNV da atuação da Igreja Católica que podem ser consideradas narrativas de construção de verdades políticas e ideológicas que contribuíram com a investida militar no Brasil.	Pesquisa Documental no Banco de Dados Memórias Reveladas
Desvendar a memória de brasileiros/as invisíveis ligados à Igreja Católica e que foram símbolos de resistência na luta contra a tortura e busca por direitos humanos;	Pesquisa Documental no Banco de Dados Memórias Reveladas
Estabelecer a relação do poder de influência que as verdades políticas e ideológicas defendidas pela Igreja Católica tem na mobilização de opinião pública.	Análise arqueológica nos registros da CNV

Fonte: elaborada pela autora (2025).

De tal maneira, tanto os objetivos da pesquisa como a questão problema foram também compreendidos ao longo do desenvolvimento dos mecanismos investigativos adotados nesta tese e descritos neste capítulo, assim com a contextualização do objeto da pesquisa, as tessituras do objeto na Ciência da Informação, as preferências metodológicas e a delimitação do *corpus* documental serviram como base para a organização, seleção, análise e discussão dos documentos da Comissão Nacional da Verdade, dando ênfase ao comportamento dualista da Igreja Católica brasileira na DM, etapas que são ilustradas na figura 15, a seguir:

Figura 15 – Síntese dos mecanismos investigativos adotados na Tese



Fonte: elaborada pela autora (2025)

3 OS RETALHOS DA MEMÓRIA

A memória possui contextualidade e é possível ser atualizada historicamente [...] é uma representação produzida através da experiência. Constitui-se de um saber, formando tradições, caminhos — como canais de comunicação entre dimensões temporais. A memória pode constituir-se de elementos individuais e coletivos, fazendo parte da perspectiva de futuro, de utopias, de consciências do passado e de sofrimento. Ela possui a capacidade de instrumentalizar canais de comunicação para consciência histórica e cultura, uma vez que pode abranger a totalidade do passado, num determinado corte temporal (Diehl, 2002, p. 116).

Evidencia-se que há, no campo das ciências, diversos conceitos atribuídos a memória, aqui o interesse direciona-se ao que desperta a necessidade de verificação nas bases epistemológicas e fundamentalistas da Ciência da Informação, a teorização de seu próprio conceito, na tentativa de evidenciar a informação registrada e promover o acesso às memórias ainda desconhecidas da narrativa científica, tecnológica e social do país.

Se a informação é um artefato ela foi criada num tempo, espaço e forma específica, que formam um dos contextos pelo qual deve ser interpretada - o contexto de sua geração. Sendo artefato ela pode ser utilizada em um contexto distinto daquele para o qual e no qual foi produzida, sendo, portanto, passível de recontextualização. (Pacheco, 1995, p.21).

Em vista disso, a materialização das narrativas informacionais em suportes tangíveis torna-se, extensões da memória individual e da memória coletiva. Halbwachs (2006) define a primeira como sendo a memória que o indivíduo acumula ao longo de sua vida, entretanto a mesma não deixa de ser pertencente a grupos, o que evidencia em seu segundo conceito ao salientar a memória compartilhada por grupos, através das lembranças. [...] “se a memória coletiva tira sua força e sua duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens, não obstante eles são indivíduos que se lembram, enquanto membros do grupo”. Dessa massa de lembranças comuns, e que se apoiam uma sobre a outra, não são as mesmas que aparecerão com mais intensidade para cada um deles.

Rejeitando a ideia corrente em sua época de que a memória seria o resultado da impressão de eventos reais na mente humana, ele estabeleceu a tese de que os homens tecem suas memórias, a partir das diversas formas de interação que mantêm com outros indivíduos. Assim sendo, determinadas lembranças são reiteradas no seio de famílias, outras entre os operários que trabalham em uma fábrica e assim por diante. Como os indivíduos não pertencem apenas a um grupo e se inserem em múltiplas relações sociais, as diferenças individuais de cada memória expressam o resultado da trajetória de cada um ao longo de sua vida. A memória individual revela apenas a complexidade das interações sociais vivenciada por cada um (Araújo; Santos, 2007, p. 95).

Nessa perspectiva, Le Goff (1996, p. 419) defende a ideia de que a “a memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode utilizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”.

Memória individual e coletiva se alimentam e têm pontos de contato com a memória histórica e, tal como ela, são socialmente negociadas. Guardam informações relevantes para os sujeitos e têm, por função primordial garantir a coesão do grupo e o sentimento de pertinência entre seus membros. Abarcam períodos menores do que aqueles tratados pela história. Têm na oralidade o seu veículo privilegiado, porém não necessariamente exclusivo, de troca. **Já a memória histórica tem no registro escrito um meio fundamental de preservação e comunicação. Memória individual, coletiva e histórica se interpenetram e se contaminam.** Memórias individuais e coletivas vivem num permanente embate pela coexistência e também pelo status de se constituírem como memória histórica (Kessel, [20--?], p. 5, grifos nossos)

Cabe destaque dizer assim que, “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios” (Halbwachs, 2006, p. 33). Neste Ínterim, dentro da Ciência da Informação, Oliveira e Rodrigues (2017) ressaltam que as características interdisciplinares da CI constituem aspectos relevantes, tendo em vista as possibilidades de uso do conceito de memória, não apenas no que se refere à preservação da memória intelectual da civilização, ou seja, o lado bibliográfico e documental da informação, mas também na recuperação da informação, seja ela técnico/científica ou administrativa.

De tal maneira, para as autoras é possível, portanto, pressupor que “na CI são utilizadas diferentes concepções de memória, conforme o contexto no qual ocorrem os processos informacionais, os problemas que pretende resolver, ou a abordagem que se pretende utilizar para solucioná-los” (Oliveira; Rodrigues, 2011). Tanto para a Biblioteconomia como para a Museologia, campos interdisciplinares na CI, a informação registrada direciona o conceito de memória e o atesta tendo como base a finalidade de guarda, prova, organização, coerência, e até mesmo de patrimônio, o mesmo acontece com a Arquivística, como salientam Oliveira e Rodrigues (2017, p. 4):

[...] a Arquivística, uma das áreas do conhecimento com as quais a CI estabelece interface, apresenta uma especificidade com relação à concepção de memória: a necessidade de permanência do registro da informação, garantidas sua autenticidade e fidedignidade, como recurso passível de utilização na (re)construção da memória social e como prova.

Portanto, a concepção de memória utilizada nos estudos da área deve contemplar, também, esse aspecto.

A memória, cabe ainda ressaltar, também é produto de relações hierarquizadas, e, portanto, é vulnerável e no século XXI, à luz do desenvolvimento exponencial das tecnologias de informação e comunicação, que acabam influenciando diretamente no seu esquecimento, silenciamento e apagamento. Em sua obra, Assmann (2011, p. 54) contextualiza que “a pluralização das memórias também tem a ver com a barreira das mídias”. Na era da imprensa, a escrita criou novos espaços de recordação. A imprensa de livros quebrou o antigo monopólio da recordação exercido pela igreja e pela corte e possibilitou novos acessos à memória e à história. Com isso, foram liberadas novas lutas de poder em torno da recordação. Em contraposição a isto, Ferreira Junior (2006, p. 10) discorre que, em face a crença de Otlet na “existência de um conhecimento objetivo contido e escondido nos documentos”, que são reverberados, hoje, temos as tecnologias da informação e comunicação, que servem à sua emergência de acesso às memórias.

3.1 A MEMÓRIA COMO INSTRUMENTO DE PODER

A respeito dos mais variados usos e desusos da memória, destaca-se que as relações estabelecidas pelo ser humano que vive em sociedade evidenciam que as suas experiências, o acúmulo de vivências, seus sentimentos, traumas, experimentações de cotidiano, as tradições, momentos vividos no passado são comumente compartilhados no presente, e podem, dependendo do uso, tornar-se ferramentas à serem moldadas de acordo com o interesse do indivíduo, isto é, a memória é amalgama do tecido social e os grupos sociais a evocam, quão mais fortalecido um grupo, maior é o exercício de poder, mas as batalhas e contradições estão lá. Diferente, por exemplo, dá história, que requer, por meio de documentos, evidências etc., uma linearidade, uma uniformidade artificial.

A memória pertence ao indivíduo, sujeito ou cidadão, como quisermos nominá-lo, pois é intransferível e parte integrante das suas experiências vividas. Por meio da memória, o sujeito atesta sua continuidade temporal, memorando seu passado a partir de sentimentos, visões de mundo e experiências presentes, compreendendo a passagem do próprio tempo de vida de forma que possa retomar caminhos para o futuro. Nesse sentido, a memória torna-se um instrumento de poder do cidadão (Sousa, 2020, p. 95).

Na sociedade contemporânea, quando se trata do uso da memória enquanto instrumento de poder, percebe-se que também há seu uso como massa de manobra, para moldar situações políticas, sociais, econômicas, religiosas, ou influenciar no pensamento crítico de alguém, criar ideias ou teorias sobre um fato. Tendo em vista que a memória viabiliza a guardar ou não fatos do passado, de maneira que também pode esquecê-los ou apagá-los. Nessa perspectiva quando

a memória é excludente e atua sob o interesse de alguém, que detém o seu domínio, cabe assim a este indivíduo ou grupo dizer sobre o que é ou não relevante a ser rememorado na construção de narrativas e verdades, à exemplo disso, tem-se os arquivos da Ditadura Militar brasileira que ainda são desconhecidos³⁸, mesmo com o trabalho da CNV, ou até mesmo as fontes de informação sobre o período, que se perderam ao longo do tempo, ou as inúmeras vítimas da DM que não foram ouvidas e tiveram suas histórias apagadas.

Como instrumentos de poder, memória e esquecimento têm sido utilizados por governos diversos, sejam eles totalitários ou democráticos, que têm o objetivo de alcançar controle político sobre forças antagônicas. O esquecimento, portanto, também tem sido uma estratégia política utilizada por governos democráticos em determinados períodos. Esses exemplos são importantes porque eles nos mostram que as associações entre memória, autonomia e liberdade, por um lado, e esquecimento e autoritarismo, por outro, não podem ser generalizadas (Araújo; Santos, 2007, p. 104).

Sob tais conjecturas refletir sobre a memória, a partir de suas construções narrativas na sociedade evoca pensar também acerca da necessidade do entendimento da lembrança, quando o indivíduo se autoquestiona, tendo em mente o que é pertinente lembrar, ou do que deve esquecer, está assumindo o controle de sua própria existência, não sendo guiado ou influenciado por aquilo que lhe é transmitido por meio das entidades, das instituições, dos governos autoritários, da imprensa, dos partidos, da igreja como uma estratégia de poder e manipulação de massas que buscam o controle e a expansão de seus domínios sociais. Acerca disso Sousa (2020, p. 95) enfatiza que:

as forças que estão contidas em lembranças são tão grandes e complexas que mesmo quando a oposição assume o poder político, nem sempre ela pode promover a lembrança do passado que foi reprimida. Em meio ao ódio e ressentimento acumulados ao longo de muitas gerações, o que pode ser lembrado? Como instrumentos de poder, memória e esquecimento têm sido utilizados por governos diversos, sejam eles totalitários ou democráticos, que têm o objetivo de alcançar controle político sobre forças antagônicas.

Acerca disso, Foucault (2005) traz um aprofundamento teórico interessante sobre o papel da memória pensada na concepção de instrumento de poder, para o filósofo não é de hoje que os governos buscam controlar a memória, ao selecionar, indicar, aquilo que merece ou não ser esquecido ou o que deve ou não ser silenciado e apagado, contudo tais governos também são àqueles que desenvolvem maneiras de reinventar o passado, criando novas narrativas em cima de memórias já existentes, com novas interpretações de acordo com seus interesses e uma

³⁸ O resultado do trabalho da Comissão Nacional da Verdade (CNV) nem foi um começo nem foi um fim, representando uma referência para pesquisadores, jornalistas e artistas levarem adiante o trabalho de elucidação dos crimes cometidos durante o período da ditadura militar. Reconhecendo os limites desse trabalho e a resistência que ainda existe dentro das Forças Armadas, [...] há muitos arquivos ainda que não foram abertos e há muitas informações que estão no relatório da Comissão que podem ser aprofundadas (Portal Sul 21, online).

nova produção de documentos. À exemplo disso, tem-se os livros, os textos, os depoimentos que foram publicados acerca da Ditadura Militar brasileira, trazendo como verdade as impressões dos militares, que passam a denominar de “revolução de março”, “movimento anticomunista”, os episódios da DM. Cita-se aqui a obra intitulada: “Os militares no poder”, de autoria do Carlos Castelo Branco, criador da “Coluna do Castello” no Jornal do Brasil, que foi desenvolvida, a partir de uma coletânea de trechos e informações jornalísticas, trazendo a visão dos militares como heróis, salvadores da pátria, em contraposição a todo o material bibliográfico, datado, reconhecido por lei, que traz a Ditadura Militar brasileira como um método de governo artificial, baseado na intimidação, violência, e renúncia aos direitos de liberdade, de expressão, e autoritarismo.

Neste ínterim, Foucault (2005) ainda desenvolve a ideia de que o poder pode ser considerado produtivo e nessa perspectiva produz subjetividade, assim na interpretação do autor pode ser considerada como sendo os modos de vida, de saber, de lembrar, de esquecer. Assim, esta seara denota que a produção de subjetividades está intimamente interligada à memória, logo cabe a esses “mecanismos específicos, os quais o poder se exerce, portanto em diferentes momentos existe uma predominância de um ou outro mecanismo e a maneira pela qual cada um deles se exerce configura uma modalidade de memória” (Rosa, 2014, p. 128). Sob tais considerações, o poder ao configurar a memória, enquanto ferramenta, utiliza-se de seus mecanismos para postular os modos de vida, as subjetividades, os momentos históricos, políticos, sociais de um indivíduo ou grupo.

Assim como somos sujeitos info-comunicacionais, ou seja, há um ímpeto humano de comunicação e trânsito de informações, há por consequência, um conjunto de ações e artefatos memorialísticos gerados neste trânsito, dispositivos memoriais que servem como próteses de memórias individuais e, para a coletividade, como potência histórica e amálgama de memórias sociais e coletivas, afinal, as memórias são constituídas a partir de artefatos, da linguagem e das instituições que as criam, promovem, evidenciam, ou, no turno oposto, tentam destruir, invisibilizar, apagar e ocultar (Sampaio, 2021, p. 39).

Dessa maneira, “na memória há o reflexo das ações humanas, em sua concepção no cotidiano do homem, onde retrata situações do dia a dia, tradições, lendas e histórias que perpassam o tempo” (Alves, 2018, p.42). Logo, partindo do pressuposto de que a memória é composta por lembranças e esquecimentos, conforme Foucault (2005), os mecanismos que a levam a ser considerada instrumento de poder ditam as regras do lembrar e esquecer.

O que o fenômeno acaba de nos revelar bruscamente é toda a distância entre a memória verdadeira, social, intocada, aquela cujas sociedades ditas primitivas, ou arcaicas, representam o modelo e guardaram consigo o segredo – e a história que é o que nossas sociedades condenadas ao esquecimento fazem do passado, porque levadas

pela mudança. Entre uma memória integrada, ditatorial e inconsciente de si mesma, organizadora e toda poderosa, espontaneamente atualizadora, uma memória sem passado que reconduz eternamente a herança, conduzindo o antigamente aos ancestrais ao tempo indiferenciado dos heróis, das origens e do mito – e a nossa, que só é história, vestígio, trilha. **Distância que só se aprofundou à medida que os homens foram reconhecendo como seu um poder** e mesmo um dever de mudança, sobretudo a partir dos tempos modernos (Nora, 1993, p. 8, grifo nosso).

Para tal efeito, o uso da memória enquanto instrumento de poder é algo visto na humanidade desde os seus primórdios, quando nas paredes das cavernas aqueles que sabiam dominar a arte dos hieroglifos, conseguiam expressar, a partir da escolha de quais seriam as representações relevantes do cotidiano do homem primitivo, a serem desenhadas e quais seriam aquelas consideradas insignificantes. Assim, o conhecimento foi repassado, já no começo da humanidade, não através da igualdade de saberes, mas por meio do registro de memórias.

3.2 A MEMÓRIA COMO INSTRUMENTO DE RESISTÊNCIAS

Ainda sobre os usos, desusos e apropriações da memória, aqui destaca-se sua condição enquanto instrumento de resistência, tendo em vista seu papel social dentro da sociedade. Neste mote, é preciso mergulhar no conceito de resistência para dar ênfase à sua relação com a memória entendendo sua perspectiva de luta na busca por direitos de liberdade ou igualdade. À esse respeito, Bosi (1996, p. 110) enfatiza que a “resistência é um conceito originariamente ético, e não estético. O seu sentido mais profundo apela para a força da vontade que resiste a outra força, exterior ao sujeito. Resistir é opor a força própria à força alheia”. Enquanto, para a memória, cabe ressaltar “que há um terreno de produção de sentido que perpassa pelas instituições, mas também perpassa pelas experiências individuais, que dialoga com o passado, mas que percebe tais marcas no presente, que se traduzem por exemplo, em identidades diversas” (Sampaio, 2021, p. 32).

Neste mote, o acúmulo de vivências e repasse de informações sobre épocas passadas, tradições, histórias e costumes, que é proveniente das memórias individuais, coletivas, sociais e históricas, justificada pela criação de registros que vão sendo repassados de geração a geração, o que pode considerar a memória enquanto instrumento no processo de resistência, seja de um período, como aconteceu no regime militar brasileiro, ou sobre a contraposição à ideias contrárias, acerca disso, Bernardo (1998, p. 44, grifo nosso) disserta que

nesses processos interativos, as produções humanas - fruto de determinadas relações sociais - longe de desaparecerem, florescem com toda a sua força. Em outras palavras, refiro-me aqui ao trabalho, aos hábitos alimentares, à religião com os seus ritos e mitos, às histórias que são transmitidas de geração em geração (se bem que

modificadas), às danças, às músicas, às maneiras de expressar a amizade, o amor, a raiva, a dor. Essas expressões culturais, quando analisadas pelo viés da memória, desnudam o cotidiano dos diferentes grupos de convívio que os indivíduos participaram no passado e vivem no presente. É nesta perspectiva que a **memória é um recurso excelente de resistência**, pois permite, talvez melhor que qualquer outro meio, não somente lidar com a dimensão objetiva dos fatos vividos, mas também com o lado subjetivo dos indivíduos que constituem os diferentes grupos sociais.

Nesta premissa, a autora defende a ideia de que a memória dá ênfase às subjetividades na mesma proporção que também preocupa-se com a objetividade do tempo, dos ciclos vividos pelo indivíduo nas suas relações familiares, de amizade, de trabalho, onde esses grupos partilham momentos, experiências, que em conjunto assumem o retrato fiel de sua história, assim aos fenômenos ao serem repassados pela memória a outros indivíduos servem de fundamento para justificativas que promovem também a luta de resistência.

À exemplo disso, cita-se o movimento de resistência histórica promovido pela memória, sempre que há a produção bibliográfica, historiográfica, imagética, cinematográfica, científica de fatos do passado pelo olhar das fontes memorialísticas, destaca-se a produção do filme “Batismo de Sangue³⁹”, de Helvécio Ratton de 2006, que mostra, através da memória de resistência, a participação ativa dos frades dominicanos na luta por direitos humanos e denúncia de crimes de violência praticados pelo regime militar brasileiro, dessa maneira o filme consagrou-se como sendo uma grande contribuição de resistência a DM por parte da Igreja Católica.

Ademais, de acordo com Barbosa (2008, p. 28-29):

a preservação da memória histórica fundada na verdade, além de interferir nas relações humanas, orientar e transformar os valores e as ações sociais em defesa da liberdade é também um ato de resistência, uma vez que ditaduras se utilizam da estratégia do esquecimento e do silêncio para não “ajustar contas com o passado”, omitindo fatos históricos e deixando as futuras gerações na ignorância.

De acordo com essa assertiva, a ignorância ou a falta de informações é usada como justificativa para a ascensão de regimes totalitários e autoritários, logo, a partir do momento que acontece a rememoração de fatos do passado, com as novas interpretações e leituras de registros promovidos através das fontes memorialísticas, tem-se uma nova forma de exercer a democracia, que “impõe a governos e gerações saídos de regimes ditatoriais a interrogação do

³⁹O convento dos frades dominicanos se torna uma trincheira de resistência à ditadura militar que governa o Brasil. Movidos por ideais cristãos, os freis Tito (Caio Blat), Betto (Daniel de Oliveira), Oswaldo (Ângelo Antônio), Fernando (Léo Quintão) e Ivo (Odilon Esteves) passam a apoiar o grupo guerrilheiro Ação Libertadora Nacional (ALN), comandado por Carlos Marighella (Marku Ribas). Eles logo começam a ser vigiados pela polícia e posteriormente são presos, passando por terríveis torturas. Baseado no livro homônimo de autoria de Frei Betto, que ganhou o prêmio Jabuti em 1983 (Portal Memórias Reveladas, online).

tempo presente, obrigando-os a reinterpretar o passado de modo a fixar novos consensos e estabelecer uma nova verdade (Brito, 2009, p. 17) fazendo com que aconteça assim um processo de resistência.

Pelo trabalho das lembranças, reconstrói-se aqui o que se deixou lá. A análise da memória permite captar não só as lembranças, o imaginário, mas também as reconstruções reais. E nesta perspectiva que a memória significa resistência. E por isso os processos de homogeneização estão longe de ocorrerem no caso dos migrantes. Assim, enquanto existir esse grupo social na metrópole existirá a sua memória, expressa no trabalho, na música, na dança, na comida e na arte de benzer e de curar (Brito, 2009, p. 17).

Ao rememorar o passado permitindo novas interpretações, por meio das quais são construídas novas perspectivas de verdade, tem-se a compreensão de sua importância como “fruto de articulações entre dominação e resistências, bases de manutenção e de transformação social, constituída por jogos de lembranças/esquecimentos que embasam representações sociais, igualmente processuais e múltiplas, de acordo com Gondar (2005, p. 87), assim tem-se o entendimento do indivíduo ser protagonista de sua própria história na narrativa da memória.

3.3 A MEMÓRIA COMO INSTRUMENTO DE DENÚNCIAS

Outro ponto que merece destaque dizer no estudo das memórias, diz respeito ao seu papel, enquanto instrumento de denúncias em momentos que marcam a humanidade, cabe ressaltar aqui a grande importância que a memória possui ao ser fonte de informação para contextualizar e compreender períodos históricos que se sobressaem, sobretudo àqueles relacionados a episódios de crimes de violência, quando à memória registrada, documentada, é atribuída um viés de cunho de prova ou testemunho de um fato ou fenômeno. A esse respeito, Sampaio (2021, p. 46) afirma que:

essa luta entre o revelar/desvelar e o apagar/silenciar, nos revela um processo de disputa constante em busca da justiça e da verdade, que contrapõe as narrativas de discursos pacifistas ou apaziguadores dos discursos de oposição, possibilitados pela abertura desses documentos para a sociedade, pela produção e recuperação de informações que possibilitaram a realização e promoção de filmes e livros provenientes da vivência de personalidades do período e dos próprios relatos de presos e exilados políticos.

Nesta seara, quando se evidencia o papel de denúncia exercido pela memória, faz-se importante citar as denúncias dos crimes de violência, contra a tortura, agressões, perseguições que ocorreram na Ditadura Militar brasileira, onde a CNV trouxe consigo em seus arquivos as memórias necessárias para que houvesse assim a constatação dos crimes cometidos graças ao desenvolvimento de “políticas de memória, verdade e justiça que “promovendo

(re)estabelecimento do Estado de direito, o reconhecimento das violações e crimes cometidos a nível de Estado e reparação” que culminaram na adoção de uma justiça transacional ou justiça de transição (Sampaio, 2021, p. 43). Dessa maneira, para a autora em uma sociedade democrática ter a ciência total dos fatos ocorridos viabiliza o pleno exercício dos direitos e deveres de um regime antiautoritário.

O direito à memória impõe ao regime democrático a tarefa de projetar um futuro, de seguir em frente, sem, entretanto, deixar de assumir o compromisso pela responsabilização pelos atos de violência praticados. Embora tal tarefa possa ser considerada árdua, uma vez que ela exige o enfrentamento daquilo que se quer esquecer, ela se faz necessária para a superação dos traumas coletivos herdados por uma sociedade. Somente por meio da promoção do ato da lembrança se torna possível afastar definitivamente todas as assombrações de um passado, cujas marcas ainda persistem no presente. Somente por meio da promoção do ato da lembrança se torna possível afastar definitivamente todas as assombrações de um passado, cujas marcas ainda persistem no presente (Coelho, [20--?], p. 1).

Nesta narrativa, em decorrência da marcante atuação militar no governo brasileiro nos anos da DM, foi necessária a adoção da justiça de transição, embora tenha ocorrido de maneira “lenta, gradual, pontual e liberalizante, no final dos anos 1970” (Frota, 2017, p.5). Assim, está assertiva faz com que seja importante destacar o conceito de justiça de transição, como sendo: “[...] o conjunto de processos e mecanismos associados às tentativas da sociedade em chegar a um acordo quanto ao grande legado de abusos cometidos no passado, a fim de assegurar que os responsáveis prestem contas de seus atos, que seja feita a justiça e que se conquiste a reconciliação” (Coelho, [20--?], p. 1). Dessa maneira, na constituição da justiça de transição, existem cinco pilares essenciais, sendo estes:

- 1) a reparação das vítimas dos regimes repressores;
- 2) fornecimento da verdade e construção da memória;
- 3) a regularização da justiça;
- 4) restabelecimento da igualdade perante a lei;
- 5) reforma das instituições perpetradoras de violências contra os direitos humanos (Abrão; Torelly, 2010, p. 2).

Sendo assim, historicamente no Brasil os momentos que antecederam a justiça de transição foram cruciais para que houvesse a implementação da Comissão Nacional da Verdade, logo este movimento tem como iniciativa “a instauração da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, por meio da Lei 9.140, de 4 de dezembro de 1945” (Sampaio, 2021, p. 43) e apresenta em seu escopo como objetivo principal “proceder ao reconhecimento de pessoas mortas ou desaparecidas em razão suas atividades políticas; de envidar esforços para a localização dos corpos de tais indivíduos; e de emitir parecer sobre os requerimentos relativos à indenização que venham a ser formulados por seus familiares” (Portal Memórias Reveladas,

online). A Lei de Anistia foi um importante marco na luta de resistência e denúncia de crimes de violência cometidos por parte do estado brasileiro, assim as famílias das vítimas conseguiram o reconhecimento legal e embasamento necessário que atestava o estado brasileiro como repressor.

A partir desta lei, se reconhece o estado repressivo da Ditadura Militar, reconhecendo como amparados por este dispositivo, os familiares de: pessoas mortas por causas não-naturais que participaram ou foram acusadas de participar de atividades políticas, à época da Ditadura, em dependências policiais ou assemelhadas; falecidas em virtude de repressão policial sofrida em manifestações públicas ou conflito armado com agentes; que se suicidaram pela iminência de prisão ou “[...] em decorrência de sequelas psicológicas resultantes de atos de tortura praticados por agentes do poder público” (Brasil, 1945, online).

A partir dessas assertivas, trazer à tona o processo de justiça de transição no Brasil torna-se uma maneira de exemplificar como a memória pode ser usada na condição de instrumento de denúncias, onde por meio da “criação da Comissão Nacional da Verdade e da lei de acesso à informação estimulou para que temas relacionados à repressão vivenciada durante a Ditadura Militar repercutisse nos mais diversos setores da sociedade civil” (Bettamio, 2014, p. 33).

Dentro dessa perspectiva, onde a memória pode ser moldada para o uso de denúncias, tem-se o relato Frei Tito Alencar Lima, preso e torturado na DM que fora publicado clandestinamente pela Revista americana *Look* e a italiana *L'Europeo* (Plassat, 2014), cujo texto segue na íntegra.

Quadro 4 – Trecho do relato de torturas de Frei Tito

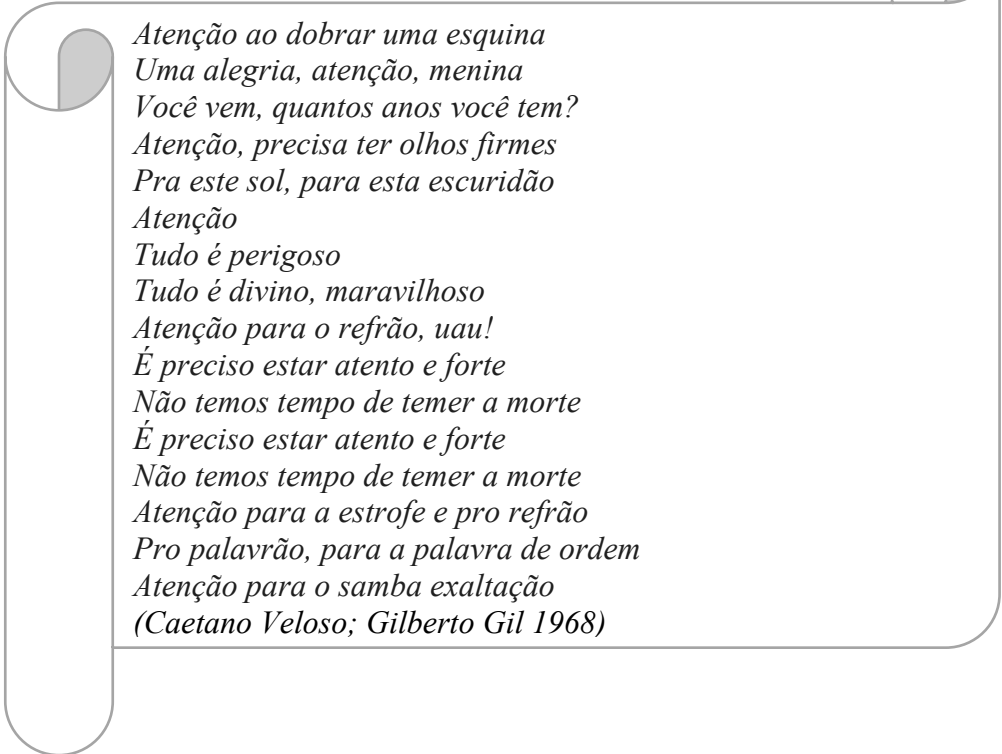
[...] Ao chegar à OB fui conduzido à sala de interrogatórios. A equipe do capitão Maurício passou a acarear-me com duas pessoas. O assunto era o Congresso da UNE em Ibiúna, em outubro de 1968. Queriam que eu esclarecesse fatos ocorridos naquela época. Apesar de declarar nada saber, insistiam para que eu “confessasse”. Pouco depois levaram me para o “pau-de-arara”. Dependurado nu, com mãos e pés amarrados, recebi choques elétricos, de pilha seca, nos tendões dos pés e na cabeça. Eram seis os torturadores, comandados pelo capitão Maurício. Davam-me “telefones” (tapas nos ouvidos) e berravam impropérios. Isto durou cerca de uma hora. Descansei quinze minutos ao ser retirado do “pau-de-arara”. O interrogatório reiniciou. As mesmas perguntas, sob cutiladas e ameaças. Quanto mais eu negava mais fortes as pancadas. A tortura, alternada de perguntas, prosseguiu até às 20 horas. Ao sair da sala, tinha o corpo marcado de hematomas, o rosto inchado, a cabeça pesada e dolorida. Um soldado, carregou-me até a cela 3, onde fiquei sozinho. Era uma cela de 3 x 2,5 m, cheia de pulgas e baratas. Terrível mau cheiro, sem colchão e cobertor. Dormi de barriga vazia sobre o cimento frio e sujo.

Na quarta-feira fui acordado às 8 h. Subi para a sala de interrogatórios onde a equipe do capitão Homero esperava-me. Repetiram as mesmas perguntas do dia anterior. A cada resposta negativa, eu recebia cutiladas na cabeça, nos braços e no peito. Nesse ritmo prosseguiram até o início da noite, quando serviram a primeira refeição naquelas 48 horas: arroz, feijão e um pedaço de carne. Um preso, na cela ao lado da minha, ofereceu-me copo, água e cobertor. Fui dormir com a advertência do capitão Homero de que no dia seguinte enfrentaria a “equipe da pesada” [...].

Frei Tito de Alencar Lima

Por meio do relato ilustrado, é possível dizer que a memória enquanto instrumento de poder, resistência e denúncia exerce seu papel social fundamental para o indivíduo, tendo em vista que é capaz de elucidar os fatos que marcaram o passado e que podem ainda contribuir para a melhoria do presente, na tentativa de construção de um futuro mais democrático.

4 A SANTÍSSIMA TRINDADE DA DITADURA: OS MILITARES



*Atenção ao dobrar uma esquina
Uma alegria, atenção, menina
Você vem, quantos anos você tem?
Atenção, precisa ter olhos firmes
Pra este sol, para esta escuridão
Atenção
Tudo é perigoso
Tudo é divino, maravilhoso
Atenção para o refrão, uau!
É preciso estar atento e forte
Não temos tempo de temer a morte
É preciso estar atento e forte
Não temos tempo de temer a morte
Atenção para a estrofe e pro refrão
Pro palavrão, para a palavra de ordem
Atenção para o samba exaltação
(Caetano Veloso; Gilberto Gil 1968)*

Entre os anos de 1964 e 1985, o Brasil viveu um período político marcado por violências, e antidemocracia, com lutas, decretos, atos institucionais, torturas e governos autoritários, a Ditadura Militar brasileira consagrou-se como sendo um marco histórico memorial por todas as suas ações, muitas das quais reverberam até os dias de hoje, causando debates e inquietações entre àqueles que defendem ainda a necessidade da sua existência e àqueles que abominam seus atos e justificativas, sendo assim a DM marcou vidas e ainda é o centro de embates políticos que constroem a conjuntura do país.

Á exemplo disso, tem-se os atentados do dia 08 de janeiro de 2023⁴⁰, quando manifestantes contrários a vitória do então presidente eleito, Luiz Inácio Lula Da Silva, invadiram os prédios do governo federal em Brasília para depredação do patrimônio público e com o uso da violência e de forma extremista, marcharam, vestidos de verde e amarelo, pedindo a intervenção militar, por não concordarem com um governo eleito, essencialmente de esquerda, assim de forma antidemocrática depredaram locais históricos na praça dos Três Poderes, destruindo os símbolos da República. Este momento ficou conhecido como sendo uma

⁴⁰ Nos dias seguintes ao 8 de janeiro, o país se debruçou sobre imagens de redes sociais e câmeras de segurança de Brasília para digerir diferentes ângulos do episódio insólito: a convocação pelas redes sociais, o acampamento em frente ao QG do Exército, as falhas de segurança que permitiram a invasão, o papel das Forças Armadas, a destruição de obras de arte e do patrimônio público.

Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cye7egj6y1no>.

nova tentativa de golpe, por fazer alusão a ideia da luta entre esquerda e direita brasileira, mesma justificativa que fora dada em 1964, quando os militares construíram a narrativa que assumiram o governo brasileiro, na tentativa de salvar o Brasil, assim Sampaio (2021, p. 82) denota que “os primeiros inimigos do Brasil, às portas de 1964 eram, o comunismo, a esquerda”. No contexto da história política brasileira, Genari (2017, p. 2) ressalta que as “desavenças em torno do que a Ditadura Militar representou para a sociedade brasileira evidenciam a própria inserção do regime autoritário num quadro mais amplo de ditaduras na América Latina”, e dessa maneira vai percorrendo o tempo e o espaço à medida que

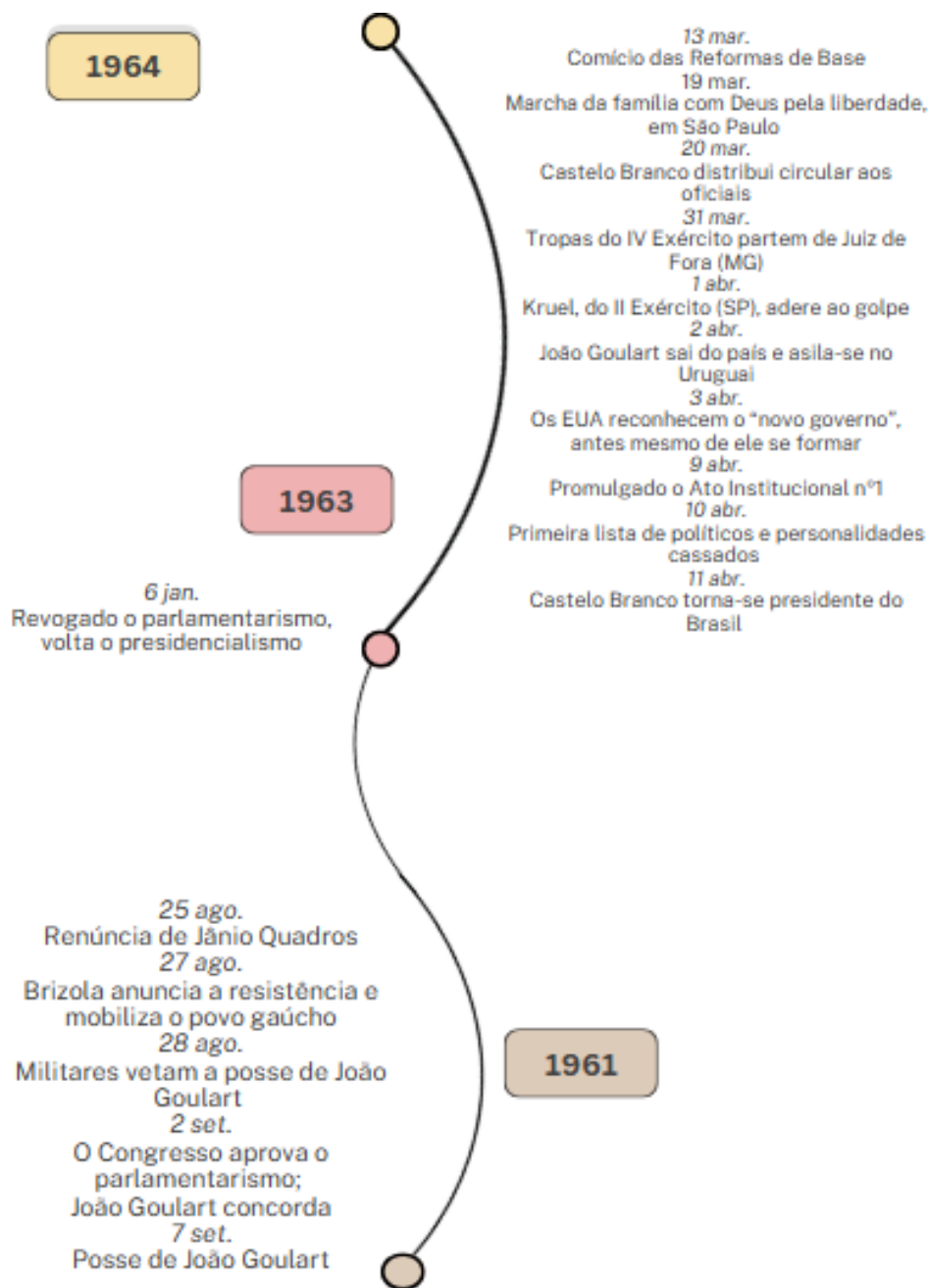
[...] a ideia de que os militares assumiram para evitar que os comunistas assumissem é completamente equivocada, porque os comunistas no Brasil nunca foram plenamente organizados. Todo o governo tem que criar uma metáfora, uma linguagem do inimigo, quem é o inimigo? O comunismo, o comunista. O Brasil vai virar comunista! Nisso, p'ra você vê, há o resquício da ditadura, porque foi algo que colocou no Lula em 1989, o que que o Collor e os partidos ligados ao Collor falavam? Ah, porque o Lula é comunista, ele vai invadir a casa das pessoas [...] uma das desculpas era justamente esta do comunismo, além da ingovernabilidade do João Goulart e da anarquia no país, mas de fato o que houve mesmo foi um cerceamento de liberdades e uma ilusão de segurança (Entrevista cedida a Alves, 2018, p. 48-49).

Dessa maneira, com relação a grande disseminação da propaganda anticomunista entre os brasileiros à época da Ditadura Militar brasileira, Gaspari (2014, p. 212) diz que “o anticomunismo da roda do pensamento conservador era uma mistura de medo real com uma espécie de industrialização do pavor, a fim de permitir que bandeiras simplesmente libertárias ou reformistas fossem confundidas com o “perigo vermelho”. O que se sobressai a partir dessa justificativa não é a salvaguarda do país e nem a ilusão de crescimento econômico tanto propagada pelos militares, mas sim, a conjuntura de horror deflagrada entre os brasileiros, que pôde ser descrita por Frei Tito, em 1971, em uma de suas missivas como sendo:

o estado militar, instaurado pelo golpe de estado de 1964, não assumiu uma política de transformação social; bem ao contrário, favoreceu o agravamento da miséria do povo, a partir do momento em que escolheu um modelo de desenvolvimento capitalista, repressivo, fundado sobre uma tecnocracia militar, que esmaga os movimentos populares, que instala o regime de força mantido pelos decretos institucionais. O cristianismo não se pode calar diante das injustiças, pois calar é trair. Seu dever é tornar-se sal da terra, luz do mundo.

Sob tais considerações, com governos marcados pela busca de destaque econômico e dívidas, o Brasil se caracterizou nesse período pelo ápice dos ideais políticos, desigualdades sociais e repressões a quem ousasse ser contrário ao sistema vigente. Dessa maneira, a cronologia do golpe militar consistiu dos fatos, a seguir:

Figura 16 – Cronologia do golpe militar



Fonte: elaborado pela autora com base em Chiavenato (2014).

Contudo, o começo da ditadura brasileira consolidou-se, primeiramente com a cortina de fumaça da revolução militar, onde a justificativa era manter a ordem e salvar o país dos comunistas, enquanto isso:

o congresso continuou funcionando, expurgado dos políticos inconvenientes ao regime, e houve a preocupação de redigir uma Constituição que justificasse a nova ordem. Mas não se colocam tanques nas ruas impunemente, e não tardou para que o

autoritarismo apresentasse as suas armas. Tudo começou pela violação de direitos políticos. Em 1964 foram cassados 41 deputados federais, 29 líderes sindicais, 122 oficiais das Forças Armadas simpáticos a João Goulart e várias personalidades públicas, como o antropólogo Darcy Ribeiro – reitor da Universidade de Brasília – o economista Celso Furtado e o ex-presidente Jânio Quadros. Tratava-se de suspender, por até dez anos, o direito de ocupar cargo público, de votar e de ser eleito. Funcionários públicos que foram considerados ameaça “à segurança do país” foram demitidos. Os expurgos atingiram as Forças Armadas e quase 3 mil integrantes foram punidos em 1964 (Revista Aventuras na história, 2005, p. 49).

Foi a partir do momento em que os militares derrubaram o governo de João Goulart ⁴¹(Golpe de 1964) que se instalou o Regime Militar no país: um período marcado por represálias, autoritarismo e decisões arbitrárias para com os brasileiros; sem falar nos crimes contra aqueles que não se adequavam ao novo padrão político e na estagnação no crescimento econômico e social do país. Ou seja, instalou-se uma política opressora que objetivava um governo cujo povo não se pronunciasse com relação às questões da nação, sendo visadas apenas as formas.

4.1 A SANTÍSSIMA TRINDADE DA DITADURA: OS ATOS INSTITUCIONAIS

Na conjuntura militar brasileira da instalação do golpe de 1964, o jornalista Elio Gaspari (2014) afirma que a “ditadura começou branda, envergonhada” onde as lideranças que apoiavam e investiam na tomada do estado pelas forças armadas, acreditavam que da mesma maneira que seria fácil estar no poder, também seria fácil sair do poder. Nessa premissa, os golpistas tentavam dissipar a ideia de que estariam salvando o Brasil, munidos do senso democrático, se autointitulando “revolucionários”. Nessa assertiva, Sampaio (2021, p. 85) defende que “o exílio de Jango somado à tomada de poder dos militares necessitava que o

⁴¹ João Belchior Marques Goulart nasceu em São Borja (RS), em 1 de março de 1919, filho de Vicente Rodrigues Goulart e Vicentina Marques Goulart. Formou-se em Direito em 1939, na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de Porto Alegre, voltando, então, para São Borja. Começou sua trajetória política em 1946, ao se eleger deputado estadual. Eleger-se deputado federal nas eleições de 1950. Empossado em fevereiro de 1951, licenciou-se da Câmara Federal para assumir a Secretaria do Interior e Justiça do Rio Grande do Sul. Reassumiu a cadeira de deputado federal em maio de 1952. Em 17 de junho de 1953, foi nomeado ministro do Trabalho por Getúlio Vargas. Em 24 de fevereiro de 1954, foi exonerado do cargo e reassumiu a sua cadeira na Câmara dos Deputados até o suicídio de Vargas, na madrugada de 24 de agosto de 1954. Em 1955, compôs com Juscelino Kubitschek a chapa PSD-PTB para as eleições presidenciais de 3 de outubro. Eleito vice-presidente de Juscelino, organizou, em 1958, a I Conferência Nacional do Trabalho, no Rio de Janeiro. Em 1960, novamente foi candidato a vice-presidência na chapa encabeçada por Henrique Teixeira Lott. Jânio Quadros foi eleito presidente e Goulart vice. Em 25 de agosto de 1961, Jânio renunciou ao cargo. João Goulart só foi empossado em 7 de setembro de 1961. Na madrugada de 31 de março de 1964, um golpe militar derrubou o estado de direito no Brasil e destituiu Goulart, que procurou asilo político no Uruguai. Faleceu em 6 de dezembro de 1976, vítima de ataque cardíaco, na sua fazenda La Villa, no município argentino de Mercedes (Arquivo Nacional, 2024, online).

projeto que se punha como anticomunista e em favor da família e da pátria ganhasse maior adesão”.

[...] na capital federal, Jango não encontrou nada que o fizesse acreditar que poderia continuar no cargo. Com o clima de fim de governo, embarcou para o Rio Grande do Sul, perto das 23 horas. A viagem serviu para o Congresso Nacional considerá-lo deposto, mesmo que isso significasse passar por cima da Constituição, que declarava vago o cargo apenas quando o presidente deixasse o país. Ranieri Manzilli, presidente do Congresso e sucessor de Jango, foi imediatamente empossado no Palácio do Planalto. A cerimônia começou, enquanto Darcy Ribeiro ainda estava em seu gabinete e no momento em que o avião que levou Goulart pousava em Porto Alegre. Era inconstitucional, mas isso não representou problema algum (Gwercman, 2004, p. 46-47).

Neste sentido, como marco histórico legal para que houvesse o reconhecimento político e judiciário no Brasil da derrocada militar, em 09 de abril de 1964 houve promulgação do primeiro Ato Institucional nº 1, que trazia em suas linhas gerais a ideia de “revolução militar”, com o falso compromisso de respeito a democracia, e luta contra as bases comunistas, que, segundo os quais, tentavam roubar o Brasil dos brasileiros.

[...] Os processos constitucionais não funcionaram para destituir o governo, que deliberadamente se dispunha a bolchevizar o País. Destituído pela revolução, só a esta cabe ditar as normas e os processos de constituição do novo governo e atribuir-lhe os poderes ou os instrumentos jurídicos que lhe assegurem o exercício do Poder no exclusivo interesse do País. Para demonstrar que não pretendemos radicalizar o processo revolucionário, decidimos manter a Constituição de 1946, limitando-nos a modificá-la, apenas, na parte relativa aos poderes do Presidente da República, a fim de que este possa cumprir a missão de restaurar no Brasil a ordem econômica e financeira e tomar as urgentes medidas destinadas a drenar o bolsão comunista, cuja purulência já se havia infiltrado não só na cúpula do governo como nas suas dependências administrativas (Brasil, 1964, online).

A partir da redação do Ato Institucional nº 1, pode-se perceber que os primeiros atos institucionais da Ditadura Militar tinham um propósito de organizar e até mesmo demonstrar uma aliança política pacífica entre a ala conservadora da sociedade e os militares, o que para muitos estudiosos representou o início de um período denominado de “ditabranda” termo utilizado pelo Jornal Folha de São Paulo, em 2009 ao referir-se a “uma ditadura não muito convicta da sua dureza” (Napolitano, 2024, p. 69). Em contrapartida, a partir das pressões da extrema direita, tem-se a concretização de um plano de governo autoritário de uma forma que

dava plenos poderes ao presidente militarista, na intenção de expurgar os que estivessem ligados ao governo anterior e os associados aos movimentos sociais, fazendo com que houvesse um conflito com os objetivos anteriormente declarados de: restabelecimento da legalidade e do fortalecimento das instituições democráticas. O que se pôde ver com a instituição do AI-1 foi que o poder, além de não ter um modelo para todas as estruturas do novo Estado, também procurava institucionalizar um apoio a revolução, já que fora definido que o poder e a autoridade eram decorrentes de quem estava no comando, no caso, o presidente-militar e não do povo (Alves, 1984, p.52).

Após as bases terem sido lançadas, começou o que os militares chamavam de “operação limpeza”, onde foram instituídos, através de um decreto de lei, os Inquéritos Policial-Militares (IPM's) que atuavam em todas as instâncias governamentais e buscavam indivíduos vinculados a atividades subversivas, Alves (1984) definiu os IPM's e sua forma de funcionamento como:

constituintes de um mecanismo legal para a busca sistemática de segurança absoluta e a eliminação do “inimigo interno”, como primeiro passo. Uma vez concluído um inquérito, o alegado envolvimento fático da pessoa ou das pessoas acusadas era examinado pelo chefe do departamento a que estavam vinculadas. A decisão final pela punição cabia ao presidente, aos governadores de Estados ou aos prefeitos. Uma vez decidido, um decreto estabelecendo a forma específica de punição deveria ser publicado no diário oficial da união ou nos diários oficiais dos estados ou municipalidades (Alves, 1984, p.56).

Os IPM's, muitas vezes, funcionavam como aparatos para destituir opositores do poder, tendo em vista que não eram necessárias provas concretas que os indiciados tinham envolvimento com atividades subversivas, bastava um indício ou acusação⁴².

O AI-1, apesar da defesa de confluência entre os militares e a nação prevê, no Art. 2º, que a eleição para presidente e vice-presidente se daria, a partir deste dispositivo, via Congresso Nacional, não por eleições diretas. Ora, se havia um interesse coletivo majoritário de forças favoráveis à intervenção militar, esta seria traduzida nas eleições amplas após a deposição de Jango. No entanto, tal confluência não parecia ser uma tônica efetiva, mas somente discursiva de uma suposta maioria apoiadora. Outro ponto de destaque encontra-se no § 2º do referido artigo, cuja redação versa sobre a suspensão da inelegibilidade, no entanto, a sequência do AI-1, mostra as ressalvas das candidaturas (Sampaio, 2021, p.86).

Começaria, assim a criação do “Novo Estado”. A rapidez com que suas diretrizes foram aplicadas, logo após o golpe, fez com que a oposição fosse desarmada, desarticulando o congresso nacional e muitos outros setores de oposição política, permitindo que o governo neutralizasse as tentativas de resistência pelo parlamento ao mecanismo de controle político e social. Nesse contexto, ficou fácil a instauração do Estado de Segurança Nacional e criadas as bases para as medidas de controle que culminariam na forte repressão dos anos seguintes.

Após a promulgação do AI-1, outros três atos foram instaurados, muitos deles com a intenção de acalmar os ânimos da população, outros com o intuito de dar plenos poderes aos militares, foi assim com o AI-5, promulgado no dia de 13 de dezembro de 1968. Após o pronunciamento do deputado Marcio Moreira Alves, do MDB, sobre um boicote ao militarismo, dias antes das comemorações da independência do Brasil, o que os militares

⁴² Os IPM's vieram também a servir a interesses políticos locais. Certos políticos da UDN que frequentemente perdiam as eleições passaram a valer-se de recursos de acusar seus adversários políticos de atividades “subversivas” [...] Foi o caso, por exemplo no Estado de Goiás, onde o governador Mauro Borges, ele próprio coronel, foi cassado e teve seus direitos políticos suspensos por dez anos por acusações de infiltração comunista feitas por Itapuan Costa Junior, então professor, mas que logo se tornaria governador do mesmo estado (Alves, 1984, p.57).

tomaram como ofensivo e pediram licença para processá-lo à câmara. O pedido de licença foi deferido e esse foi o pressuposto para o ato de número 5 ser institucionalizado. Nesta assertiva, pelo AI-5 ficou estabelecido em seu art. 5º (Brasil, 1968, online)

- I - Cessação de privilégio de foro por prerrogativa de função;
- II - Suspensão do direito de votar e de ser votado nas eleições sindicais;
- III - proibição de atividades ou manifestação sobre assunto de natureza política;
- IV - Aplicação, quando necessária, das seguintes medidas de segurança:
 - a) liberdade vigiada;
 - b) proibição de frequentar determinados lugares;
 - c) domicílio determinado.

O AI-5 previa que o presidente-militarista, independentemente de qualquer apreciação judicial, decretasse o recesso do congresso nacional e outros órgãos legislativos por tempo indeterminado, a permissão de intervenção nos estados e municípios, de cassação de mandatos e a de suspensão dos direitos políticos de qualquer cidadão por dez anos, além de confiscar bens e suspender a garantia de *habeas-corpus*. Neste sentido, “sob o opróbio dos 21 anos de ditadura nazifascista, o Brasil permaneceu debaixo do comando de cinco generais, cada um deles queria ser mais truculento que o outro” (Calmon, 2024, p. 35), sendo eles:

- a) 1964-1967: Humberto Castello Branco⁴³
- b) 1967-1969: Marechal Costa e Silva⁴⁴
- c) 1969-1974: General Emílio Médici⁴⁵
- d) 1974-1979: General Ernesto Geisel⁴⁶
- e) 1979-1985: General João Baptista Figueiredo⁴⁷

⁴³ Cearense, foi um dos líderes do golpe. General, foi transferido para a reserva no posto de marechal. Durante seu governo, de 1964 a 1967, instituiu o Serviço Nacional de Informações (SNI). Criou o Banco Central e o Banco Nacional de Habitação (BNH) (Agência Câmara de Notícias, 2025, online).

⁴⁴ Gaúcho, assumiu o poder com planos de restabelecer a democracia, mas passou a ser visto como inimigo pela linha-dura ultranacionalista e decretou o Ato Institucional nº 5 (AI-5), que lhe deu poderes para fechar o Congresso, cassar políticos e institucionalizar a repressão (Agência Câmara de Notícias, 2025, online).

⁴⁵ Gaúcho, foi presidente durante o período de maior repressão da ditadura militar, com tortura e morte dos opositores, censura à imprensa e cerceamento das liberdades individuais e de pensamento. Adotou os slogans "este é um País que vai pra frente" e "Brasil: ame-o ou deixe-o". Seu mandato foi marcado por um "milagre econômico" que mais tarde se revelaria uma ilusão (Agência Câmara de Notícias, 2025, online).

⁴⁶ Gaúcho, trouxe de volta ao poder o general Golbery do Couto e Silva. Juntos, articularam um projeto de abertura "lenta, gradual e segura" rumo a uma indefinida "democracia relativa". Mas a crise econômica e a reação da "linha dura" do Exército colocariam permanentemente em cheque os planos de "distensão" imaginados por Geisel e Golbery. O presidente fechou o Congresso em abril de 1977 (Agência Câmara de Notícias, 2025, online).

⁴⁷ Carioca, chegou ao poder depois de chefiar o SNI. Foi o último presidente do regime militar. Figueiredo teve a missão de concretizar a abertura iniciada por Ernesto Geisel, e assinou a Lei da Anistia, em agosto de 1979 - o que permitiu a volta, ao país, de políticos exilados pelo governo militar (Agência Câmara de Notícias, 2025, online).

Dessa forma, o governo militar permaneceu 21 anos sob uma política opressora e autoritária, com os desmandos desses presidentes que estavam desenvolvendo no país uma conjuntura que não priorizava os direitos humanos, mas sim a violência.

4.2 A SANTÍSSIMA TRINDADE DA DITADURA: A REPRESSÃO

Logo após a edição do AI-5 o congresso nacional foi fechado, diversos jornalistas e políticos contrários à ditadura foram presos e tiveram seus mandatos cassados.

Figura 17 – Manchete do Jornal Do Brasil no dia 14 de dezembro de 1968



Fonte: Jornal Do Brasil (1968).

Em âmbito da configuração militar, de acordo com Sampaio (2025, p. 89) a “Ditadura Militar brasileira contava com o apoio da população que era favorável à intervenção, a partir de denúncias, bem como de um sistema reticulado de inteligência e informação”. Nesta preposição, conforme o Portal Memórias da Ditadura (2025, online) na tentativa de “coibir todos aqueles “subversivos” não deveria haver limite jurídico, ético ou moral”. Dessa maneira, a situação intensificou-se a partir de 1968, onde “o Estado brasileiro patrocinou uma repressão ao mesmo tempo legal e ilegal, baseada em censura, vigilância, tortura sistemática, prisões ilegais e desaparecimentos” (Portal Memórias da Ditadura, 2025, online). O que chama a atenção é a forma de organização e até mesmo de ordenação com as quais eram cometidas as violências, por meio de órgãos e instituições do estado brasileiro, como denota a figura 18, a seguir:

Neste mote Sampaio (2021) salienta ainda que a DM possuía um organizado e estruturado conjunto operacional (Ver figura 18) para conseguir extrair informações, tendo o apoio de diferentes órgãos do governo, destes cabe destaque à atuação do Sistema Nacional de Informações (SNI) conhecido como sendo o “monstro da ditadura”, nas palavras do o historiador Paulo Henrique Martinez (2025), professor na Universidade Estadual Paulista (Unesp) o SNI foi criado em um "momento de grande paranoias anticomunista", conforme contextualiza à BBC News Brasil⁴⁸.

Entre 1964 e 1970, a Ditadura Militar criou um sistema reticulado que abrigou o vasto dispositivo de coleta e análise de informações e de execução da repressão no Brasil. O centro desse sistema era o Serviço Nacional de Informações (SNI), um órgão de coleta de informações e de inteligência que funcionava de duas maneiras: como um organismo de formulação de diretrizes para elaboração de estratégias no âmbito da presidência da República e como o núcleo principal de uma rede de informações atuando dentro da sociedade e em todos os níveis da administração pública. A estrutura do SNI fornecia ao sistema uma capilaridade sem precedentes ramificando-se através das agências regionais; das Divisões de Segurança e Informações (DSI), instaladas em cada ministério civil; das Assessorias de Segurança e Informação (ASI), criadas em cada órgão público e autarquia federal. A partir de 1969, o sistema de coleta e análise de informações e de execução da repressão tornou-se maior e mais sofisticada com a criação, em São Paulo, da “Operação Bandeirantes”, (OBAN) um organismo misto formado por oficiais das três Forças e por policiais civis e militares, e programada para combinar a coleta de informações com interrogatório e operações de combate. A OBAN foi financiada por empresários paulistas que estabeleceram um sistema fixo de contribuições – cujo funcionamento é, até hoje, um dos mais bem guardados segredos da ditadura. Também serviu de modelo para a criação, em 1970, dos Centros de Operação e Defesa Interna (CODI) e os Destacamentos de Operação Interna (DOI). Os CODI-DOI estavam sob o comando do ministro de Exército, Orlando Geisel, conduziram a maior parte das operações de repressão nas cidades e atuavam sempre em conjunto: os CODI como unidades de planejamento e coordenação; os DOI subordinados aos CODI se conduziam como seus braços operacionais (Starling, [201-], online).

Com o objetivo de promover o controle sob a população, por meio da repressão, a estrutura do regime militar era agressiva e utilizava a tortura como um método de investigação, fato que se inflamou, a partir do AI-5, conhecido por ser o mais violento dos “17 atos institucionais que davam fundamentação para as suas decisões arbitrárias [...] contudo não se pode negar que o AI-5 deve ser considerado mais drástico do que o próprio golpe de 64” (Calmon, 2024, p. 35). O portal Brasil Nunca Mais⁴⁹, um projeto de iniciativa do Conselho Mundial de Igrejas e da Arquidiocese de São Paulo, que reuniu 850 mil páginas de processos do Superior Tribunal Militar, traz como resultado a publicação de um livro contendo um relatório revelando a gravidade das violações cometidas contra os direitos humanos promovidas pela repressão e torturas no período civil-militar. Neste ínterim Fontenele e Moraes (2004, p. 3

⁴⁸ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cz77xg4z1rpo>

⁴⁹ Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.br/pt-br/>

- 4) contam que “mesmo num período sem computadores, o aparelho de repressão [DOPS] funcionava de uma forma ágil em todos os estados”, e continuam dizendo que “quase todas as informações trabalhadas pelos órgãos de segurança eram, no mínimo, “confidenciais”; ou seja, sem um alto grau de segurança, porém só acessadas por pessoas autorizadas” (Fontenele; Moraes, 2004, p. 3 - 4). Choques, agressões físicas, psicológicas, crimes contra a vida marcam a história dos militares contra cidadãos comuns no Brasil, entre os anos de 1964 e 1985, nas sedes dos DOPS.

Figura 19 – Exposição de Júlio Le Plac: Sala Escura da Tortura⁵⁰



Fonte: Instituto Frei Tito de Alencar (2011).

De acordo com o Portal Memórias da Ditadura (2025, online), a sistemática da tortura obedece a um sistema, não se caracterizando como sendo um ato isolado e único do torturador, uma decisão impulsiva em meio a um porão escuro. No Brasil a tortura foi legitimada, aprendida em cursos para militares e policiais selecionados, que usavam presos em suas aulas práticas. A tortura está baseada na combinação de três elementos principais: humilhação, dor extrema e ruptura da sanidade mental dos presos. Corroborando tal pensamento Teixeira (2011, p. 25) relata que:

Na fala de quem conseguiu sair com vida da sala escura, é recorrente, ouvir-se que numa ditadura, a única coisa verdadeiramente democrática é a tortura. Não importava se eram homens, mulheres, crianças, idosos ou grávidas, “todo brasileiro deveria passar pelo pau de arara para se saber quem é patriota ou não”, disse certa vez um torturador a uma de suas vítimas.

Com menor ou maior grau de violência física, era uma decisão dos comandos das equipes de interrogatório. Vale lembrar que a primeira lição das aulas de tortura era deixar o prisioneiro nu durante as sessões, para melhor humilhá-lo e feri-lo em sua dignidade humana (Portal Memórias Da Ditadura, 2025).

⁵⁰ A exposição foi concebida e exibida pela primeira vez em Paris, no ano de 1973, por iniciativa dos grupos Denúncia, integrado por Julio Le Parc, Gontran Guanaes Netto, Alejandro Marcos e Jose Gamarra, e *Collectiv anti Faciste*. Ela nasceu dos depoimentos de Frei Tito de Alencar sobre os métodos de tortura utilizados pela ditadura no Brasil, para denunciar as mais profundas arbitrariedades cometidas contra presas e presos políticos na América Latina (Alece, 2014, online).

5 “DEUS ACIMA DE TUDO, BRASIL ACIMA DE TODOS”

“O cristianismo não se pode calar diante das injustiças, pois calar é trair. Seu dever é tornar-se sal da terra, luz do mundo” (Frei Tito, 1978, online).

Quando se direciona o olhar para uma instituição civil de tanta importância, como a Igreja Católica com suas narrativas pautadas na religiosidade e na fé em Deus, faz-se necessário compreender como suas relações aconteciam em meio a sua organização sistemática na sociedade brasileira durante a Ditadura Militar brasileira. “A história da Igreja Católica brasileira é marcada pelas oscilações de ideias e comportamentos que se refletiram tanto em aspectos religiosos e voltados à prática pastoral, quanto no que diz respeito às questões sociopolíticas” (Geromel, 2021, p. 121). A esse respeito, é preciso compreender que a Igreja Católica no período da Ditadura Militar brasileira tinha em seus dogmas como uma de suas principais frentes de atuação a busca por “exercitar uma luta mais concreta contra a subversão comunista, a corrupção dos políticos e a hegemonia católica na política brasileira” (Padilha, et al, 2022).

Um caminho acidentado, no qual, após a euforia pela queda de João Goulart, posições conservadoras e atos de reação conviveram durante muito tempo, até que a ilusão de um governo redentor desabasse e a redemocratização se tornasse inevitável. Em um país de forte base católica, os movimentos da igreja desenham a própria postura da sociedade civil diante do estado de exceção que a muitos pareceu promissor, mas que com o tempo se revelou intolerável (Aventuras na História, 2014, p. 164).

Corroborando esse pensamento, Geromel (2021, p. 121) afirma que em 1964 “a instabilidade e a polarização políticas preocupavam setores da Igreja. O alarde sobre a ameaça comunista, proclamada através dos meios de comunicação, e o caos social considerado iminente” foram as estratégias utilizadas para que a igreja adotasse uma postura de direita conservadora, contrariando o seu viés de assistência social. Dessa maneira, acerca dos interesses que o alto escalão dos setores da igreja possuía com a investida militar ao estado democrático de direito, Silva (2016, p. 10) assevera que:

quando se trata do conflito ou da aliança envolvendo a alta hierarquia romana e o clero de modo geral com a burguesia e o Estado o que está em voga são ações políticas da Igreja em defesa dos seus interesses corporativos, de seu poder e de seus privilégios. Já quando se trata de conflitos internos, são as divergências dos diferentes grupos em busca de poder e de legitimar uma “verdade discursiva”, realidade social em que estão inseridos. Nesse contexto de aliança e conflito com o Estado, além da disputa de poder

no interior da Igreja é que vão desenrolar as ações políticas e sociais dessa instituição durante e posterior ao golpe civil-militar.

Neste mote, para compreender como se organizava a Igreja Católica neste período se faz necessário entender como se encontravam as suas correntes políticas e filosóficas de pensamento, que aqui, são evidenciadas, de maneira geral, tendo como base os relatos de Junior (2008, p. 1) onde o autor classifica três correntes ideológicas fundamentais com setores que possuem interesse que divergem, sendo estes:

- a) A Igreja Conservadora representa aversão às transformações sociais, essa mesma igreja apoiou o golpe de 1964 no Brasil; atende aos interesses capitalistas das elites; possuía o lema “a ordem, o progresso e a fé”; não tinha preocupação social com os mais desafortunados socialmente; foi organizadora da “Marcha da família com Deus pela Liberdade”; e fomentava o ultraconservadorismo da direita brasileira. No Brasil, os grandes expoentes dessa corrente foram os Bispos Dom Sigaund de Diamantina, Dom Castro Mayer de Campos dos Goytacazes e o cardeal Barros Câmara, do estado do Rio de Janeiro.
- b) A Igreja Progressista é oposição à igreja conservadora, critica publicamente as mazelas sociais e o sistema capitalista que aprofundava as desigualdades sociais, porém comungava igualmente da ala conservadora que era contra o comunismo ou revoluções promovidas pelos proletariados. Um dos grandes representantes dessa ala progressista foi o bispo de Olinda e Recife, Dom Hélder Câmara).
- c) A igreja Libertadora é uma corrente política-filosófica radical dentro da igreja. Sua linha ideológica é voltada para as questões essencialmente sociais e os menos favorecidos economicamente. Acredita-se que a relação da igreja com o capital e o sistema capitalista faz parte do pecado, pois creem que é contra as ideias de Jesus Cristo. Havia uma aproximação entre a ciência e o marxismo e o principal defensor desta corrente é o teólogo Leonardo Boff (Junior, 2008, p. 1).

Sob tais conjecturas, a Igreja Católica no Brasil detém papel atuante na participação civil durante o período de Ditadura Militar brasileira, onde cronologicamente, entre os anos de 1964 e 1968, o que percebe-se é seu apoio favorável à investida militar, com a desestabilização do governo das reformas propostas por Jango, que não agradavam às alas conservadoras do episcopado, tanto que, em maio de 1964, um documento constando de 28 assinaturas de bispos brasileiros saudaram e reiteraram o avanço militar sob a ótica de salvaguarda do país contra o Comunismo, como assevera (Gomes, 2014, p. 43) o manifesto divulgado amplamente na imprensa de autoria da CNBB dizia:

atendendo à geral e ansiosa expectativa do povo brasileiro, que via a marcha acelerada do comunismo para a conquista do poder, as Forças Armadas acudiram em tempo e evitaram que se consumasse implantação do regime bolchevista em nossa terra. Ao rendermos graças a Deus, que atendeu às orações de milhares de brasileiros e nos livrou do perigo comunista, agradecemos aos militares que, grave risco de suas vidas, se levantaram em nome dos supremos interesses da nação.

Para o autor cabe destaque dizer que o manifesto trouxe consigo também a uma ressalva de que os padres e bispos de que não aceitariam que os seus membros fossem perseguidos ou acusados de comunistas ou partidários do PCB pelo governo militar, nem muito menos violências.

Seja como for, a declaração publicada apoiou abertamente a intervenção dos militares. Os bispos tendiam a reforçar o seu apoio ao golpe e a sua contrariedade à difusão de ideias comunistas. A CNBB criara um importante documento de legitimação do regime que dominaria o país pelas próximas duas décadas. Dessa forma a tradição de confiabilidade entre as duas instituições estava mantida (Gomes, 2014, p. 44).

Cabe ressaltar, que até este momento a postura da Igreja Católica brasileira foi de ceder um apoio político e ideológico aos militares, de modo que isso só mudou com o avanço da investida militar de forma violenta, com as prisões, torturas, e forte repressão do governo autoritário.

Em relação à Igreja, o que se nota é que ela também muda de posição a partir de 1973. Até 1968, aproximadamente, a posição da Igreja parece ter sido uma posição de expectativa, de apoio mais ou menos claro, de esperança na aplicação do Estatuto da Terra e de solução dos problemas [...] A Igreja começa, nesse ano de 1973, produzindo vários documentos importantes, que são praticamente tomadas de posição, como é o caso dos documentos. (Martins, 1985, p. 118).

Paralelamente a isso, cronologicamente, destaque-se que o trabalho da CNBB, entre os anos de 1964 e 1968 concentrou-se em atividades burocráticas, mais políticas do que sociais, onde:

nem mesmo o Vaticano II, o surgimento de uma teologia mais especificamente latino-americana e uma grande variedade de inovações pastorais nas bases foram suficientes para fazer com que a CNBB se esforçasse para promover a justiça social. Em contraste com os anos pré-golpe, a CNBB nada tinha a dizer sobre as condições sociais. Os documentos episcopais limitavam-se a formulações teóricas abstratas que não faziam nem mesmo referência aos eventos da época, quanto menos prescrever mudanças. Embora os documentos criticassem “o capitalismo injusto e opressor”, os bispos nada diziam sobre o governo militar, sobre a repressão ou sobre o modelo econômico. [...] Mesmo após Medellín¹⁶, onde os leigos e bispos progressistas do Brasil desempenharam um papel essencial, a CNBB continuou emitindo documentos conservadores. No papel apoiava a mudança social, mas evitava fazer críticas à repressão ou à política econômica (Gomes, 2014, p. 45).

Neste cenário, na literatura, o fato de a Igreja Católica ter se calado durante esses anos, acerca do autoritarismo imposto, a repressão cada vez mais dura, bem como o agravamento dos crimes, que estavam sendo cometidos contra os direitos humanos, fez que fosse denotada uma postura colaboracionista à Igreja Católica, que passou a ser interpretada como sendo apoiadora do regime militar no Brasil. “Se havia esperanças ante o novo regime, muitas delas se

desvaneceram em função da truculência de suas ações, que não tardaram a ocorrer, e do modelo econômico adotado, que fomentava desigualdades sociais, empurrando parte da população para além da pobreza, principalmente onde está já impunha sua face mais dura” (Geromel, 2021, p. 122).

Nesse ciclo repressivo, ocorreu a morte por tortura do respeitado jornalista Vladimir Herzog, após se apresentar voluntariamente ao DOI-Codi, ocasionando uma grande manifestação de descontentamento. A versão esdrúxula de suicídio, com uma foto plantada nos jornais, só revoltou a opinião pública. A Catedral da Sé, em São Paulo, foi o local do culto ecumênico pela morte de Herzog, celebrado por Dom Paulo Evaristo Arns, pelo Pastor Jaime Wright e pelo Rabino Henry Sobel, juntando uma multidão indignada que não se intimidou com o cerco policial no entorno da Catedral. O culto aconteceu sem nenhum confronto policial e nenhum ato de violência. A morte de Herzog passou a ser um marco do processo de redemocratização do país. Entre 1979 e 1985, coordenou com o pastor Jaime Wright, de forma clandestina, o Projeto Brasil: Nunca Mais. O trabalho foi realizado em sigilo e o resultado foi a cópia de mais de um milhão de páginas de processos do Superior Tribunal Militar (STM). Entre outros episódios de sua trajetória, destacam-se sua atuação contra a invasão da PUC comandada pelo então secretário de Segurança, coronel Erasmo Dias, em 1977; e o planejamento da operação para entregar ao presidente dos Estados Unidos, Jimmy Carter, uma lista com os nomes de desaparecidos políticos. (Portal Memórias Reveladas, 2025, online).

Todavia, não somente do apoio ao regime militar se sobressaiu o trabalho desenvolvido pela igreja, cabe destaque também discutir acerca de sua postura mais marcante desse tempo, isto é, sua postura de resistência e luta por direitos humanos.

A guinada em prol dos direitos humanos por parte da Igreja Católica e sua mudança de comportamento em relação à ditadura começariam a se delinear, em grande medida, a partir de 1968, com a reconfiguração da CNBB e o aumento da perseguição política e da violência, coroadas pela decretação do Ato Institucional nº 5, em 13 de dezembro do mesmo ano. O AI-5 revelou a crueldade do governo militar ao determinar o fechamento do Congresso, promovendo, assim, o desmantelamento político, e ao cercear liberdades individuais e suspender direitos políticos e civis, favorecendo a desarticulação da oposição existente até então. O regime se fechava e endurecia através de uma repressão que se especializava com a criação de novos órgãos: a Operação Bandeirantes (OBAN), em São Paulo, criada a partir de julho de 1969, e dela derivados o Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) e o Destacamento de Operações de Informações (DOI), criados em janeiro do ano seguinte (Geromel, 2021, p. 122).

Foi a partir disso que o sentimento pela luta social e causa dos pobres emanou na Igreja Católica, que passou a ser uma grande contestadora dos desmandos do governo militar, principalmente na denúncia dos crimes, assassinatos, perseguições, prisões arbitrárias, e dissipação da usurpação de poder que era comum por esses dias. Dessa maneira, quando o alvo da ditadura se tornou os próprios membros da igreja, que foram duramente acusados de serem ativistas subversivos, o clero buscou tornar-se reivindicador da resistência. Neste momento, destaca-se a relação que alguns membros da ala progressista da igreja possuíam, principalmente

os frades dominicanos, com Carlos Marighela⁵¹, o inimigo nº1 da DM, líder revolucionário da Ação Libertadora Nacional ⁵²(ALN).

Assim, um dos episódios mais marcantes da narrativa de personalidades da resistência católica, que iriam tornar-se representantes pela luta contra os crimes de violência na DM consiste na relação existente entre os frades dominicanos e Marighela, o perseguido político, assim Gaspari (2014, p. 79) disserta que

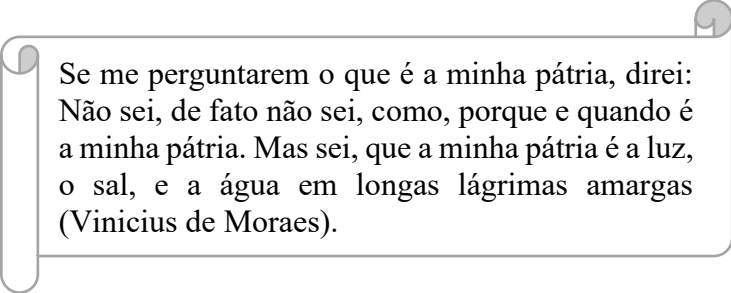
“Debaixo do nariz da polícia” estava o convento dos dominicanos da rua Caiubi, no bairro de Perdizes. Fazendo-se chamar Professor Menezes, Marighella estivera em contato com alguns de seus frades desde meados de 1967. O convento paulista continuava pipocando nos interrogatórios (...) um preso contou que recebera a tarefa de procurar um frade de nome Fernando na livraria Duas Cidades, no centro de São Paulo. A Oban e o DOPS tinham em suas celas três testemunhas da ligação entre a ALN e os dominicanos: o militante do setor logístico da VPR, medicado no convento; o ex-prisioneiro que levara o recado a frei Fernando, e o membro do GTA, que conhecia as relações orgânicas com o grupo. No final de uma das muitas sessões de tortura a que um deles foi submetido, na última semana de outubro, Fleury sabia da conexão direta dos dominicanos com Marighella. Na noite de 1º de novembro, dois frades — Ivo e Fernando — tomaram um ônibus para o Rio, onde tratariam do esquema de apoio para a chegada dos militantes que haviam saído de Cuba e cujo destino era o foco do Pará. Na manhã seguinte, estavam no Catete quando foram agarrados, metidos numa camionete e levados para o quinto andar do edifício do Ministério da Marinha, onde o Cenimar tinha a sua central de torturas. Lá, eram esperados pelo delegado Fleury. Ele os separou. De cuecas, frei Fernando foi pendurado no pau-de-arara. Deram-lhe choques nas mãos e nos pés, molharam-lhe o corpo para aumentar a intensidade das descargas. Deslocaram-lhe o maxilar. Enfiaram-lhe um fio na uretra. À noite, quando ele perdeu a consciência, Fleury sabia como Marighella marcava seus encontros com os frades

Desse modo, não somente os frades dominicanos se sobressaem na luta de resistência, mas também, o movimento social desenvolvido pela juventude, universitários, por meio da União Nacional dos Estudantes (UNE) e no campo religioso os jovens da Juventude Universitária Católica (JUC), Juventude Operária Católica (JOC), onde se tinham vários grupos sociais, juntamente com a luta sindical por melhores condições de trabalho, destacam-se nesse período, onde se tem uma juventude católica, extremamente organizada e fluente no desenvolvimento de reuniões e atividades de resistência contra o governo autoritário (Alves, 2018).

⁵¹ Político, guerrilheiro e poeta, vivenciou a repressão de dois regimes autoritários. Foi um dos principais organizadores da resistência contra o regime militar e chegou a ser considerado o inimigo número um da ditadura. Teve ao todo, quatro passagens pela prisão, onde sofreu espancamentos e torturas, sendo a primeira delas aos vinte anos de idade. Militou durante 33 anos no Partido Comunista e depois fundou o movimento armado Ação Libertadora Nacional (ALN) (Portal Memórias da Democracia, 2025, online)

⁵² Surgiu entre o fim de 1967 e início de 1968. Chegou a ser a organização mais estruturada da guerrilha urbana, sendo também aquela em que a quantidade de mulheres vinculadas era proporcionalmente maior do que em outras organizações. Fundam o jornal “O Guerrilheiro” (abril de 1968), onde procuram adaptar o modelo castro-guevarista a certos dados da experiência brasileira. O primeiríssimo princípio é o da ação. É a ação que faz a organização e a desenvolve. Ação significa violência revolucionária, luta armada, guerrilha. A ação cria tudo a partir do nada, do zero. Disponível em < <http://blog.esquerdaonline.com/?p=5213> > Acesso em 14 jul. 2024.

6 A VERDADE DA IGREJA CATÓLICA NOS DOCUMENTOS DA DITADURA: APOIO E RESISTÊNCIA



Se me perguntarem o que é a minha pátria, direi: Não sei, de fato não sei, como, porque e quando é a minha pátria. Mas sei, que a minha pátria é a luz, o sal, e a água em longas lágrimas amargas (Vinicius de Moraes).

No decorrer do desenvolvimento metodológico desta tese para que seus objetivos fossem atendidos, houve a análise de seus dados, provenientes do Banco de Dados Memórias Revelas, com a realização da pesquisa nos documentos da Comissão Nacional da Verdade, assim, inicialmente seus resultados na plataforma mostraram que:

- I. apesar dos documentos ali reunidos estarem indexados, muitas vezes não apresentavam o arquivo digital constante no acervo;
- II. cada documento indexado obedece a uma ordenação dentro do registro, onde as páginas apresentavam-se sequenciadas de acordo com o documento principal do SNI, seja ele um boletim de ocorrência, um boletim de informações, recortes de jornais;
- III. o grande volume de dados, de forma desordenada, às vezes, dificultava o acesso à temática da Igreja Católica, sendo utilizadas para o encontro dos resultados ferramentas de busca com os termos “Igreja Católica”, “padres”, “bispos”, “frades”, “tortura”, “resistência”, “luta armada”, “apoio da Igreja Católica”, que por sua vez, viabilizaram a recuperação de outros termos próprios presentes nos documentos, como: “clero subversivo”, “padres comunistas”, “esquerda”, “teoria da família, pátria e prosperidade”;
- IV. os documentos do SNI encontravam-se categorizados como “secreto”, “sigiloso”, “confidencial”, “ultrassecreto”.

Dessa maneira, no Banco de Dados Memórias Reveladas, como dito anteriormente, com relação ao fundo arquivístico do SNI foram recuperados com a adoção dos filtros de pesquisa, sendo estes:

- a) pertencentes ao fundo do Serviço Nacional de Informações - SNI
- b) especificamente as potências memoriais da Igreja Católica Apostólica Romana;

- c) recortes de jornal, os depoimentos, os processos judiciais, as fotografias, os laudos periciais que obedecem à linha temporal de 1964 a 1985;
- d) registros que apresentam em seus campos de “assunto” notícias que denunciavam o apoio ou a resistência à Ditadura Militar por parte da Igreja Católica.
- e) Documentos que estivessem em suporte digital.

Dessa maneira foram recuperados, ao final da pesquisa 106 documentos que estavam com o reconhecimento óptico de caracteres (OCR) ativo, o que viabilizou que fossem identificados, selecionados e mapeados, obedecendo assim aos filtros da pesquisa por intermédio da seguinte operacionalização das categorias elencadas pela pesquisadora em uma planilha *Microsoft Excel* (ver anexo 107) nos seguintes termos:

1. Foi adotada a nomenclatura de **“documento comprobatório (DC)”** acrescido do número sequencial do documento entre 01 e 106 para classificar aqueles que respondessem aos filtros da pesquisa;
2. Com relação ao **período de acontecimentos**, houve o mapeamento de documentos entre os anos de 1964 e 1985;
3. Com relação à **tipologia documental**, evidenciou-se as categorias, a seguir:
 - recorte de jornal;
 - fotografia;
 - telegrama;
 - ofício;
 - processo.
4. No que diz respeito à **finalidade do documento**, foram recuperadas aquelas que correspondessem a:
 - repressão militar;
 - resistência ao governo militar;
 - mobilização popular;
 - apoio ao governo;
 - lutar pela liberdade;
 - denunciar os crimes de violência
 - relatar ao regime militar

Neste ínterim, ainda houve a seleção dos achados da pesquisa, com relação ao **local do documento comprobatório (DC)** evidenciado e também com relação à **temática principal do acontecimento**, onde percebia-se o apoio ou a resistência da Igreja Católica perante o governo militar. Dessa forma, a Tese conseguiu encontrar seus resultados, partindo dos procedimentos metodológicos adotados atendendo aos parâmetros da pesquisa bibliográfica, pesquisa iconográfica, pesquisa descritiva e pesquisa documental, logo evidencia-se os resultados de

seus achados. Com relação ao sequenciamento dos documentos, houve o seu mapeamento, conforme denota o quadro 5, abaixo, com a ordenação de DC (1) a DC (106):

Quadro 5 - Sequenciamento dos documentos comprobatórios dos resultados da Tese

COD. DO DOC	ASSUNTO PRINCIPAL
DC 1	MARCHA DA FAMÍLIA COM DEUS PELA LIBERDADE
DC 2	MARCHA DA FAMÍLIA COM DEUS PELA LIBERDADE
DC 3	MARCHA DA VITÓRIA
DC 4	MARCHA DA VITÓRIA
DC 5	JUVENTUDE ESTUDANTIL CATÓLICA
DC 6	SOCIEDADE CIVIL APOIA OS MILITARES
DC 7	MULHER CARIOCA PREPARA A MARCHA DA FAMÍLIA NO DIA 2, DA CANDELÁRIA À ESPLANADA
DC 8	MARCHA DA FAMÍLIA: ONIBUS DOS BAIRROS
DC 9	NA MARCHA DA FAMÍLIA O CARIOCA EXPRESSARÁ SEU REPÚDIO AO COMUNISMO
DC 10	SÓ HINOS RELIGIOSOS E PATRIÓTICOS NA MARCHA
DC 11	ESTADOS PREPARAM AS CARAVANAS À MARCHA DA FAMÍLIA NO DIA 2
DC 12	LÍDERES DA MARCHA DESENCANTADAS COM O REGIME MILITAR
DC 13	MOBILIZA-SE O INTERIOR NO REPÚDIO AO COMUNISMO
DC 14	IGREJA CATÓLICA E AS LIBERDADES MODERNAS
DC 15	CADEAL MOTTA INTERPRETA A CIRCULAR DOS BISPOS
DC 16	ARCEBISPO INTIMADO EM PROCESSO JUDICIAL
DC 17	PERSEGUIÇÃO A PERSONAGENS DA IGREJA CATÓLICA
DC 18	EXÉRCITO CERCA E INVADE CASA DE BISPO À CATÁSTROFE DE SUBVERSÃO
DC19	MARCHA DA FAMÍLIA DUROU QUATRO HORAS
DC20	MARCHA DA VITÓRIA
DC21	UM MILHÃO DE PESSOAS FORAM ÀS RUAS REPUDIAR O COMUNISMO NA GRANDE MARCHA DA FAMÍLIA
DC22	SUA SANTIDADE PASSA SERMÃO EM FIGUEIRADO
DC23	FIDELIDADE DE CAMPINA À DEMOCRACIA
DC24	COM DEUS PELA FAMÍLIA
DC25	A MARCHA EM RECIFE
DC26	GOIÁS MARCHOU COM DEUS PELA LIBERDADE
DC27	CARDEAL AGNELO: IGREJA É QUE FIXA SEU CAMINHO
DC28	SUBVERSÃO EM MINAS
DC29	A ATUAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES SUBVERSIVAS E DO CLERO CATÓLICO NO PAÍS
DC30	BRASIL ASSINA A CONVENÇÃO CONTRA A TORTURA
DC31	ATIVIDADES SUBVERSIVAS DE MEMBROS DA IGREJA CATÓLICA
DC32	ARTICULAÇÃO DO MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO NA IGREJA CATÓLICA
DC33	ARQUIDIOCESE DIVULGA NOMES DE TORTURADORES
DC34	OS TORTURADORES: IGREJA APONTA TORTURADORES

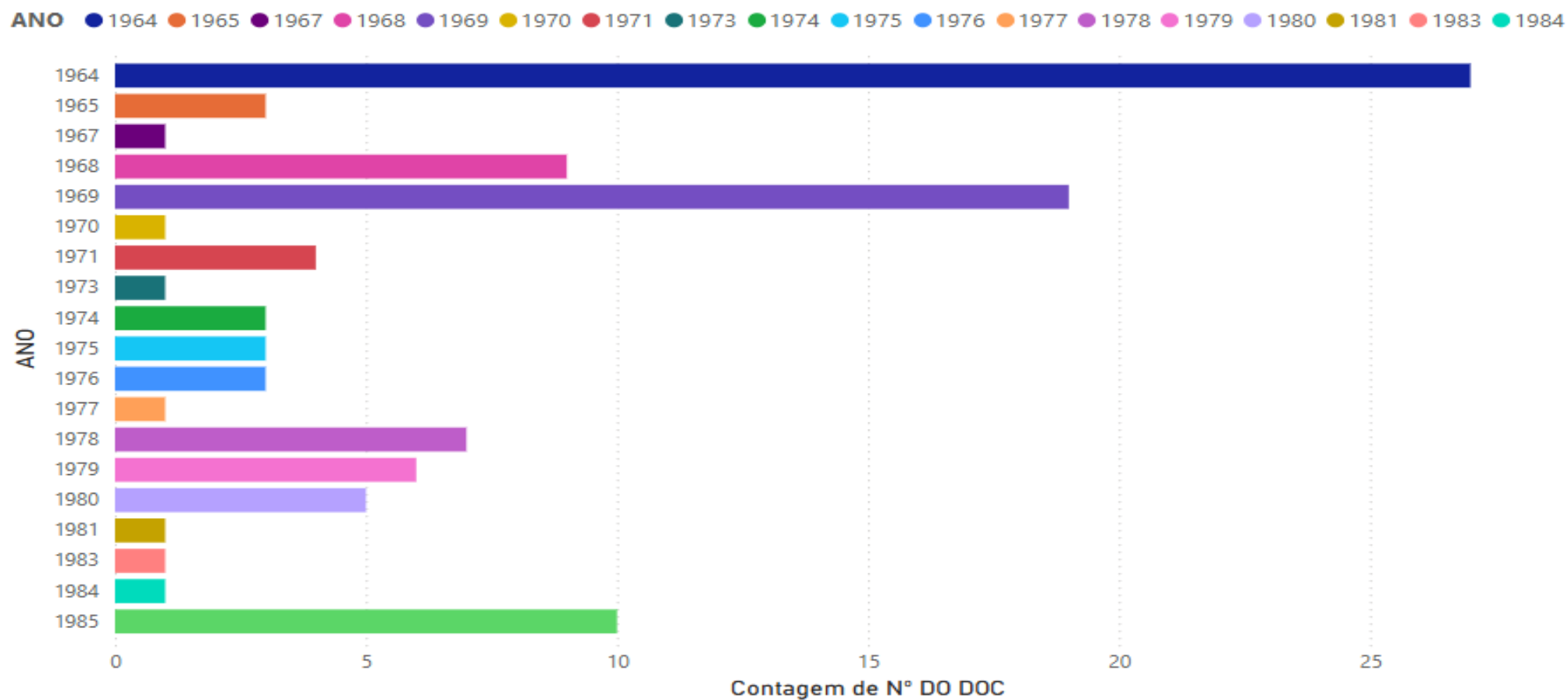
DC35	444 NOMES LEVANTADOS PELO PROJETO "BRASIL NUNCA MAIS"
DC36	GOVERNO FAZ DEFESA DE ACUSADO DE TORTURA
DC37	MARCHA DA VITÓRIA FAZ CINCO ANOS
DC38	CAMDE EXALTA O 31 DE MARÇO
DC39	MARCHA DA FAMÍLIA COM DEUS: 5º ANIVERSÁRIO
DC40	PASTOR SURGERE REVER LEI DE ANISTIA PARA PUNIR TODOS OS TORTURADORES
DC41	D. AGNELO: COMUNISTAS NÃO SE UTILIZAM DE SACERDOTES
DC42	DOCUMENTO SOBRE TORTURA
DC43	O PREFEITO, O CORONEL E A ARQUIDIOCESE
DC44	ATIVIDADES DA ESQUERDA CLERICAL NA PARAÍBA
DC45	ARCEBISPADO DE JOÃO PESSOA DEFENDE DIREITOS HUMANOS DE MENORES E TRABALHADORES
DC46	MARCHA DA FAMÍLIA COM DEUS PELA LIBERDADE
DC47	MOBILIZA-SE ALÉM PARAÍBA PARA COMBATER O COMUNISMO
DC48	SENHORAS PAULISTAS DURANTE UMA REUNIÃO PREPARATÓRIA DA MARCHA DA FAMÍLIA COM DEUS PELA LIBERDADE
DC49	UM MILHÃO DE PESSOAS NA MARCHA DA FAMÍLIA
DC50	LANÇADA A SEMENTE
DC51	RELAÇÕES ENTRE A IGREJA E O ESTADO. ENTREVISTA DO ARCEBISPO DE SÃO PAULO, CARDEAL EVARISTO ARNS
DC52	ACUSAÇÃO DE COMUNISMO À IGREJA NO BRASIL
DC53	A MARCHA DA FAMÍLIA EMPOLGA TODOS OS SETORES DA POPULAÇÃO
DC54	APOIO DOS EUA À CNBB
DC55	ATIVIDADES SUBVERSIVAS DE PADRES CATÓLICOS
DC56	ATIVIDADES DE PADRES
DC57	APOTEOSE À DEMOCRACIA EM LOMDRINA
DC58	JUSTIÇA CONDENA DELEADO QUE MATOU POR TORTURA EM S. PAULO
DC59	CRM JULGA O MÉDICO QUE ESTEVE ENVOLVIDO NO CASO RUBENS PAIVA
DC60	SUBVERSÃO NA IGREJA
DC61	ATIVIDADES DO CLERO SANTISTA
DC62	O USO DO NOME DE “DEUS” EM APOIO AOS MILITARES
DC63	ATIVIDADES SUBVERSIVAS
DC64	ATIVIDADES SUBVERSIVAS EDIÇÃO Nº 7 DO JORNAL RESISTENCIA. ORGÃO NOTICIOSO DA SOCIEDADE PARAENSE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
DC65	ATIVIDADES SUBVERSIVAS
DC66	FREIRAS E PADRES MANIFESTAM CONTRA A DITADURA
DC67	ATIVIDADES SUBVERSIVAS NA IGREJA CATÓLICA
DC68	APRESENTAR A ATUAL SITUAÇÃO DO IPM AS ATIDADES SUBVERSIVAS DA IGREJA CATÓLICA.
DC69	IPM SOBRE ATIVIDADES SUBVERSIVAS NA IGREJA CATÓLICA
DC70	D. AGNELO ROSSI - MATÉRIA PARA CONTRA-PROPAGANDA
DC71	SUBVERSÃO PRATICADA POR MEMBROS DA IGREJA CATÓLICA

DC72	IRREGULARIDADES PRATICADAS PELA IGREJA CATÓLICA
DC73	PREGAÇÃO SUBVERSIVAS NA IGREJA CATÓLICA
DC74	A IGREJA CATÓLICA E OS COMUNISTAS
DC75	MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL CONTROLADOS PELA IGREJA CATÓLICA
DC76	CAMPANHA DA FRATERNIDADE DA IGREJA CATÓLICA DE NOVA IGUAÇU
DC77	RELACIONAMENTO DA IGREJA CATÓLICA E O PCB
DC78	PERSEGUIÇÃO À IGREJA CATÓLICA
DC79	ATIVIDADES SUBVERSIVAS DE FRADES DOMINICAMOS
DC80	FOLHETOS DISTRIBUIDOS NA IGREJA DO CARMO
DC81	PEDIDO DE BUSCA DE IRMÃ TEREZA
DC82	CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL (CRB) MADRE IRANY VIDAL BASTOS
DC83	PRISÃO DOS PADRES EM BELO HORIZONTE
DC84	DENÚNCIA CONTRA PADRES
DC85	DIREITOS HUMANOS A TORTURA CONTRA PRESOS COMUNS NO BRASIL É ENDEMICA
DC86	SNI NEGARÁ PEDIDO DE DADOS SOBRE DESAPARECIDOS
DC87	MONUMENTO REVERENCIA AS VÍTIMAS DO REGIME
DC88	DOM PAULO E PASTOR WRIGHT RECEBEM PRÊMIO NOS EUA
DC89	REPRESSÃO NA IGREJA CATÓLICA
DC90	SNI - D. HELDER CÂMARA
DC91	SITUAÇÃO DA IGREJA NO BRASIL
DC92	RESISTÊNCIA DA IGREJA CATÓLICA
DC93	DENÚNCIAS DE TORTURAS
DC94	CARTA DO DEPUTADO ÁLVARO VALE A D. EVERISTO ARNS
DC95	ACUSAÇÃO DA INTERFERÊNCIA DA IGREJA CATÓLICA NO ESTADO
DC96	PANFLETO “NÃO OPRIMAS TEU IRMÃO”
DC97	O CLERO NO QUADRO SUBVERSIVO
DC98	SNI – TRADIÇÃO, FAMÍLIA, PROPRIEDADE (TFP)
DC99	NOITE SANDINISTA
DC100	VIDEOTAPE DE OPERAÇÕES SUBVERSIVAS DE PADRES
DC101	MOVIMENTO RELIGIOSO PELA INTERVENÇÃO MILITAR
DC102	RÁDIOS CATÓLICAS MONITORADAS PELO SNI
DC103	CLERO SUBVERSIVO
DC104	AÇÃO DE PADRES SUBVERSIVOS NO MEIO RURAL
DC105	ATIVIDADES DE GRUPOS RELIGIOSOS
DC106	LIGAÇÕES DO CLERO COM O COMUNISMO

Fonte: elaborado pela autora (2025).

Neste sentido, a partir da descrição da categorização desenvolvida nos documentos, com relação ao período de acontecimentos, constatou-se a linha temporal de 1964 a 1985 presente nos achados, correspondendo assim ao período delimitado e estudado na literatura e adotado nesta tese, pra traçar uma linha de cronologia de fatos da Ditadura Militar, sendo assim tem – se a figura 20:

Figura 20 – Linha Temporal de 1964 a 1985 dos acontecimentos dos DC's

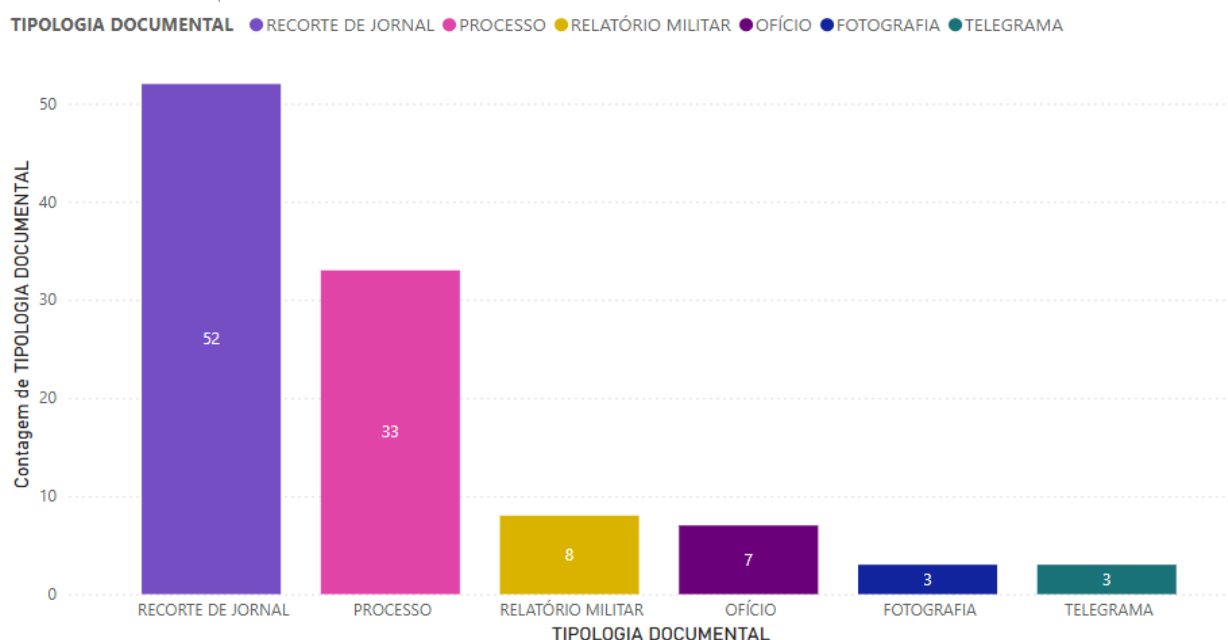


Fonte: elaborado pela autora (2025).

De acordo com os resultados da pesquisa, no intervalo de 1964 a 1985, entre os 106 documentos comprobatórios analisados, a maior concentração de rastros memorialísticos encontrada corresponde ao ano de 1964 com um total de 27 DC's, o que pode ser corroborado por ser o ano de grande instabilidade política e social, em tratando-se do golpe militar ocorrido neste período.

Neste sentido, evidenciou-se também que com relação às tipologias documentais encontradas dentro dos resultados, sobressaiu-se os recortes de jornais com um número expressivo de 52 resultados, 33 processos, 8 relatórios militares, 7 ofícios, 3 fotografias e 3 telegramas, como denota a figura 21, a seguir:

Figura 21 – Tipologias documentais dos achados da pesquisa

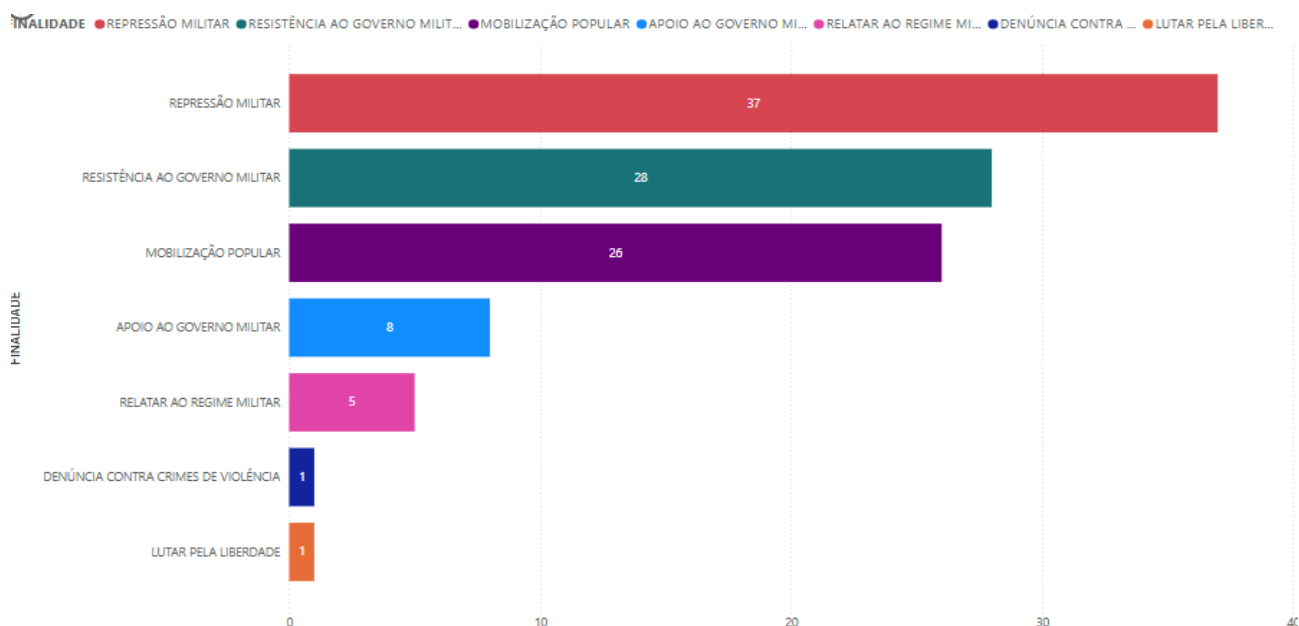


Fonte: elaborado pela autora (2025).

Destaca-se que entre os recortes de jornais encontrados, tem -se os documentos do Jornal O Globo, Jornal Gazeta do Povo, Jornal Em Dia, Jornal Diário de Notícias de São Paulo, Jornal Última Hora, dentre outros que, por meio do trabalho desenvolvido pela CNV, viabilizaram os resultados desta tese.

Neste sentido, com relação à finalidade do documento comprobatório analisado, compreendeu-se que dos 107 resultados encontrados, 37 corresponderam às potências informoriais que traziam a temática da repressão militar como tema central, 28 sobre resistência ao governo militar e mobilização popular, 8 de apoio ao governo militar, 5 acerca de relatar ao regime militar, 1 com relação às denúncias de crimes de violência e a luta pela liberdade, como mostra a figura 22, abaixo:

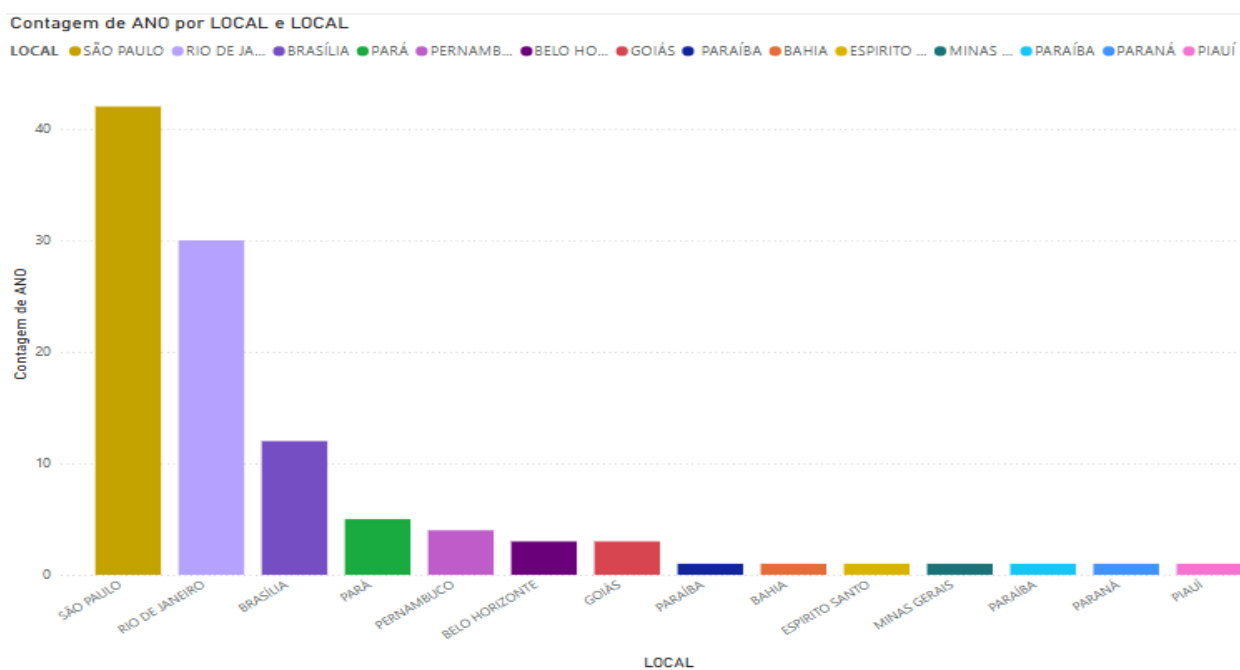
Figura 22 – Finalidades dos documentos comprobatórios encontrados



Fonte: elaborado pela autora (2025).

Na perspectiva geográfica, com relação à delimitação dos locais evidenciados na análise dos documentos comprobatórios encontrados, o destaque está com São Paulo (42), por ser o estado com o maior número de documentos produzidos, entre os anos de 1964 e 1985 que foram encontrados, obedecendo aos filtros da tese.

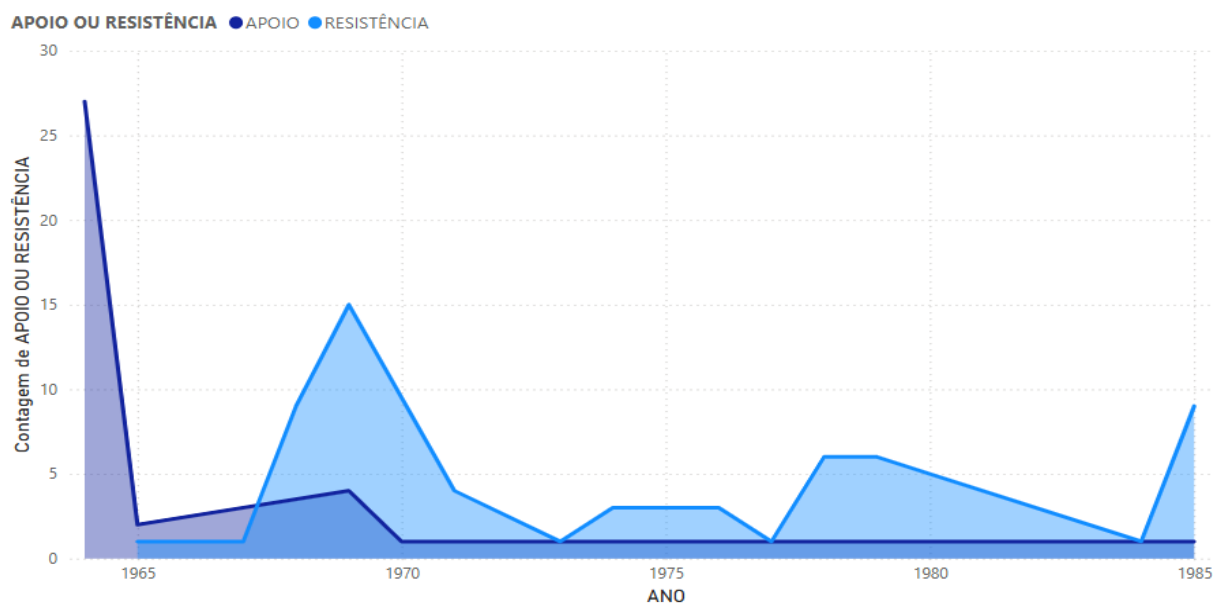
Figura 23 – Locais de publicação dos documentos comprobatórios encontrados



Fonte: elaborado pela autora (2025).

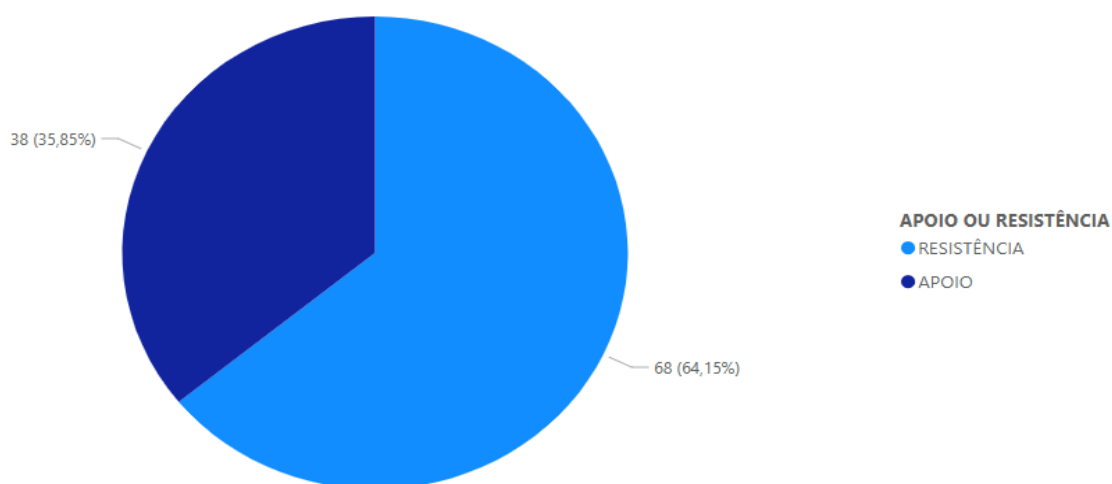
Dessa maneira, evidenciou-se também, com relação ao apoio e a resistência desenvolvida pela Igreja Católica, percebendo então um maior número de documentos comprobatórios que evidenciaram o seu movimento de denúncia de crimes de violência e luta por direitos humanos na resistência ao governo autoritário, isto é, dos 106 achados, constatou-se que 68 eram contrários às práticas dos militares de 1968 a 1985, enquanto 38 foram documentos comprobatórios de apoio à investida militar no ano de 1964 e 1965. Tais resultados são demonstrados nas figuras 24 e 25, abaixo:

Figura 24 – Participação da Igreja Católica na DM por ano



Fonte: elaborada pela autora (2025).

Figura 25 – Participação da Igreja Católica na DM por apoio ou resistência



Fonte: elaborada pela autora (2025).

Neste mote, ainda no que compreende-se da análise desta Tese, sua sistematização viabilizou o preenchimento das fichas de análises, por meio das quais se houve a última delimitação do resultado, em 56 achados que mais enfatizavam a participação da Igreja Católica da Ditadura Militar brasileira, que tiveram seus indícios transcritos, a partir de sua leitura na íntegra para a compreensão de seus rastros memorialísticos, de maneira para que houvesse a contextualização necessária ao entendimento hermenêutico da pesquisadora, sendo assim, dispostas a seguir:

Ficha 2 – Categorização dos rastros memorialísticos da CNV

Fundo: SNI	Ano: 1964	Local: São Paulo	Palavra-Chave: Igreja Católica
Assunto:	Marcha da Família com Deus pela Liberdade		
Tipologia documental:	Recorte de Jornal		
Finalidade	Mobilização popular		
Menção à Igreja Católica	<i>Marcha da Família com Deus pela Liberdade continua a receber um número impressionante de adesões, numa reafirmativa do povo de não permitir o aniquilamento ou a simples violação do regime democrático, já estando prontos centenas de cartazes e faixas que serão conduzidos pelas donas de casa, estudantes e trabalhadores. Mais de 500 bandeiras nacionais serão empunhadas pelos manifestantes durante a marcha de amanhã, a ter início Candelária, percorrendo as avenidas Rio Branco e Almirante Barroso até a Esplanada do Castelo, além de bandeiras estaduais que ladearão dez monumentais bandeiras do Brasil, simbolizando a unidade democrática e cristão do povo brasileiro.</i>		
Origem	Diário de Notícias de São Paulo		
Documento comprobatório (DC)	Ver anexo 1		

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Por meio da análise do documento comprobatório (DC) de número 1, observou-se que já na data de 01 de abril de 1964 a Igreja Católica juntamente á fiéis apoiadores do regime militar tomaram as ruas de São Paulo, na tentativa de garantir a tomada de poder pelos militares, mostrando à população uma resposta ao Comício realizado no dia 13 de março de 1964

realizado por Jango, na praça frente à Central Do Brasil, com cerca de 350 mil pessoas, que entre suas pautas considerava a desapropriação de terras vizinhas a rodovias, ferrovias e açúdes para fins de reforma agrária (Aventuras na História, 2014).

Dessa maneira, já se percebe por esse documento, que o clima de insatisfação se preconizava na Igreja Católica contra Jango, tendo em vista que alguns setores não concordavam com a reforma agrária, de tal maneira buscava alternativas que afastasse a sociedade civil das experiências radicais vividas pelo socialismo e pelo capitalismo liberal (Gomes, 2014, p. 57). Então, por esse documento já se percebe que as insatisfações da Igreja Católica com relação a política emancipatória de Jango emergiram de tal maneira a chamar as pessoas às ruas com o discurso de lutar contra a tentativa do comunismo de dominar o país, o que ia também de encontro ao discurso dos militares, mobilizando assim, o povo.

Ficha 3 – Categorização dos rastros memorialísticos da CNV

Fundo: SNI	Ano: 1964	Local: Rio de Janeiro	Palavra-Chave: Igreja Católica
Assunto:	Oradores saudaram o fim do comunismo		
Tipologia documental:	Recorte de Jornal		
Finalidade	Luta contra o Comunismo		
Menção à Igreja Católica	<i>Os oradores que se sucederam no palanque — um representante da Família Espírita, o Reverendo Micaelsen, o representante da Igreja Ortodoxa, o Sr. Fernando Levisquim, representante da religião judaica, o Padre Caio Alvim e Monsenhor Bessa "que leu a mensagem do Cardeal Dom Jaime de Barros Câmara, que se encontra doente e a Sra. Amélia Bastos, pela família e disseram, na maioria, "que a democracia estava salva e que o comunismo havia sido banido". A multidão aplaudiu um helicóptero da FAB, que conduzia um fotógrafo da Aeronáutica. Entre os presentes à manifestação achava-se o ex-Presidente Dutra.</i>		
Origem	Jornal Última Hora		
Documento comprobatório (DC)	Ver anexo 2		

Pelo DC (2) houve uma polarização religiosa também em outras religiões, além da Igreja Católica e evangélica, onde se vê pelo discurso presente no documento, as presenças de personalidades ligadas à religião espírita, da religião judaica, todas em favor de lutar pelo fim do comunismo apoiando os militares, há destaque em dizer que neste documento cita também a presença do então ex-presidente e militar Eurico Gaspar Dutra, que ao ser citado, compreende-se seu apoio à mobilização que houve na Zona Sul do Rio de Janeiro, nota-se também a grande valorização às pessoas pertencentes a alta sociedade.

Ficha 4 – Categorização dos rastros memorialísticos da CNV

Fundo: SNI	Ano: 1964	Local: Rio de Janeiro	Palavra-Chave: Igreja Católica
Assunto	As fotografias da “marcha” dizem tudo		
Tipologia documental:	Recorte de Jornal		
Finalidade	Apoio ao governo militar		
Menção à Igreja Católica	<i>O V da Vitória – O general Mourão filho, um dos comandantes militar, que mudou o rumo do país, foi um dos oradores do Comício realizado na Esplanada do Castelo. Cheio de emoção falou à massa humana e terminou levantando o braço e fazendo, com os dedos, o V da vitória. Autoridades eclesiásticas marcharam à frente da multidão, que entoaram hinos, ao lado dos soldados e da polícia militar, a cavalo, abrindo o caminho cheios de graça.</i>		
Origem	Jornal O Dia		
Documento comprobatório (DC)	Ver anexo 3		

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Durante a análise do DC (3) foi possível evidenciar que houve uma manifestação, intitulada “Marcha da Vitória” organizada por pessoas da alta sociedade brasileira, onde fora exaltada a tomada do poder pelos militares, assim trazendo para o imaginário popular figuras como o então general Mourão Filho na condição de herói do povo, que salvou o Brasil do Comunismo. Nesta premissa o DC (3) enfatiza que as autoridades eclesiásticas, conduziram a marcha em favor da vitória dos militares, entoando hinos da igreja, proferindo orações, pedindo a Deus que abençoasse a polícia militar brasileira, denotando uma apologia à relação da fé e

poder, tendo em vista que passa a conduzi uma narrativa na qual o cristianismo é vinculado ao sentimento também político, onde cristão, de boa-fé, família, e defensor da moral, tem lugar nessa sociedade.

Neste mote, pela análise do DC (3) a Marcha da Vitória é descrita como um grande ato em favor do povo, que naquele momento, estava sendo acolhido pelos militares, e se sentia salvo por isso, o que chama a atenção está no fato da posição atuante da Igreja Católica, que é descrita como uma das organizadoras do evento, de modo que a sua representação simbólica é tão intensa que se tem a vangloriação da participação dos padres com faixas e cartazes perfazendo o mesmo caminho que os militares.

Ficha 5 – Categorização dos rastros memorialísticos da CNV

Fundo: SNI	Ano: 1964	Local: Minas Gerais	Palavra-Chave: Igreja Católica
Assunto	Juventude mineira dá lição de civismo		
Tipologia documental:	Recorte de Jornal		
Finalidade	Apoio ao governo militar		
Menção à Igreja Católica	<p><i>A arma do Povo</i></p> <p><i>O padre Caio de Castro, de Diamantina, um dos manifestantes que impediram o Sr. Leonel Brizola de falar em Belo Horizonte, disse que o rosário foi a grande arma com que o povo contou para obter o triunfo sobre as forças que tentaram lançar o Brasil num regime totalitário e ateu. Fez um histórico da revolução, lembrando que os governos que procuraram afastar-se dos princípios democráticos e cristãos não podem subsistir, porque estarão afastando-se do próprio povo, de espírito democrático e cristão.</i></p>		
Origem	Jornal O Globo		
Documento comprobatório (DC)	Ver anexo 4		

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

No que tange ao DC (4) percebe-se à importância dada ao discurso de personalidades da Igreja Católica, como no caso de padres, bispos, frades, que tinham suas palavras levadas em consideração, eram sinônimos de pessoas ligadas à verdades absolutas. Assim, por esta análise compreende-se o uso do “rosário”, que consiste em um ritual da Igreja Católica, onde

reza-se a oração de “Nossa Senhora”, e também do “Pai Nosso”, assim aqui ressalta-se a relação das práticas católicas com política, onde atesta-se a ditadura imposta por militares, na condição de uma revolução guiada por Deus que salvaria o Brasil. Há de se destacar que neste DC (4) faz-se menção a uma importante personalidade da luta por democracia, um dos maiores inimigos do regime militar, que foi o Leonel Brizola, líder trabalhista, que evitou a deflagração do golpe militar em 1961, por meio de uma reação armada em Porto Alegre, intitulada “Campanha da Legalidade”, que garantiu a Jango assumir a presidência, após à renúncia de Jânio Quadros.

Ficha 6 – Categorização dos rastros memorialísticos da CNV

Fundo: SNI	Ano: 1970	Local: Pará	Palavra-Chave: Igreja Católica
Assunto	Atuação da Juventude Estudantil Católica (JEC)		
Tipologia documental:	Relatório militar		
Finalidade	Relatar os padres esquerdistas ao regime militar dentro da JEC		
Menção à Igreja Católica	<p><i>Em atendimento ao Pedido de busca de referência, esta agência informa o seguinte:</i></p> <p><i>1. O estado do Pará e território federal do Amapá</i></p> <p><i>a) Existiu nessa área, a JUVENTUDE ESTUDANTIL CATÓLICA – JEC, criada pela ação católica, com apoio da Igreja, tendo a finalidade de educar a juventude dentro dos princípios religiosos. Essa entidade sofreu a ação de esquerdistas que se infiltraram na mesma, desviando seus reais objetivos. A Igreja, em consequência disso, sentiu necessidade de manter maior controle sobre a organização, o que veio visitar alguns militantes da JEC (os esquerdistas), que se afastaram de seu domínio e criaram a AÇÃO POPULAR.</i></p> <p><i>b) Entre os elementos do movimento, que mais se destacaram foram os padres:</i></p> <p><i>- JOAQUIM AGUIAR ARAUJO</i> <i>- LIBANEO GARCIA FREITAS</i> <i>- JOSÉ MARIA DE AZEVEDO</i></p>		
Origem	SNI – Agência do Pará		
Documento comprobatório (DC)	Ver anexo 5		

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Durante a análise do DC (5) o que chama mais atenção, diz respeito ao processo de investigação ter sido aberto a pedido de membros da própria instituição da Igreja Católica para averiguar o comportamento de padres que supostamente tiveram contato com pessoas da esquerda, assim o SNI fez um levantamento de informações para atestar a participação destes padres na luta pelo comunismo no Brasil.

Ficha 7 – Categorização dos rastros memorialísticos da CNV

Fundo: SNI	Ano: 1964	Local: do registro	Palavra-Chave: Igreja Católica
Assunto	Indexado no registro do Banco de Dados Memórias Reveladas		
Tipologia documental:	Fotografia		
Finalidade	Mobilização popular		
Menção à Igreja Católica	<i>Dezenas de milhares de paulistanos, que por razões diversas, não puderam descer às ruas centrais, assistiram à passeata, das janelas de escritórios e apartamentos, encorajando com palmas e vivas os participantes da impressionante manifestação democrática organizada pelos cristãos.</i>		
Origem	Proveniência do registro		
Documento comprobatório (DC)	Ver anexo 6		

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Durante a análise do DC (6) pode-se verificar que a Marcha da Vitória concentrou inúmeras pessoas de diferentes classes sociais e como denota a fotografia é possível perceber que a aglomeração tinha como objetivo comemorar o golpe militar de 1964, onde propagava-se a ideia de que estava acontecendo naquele momento uma manifestação democrática, que trazia em suas bases de organização a fervorosa participação da Igreja Católica. Acerca disso, Gomes (2014, p. 41) corrobora dizendo que às vésperas do golpe havia bastante agitação em alguns setores da sociedade brasileira. O comício promovido por Goulart na Central do Brasil, no dia 13 de março de 1964, foi um divisor de águas. Evidenciou que o presidente tinha o apoio das esquerdas, de amplos contingentes de trabalhadores urbanos e rurais, de certos setores estudantis e de alguns graduados das Forças Armadas. Em contrapartida, as Marchas da Família com Deus pela liberdade, a primeira das quais ocorreu no dia 19, em São Paulo, ao incitar à

população católica à defesa dos tradicionais valores cristãos, evidenciavam as articulações das direitas numa ampla e organizada campanha de desestabilização do governo, o que culminou no golpe que derrubou João Goulart e na proferida Marcha da Vitória.

Neste mote, no DC (6) cabe destaque também o uso da mobilização da opinião pública a favor dos militares, onde nesta marcha, por meio de faixas, cartazes com os dizeres “*O Brasil não será uma nova Cuba*”, ou “*Somos cristãos e patriotas*”, “*Democracia no coração*”, como mostrado na fotografia, consegue-se perceber o clima de insatisfação de alguns setores da sociedade que frequentavam essas manifestações, principalmente pessoas ligadas à classe média e alta brasileira, e que tinham ligações com a direita conservadora no país.

Ficha 8 – Categorização dos rastros memorialísticos da CNV

Fundo: SNI	Ano: 1984	Local: Rio de Janeiro	Palavra-Chave: Igreja Católica
Assunto	Líderes da Marcha com Deus, desencantadas, pedem as eleições diretas: pior hoje do que com Jango		
Tipologia documental:	Recorte de jornal		
Finalidade	Denúncia ao regime militar		
Menção à Igreja Católica	<p><i>“Os militares nos traíram. Criamos o clima para a derrubada do Governo Goulart, mas estamos decepcionadas. Jamais poderíamos supor que eles montassem uma ditadura de 20 anos sobre o pretexto de que esse era o tempo necessário para botar o País em ordem Como donas de casa, católicas, mães de família e educadoras, não podemos aceitar que as crianças, hoje, passem fome, enquanto entregam as nossas riquezas aos estrangeiros. E, afora isso, não aceitamos que o Fundo Monetário Internacional venha a nos tutelar - onde está a nossa soberania? – com suas exigências. Exigimos, como solução contra essas coisas, que se restabeleçam já as eleições diretas”.</i></p>		
Origem	Jornal do País		
Documento comprobatório (DC)	Ver anexo 12		

O DC (12) destaca-se tendo em vista que traz a visão contraditória dos apoiadores oriundos da elite ao regime militar, tendo em vista que denotam arrependimento de seu apoio depois de passados 20 anos do golpe militar, que os levou ao poder. Na análise compreendeu-se que a grande insatisfação ao regime por parte desta elite religiosa, diz respeito a falsa ilusão de luta contra o comunismo e promessa de ordenação política que marcou o período, assim, neste DC (12) as senhoras donas de casa expressaram toda à sua indignação ao mostrarem preferir as eleições diretas, como símbolo de democracia, a permanecer em um governo militar.

Dessa forma, reitera-se que, em momento algum é citado por elas, algo relacionado a política opressora da ditadura, ou muito menos às violências cometidas contra as próprias pessoas ligadas à Igreja Católica, como o que aconteceu a Frei Fernando, Frei Ivo, Frei Betto, que foram perseguidos, presos, e torturados durante os anos de 1969 e 1970, tornando-se assim inimigos do governo militar.

Ficha 9 – Categorização dos rastros memorialísticos da CNV

Fundo: SNI	Ano: 1986	Local: Rio de Janeiro	Palavra-Chave: Igreja Católica
Assunto	Arcebispo intimado em processo judicial		
Tipologia documental:	Recorte de jornal		
Finalidade	Repressão à membro da Igreja Católica		
Menção à Igreja Católica	<i>O cardeal arcebispo Paulo Evaristo Arns já foi intimado pelo juiz João Augusto Figueiredo da Rocha a comparecer à 2ª vara Criminal de Petrópolis, no dia 12 de agosto do ano em curso, às 13 horas, para ser ali qualificado e interrogado no processo que lhe move o médico legista Elias Freitas por crime de calúnia e difamação. Como se sabe, esse médico, católico praticante, foi citado pelo cardeal Arns na página 235 do livro “Brasil, nunca mais”, como conivente com a repressão, acusação que lhe trouxe graves prejuízos morais, e até materiais e também à sua família [...] Enquanto isso, o governo de Leonel Brizola continua a dar cutucadas não apenas no governo federal, mas a insistir também na provocação gratuita aos militares.</i>		
Origem	Jornal O Estado de São Paulo		
Documento comprobatório (DC)	Ver anexo 17		

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Pela análise do DC (17) verifica-se a representação do contraste de pensamento em dois lados opostos dentro da Igreja Católica, um representado pela resistência proferida e muitas vezes incitada pelo arcebispo Paulo Evaristo Arns, grande símbolo da luta de resistência, que foi pioneiro nas construções de debates a favor dos direitos humanos, em busca por verdade, reparação e justiça. E, por outro, o lado conservador direitista da igreja, o médico legista Elias Freitas, que no ano de 2014, fora apontado pela CNV como participante direto na emissão de laudos necroscópicos, cujos foram fraudadas as causas *mortis* de pelo menos sete crimes de assassinato ou desaparecimentos durante a ditadura (Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, 2007).

Ficha 10 – Categorização dos rastros memorialísticos da CNV

Fundo: SNI	Ano: 1967	Local: Rio de Janeiro	Palavra-Chave: Igreja Católica
Assunto	Exército cerca e invade casa de bispo à cata de subversão		
Tipologia documental:	Recorte de Jornal		
Finalidade	Repressão à um membro da Igreja Católica		
Menção à Igreja Católica	<i>A população de Volta Redonda está solidária com o bispo da cidade, D. Valdir Calheiros, que na sexta-feira assistiu impotente à invasão do Palácio Episcopal por militares do I Batalhão de Infantaria, blindada, que cercaram e vasculharam o prédio à procura de material subversivo com a finalidade de comprometer o religioso – Os padres resistiram à intimação e não permitiram a entrada dos soldados, que ficaram ali das 16 às 19 horas do dia 10 e voltaram no dia seguinte às 9 horas com a mesma ostentação de força. Deixaram dois soldados de fora, da residência: um no portão e outro na rua, para ostensivamente humilhar uma pessoa, de responsabilidade pública, como o Bispo Diocesano ou, quando menos, para insinuar aos transeuntes a suspeita sobre o Bispo.</i>		
Origem	Jornal do Brasil		
Documento comprobatório (DC)	Ver anexo 18		

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Na análise do DC (18) existe a demonstração de como funcionava a repressão militar, onde mesmo ao tratar-se de uma figura de contribuição à comunidade e destaque em meio católico, foi considerado para a justiça militar, um infrator da lei ao ser questionado, acerca de atividades supostamente comunistas. Há de se mencionar que o ano de 1967 antecede o período mais denso da Ditadura Militar brasileira, que, por meio do AI-5, promulgado no ano seguinte, viabilizou a supressão de direitos e a institucionalização de maior rigidez com relação aos interrogatórios provenientes do anseio militar em evitar qualquer tipo de contestação às suas decisões arbitrárias e autoritárias, dessa forma o DC (18) exemplifica a realidade da repressão.

Ficha 11 – Categorização dos rastros memorialísticos da CNV

Fundo: SNI	Ano: 1967	Local: São Paulo	Palavra-Chave: Igreja Católica
Assunto	Cardeal Agnelo: Igreja é que fixa seu caminho		
Tipologia documental:	Recorte de jornal		
Finalidade	Lutar por liberdade		
Menção à Igreja Católica	<p><i>O cardeal arcebispo de São Paulo D. Agnelo Rossi, declarou ontem que a Igreja dispensa opiniões como a da senhora Maria do Carmo Sodré, esposa do Governador do Estado, segundo à qual “a força da igreja reside em seu tradicionalismo”. O cardeal respondeu com um sorriso quando o tema lhe foi proposto: - Essas observações são desnecessárias. A Igreja já através dos Concílios determina sua própria direção – disse. Dom Agnelo Rossi contestou com veemência a acusação que D. Hélder Câmara é comunista feita por alguns militares e políticos – É um absurdo afirmar que D. Hélder é comunista, ele deseja a justiça social.</i></p>		
Origem	Jornal Última Hora		
Documento comprobatório (DC)	Ver anexo 27		

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Na compreensão da análise do DC (27) existe a forte acusação de que o comunismo havia sido instalado na Igreja Católica, sendo necessária a defesa de Dom Hélder⁵³, por intermédio de D. Agnelo Rossi, aqui destaca-se que ambos foram personalidades à frente do movimento de resistência e denúncia dos crimes de violência praticados na Ditadura Militar brasileira. Pelo recorte de jornal, verifica-se também a mobilização de falas de personalidades da política militar com o intuito de difamar o alto clero da igreja perante a população.

Ficha 12 – Categorização dos rastros memorialísticos da CNV

Fundo: SNI	Ano: 1968	Local: São Paulo	Palavra-Chave: Igreja Católica
Assunto	Indexado no registro do Banco de Dados Memórias Reveladas		
Tipologia documental:	Recorte de jornal		
Finalidade	Repressão à padres católicos		
Menção à Igreja Católica	<i>Á propósito da prisão de padres de Minas Gerais, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil emitiu nota que os jornais já publicaram na íntegra. Embora admita a existência de equívocos entre alguns membros da Igreja, a Conferência dos Bispos do Brasil, em nota oficial advertiu que “o juízo sobre a pregação do evangelho, autêntica ou não e de competência exclusiva de autoridade eclesiástica. O documento a respeito da prisão de religiosos em Minas acentua que “a exigência de todas as transformações que propugna pela mudança da ordem econômica, política, social e cultural manifestamente injusta não deve ser confundida com subversão”, autênticos valores humanos e cristãos que todos nós queremos preservar.</i>		
Origem	Jornal O Globo		
Documento comprobatório (DC)	Ver anexo 28		

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

⁵³ Dias depois do golpe, Dom Hélder divulgou um manifesto apoiando a ação católica operária no Recife. O novo governo militar o acusou de demagogo e comunista, e ele foi proibido de se manifestar publicamente. Com a implantação do Ato Institucional Nº 5 (AI-5), em 1968, por incomodar muito os militares, passou a ser considerado pelos agentes do governo como um “morto-vivo”. Os meios de comunicação não podiam falar sobre ele, nem publicar nada que mencionasse seu nome. O arcebispo estava proibido até de frequentar as universidades do país (Portal Memórias Reveladas, online, 2025).

Pela análise do DC (28) é possível evidenciar a menção realizada no recorte de jornal a respeito da importante instituição eclesial, isto é a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que exerceu importante papel de apoio aos militares, ao assumirem o governo brasileiro em 1965. A esse respeito Gomes (2014) disserta acerca de um documento assinado por 26 bispos, publicado em maio de 1964 que parabenizava os militares por terem conseguido salvar o Brasil da ameaça comunista. O Documento em suas linhas gerais dava destaque a:

Geraldo Sigaud, partidário de um catolicismo ultraconservador, como defensor dessa posição. O mineiro Geraldo de Proença Sigaud foi arcebispo de Diamantina, Minas Gerais, entre 1961 e 1980. E ficou muito conhecido por suas denúncias contra aqueles que ele suponha estarem influenciados pelo comunismo, incluindo membros do episcopado. Foi um dos fundadores da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, da Família, e Propriedade (TFP), organização conservadora, criada em 1960, que se fundamenta nos tradicionais valores católicos (Gomes, 2014, p. 43).

Nesta seara, o recorte de jornal ilustra exatamente o momento de grande instabilidade que também se vivia dentro da Igreja Católica, tendo em vista que com o enrijecimento mais intenso da ditadura brasileira, no ano de 1968 com a promulgação do AI-5 a violência e perseguição aos cristãos passaram a ocorrer por meio das denúncias que viriam de dentro do próprio meio eclesial, como o que aconteceu com Dom Pedro Casaldáliga, relatado em uma carta à imprensa, escrita por Sigaud que o acusava de atividades comunistas dentro da Igreja Católica em 1977.

Ficha 13 – Categorização dos rastros memorialísticos da CNV

Fundo: SNI	Ano: 1979	Local: Brasília	Palavra-Chave: Igreja Católica
Assunto	A atuação das organizações subversivas e do clero católico no país		
Tipologia documental:	Relatório militar		
Finalidade	Repressão à Igreja Católica		
Menção à Igreja Católica	<i>A primeira parte do documento aborda, de modo analítico, a pregação das organizações subversivas, suas principais bandeiras e palavras de ordem, os documentos analisados permitiram concluir que existe, no momento, um consenso de atuação entre as organizações comunistas: a aplicação de táticas não violentas. Assim, é que, em uníssono, há um proselitismo dirigido às massas com a finalidade de</i>		

	<i>sensibilizá-las, e atraí-las para o MCB que, com isso, procura ganhar nossos simpatizantes e militantes. É de se esperar que se acentuem as ações de infiltração em todos os setores da sociedade brasileira, que aumentem as ações de contestação ao regime, particularmente, pelas organizações de gente já existentes no País e mascaradas de entidades legais, que haja uma busca, cada vez mais intensa, pelo controle de organizações comunitárias, seja de cunho religioso ou leigo.</i>
Origem	SNI – Agência Central
Documento comprobatório (DC)	Ver anexo 29

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Cabe destaque nesta análise ao DC (29), tendo em vista que neste relatório de 1979 é citada uma grande participação comunista dentro da Igreja Católica com o desenvolvimento de atividades que viabilizavam a mobilização de opinião pública ao seu favor, segundo consta no relatório, a partir de pregações, discursos, seminários, que visavam adeptos a causa socialista, de forma organizada para que tornassem-se membros do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Ficha 14 – Categorização dos rastros memorialísticos da CNV

Fundo: SNI	Ano: 1969	Local: Belo Horizonte	Palavra-Chave: Igreja Católica
Assunto	Atividades subversivas de elementos da Igreja Católica		
Tipologia documental:	Relatório militar		
Finalidade	Repressão à Igreja Católica		
Menção à Igreja Católica	<p><i>Expor, em linhas gerais, o andamento do IPM sobre as atividades subversivas de elementos da Igreja Católica.</i></p> <p><i>Estatísticas de pessoal</i></p> <p><i>- Pessoas interrogadas:</i></p> <p><i>Padres ---- 16</i></p> <p><i>Leigos ---- 22</i></p> <p><i>- Pessoas indiciadas</i></p> <p><i>Padres ---- 10</i></p> <p><i>Leigos ---- 7</i></p>		

	- <i>Testemunhas:</i> <i>Padres --- 5</i> <i>Leigos --- 16</i>
Origem	Ministério do Exército
Documento comprobatório (DC)	Ver anexo 31

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Neste DC (31) a atenção é direcionada para o mapeamento ordenado e organizado de forma sistemática que era realizado por meio da agência de inteligência do SNI, onde tinham-se as quantidades específicas de depoimentos, interrogatórios, com classificações relacionadas às atividades desempenhadas pelas pessoas que ali estavam sendo acusadas de crimes contra o governo vigente, o que também tornou-se uma prática desenvolvida com relação aos membros da Igreja Católica que eram considerados infratores e perseguidos pela Ditadura Militar.

Ficha 15 – Categorização dos rastros memorialísticos da CNV

Fundo: SNI	Ano: 1969	Local: Belo Horizonte	Palavra-Chave: Igreja Católica
Assunto	Articulação de movimento revolucionário de caráter socialista na Igreja Católica		
Tipologia documental:	Relatório Militar		
Finalidade	Repressão militar		
Menção à Igreja Católica	<p><i>Pela documentação apreendida não há nenhuma dúvida de que dentro da Igreja Católica está em articulação um movimento revolucionário de caráter socialista contra o atual Governo do país, particularmente, contra o capitalismo. Êste movimento têm ligações na Argentina, e possivelmente, no Chile. Estão nele envolvidos padres e leigos dos seguintes estados: MA, CE, PA, PE, AL, BA, MG, SP, RJ, PB e RS. Os principais focos estão em Recife ou Belo Horizonte, São Paulo e Rio De Janeiro. Alguns bispos também dele participam. Seu principal instrumento de ação é a Juventude Operária Católica (JOC), mas há indícios de utilização da Juventude Agrária Católica (JAC), cujos elementos são mobilizados (conscientizados e organizados)</i></p>		

	<i>através dos seus assistentes (padres) e dirigentes (operários leigos), em pequenos grupos. O Movimento Estudantil (ME) atua como linha auxiliar. Êste movimento vem sendo organizado desde a revolução de 64.</i>
Origem	Ministério do Exército
Documento comprobatório (DC)	Ver anexo 32

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

O DC (32) evidencia-se nesta análise, tendo em vista que comprova o mapeamento realizado pelos militares a respeito das articulações realizadas por membros da Igreja Católica no combate à Ditadura Militar. De maneira concreta, o relatório afirma que o movimento de resistência tem ligações internacionais, sendo que, mais tarde a CNV atesta que a Igreja Católica, de fato foi a responsável por denunciar os crimes de violência e torturas sofridas no Brasil sofridas por seus membros, ao mundo exterior por meio de relatos e entrevistas como os de Frei Tito que fora exilado no Chile, além de Dom Hélder que em suas aulas nas universidades e comunidades católicas denunciava as arbitrariedades que aconteciam sob o aparato legal do estado em seu país.

Ficha 16 – Categorização dos rastros memorialísticos da CNV

Fundo: SNI	Ano: 1985	Local: São Paulo	Palavra-Chave: Igreja Católica
Assunto	Arquidiocese divulga nomes de torturadores		
Tipologia documental:	Recorte de jornal		
Finalidade	Resistência à Ditadura Militar		
Menção à Igreja Católica	<i>O atual comandante militar da Amazônia, general de brigada Octávio Aguiar de Medeiros, que foi o ministro chefe do Serviço Nacional de Informações no Governo Figueiredo é um dos 444 torturadores denunciados por presos políticos em 695 processos examinados pelo Supremo Tribunal Militar, no período de abril de 1964 a março de 1979. A relação dos torturadores foi divulgada ontem pela Arquidiocese de São Paulo, que nos últimos seis anos coordenou e executou o projeto Brasil Nunca Mais, uma minuciosa investigação</i>		

	<i>sobre a repressão política desencadeada com o golpe militar de 1964.</i>
Origem	Jornal A Tribuna
Documento comprobatório (DC)	Ver anexo 33

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Um dos pontos de maior atuação política, dentre os quais se teve a participação do clero brasileiro na Ditadura Militar brasileira, foi com certeza a sua preocupação em denunciar as torturas usadas contra os membros da Igreja Católica nos interrogatórios que aconteciam nas sedes das unidades do DOPS espalhadas pelo Brasil. Assim, como demonstrado no DC (33) o trabalho incessante de personalidades da Igreja Católica contribuiu significativamente para essas denúncias contra a forte repressão que era basilar do período militar. Na perspectiva de Alves (2018, p. 113) “pouco a pouco, as autoridades mais influentes dentro da Igreja passaram a assumir uma postura mais crítica com relação aos governos militares, opondo-se veementemente à tortura e à violência”. Relatos, estes que se tornaram públicos e se intensificaram a partir de 1980, onde o clero buscou adotar uma postura de maior repercussão com essas denúncias, que chegaram a serem maior viabilizadas em instâncias internacionais.

Ficha 17– Categorização dos rastros memorialísticos da CNV

Fundo: SNI	Ano: 1985	Local: São Paulo	Palavra-Chave: Igreja Católica
Assunto	Os torturadores		
Tipologia documental:	Recorte de jornal		
Finalidade	Igreja divulga lista de 44 implicados entre 1964 e 1979		
Menção à Igreja Católica	<i>Em São Paulo aparecem os nomes do então major e comandante do DOI-Codi, Carlos Alberto Brilhante Ustra, do delegado Sérgio Paranhos Fleury [...] A lista não foi trazida a público anteriormente, pois a Arquidiocese temia que fosse feito algum tipo de uso político-eleitoral nas eleições municipais [...]</i>		
Origem	Jornal Folha da Tarde		
Documento comprobatório (DC)	Ver anexo 34		

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

No desenvolvimento desta análise o DC (34) é importante destacar que a luta de resistência empreendida pela Igreja Católica buscou realmente denunciar os torturadores, de modo a nominá-los à imprensa, como uma estratégia de busca por apoio popular nas denúncias de tortura, dessa forma a Igreja buscou por direitos humanos através dessas denúncias.

Uma pesquisa coordenada pela Igreja Católica com documentos produzidos pelos próprios militares identificou mais de cem torturas usadas nos “anos de chumbo” (1964-1985). Esse baú de crueldades, que incluía choques elétricos, afogamentos e muita pancadaria, foi aberto de vez em 1968, o início do período mais duro do regime militar. A partir dessa época, a tortura passou a ser amplamente empregada, especialmente para obter informações de pessoas envolvidas com a luta armada. A coisa piorava nas delegacias de polícia e em quartéis, onde muitas vezes havia salas de interrogatório revestidas com material isolante para evitar que os gritos dos presos fossem ouvidos. “Os relatos indicam que os suplícios eram duradouros. Prolongavam-se por horas, eram praticados por diversas pessoas e se repetiam por dias (Associação Juízes para a Democracia, 2018, online).

Em vista disso, o que acontecia nos porões da ditadura passou a ser veiculado na imprensa internacional, como o que fora relatado por Frei Tito, ao falar sobre a situação da tortura no Brasil “[...] hoje, um terço da Igreja do Brasil se compromete: nós renunciamos a uma revolução cristã e estamos decididos a participar na luta do povo por seus direitos fundamentais”. A denúncia das torturas pela Igreja buscou por justiça social, assim como proferia Dom Hélder Câmara.

Ficha 18 – Categorização dos rastros memorialísticos da CNV

Fundo: SNI	Ano: 1969	Local: Rio de Janeiro	Palavra-Chave: Igreja Católica
Assunto	CAMDE exalta o 31 de março		
Tipologia documental:	Recorte de Jornal		
Finalidade	Apoio ao governo militar		
Menção à Igreja Católica	<i>A Campanha Da Mulher pela Democracia, organizadora da Marcha da família com Deus pela liberdade, realizada há 5 anos, no dia 2 de abril, divulgou ontem um manifesto conclamando cada cidadão a colaborar para o bem do brasil. Ressalta a CAMDE que o movimento revolucionário de 31 de março, do qual participou, são decididamente, conta com um saldo positivo. Esta multidão de mais de um milhão de</i>		

	<i>peçoas, acompanhou, há cinco anos, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, foi um dia histórico.</i>
Origem	Diário de Notícias
Documento comprobatório (DC)	Ver anexo 38

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

No decorrer da análise do DC (38) compreende-se o sentimento de orgulho e nacionalismo exagerado, dissipado por aqueles que se consideravam apoiadores do regime militar, fato corroborado pela construção da narrativa de que os militares não estavam dando um golpe, mas que sim, salvando o país das mãos dos comunistas. Este fato passou então a criar a narrativa de se considerar, assim aqueles que participaram das manifestações favoráveis a investida militar, como sendo os verdadeiros heróis do povo, que estavam lutando, nas linhas de frente, em uma revolução militar.

Dessa maneira, denota-se dizer que esses sentimentos de amor à pátria, busca por erradicação da violência cotidiana, construção da ideologia da moral, família, e Deus, foram os pilares que sustentaram a opinião pública durante esses eventos, veiculados pela imprensa brasileira, e que também detinham a massa eclesial como forte impulsionadora na construção de narrativas que beneficiaram os militares desde os prelúdios do golpe de 1964.

Ficha 19 – Categorização dos rastros memorialísticos da CNV

Fundo: SNI	Ano: 1969	Local: Rio de Janeiro	Palavra-Chave: Igreja Católica
Assunto	D. Agnelo: Comunistas não se utilizam de sacerdotes		
Tipologia documental:	Recorte de Jornal		
Finalidade	Resistência aos militares		
Menção à Igreja Católica	<i>As acusações de que os comunistas para confundir a opinião pública brasileira, estariam utilizando-se de sacerdotes e de organizações católicas, ou pelo menos aproveitando a posição de alguns setores católicos em suas denúncias contra males sociais, foram consideradas pelo cardeal Agnelo Rossi, presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, como fruto da ignorância e sobre a doutrina e intenção da igreja. O cardeal Agnelo Rossi diz que não duvida que haja jornalistas ou escritores brasileiros pensando que o</i>		

	<i>comunismo esteja agindo através de organizações católicas no Brasil. Mas a seu ver, quem pensa utilizar-se da Igreja do Brasil, de seu episcopado, de seu clero e de seus fiéis, para coloca-los a serviço da ideologia e dos métodos comunistas está-se iludindo a si mesmo.</i>
Origem	Jornal O Globo
Documento comprobatório (DC)	Ver anexo 41

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Em decorrência da análise do DC (41) percebe-se o posicionamento contrário da Igreja Católica aos atos da Ditadura Militar. Cabe destaque à participação ativa na luta de resistência do Cardeal Dom Agnelo Rossi, que na condição de presidente da CNBB buscou posicionar-se contra os militares em momentos decisivos do período. Assim, evidenciou a preocupação do episcopado com a crescente violência advinda com o AI – 5 e com os episódios de tortura e perseguição aos membros do clero. Para a CNBB (2017, online) foi durante o ano de 1968 que “o conflito entre a Igreja e o Estado tomou proporções estratosféricas, fazendo com que o episcopado brasileiro se pronunciasse, inclusive, por meio de um documento oficial no qual sugeria reformas, apelava à não-violência e denunciava a falta de liberdade”.

Ficha 20 – Categorização dos rastros memorialísticos da CNV

Fundo: SNI	Ano: 1971	Local: Bahia	Palavra-Chave: Igreja Católica
Assunto	Documento sobre tortura		
Tipologia documental:	Relatório militar		
Finalidade	Repressão militar a membros da Igreja Católica com o uso de tortura		
Menção à Igreja Católica	<p><i>- Esta agência recebeu e divulga o seguinte:</i></p> <p><i>1 – Foi apreendido em poder de Fernando Luiz Nogueira da Silva – “Valdo”, do Comando Nacional da VAR-PALMARES o documento anexo, versando sobre o procedimento a ser adotado pelos terroristas em face dos interrogatórios.</i></p> <p><i>2 – Esta agência chama a atenção para a dinâmica deste procedimento, bem como para aspectos novos instituídos como: os “pontos-frios”, escritos em pedaço de papel onde</i></p>		

	<i>consta o ponto em que o elemento foi preso; a afirmativa de estar “descontactado”; o procedimento em casas coletivas e muito particularmente, “o ponto de segurança fixo”, de grande importância não só para a organização como para a continuidade das operações contra subversivos católicos.</i>
Origem	SNI – Agência de Salvador
Documento comprobatório (DC)	Ver anexo 42

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Percebeu-se pelo DC (42) que para o SNI a resistência agia de modo organizado e sistemático, de fato havia uma preocupação com a maneira que os opositores do governo autoritário buscavam desenvolver suas ações, que para o SNI aconteciam de forma operacionalizada e interligada, com o apoio da Igreja Católica, logo o que fica evidenciado pelo DC (42) é que o receio maior do SNI era essa conjuntura de atividades organizada pela resistência de maneira a manipular a opinião pública, em seu favor. A ideologia subversiva, tanto mencionada nos documentos, estava presente nas acusações do SNI, também dentro do clero católico, sobretudo com relações as forças de atuação dos grupos opositores, que encontravam no movimento estudantil e na Igreja Católica, e também protestante os seus adeptos, dessa maneira o trabalho do SNI era implacável em tentar conter o movimento de resistência, monitorando toda e qualquer informação dos rebeldes.

Ficha 21 – Categorização dos rastros memorialísticos da CNV

Fundo: SNI	Ano: 1976	Local: Brasília	Palavra-Chave: Igreja Católica
Assunto	Atividades da esquerda clerical na Paraíba		
Tipologia documental:	Relatório militar		
Finalidade	Repressão militar		
Menção à Igreja Católica	<i>[...] No que se refere ao item 1.a. do referido PB que se preocupa com atividades subversivas de caráter sistemático desenvolvias pelo arcebispo Dom José Maria Pires e seu Bispo-Auxiliar, Dom Marcelo Pinto Cavalheira, o CIE informa que fatos recentemente registrados indicam que os aludidos sacerdotes não apenas vêm dando prosseguimento,</i>		

	<i>mas têm intensificado consideravelmente sua atuação subversiva na zona rural daquele Estado.</i>
Origem	SNI – Agência Central
Documento comprobatório (DC)	Ver anexo 44

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Com relação ao DC (44) o destaque está para a menção à participação ativa do Dom José Maria Pires, representante da resistência católica no Nordeste, principalmente na zona rural da Paraíba, onde desempenhou papel significativo na luta social.

Chegou ao nordeste pelas mãos de Dom Hélder Câmara, dois anos depois do golpe militar de 64. quatro dias depois da sua posse, ao rezar missa na data de aniversário do golpe, fez referências críticas à situação do país; à tarde do mesmo dia, recebeu ofício do Comando da Guarnição Federal, advertindo-lhe ser inadmissível ter apontado defeitos no regime. “Mal sabia o Comando que Dom José iniciava na Paraíba uma prédica sem concessões ou subterfúgios” (Grupo Tortura Nunca Mais, 2008, online).

Além disso, seu nome se sobressai nos documentos do SNI, em defesa dos pobres e trabalhadores, por ter sido duramente perseguido na ditadura “impediam-no de falar aos estudantes, sua correspondência chegava com atrasos inexplicados, ele era seguido dentro e fora do estado” (Grupo Tortura Nunca Mais, 2008, online).

Ficha 22 – Categorização dos rastros memorialísticos da CNV

Fundo: SNI	Ano: 1976	Local: Paraíba	Palavra-Chave: Igreja Católica
Assunto	Arcebispo de João Pessoa defende direitos humanos de menores e trabalhadores		
Tipologia documental:	Recorte de jornal		
Finalidade	Resistência da Igreja Católica		
Menção à Igreja Católica	<i>[...] operários e trabalhadores rurais de João Pessoa, que se julgam lesados em seus direitos, são os que mais procuram o Centro de Defesa dos Direitos Humanos, fundado e mantido por aquela Arquidiocese e que tem a orientação do Arcebispo Dom José Maria Pires. Ao prestar essa informação, o último boletim Informativo Arquidiocesano, que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil distribuiu ontem, observa que o</i>		

	<i>violador dos direitos é “quase sempre o rico, aquele que de qualquer forma se identifica com o Poder político dominante” e ao qual se juntam “as ações e omissões das autoridades locais”. A defesa dos direitos humanos na região de João Pessoa esbarra, porém segundo o boletim, com muitas dificuldades. Muitos não têm sequer noção dos seus direitos e “os poucos” que a têm, são “intimados pela força do violador” (através da força física, dinheiro ou influência) e sofrem a demora da justiça, o descumprimento dos prazos legais e audiências sucessivas.</i>
Origem	Jornal do Brasil
Documento comprobatório (DC)	Ver anexo 45

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Com o DC (45) existe mais uma vez a menção a Dom José Maria Pires, no que concerne a política de resistência e luta por direitos humanos das camadas populares, embora estivesse sendo perseguido no regime militar, com a repressão buscando sempre estar prejudicando o clero, Dom José Maria Pires não intimidou-se em lutar contra a opressão sofrida pelo povo nordestino, e também contra as violência cometidas pelos latifundiários que usavam de poder, dinheiro e influência para se destacar naquela região, assim Dom José Maria Pires consagrou-se herói do povo nordestino no período militar.

Ficha 23 – Categorização dos rastros memorialísticos da CNV

Fundo: SNI	Ano: 1964	Local: Rio de Janeiro	Palavra-Chave: Igreja Católica
Assunto	Marcha da Família com Deus pela liberdade		
Tipologia documental:	Cartaz		
Finalidade	Apoio à Ditadura Militar		
Menção à Igreja Católica	<i>Marcha da Família com Deus pela liberdade Em nome de sua fé religiosa compareça com sua família. 16 horas – Partida da Candelária</i>		
Origem	Jornal O Globo		
Documento comprobatório (DC)	Ver anexo 46		

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Pela análise da fotografia expressa no DC (46) percebeu-se que as marchas desempenharam um importante papel de mobilização popular favorável ao golpe de 1964, tendo em vista que não aconteceu de forma polarizada, mas sim, generalizada por vários estados brasileiros, os documentos apontam marchas realizadas em São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Goiás, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Acre, onde a participação de grupos sociais católicos, liderados por senhoras da comunidade, sacerdotes, jovens vinculados a JEC, estavam presentes.

As marchas funcionavam como expressão da Igreja Católica – ao lado de políticos, conservadores, da elite empresarial e de movimentos de mulheres de classe média – ao respeito com o descontentamento com a proporção que as demandas populares vinham alcançando. “Todo esse movimento teve caráter civil-militar, embora o golpe tenha sido deflagrado por militares”. Faz-se importante pontuar que o golpe, em si, foi militar, empresarial e com contribuições estrangeiras, como os próprios documentos da CNV evidenciam. O que efetivamente é militar é a estética, o discurso e o comando quando o golpe já está instaurado. O golpe é intersetorial, mas a ditadura, em si, se cristaliza em uma imagem militarizada. É difícil precisar até que ponto os golpistas estavam certos quanto às reais possibilidades de um golpe de esquerda” (Gomes, 2014, p. 41).

Neste ínterim, destaca-se que a opinião pública teve grande influência dos jornais que traziam à população, em geral, informações de cunho político, social e evidenciavam toda essa atmosfera de desestabilização em resposta a Jango e sua política de reformas. Percebeu-se também com o DC (46) que o argumento da fé religiosa esteve bastante presente para motivar a participação popular, onde aqueles que tinham e vivenciavam no cristianismo a valorização da vida, de Deus, da moral e da família deveriam ir às ruas protestar contra os comunistas que iriam supostamente destruir a pátria e assim acabar também com os valores cristãos da igreja.

Ficha 24 – Categorização dos rastros memorialísticos da CNV

Fundo: SNI	Ano: 1964	Local: Rio de Janeiro	Palavra-Chave: Igreja Católica
Assunto	Mobiliza-se além Paraíba para combater o comunismo		
Tipologia documental:	Recorte de Jornal		
Finalidade	Apoio ao golpe militar de 1964		
Menção à Igreja Católica	<i>Numa das maiores concentrações cívicas já registradas neste município, foi instalada, ontem, a Campanha de Mobilização Democrática da Comarca de Além Paraíba, contra a implantação do regime comunista no País e em protesto contra o decreto das desapropriações da SUPRA. Cerca de mil</i>		

	<i>peessoas participaram da reunião, num auditório improvisado no depósito de materiais da cooperativa local. Proprietários rurais, advogados, engenheiros, comerciantes, bancários, estudantes, ferroviários, trabalhadores, representantes de entidades religiosas e donas-de-casa compareceram à concentração, hipotecando solidariedade ao movimento que — fazem questão de frisar — não tem sentido partidário e congrega todos os interessados na defesa da democracia. Cinco municípios da região (Além Paraíba), Aventureiros, Volta Grande, Estrela Dalva e Pirapetinga) e outros, do Estado do Rio, se fazem representar no movimento, que é de caráter permanente e tem o objetivo de alertar o público sobre os perigos do momento que atravessamos. É pensamento de seus promotores estendê-lo a todo o Estado de Minas Gerais, e aos Estados do Rio, São Paulo, Guanabara, assim como do Norte e Nordeste,</i>
Origem	Jornal O Globo
Documento comprobatório (DC)	Ver anexo 47

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

O DC (47) evidencia como houve a instalação da metáfora do inimigo com a ideia difundida na qual o Comunismo estava sendo implantado no Brasil, e os brasileiros da elite, juntamente aos militares precisavam agir imediatamente para evitar que isso acontecesse.

Ficha 25 – Categorização dos rastros memorialísticos da CNV

Fundo: SNI	Ano: 1964	Local: Rio de Janeiro	Palavra-Chave: Igreja Católica
Assunto	Senhoras paulistas durante uma reunião preparatória da Marcha Da Família Com Deus Pela Liberdade		
Tipologia documental:	Fotografia		
Finalidade	Apoio ao golpe militar de 1964		
Menção à Igreja Católica	<i>Senhoras, donas de casa, católicas, na organização da Marcha da família com Deus pela liberdade</i>		
Origem	Jornal O Globo		
Documento	Ver anexo 48		

comprobatório (DC)

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Uma grande massa de documentos, assim como o DC (48) denotam a participação ativa de membros da alta sociedade em apoio ao regime militar, e com relação ao posicionamento da Igreja Católica de organização das marchas apoiadoras ao golpe de 1964. Acerca disso, a Comissão Nacional da Verdade da PUC – SP (202, online) assevera que:

sabe-se que a Igreja Católica tinha no Brasil um movimento forte de leigos progressistas que eram alinhados às principais reformas de base propostas pelos movimentos e partidos de esquerda. Entretanto, a Igreja não era monolítica, seus setores progressistas não representavam a maioria de seu episcopado, nem de suas bases leigas. Havia ainda o agravamento da conjuntura mundial no contexto da guerra fria e da polarização entre os EUA e a União Soviética. Para organizar as manifestações em defesa do anticomunismo, um conjunto de bispos e leigos contou com o apoio da *Central Intelligence Agency* - CIA e do Padre Patrick Peyton.

Nesse cenário, o que desperta atenção é o fato de a metáfora do Comunismo estar sendo articulado no Brasil, de modo que fossem instaladas as suas bases, por meio do governo de Jango, algo que até hoje, é relatado pela direita conservadora, quando afirma que em 1964 os militares salvaram o país dos comunistas. Alves (2018, p. 157) disserta que “todo o governo tem que criar uma metáfora, uma linguagem do inimigo, quem é o inimigo? O comunismo, o comunista. O Brasil vai virar comunista!”.

Assim, a análise do DC (48) denota que as senhoras da alta sociedade, católicas, estavam encarregadas de organizar a marcha, em detrimento da pátria e da família. Outro ponto, que merece destaque dizer está no fato dos documentos, como este, mostrarem os símbolos religiosos em alusão ao apoio ao regime militar, como o uso de cruzes, terços, hinos, orações, faixas com o nome de Deus, família, relicários, aparecem nas imagens vinculando assim o simbolismo da Igreja Católica expor seu apoio ao governo militar.

Ficha 26 – Categorização dos rastros memorialísticos da CNV

Fundo: SNI	Ano: 1974	Local: São Paulo	Palavra-Chave: Igreja Católica
Assunto	Relações entre a Igreja e o Estado. Entrevista do Arcebispo de São Paulo, cardeal Evaristo Arns		
Tipologia documental:	Relatório militar		
Finalidade	Resistência aos militares		
Menção à Igreja Católica	<i>A DSI/I-IRE remete, em anexo, texto da entrevista concedida pelo Cardeal Evaristo Arns ao jornalista César A. Silva, correspondente da "Inter Press Service", acerca da</i>		

	<p><i>"reabertura do diálogo entre a IGREJA e o Governo brasileiro".</i></p> <p><i>2. Na entrevista, o CARDEAL ARNS assinala que o desentendimento da IGREJA com o Governo nasceu após o "golpe de estado de 1964, com a prisão de elementos da AÇÃO CATÓLICA e do MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE (MEB)" e a posterior adoção pelas autoridades da "tortura sistemática, física e psicológica, com o objetivo de obter confissões ou simplesmente a intimidação ou desmoralização dos acusados".</i></p> <p><i>3. Depois de referir-se ao "discutível milagre econômico brasileiro, que concentrou a renda em mãos de um grupo cada vez menor" e de condenar o ATO INSTITUCIONAL no 5 e a censura à imprensa, o CARDEAL manifesta a esperança de que se criem "condições para o diálogo", salientando ter a "impressão de que estamos sendo ouvidos com interesse" e não haver "nenhum motivo para duvidar das palavras do PRESIDENTE GEISEL".</i></p>
Origem	Ministério das Relações Exteriores
Documento comprobatório (DC)	Ver anexo 51

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Dentre as representações mais emblemáticas e marcantes da resistência católica, partir da análise do DC (51) o trabalho desenvolvido pelo Cardeal Dom Evaristo Arns ganha notoriedade principalmente na tentativa por redemocratização no país, tendo em vista, a partir de 1975, com uma maior tentativa de reestabelecimento das relações políticas entre a igreja e o estado, que, após a investida da repressão militar, graças a violência e a perseguição aos membros do clero, estavam abaladas. Cabe destaque dizer que, o Cardeal Arns esteve atuante em fatos importantes no processo de diminuição da violência pelos militares, redemocratização política, mas sobretudo, busca por diálogo entre a Igreja Católica e o estado militar, de maneira decisiva entre os anos de 1976 e 1985.

Ficha 27 – Categorização dos rastros memorialísticos da CNV

Fundo: SNI	Ano: 1974	Local: Brasília	Palavra-Chave: Igreja Católica
Assunto	Acusação de comunismo à Igreja no Brasil		
Tipologia documental:	Processo		
Finalidade	Repressão militar		
Menção à Igreja Católica	<p><i>Em atenção ao PB de referência, informamos o seguinte:</i></p> <p><i>1 - FRANCISCO BORJA DO AMARAL, é Bispo de Taubaté/SP. Pertence a chamada linha moderada da Igreja, porém é omissos no combate ao comunismo. Não somos de parecer contrário à concessão de passaporte especial.</i></p> <p><i>2 – BENEDICTO BENI DOS SANTOS, é comunista padre infiltrado na Diocese de Taubaté/SP. Somos de parecer contrário à concessão de passaporte especial para esse indivíduo, podendo mesmo supormos que no estrangeiro difamaria o Brasil.</i></p> <p><i>3 - Quanto aos demais, nada consta.</i></p>		
Origem	Ministério da Aeronáutica		
Documento comprobatório (DC)	Ver anexo 52		

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Pelo DC (52) a sistemática de atuação do SNI agia de modo a acusar os membros da Igreja Católica de atividades subversivas, sempre que havia o menor indício de sua participação na resistência. Um fato que denota a atenção, é que a repressão militar, também agia na liberação da concessão ou não de documentos civis, onde se o requerente tivesse relação direta com membros do clero, como no caso do Dom José Maria Pires, já teria seu pedido negado, ou cancelado, devido ao religioso já ser acusado de subversão ao governo vigente.

Ficha 28 – Categorização dos rastros memorialísticos da CNV

Fundo: SNI	Ano: 1974	Local: São Paulo	Palavra-Chave: Igreja Católica
Assunto	Bispos dos EUA apoiam a CNBB		
Tipologia documental:	Recorte de Jornal		
Finalidade	Apoio dos EUA à CNBB		
Menção à Igreja Católica	<p><i>O bispo D. Jaime Rausch presidente da Conferência dos Bispos dos Estados Unidos afirmou aos membros da Comissão Representativa da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil que o motivo de sua visita a este país foi expressar a solidariedade do episcopado norte-americano à posição dos bispos brasileiros em defesa dos direitos do Homem. Notamos especialmente a posição corajosa tomada pelos bispos deste grande País a respeito dos Direitos Humanos, disse o bispo.</i></p>		
Origem	Jornal O Estado de São Paulo		
Documento comprobatório (DC)	Ver anexo 54		

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

No decorrer da análise do DC (54) percebe-se a grande importância que a CNBB teve em todo o processo do regime militar no país, principalmente com relação a luta por direitos humanos e denúncias de crimes de violências cometidos. De tal maneira, o documento sinaliza o apoio dos EUA com relação à resistência que acontecia no Brasil, devidamente instaurada pelos adeptos da Igreja Católica, na luta contra a repressão militar.

Até este momento, a análise de dados desenvolvida nesta tese, comprovou por meio das fichas de número 02 a 28 os momentos mais significativos encontrados nos 106 documentos comprobatórios, de modo que foram extraídos os trechos que denotavam a participação massiva da Igreja Católica, tanto com relação ao seu apoio à investida militar, quanto com relação ao movimento de resistência, dando ênfase aos nomes de personalidades envolvidas nas denúncias de crimes de violência, tais como Dom Evaristo Arns, Dom Hélder Câmara, Dom José Maria Pires, que se tornaram símbolos da luta por direitos humanos.

Dessa forma, os documentos comprobatórios indicados nas fichas à seguir, de 29 a 56 denotam, em sua maioria extratos de recortes com relação à repressão militar sofrida no movimento de resistência da Igreja Católica, com menção tanto ao golpe militar, como à resistência. Vale salientar, que neste conjunto de fichas são mencionados eventos que já foram anteriormente evidenciados nas análises das fichas 02 à ficha 28.

Ficha 29 – Categorização dos rastros memorialísticos da CNV

Fundo: SNI	Ano: 1969	Local: Rio de Janeiro	Palavra-Chave: Igreja Católica
Assunto	Atividades subversivas de padres católicos		
Tipologia documental:	Ofício		
Finalidade	Apoio ao regime militar		
Menção à Igreja Católica	<i>1. Incumbiu-me o Senhor Ministro de encaminhar a V Ex^a a documentação anexa, originária do I Exército e relativa ao IPM instaurado em Belo Horizonte para apurar atividades subversivas de Padres Católicos, em face do que estabelece o parágrafo único do artigo 3º do Decreto -Lei nº 459, de 10 fev. 1959.</i>		
Origem	Ministério do Exército		
Documento comprobatório (DC)	Ver anexo 55		

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Ficha 30 – Categorização dos rastros memorialísticos da CNV

Fundo: SNI	Ano: 1969	Local: Rio de Janeiro	Palavra-Chave: Igreja Católica
Assunto	Atividades de padres		
Tipologia documental:	Ofício		
Finalidade	Apoio ao regime militar		
Menção à Igreja Católica	<p><i>1. Este Exército remeteu ao CIE a Informação nº1022, de 1º de julho de 1969, referente à situação atual do IPM instaurado para apurar atividades subversivas de Padres católicos. Nas conclusões, o Encarregado aponta a necessidade de instauração de IPM para apurar o mesmo fato nas áreas dos demais Exércitos, vez que o problema não fica restrito ao território de jurisdição do I Exército.</i></p> <p><i>2. Em consequência, incumbiu-se o Sr Gen Cmt do I Ex de solicitar seja estudada a necessidade e visibilidade de outros IPM's, com base nos dados colhidos até a presente data, pelo Cel Euclides De Oliveira Figueiredo Filho, encarregado do IPM.</i></p>		
Origem	Quartel General do I Exército		
Documento comprobatório (DC)	Ver anexo 56		

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Ficha 31 – Categorização dos rastros memorialísticos da CNV

Fundo: SNI	Ano: 1978	Local: São Paulo	Palavra-Chave: Igreja Católica
Assunto	CRM julga o médico que esteve envolvido no caso Rubens Paiva		
Tipologia documental:	Recorte de Jornal		
Finalidade	Resistência ao governo militar		
Menção à Igreja Católica	<i>O Conselho Regional de Medicina (CRM) do Rio de Janeiro iniciou na noite de ontem o julgamento do psicanalista e ex-tenente médico da Polícia do Exército Amilcar Lobo. Ele tem seu nome envolvido em casos de tortura a presos políticos católicos [...] O médico afirmou à imprensa ter sido uma das últimas pessoas a ver o ex-deputado Rubens Paiva ainda com vida, em 1971, no 1º Inquérito Policial Militar na 1ª Auditoria Militar em julho de 1986.</i>		
Origem	Jornal Folha de São Paulo		
Documento comprobatório (DC)	Ver anexo 59		

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Ficha 32 – Categorização dos rastros memorialísticos da CNV

Fundo: SNI	Ano: 1969	Local: Brasília	Palavra-Chave: Igreja Católica
Assunto	Subversão na igreja		
Tipologia documental:	Processo		
Finalidade	Repressão militar		
Menção à Igreja Católica	<p><i>Este serviço tomou conhecimento que, Padres da Congregação dos Carmelitas – Convento da Ordem de N S do Carmo, na Lapa/GB vem promovendo palestras de cunho altamente subversivo e criticando o atual Govêrno, nas missas ali celebradas.</i></p> <p><i>Dentro dêsse plano de ação é notório destacar, o recrutamento de paroquianos que vêm realizando, principalmente senhoras idosas, para a esquerdização de famílias na própria residência, obedecendo a um programa ideológico preconizando, para o futuro ou muito ou breve, passarem a celebrar missas e promoverem pregações (ditas como religiosas) nos lares das famílias já catequizadas, com a afluência de “convidados especais”.</i></p> <p><i>Tal prática facilitará o esquema subversivo desenvolvido pela Igreja, o óbvio, às autoridades, uma ação de repressão.</i></p>		
Origem	SNI – Agência Central		
Documento comprobatório (DC)	Ver anexo 60		

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Ficha 33 – Categorização dos rastros memorialísticos da CNV

Fundo: SNI	Ano: 1969	Local: São Paulo	Palavra-Chave: Igreja Católica
Assunto	Atividades do Clero Santista		
Tipologia documental:	Processo		
Finalidade	Repressão militar		
Menção à Igreja Católica	<p><i>Em atenção ao pedido de busca em referência está Agência informa:</i></p> <p><i>a) <u>Padre Nelson Lopes</u>: confirma-se ser sacerdote vinculado a ala progressista da Igreja Católica. É elemento de confiança de D. David Picão e age no meio católico santista, comparecendo a reuniões de elementos esquerdistas. Em meados de 67 seguiu para o GB onde teria seguido um curso de “Atualização”, para aprendizagem de doutrinação e difusão de ideias socialistas. Foi signatário do manifesto “Carta dos Bispos”, publicado no jornal “Diário da Noite” de 24 Out 67. Relaciona-se com alunos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Santos, vinculada a Cúria Diocesana, os quais com ele colaboram nas atividades da Igreja.</i></p> <p><i>b) <u>Padre Geraldo Solano Lopes</u>: não há dados novos a fornecer.</i></p>		
Origem	SNI – Agência de São Paulo		
Documento comprobatório (DC)	Ver anexo 61		

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Ficha 34 – Categorização dos rastros memorialísticos da CNV

Fundo: SNI	Ano: 1978	Local: Pará	Palavra-Chave: Igreja Católica
Assunto	Atividades subversivas – Edição nº 7 do Jornal Resistência, órgão noticioso da Sociedade Paraense De Defesa Dos Direitos Humanos (SPDDH)		
Tipologia documental:	Processo		
Finalidade	Repressão militar aos membros da Igreja		
Menção à Igreja Católica	<i>A Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDHH) está fazendo circular a edição de nº 7 do jornal “RESISTÊNCIA”. Essa edição, apesar de constar a página 2 que foi impressa no ARTESANATO GRÁFICO TIAGÃO – Santarém, Pará, foi na verdade, composta e impressa na Escola Salesiana do Trabalho, sob a responsabilidade de Paulo Rocha, gerente da gráfica ali existente. Tal artifício, constitui crime previsto no 29 do Art. 7º da Lei de Imprensa, combinado com o Art. 299, Capítulo III, do Código Penal.</i>		
Origem	SNI – Agência de Belém		
Documento comprobatório (DC)	Ver anexo 64		

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Ficha 35 – Categorização dos rastros memorialísticos da CNV

Fundo: SNI	Ano: 1978	Local: Pará	Palavra-Chave: Igreja Católica
Assunto	Atividades subversivas – Edição nº 7 do Jornal Resistência, órgão noticioso da Sociedade Paraense De Defesa Dos Direitos Humanos (SPDDH)		
Tipologia documental:	Processo		
Finalidade	Repressão militar aos membros da Igreja		
Menção à Igreja Católica	[...] – o noticiário, a página 13, referente à realização de uma Assembleia do Povo de Deus, realizada nos dias 24, 25 e 26 Nov. passados, na localidade de Itupiranga, Pará. Neste encontro, segundo D. ALANO MARIA PENA, teria sido acertado se “transferir democraticamente para as bases comunitárias os próprios destinos da Igreja”. Pelo que consta mais à frente, os participantes assumiram, também, “como compromisso cristão” a derrubada da pirâmide social onde os de cima, que são poucos, esmagam os de baixo, que são muitos. Pelo que se desprende, a Assembleia do Povo de Deus, orientada por D. Alano, resolveu “sovietizar” a Igreja Católica e engajar as Comunidades Eclesiais de Base em uma revolução para mudar a estrutura político-social da Nação.		
Origem	SNI – Agência de Belém		
Documento comprobatório (DC)	Ver anexo 65		

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Ficha 36 – Categorização dos rastros memorialísticos da CNV

Fundo: SNI	Ano: 1969	Local: São Paulo	Palavra-Chave: Igreja Católica
Assunto	Freiras e Padres manifestam contra a ditadura		
Tipologia documental:	Fotografia		
Finalidade	Resistência ao regime militar		
Menção à Igreja Católica	<i>Protesto ocorrido em 1969 com a participação de freiras e padres contra os atos de tortura e violação de direitos humanos.</i>		
Origem	SNI – Agência Central		
Documento comprobatório (DC)	Ver anexo 66		

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Ficha 37 – Categorização dos rastros memorialísticos da CNV

Fundo: SNI	Ano: 1969	Local: Rio de Janeiro	Palavra-Chave: Igreja Católica
Assunto	Atividades subversivas na Igreja Católica		
Tipologia documental:	Relatório militar		
Finalidade	Repressão militar		
Menção à Igreja Católica	<i>1. Finalidade – Apresentar a atual situação do <u>IPM</u> sobre as atividades subversivas na Igreja Católica.</i>		

	<i>[...] Trata-se daqueles 4, o número 1, o 2 os mais volumosos e de outros mais delicados, em virtude da caracterizarem no seu todo, como amostragem o desenvolvimento do processo subversivo marxista patrocinado por expressivo número de representantes de todas as hierarquias da Igreja Católica no Brasil, brasileiros e estrangeiros.</i>
Origem	Ministério do Exército
Documento comprobatório (DC)	Ver anexo 68

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Ficha 38 – Categorização dos rastros memorialísticos da CNV

Fundo: SNI	Ano: 1980	Local: Brasília	Palavra-Chave: Igreja Católica
Assunto	D. Agnelo Rossi - Matéria Para Contra-Propaganda		
Tipologia documental:	Processo		
Finalidade	Resistência ao governo militar		
Menção à Igreja Católica	<i>1.O Cardeal D. AGNELLO ROSSI, quando Arcebispo de SÃO PAULO, em 1968/69, rejeitou a Comenda da Ordem Nacional de Mérito, que lhe fora concedida pelo Presidente da República, Gen ARTUR DA COSTA E SILVA, num ato de ofensa 'e repúdio ao Governo da Revolução. Pela repercussão do fato, e em face da exploração política de sua, atitude, o Cardeal ROSSI foi removido para ROMA, naquela ocasião, em razão de gestões do Governo brasileiro junto ao VATICANO.</i>		

	<p><i>Atualmente, na Embaixada do BRASIL junto à SANTA SÉ, tem sido alvo de observações e aplauso o procedimento de D. AGNELLO ROSSI, francamente contrário ao clero progressista, bem como as medidas que vem adotando para coibir as atividades de seus integrantes, tanto em ROMA, quanto no BRASIL. Entendem os integrantes daquela Embaixada, que a rejeição da Comenda por parte de D. AGNELLO adveio de pressões do clero progressista feitas na ocasião, particularmente em SÃO PAULO, sede do seu Arcebispado.</i></p> <p><i>Atualmente, sua atitude em face dos Governos da Revolução está completamente mudada, mostrando-se o mesmo, inclusive, admirador dos dois últimos Presidentes da República.</i></p>
Origem	SNI – Agência Central
Documento comprobatório (DC)	Ver anexo 70

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Ficha 39 – Categorização dos rastros memorialísticos da CNV

Fundo: SNI	Ano: 1979	Local: Brasília	Palavra-Chave: Igreja Católica
Assunto	SUBVERSÃO PRATICADA POR MEMBROS DA IGREJA CATÓLICA		
Tipologia documental:	Processo		
Finalidade	Repressão militar		
Menção à Igreja Católica	<p><i>Cumprimentando-o, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, o Relatório Especial anexo, sobre o Inquérito Policial instaurado pela Superintendência Regional de Mato Grosso que apurou atividades consideradas de caráter subversivo da Prelazia de São Félix.</i></p>		

	<i>[...] Para tanto é de justificar salientar e agradecer a colaboração do CISA, através do trabalho proeficiente do Major da Aeronáutica Lucio Wandek de Brito Gomes, que forneceu todos os elementos necessários, demonstrando, assim o seu profundo conhecimento do assunto, sobretudo, na área da Segurança Nacional.</i>
Origem	SNI – Agência Central
Documento comprobatório (DC)	Ver anexo 71

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Ficha 40 – Categorização dos rastros memorialísticos da CNV

Fundo: SNI	Ano: 1969	Local: São Paulo	Palavra-Chave: Igreja Católica
Assunto	Denúncia contra irregularidades praticadas pela Igreja Católica		
Tipologia documental:	Carta		
Finalidade	Relatar ao regime militar		
Menção à Igreja Católica	<i>Quem vos fala é um sacerdote, como servo de Jesus deveres para com Deus e para com a Pátria [...] Em 19 de março de 1967 fui ordenado presbítero. Fui encarregado do Seminário? (uma turma de viciados e pé de estradas) observei a pouca formação e moral zero da maioria dos padres de modo especial do Bispo Dom Luis Fernando Castilho Méndez, venezuelano de origem e naturalizado brasileiro sem moral, reservado, corruptor de menores</i>		
Origem	SNI – Agência Central		
Documento comprobatório (DC)	Ver anexo 72		

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Ficha 41 – Categorização dos rastros memorialísticos da CNV

Fundo: SNI	Ano: 1975	Local: Brasília	Palavra-Chave: Igreja Católica
Assunto	Pregação subversiva em Igreja Católica		
Tipologia documental:	Processo		
Finalidade	Relatar ao regime militar		
Menção à Igreja Católica	<i>Dados e providências solicitadas identificação do sacerdote.</i>		
Origem	SNI – Agência Central		
Documento comprobatório (DC)	Ver anexo 73		

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Ficha 42 – Categorização dos rastros memorialísticos da CNV

Fundo: SNI	Ano: 1979	Local: Brasília	Palavra-Chave: Igreja Católica
Assunto	A Igreja Católica e os comunistas		
Tipologia documental:	Processo		
Finalidade	Relatar ao regime militar		
Menção à Igreja Católica	<i>1. O trabalho dos comunistas brasileiros junto à Igreja Católica foi motivo de uma demorada conversa entre um grupo de pessoas ligadas aos dois lados (católicos e comunistas) nesses últimos dias, em S. Paulo.</i>		

	<p><i>Algumas informações vazaram para o advogado Jaldiney Pinto Figueiredo, funcionário do Senado (Assessoria) que, por ter sido seminarista durante longo período, acha-se um pouco entrosado com essas atividades embora se confessasse alheio a qualquer atividade político-ideológica.</i></p> <p><i>2. Da análise feita durante a reunião em S. Paulo, chegou-se à conclusão que, socialmente falando, existe grande aproximação da atividade da Igreja Católica com a levada a cabo pelos comunistas, porém, no campo filosófico é enorme a separação. Mesmo assim, os comunistas acreditam que poderão utilizar bem o trabalho de base da Igreja no sentido de maior aproximação das massas.</i></p> <p><i>Dentro desse espírito é que foi feita a constatação de que o PC cresce no meio católico, existindo hoje no Brasil mais de duas centenas de padres, freiras, bispos e arcebispos, direta ou indiretamente identificados com as teses comunistas.</i></p>
Origem	SNI – Agência Central
Documento comprobatório (DC)	Ver anexo 74

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Ficha 43 – Categorização dos rastros memorialísticos da CNV

Fundo: SNI	Ano: 1978	Local: Rio de Janeiro	Palavra-Chave: Igreja Católica
Assunto	Campanha da Fraternidade da Igreja Católica de Nova Iguaçu		
Tipologia documental:	Processo		
Finalidade	Resistência ao regime militar		

Menção à Igreja Católica	<i>A Comissão Diocesana de Justiça e Paz enviou carta ao Exmo. Sr. Ministro da Justiça “denunciando homicídios ocorridos na Baixada Fluminense e ameaças que estariam sendo feitas ao Bispo Diocesano”.</i>
Origem	SNI – Agência do Rio de Janeiro
Documento comprobatório (DC)	Ver anexo 76

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Ficha 44 – Categorização dos rastros memorialísticos da CNV

Fundo: SNI	Ano: 1979	Local: Rio de Janeiro	Palavra-Chave: Igreja Católica
Assunto	Relacionamento Igreja Católica e o Partido Comunista Brasileiro - PCB		
Tipologia documental:	Processo		
Finalidade	Repressão militar		
Menção à Igreja Católica	<p><i>Representantes da Igreja Católica e do Partido Comunista Brasileiro (PCB), - D. Paulo Evaristo Arns, D. Helder Câmara, D. Adriano Mandarino Hipólito, Luis Carlos Prestes e Gregório Bezerra- têm prestado declarações à imprensa, contrárias a política econômica – social desenvolvida pelo Governo.</i></p> <p><i>Desde 1966, D. Hélder Câmara e membros da Ordem dos beneditinos e franciscanos começaram os contatos Igreja/PCB. A partir de 1972 o PCB colocou um elemento em permanente ligação com os prelados católicos para encontrar uma maneira de conjurarem a luta contra a autoridade constituída. A pessoa indicada foi Luiz Maranhão.</i></p> <p><i>[...] O resultado prático dessa união é a crescente atuação da Pastoral Operária no meio sindical.</i></p>		
Origem	SNI – Agência do Rio de Janeiro		

Documento comprobatório (DC)	Ver anexo 77
-------------------------------------	--------------

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Ficha 45 – Categorização dos rastros memorialísticos da CNV

Fundo: SNI	Ano:	Local:	Palavra-Chave: Igreja Católica
Assunto	Atividades subversivas de frades dominicanos		
Tipologia documental:	Processo		
Finalidade	Repressão militar		
Menção à Igreja Católica	<i>Autos de qualificação e interrogatório dos frades Fernando de Brito, Ives do Amaral Lesbaupin, João Antônio Caldas Valença (frei Mauricio), diácono Giorgio Callegari (“Roberto”), Tito de Alencar Lima Roberto Romano da Silva e Francisco Augusto Carmil Catão (ex-frei Bernardo Catão), participantes do esquema subversivo montado por Carlos Marighela.</i>		
Origem	SNI – Agência de São Paulo		
Documento comprobatório (DC)	Ver anexo 79		

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Ficha 46 – Categorização dos rastros memorialísticos da CNV

Fundo: SNI	Ano: 1968	Local: Brasília	Palavra-Chave: Igreja Católica
Assunto	Prisão dos padres em Belo Horizonte		

Tipologia documental:	Processo
Finalidade	Repressão militar
Menção à Igreja Católica	<p><i>1. Investigações levadas a efeito do curso de um Inquérito Policial Militar instaurado em Belo Horizonte e do qual está encarregado o Tem. Cel Prof. Nestor Dias da Motta, indicaram estreitas ligações entre o padre Michel Le Ven e os líderes subversivos mineiros presos no fracassado congresso de Ibiúna.</i></p> <p><i>[...] Diligência realizada na residência de Michel Le Vem (um quarto nos fundos de uma Igreja), com o respaldo de um Mandado de Busca e Apreensão, permitiu apreender um mimeógrafo onde foi rodado o panfleto subversivo intitulado “O Martelo”, vasta correspondência particularmente comprometedora e grande quantidade de livros e apostilas de teor comunista [...].</i></p> <p><i>Interrogado, o padre francês já confessou ser militante da Ação Popular: promover reuniões de operários para levá-los contra os patrões e o Govêrno; haver tomado parte de várias manifestações de cunho subversivo, como o encontro do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte [...].</i></p>
Origem	Ministério do Exército
Documento comprobatório (DC)	Ver anexo 83

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Ficha 47 – Categorização dos rastros memorialísticos da CNV

Fundo: SNI	Ano: 1981	Local: Brasília	Palavra-Chave: Igreja Católica
Assunto	D. Helder Câmara		
Tipologia documental:	Processo		

Finalidade	Repressão militar
Menção à Igreja Católica	<i>D. Hélder Câmara continuou sua pregação anti-brasileira, denunciando supostas sevícias e torturas a presos políticos, que existiram no País, no Palácio dos Esportes, em Paris, falou para esquerdistas de todos os matizes – comunistas, trotskistas, maoístas e anarquistas. Em nada ajuda ao Brasil a pregação de D. Hélder; favorece o retraimento aos investidores e cria uma falsa imagem nos meios intelectuais e estudantis.</i>
Origem	SNI – Agência Central
Documento comprobatório (DC)	Ver anexo 89

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Ficha 48 – Categorização dos rastros memorialísticos da CNV

Fundo: SNI	Ano: 1973	Local: São Paulo	Palavra-Chave: Igreja Católica
Assunto	O cardeal dos direitos humanos		
Tipologia documental:	Recorte de jornal		
Finalidade	Resistência da Igreja Católica		
Menção à Igreja Católica	<i>HORIZONTE é um dos centros do "clero progressista" sendo o bispo JOÃO REZENDE COSTA um de seus líderes. Muito ligado a HÉLDER CÂMARA, com quem mantém comunicação através dg portadores, é o responsável direto pelo boletim "Arquidiocese em Notícias", órgão oficial da Cúria e onde podem ser lidas notícias de torturas no BRASIL, cartas de HÉLDER CÂMARA atacando o Governo, transcrição do jornal "O São Paulo", cartas recebidas do exterior "lamentando as torturas" que o Governo pratica contra os brasileiros"(Ano 1972), o que é, em resumo, a opinião da Cúria sobre o nosso Governo A se concretizar a</i>		

	<i>candidatura do bispo JOÃO REZENDE COSTA, existirá mais um Cardeal ligado àqueles que deturpam a imagem do BRASIL no exterior, em detrimento de outros nomes, tais como OS bispos PROENÇA SIGAUD, JOSÉ PEDRO COSTA, JOSÉ DIANGELO NETO, que, sem dúvida, não comungam pela cartilha do clero progressista".</i>
Origem	Jornal Tribuna
Documento comprobatório (DC)	Ver anexo 91

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Ficha 49 – Categorização dos rastros memorialísticos da CNV

Fundo: SNI	Ano: 1979	Local: Goiás	Palavra-Chave: Igreja Católica
Assunto	Denúncias de torturas – Frei Tito de Alencar Lima		
Tipologia documental:	Processo		
Finalidade	Repressão militar		
Menção à Igreja Católica	<p><i>1. O Secretariado da Pastoral da Arquidiocese de Goiânia/GO-SPAR estava vendendo em abr. 79, a preço de 2,00 o panfleto “a tortura do Frei Tito”, que teria sido redigido por Tito de Alencar Lima, frei dominicano, quando de sua prisão decretada pela 2ª RM, por sua participação no Congresso da UNE, em IBIÚNA /SP, em Out 68.</i></p> <p><i>2. Referido documento trata-se de minucioso depoimento sobre as torturas que teria sofrido no período em que esteve à disposição da “Operação Bandeirantes”, de 17 a 27 Fev 70, por parte das equipes comandadas pelo “Capitão Maurício”, “Capitão Homero” e “Capitão Albernaz”. Frei Tito diz ainda, que, em face do</i></p>		

	<p><i>“sofrimento prolongado”, tentou o suicídio, cortando o braço com gilete, tendo sido atingido inicialmente no Hospital das Clínicas e depois removido para o Hospital Militar.</i></p> <p><i>3. Frei Tito alerta que o ocorrido com ele não é exceção, “é regra”, pois são “raros os presos políticos brasileiros que não sofreram torturas”.</i></p>
Origem	SNI – Agência de Goiânia
Documento comprobatório (DC)	Ver anexo 92

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Ficha 50 – Categorização dos rastros memorialísticos da CNV

Fundo: SNI	Ano: 1977	Local: Brasília	Palavra-Chave: Igreja Católica
Assunto	Carta do deputado Álvaro Vale A D. Evaristo Arns		
Tipologia documental:	Processo		
Finalidade	Repressão militar		
Menção à Igreja Católica	<p><i>Esta Divisão encaminha o seguinte: cópia de carta do Deputado federal Álvaro Vale ao Cardeal Arns, em que analisa o documento “Pela Justiça e Libertação”, da Arquidiocese de São Paulo.</i></p> <p><i>Contesta com serenidade e firmeza a posição doutrinária e política da esquerda clerical, confrontando-a com a doutrina tradicional da Igreja e conclui pela infidelidade do clero esquerdista aos postulados da tradição católica e missão específica dos religiosos.</i></p>		

	<i>A carta do deputado Álvaro Vale testemunha a perplexidade do laicato católico brasileiro perante os rumos da pastoral e da catequese preconizados pelo clero esquerdista, fornecendo pontos para um acompanhamento dos reflexos psicossociais da esquerda clerical sobre a população.</i>
Origem	SNI – Agência Central
Documento comprobatório (DC)	Ver anexo 93

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Ficha 51 – Categorização dos rastros memorialísticos da CNV

Fundo: SNI	Ano: 1975	Local: Brasília	Palavra-Chave: Igreja Católica
Assunto	Panfleto “Não oprimas teu irmão”		
Tipologia documental:	Processo		
Finalidade	Repressão militar		
Menção à Igreja Católica	<p><i>O panfleto “Não Oprimas Teu Irmão” (anexo), lido dia 09 nov 75, nas Igrejas de São Paulo/SP teve repercussão negativa junto aos fiéis, conforme registra a Informação nº 2247/SM 108-CIE, nos seguintes termos:</i></p> <p><i>1. No dia 09 de novembro foi observada a leitura do documento em várias igrejas. Em algumas, além da leitura houve também o comentário violento. Em outras, houve apenas leitura de alguns trechos e ao final o Padre alertava que a difusão do documento era feita por ordem expressa de Dom Evaristo Arns. Notava-se perfeitamente o constrangimento do sacerdote e sentia-se que só agia daquela maneira por “ordem superior”.</i></p>		

	<i>2. A difusão do documento, através da leitura durante a missa, provocou mal-estar e revolta em grande número de católicos da área, particularmente entre os militares, que se sentiram além de tudo insultados e ofendidos. Entre eles, a mágoa é grande e a decepção muito maior, por assistirem a fatos como este, em que a Igreja interfere direta ou indiretamente, de maneira distorcida, nos negócios do Estado ou Instituições.</i>
Origem	SNI – Agência Central
Documento comprobatório (DC)	Ver anexo 94

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Ficha 52 – Categorização dos rastros memorialísticos da CNV

Fundo: SNI	Ano: 1969	Local: Pernambuco	Palavra-Chave: Igreja Católica
Assunto	O Clero no quadro subversivo		
Tipologia documental:	Processo		
Finalidade	Repressão militar		
Menção à Igreja Católica	<p><i>[...] Em Jaboatão, município de Pernambuco, foi distribuído em uma vila de 2.000 casas de operários o panfleto subversivo “Resistência Popular” – Órgão da Frente Revolucionária Popular – Ano 1 – nº 1 – Dez de 1969.</i></p> <p><i>O panfleto se apresenta como o “primeiro número de um jornal” dedicado a luta armada revolucionária do povo brasileiro contra a minoria reacionária dominante”.</i></p> <p><i>Cada exemplar do panfleto continha apenso um envelope destinado a coletar donativos para financiamento da “Frente Revolucionária Popular”.</i></p>		

	<i>Em Natal, RGN, foram difundidos pelo PCdoB boletins subversivos intitulados “Soldados, Marinheiros” e “Classe Operária”. No primeiro, acusam os oficiais das FFAA de “verdugos do povo” e conclamam às mães brasileiras a “ergueres a voz para denunciar os crimes da ditadura e a sua política de fome” [...].</i>
Origem	SNI – Agência Central
Documento comprobatório (DC)	Ver anexo 96

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Ficha 53 – Categorização dos rastros memorialísticos da CNV

Fundo: SNI	Ano: 1969	Local: São Paulo	Palavra-Chave: Igreja Católica
Assunto	Videotape de operações subversivas de padres		
Tipologia documental:	Processo		
Finalidade	Repressão militar		
Menção à Igreja Católica	<i>Com a prisão dos religiosos envolvidos em subversão e terrorismo, decidiu o DOPS/SP gravar um vídeo-tape, onde os membros narrassem suas atividades.</i>		
Origem	SNI – Agência Central		
Documento comprobatório (DC)	Ver anexo 99		

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Ficha 54 – Categorização dos rastros memorialísticos da CNV

Fundo: SNI	Ano: 1969	Local: Brasília	Palavra-Chave: Igreja Católica
Assunto	Clero Subversivo		
Tipologia documental:	Processo		
Finalidade	Repressão militar		
Menção à Igreja Católica	<i>Em Riviera há a Paróquia Santo Domingo, do Clero Secular, e militam os padres [...] tem ligações com o clero brasileiro, nesta mesma paróquia esteve alojado o padre Ivo. Tinha ligações com Marighela e Lamage. Também na paróquia da igreja matriz em Rivera, militam os padres Bitencourt e Trigeiro.</i>		
Origem	SNI – Agência Central		
Documento comprobatório (DC)	Ver anexo 102		

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Ficha 55– Categorização dos rastros memorialísticos da CNV

Fundo: SNI	Ano: 1983	Local: Goiás	Palavra-Chave: Igreja Católica
Assunto	Atividades dos grupos religiosos		
Tipologia documental:	Processo		
Finalidade	Repressão militar		
Menção à Igreja Católica	<i>Atuação de grupos religiosos. Pensamento. Influência e Ação. Influências no campo político, econômico, social e categorias profissionais mais influenciadas.</i>		
Origem	SNI – Agência de Goiânia		

Documento comprobatório (DC)	Ver anexo 104
-------------------------------------	---------------

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Ficha 56 – Categorização dos rastros memorialísticos da CNV

Fundo: SNI	Ano: 1978	Local: Pernambuco	Palavra-Chave: Igreja Católica
Assunto	Ligações do clero com o comunismo		
Tipologia documental:	Processo		
Finalidade	Repressão militar		
Menção à Igreja Católica	<i>O PCB possui ligações com o clero, principalmente com D. Hélder Câmara (Arcebispo de Olinda e Recife), D. José Maria Pires (Arcebispo da Paraíba) [...]</i>		
Origem	SNI – Agência PE		
Documento comprobatório (DC)	Ver anexo 105		

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

7 “BRASIL AME-O OU DEIXE-O”⁵⁴

O lugar existe, mas, tão diferente
As pessoas existem, mas nem todas estão
lá. As lembranças existem, algumas só
para machucar. Nada está igual, nós não
somos os mesmos. Carregamos a história
que construímos nossas vidas (Eunice
Paiva).

É chegada a hora de verificar, por meio do caminho metodológico adotado nesta tese, o que foi realizado, para que assim houvesse a sua construção. Dessa maneira, inicialmente faz-se necessário relatar as dificuldades percebidas durante a sua elaboração, onde embora o acervo disponibilizado pela CNV esteja na *internet*, com ampla reprodução e possibilidades de acesso, verificou-se a inexistência de muitos dos arquivos digitais correspondentes aos documentos, o que inviabilizava muitas vezes o prosseguimento da coleta de dados, em outras palavras, o documento estava indexado na pasta, porém ao ser acessado, só constavam seus metadados. Por se tratar de um acervo gigantesco, percebe-se a necessidade do desenvolvimento de práticas de curadoria digital, para que assim, os documentos possam de fato, ter a completude de seu acesso, garantindo aos pesquisadores, e estudiosos mais eficiência durante o desenvolvimento de pesquisas, tendo em vista que quando não se tem o acesso a estas informações, as pesquisas se tornam inviáveis, o que faz com que este momento de tanta importância para a narrativa brasileira caia no esquecimento.

Com relação a esta tese, pode-se afirmar que foi realizada a construção de uma pesquisa trazendo para o cerne das discussões científicas o real papel e função social da memória, acerca do entendimento da Ditadura Militar brasileira e a efetiva participação da Igreja Católica nesses capítulos de tanta significância para o Brasil, por meio de uma pesquisa bibliográfica, documental, ao mesmo tempo iconográfica e descritiva houve a categorização de 106

⁵⁴ O slogan começou a ser usado no início dos anos 1970, durante o governo do general Emílio Garrastazu Médici. Era o auge da repressão aos movimentos de oposição, do controle midiático. O discurso oficial no país era de que “os incomodados que se retirem”. O uso de adesivo com a frase “Brasil, ame-o ou deixe-o” tornou-se popular. A frase, na verdade, foi copiada do slogan “*USA, love or leave it*”, usado pelo establishment dos EUA no auge da Guerra do Vietnã. Era uma espécie de chamamento patriótico em contraposição aos movimentos pacifistas e de luta em defesa dos direitos humanos. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/brasil-ame-o-ou-deixe-o-sbt-revive-slogan-e-musicas-da-ditadura>.

documentos comprobatórios no acervo de potências memorialísticas da CNV, mediante a sua identificação, seleção, interpretação e principalmente investigação científica.

No que tange, a resolução de seu problema de pesquisa e atendimento de seus objetivos, compreende-se que obtiveram resultados satisfatórios, a partir da comprovação de sua hipótese pelos dados coletados e analisados de que os documentos reunidos pela Comissão Nacional da Verdade revelaram a forte influência dualista que a Igreja Católica exerceu em sua atuação durante a Ditadura Militar brasileira, tendo em vista que em um determinado momento foi favorável, apoiando a tomada de poder pelos militares, e em outro atuou como principal instituição de luta contra a violação dos direitos humanos e denúncias de tortura, logo acreditasse no seu papel fundamental como uma das principais instituições civis de formação de opinião e influência comportamental do período militar.

A pesquisa desta tese rompeu paradigmas ao viabilizar o autoexame do trabalho documentário realizado pela CNV, no que consiste aos documentos da Ditadura Militar brasileira, de tal maneira que foi possível inferir a necessidade da existência de uma maior e mais detalhada catalogação dos dados, que estão presentes e viabilizados para acesso geral no repositório do Arquivo Nacional, tendo em vista, que, em muitos dos arquivos não foram encontrados os documentos, apenas as descrições com os objetos digitais, sem falar, que, em mais de uma vez, haviam documentos que estavam misturados de forma equivocada, ou não separados por assunto, inviabilizando o que mostrava o resultado oficial da busca.

Outro ponto que merece destaque revelar, a partir da análise viabilizada por esta tese é, constatar que infelizmente, o projeto e os trabalhos da CNV foram descontinuados com o passar dos anos no Brasil, especialmente com o desmonte do governo Temer (2016-2019) e do Governo Bolsonaro (2019-2022), atacando a legitimidade destas memórias, na tentativa de favorecer o seu apagamento, silenciamento e esquecimento. Sob tais conjecturas, a pesquisa demonstrou, por meio de seus dados e documentos coletados, que a Igreja Católica, entre os anos de 1964 e 1985 mais ajudou na luta de resistência e denúncia contra os crimes de violência, do que foi favorável aos militares, de modo que á exemplo disso, tem-se o destaque para a atuação de luta de resistência dos frades dominicanos, como Frei Tito, Frei Betto, Frei Fernando, Dom Evaristo Arns, Dom Hélder Câmara, Dom Jose Maria Pires, que nominalmente devem ser lembrados como símbolos de direitos humanos.

Pôde-se conhecer muito mais que o período do regime militar ao longo desta pesquisa, visto que se conheceu também a vida e a obra destes símbolos da resistência na luta pelos Direitos Humanos na América Latina, quiçá no mundo, responsáveis por mostrar ao mundo que o Brasil além de ser o país do futebol, também foi o país que praticou a tortura de forma

institucionalizada entre os anos de 1964 e 1985, bem como o cerceamento de liberdades, censura e uma conjuntura política desfavorável à condição cidadã.

Nesse ínterim, entendeu-se que o apagamento de memória, embora seja uma constante no desenvolvimento de regimes de verdade, na construção de narrativas que contam a participação do sujeito à sua maneira, em tratando-se da Ciência da Informação faz-se necessário cada vez mais a construção de estudos científicos, que abordem temáticas significativas para a cultura, história, patrimônio do Brasil, que é cheio de singularidades e pluralidades a depender de cada distinta interpretação, que contam e recontam histórias que jamais devem ser silenciadas.

Em tratando-se do *corpus* documental desta tese, este é infinito, amplo que quando mais é esmiuçado e compreendido, mais possibilidades de caminhos evidencia, maiores interpretações são definidas, na verdade o que aconteceu aqui, é que quanto mais a pesquisadora procurava achados, mais os encontrava, o que levava a novos caminhos, novas ideias, novos entendimentos dos contextos que envolveram a atuação da Igreja Católica tanto no embate, quando no seu apoio direto ao governo autoritário. Tais contextos seja de luta, resistência ou de mobilização popular deixaram claro que a Igreja Católica sempre foi ativa no desenvolvimento de ações que destacam o seu trabalho, para além dos preceitos religiosos e a condicionam como uma grande instituição de poder, um poder reafirmado, compartilhado e principalmente essencial no desenvolvimento das sociedades contemporâneas, com uma estrutura sistemática, que percorre os caminhos entre a fé e a benevolência com a razão e os seus próprios interesses.

Para além disso, embora esta tese seja a continuidade de outra pesquisa que fora desenvolvida pela pesquisadora em seu Mestrado, ressalta-se a falta de trabalhos acerca da temática na área de Ciências Humanas, principalmente no que consiste a área da Ciência da Informação, o que torna os debates e estudos acerca do silenciamento, apagamento e esquecimento de memórias da Ditadura Militar Brasileira, sobretudo regimes ditatoriais, opressão, construção de verdades, sejam cada vez mais necessários e importantes no campo da ciência. Dessa maneira, almeja-se que esta tese seja o pontapé inicial para outras pesquisas, estudos no futuro, com o entendimento da importância e do peso que carrega consigo, ao abrir esse caminho memorialístico, por meio de seus rastros. Optou-se aqui em falar do passado, na tentativa de compreender o presente, mas também de resistir, e de reinventar-se nas elucidações de seu objeto, que pode ser muito bem comparado a uma grande e imensa colcha de retalhos, com cada parte sendo interligada, colada para que assim consiga-se chegar ao seu fiel entendimento, sem evitar nenhum fato, ou excluir nenhuma informação, justamente por tratar-se de fazer acontecer o estudo de rastros que remontam as histórias.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. Livro XI. Tradução de J. Oliveira Santos e A. Ambrósio de Pina. 12. ed. São Paulo: Vozes, 1999.

ALENCAR MEIRA, Deborah Benedita. Benedita: **Mulheres, design e as narrativas de militância na cidade de Fortaleza**. 2019. 79 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Design) — Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/57073/1/2019_tcc_dameira.pdf.

ALVES, Nathalia Barbosa. **Missivas da opressão: fontes memorialísticas da ditadura civil militar no estado do Ceará, mediada por Frei Tito**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Pernambuco, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/30626/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20Nathalia%20Barbosa%20Alves.pdf>. Acesso em 25 maio 2020.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **Um mapa da Ciência da Informação: história, subáreas e paradigmas**. ConCI: Conv. Ciênc. Inform., São Cristóvão/SE, v. 1, n. 1, p. 47-72, jan./abr. 2018.

ARAÚJO, Leonardo Aires. A distinção entre a verdade filosófica e a verdade factual, na ótica arendtiana. **Revista Ponto de Vista**, v. 12, n. 2, p. 16-23, 2023.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. História, memória e esquecimento: implicações políticas. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 2007.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ARENDT, Hannah. **Verdade e política**. Lisboa: Editora Olho D'água. 1995.

ARQUIVO NACIONAL. [Memórias reveladas]: institucional. Brasília: Arquivo Nacional, 2009. Disponível em: <http://www.memoriasreveladas.gov.br/index.php/institucional>

ARQUIVO NACIONAL. [Memórias reveladas]: histórico. Brasília: Arquivo Nacional, [20--]. Disponível em: <http://www.memoriasreveladas.gov.br/index.php/historico>

ARQUIVO NACIONAL. [Memórias reveladas]: objetivos. Brasília: Arquivo Nacional, [20--]. Disponível em: <http://www.memoriasreveladas.gov.br/index.php/objetivos>

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

ASSIS, João Marcus Figueredo. **Igreja, discurso e verdade nos arquivos da ditadura: a Comissão Nacional da Verdade e os acervos das igrejas**. In: THIESEN, Icléa. Documentos sensíveis: informação, arquivo e verdade na ditadura de 1964. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014.

AVENTURAS NA HISTÓRIA. 50 Anos do golpe: a Ditadura Militar no Brasil. São Paulo: abril, 2014.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

BRAPCI. **Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação**. [s. l.]: Brapci. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/about>. Acesso em: 10 jun. 2020.

BRASIL. **Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964**. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 11 abr. 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/AIT/ait-01-64.html.

BRASIL. **Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965**. Mantem a Constituição Federal de 1946, as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as alterações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da Revolução de 31.03.1964, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 27 out. 1965. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/AIT/ait-02-65.htm.

BRASIL. **Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966**. Convoca o Congresso Nacional para se reunir extraordinariamente, de 12 de dezembro de 1966 a 24 de janeiro de 1967, para discursão, votação e promulgação do projeto de Constituição apresentado pelo Presidente da República, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 7 dez. 1966. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/AIT/ait-04-66.htm.

BRASIL. **Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968**. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 13 dez. 1968. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm.

BRASIL. **Ato Institucional nº 13, de 5 de setembro de 1969**. Institui a pena de banimento do Território Nacional para o brasileiro que se tornar inconveniente, nocivo ou perigoso à Segurança Nacional e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 9 set. 1969a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/AIT/ait-13-69.htm.

BRASIL. **Ato Institucional nº 17, de 17 de outubro de 1969**. Autoriza o Presidente da República a transferir para reserva, por período determinado, os militares que haja atentado ou venham a atentar contra a coesão das Forças Armadas. Diário Oficial da União, Brasília, 17 out. 1969b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/AIT/ait-17-69.htm. Acesso em: 25 maio 2020.

BRASIL. **Planalto Federal. Atos institucionais**. Planalto Federal, Brasília, [20--?] Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-historica/atosinstitucionais>. Acesso em: 25 maio 2020.

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília, 1988.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Relatório. Brasília: CNV, 2014. (vol. 1).

BRASIL. **Conselho Nacional De Justiça**. Resolução n. 175, de 14 de maio de 2013. Dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas do mesmo sexo. CNJ, Brasília, DF, Poder Judiciário, 2013.

Disponível em:

https://www.cnj.jus.br/wpcontent/uploads/2013/07/resolucao_175_14052013_16052013105518.pdf.

BRASIL. **Ministério Da Saúde**. Disponível em: <

<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/c/covid-19>> Acesso em ago. 2024.

BRIET, Suzanne. **O que é a documentação?** Brasília: Briquet de Lemos, 2016.

BROOKES, Bertram. The foundations of information science. **Journal of Information Science**. v. 2, p.125-133, 1980.

BUCKLAND, Michael K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science**, v.42, n.5, p.351-360, 1991. DOI: [https://doi.org/10.1002/\(SICI\)1097-4571\(199106\)42:53.0.CO;2-3](https://doi.org/10.1002/(SICI)1097-4571(199106)42:53.0.CO;2-3)

CALMON, Francisco Celso. **60 anos do golpe**. Espírito Santo: Formar, 2024.

CANDAU, J. **Memória e Identidade**. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

CAPURRO, Rafael; HJØRLAND Birger. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

CASTRO, C. M. **Estrutura e apresentação de publicações científicas**. São Paulo: McGraw-Hill, 1976.

CHIAVENATO, Júlio Jose. **O golpe de 1964 e a Ditadura Militar**. São Paulo: Moderna, 2014. 200p

DA LUZ, Tatiana. **Comunicação pública e memória social: narrativas e sentidos sobre a ditadura militar nas instituições federais de ensino**. Brasília: Editora UnB, 2021.

DICIONÁRIO DE SÍMBOLOS: mitos, sonhos, costumes, gestos, figuras, cores, números, símbolos, todos os significados das culturas do mundo. São Paulo: **Martins Fontes**, 1999.

FERREIRA, Isaac Roberto; LIMA, Maria de Lourdes. **Infomemória da morte: o cemitério N.S. Da Piedade como documento**. 23º Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB. Sergipe: 2023.

FOUCAULT, Michael. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

FRANK, Anne. **O diário de Anne Frank**. Rio de Janeiro: Bestbolso, 1952.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Lembrar, escrever, esquecer. [s.l]: Editora 34, 2009.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**: as ilusões armadas. Rio de Janeiro: Intrínseca. 2ed, 2002, 2014. 432p.

GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**: as ilusões armadas. Rio de Janeiro: Intrínseca. 2ed, 2002, 2014. 528p.

GASPARI, Elio. **A ditadura derrotada**: o sacerdote e o feiticeiro. Rio de Janeiro: Intrínseca. 2ed, 2003, 2014. 544p.

GASPARI, Elio. **A ditadura encurralada**: o sacerdote e o feiticeiro. Rio de Janeiro: Intrínsecas. 2ed, 2003, 2014. 528p.

GASPARI, Elio. **A ditadura acabada**. Rio de Janeiro: Intrínseca. 1ed, 2016. 428p.

GENARI, Elton Rigotto. **O trabalho com memórias no ensino de história da Ditadura Militar no Brasil**. XXIX Simpósio de História Nacional. 2017. Disponível em < [https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502825167_ARQUIVO_OTRABALHO_COMMEMORIASNOENSINODEHISTORIADADITADURAMILITARNOBASIL\(COMPLETEO\).pdf](https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502825167_ARQUIVO_OTRABALHO_COMMEMORIASNOENSINODEHISTORIADADITADURAMILITARNOBASIL(COMPLETEO).pdf)>. Acesso em: 03 nov. 2024.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999

GIL, Antoni Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GINZBURG, Carlo. **Olhos de madeira**: nove reflexões sobre a distância. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GLEICK, James. **A Informação**: Uma história, uma teoria, uma enxurrada, Tradução: Augusto Calil, São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

GOMES, Paulo César. **Os bispos católicos e a Ditadura Militar brasileira (1971-1980): a visão da espionagem** – 1. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro Editora, 2006. 224p.

HORTA, Maurício. **Mito**: “a Igreja apoiava a Ditadura Militar”. Revista Superinteressante. 2018. Disponível em: < <https://super.abril.com.br/historia/mito-a-igreja-apoiava-a-ditadura-militar>>. Acesso em 21 set. 2024.

JORNAL O GLOBO. **Em discurso, Bolsonaro defende ditadores militares e deputado dos atos antidemocráticos**. Disponível em: <

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/03/31/em-discurso-no-planalto-bolsonaro-defende-ditadores-militares-e-deputado-reu-por-atos-antidemocraticos.ghml>>. Acesso em 10 jun. 2024.

KÖCHE, José Carlos. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

KRIPKA, Rosana Maria Luvezute; SCHELLER, Morgana; BONOTTO, Danusa de Lara. **Pesquisa documental**: considerações sobre os conceitos e características na pesquisa qualitativa. In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO EM INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA, 4., Aracaju, SE. Anais [...]. Aracaju, SE: ago. 2015. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2015/article/view/252/248>. Acesso em: 22 jun. 2021.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LE COADIC, François. **A Ciência da Informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

LE GOFF, Jacques, **História e memória**. 4. ed. -. São Paulo: UNICAMP, Instituto de Artes, 1996. 553 p.

LIMA, E. F. de. **Geografia das Placas**: do mineral às práticas sócio-histórica e infomemoriais. 2024. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, 2024.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MEIRA, Deborah Alencar. **Benedita**: mulheres, design e as narrativas de militância na cidade de Fortaleza. Universidade Federal do Ceará – UFC, 2019.

MUSEU MEMORIAL DO HOLOCAUSTO DOS EUA. **Quantas pessoas os nazistas assassinaram?** Disponível em: < <https://www.ushmm.org/> > Acesso em: 03 maio 2024.

NAPOLITANO, Marcos. 1964: História do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2024.

NORA, Pierre.; AUN KHOURY, Yara (trad.). Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S. l.], v. 10, 1993.

OLIVEIRA, Eliane Braga. **O conceito de memória na Ciência da Informação no Brasil**: uma análise da produção científica dos programas de pós-graduação. Brasília: UNB, 2010, 196f [tese].

OLIVEIRA, Marlene de. Origens e evolução da Ciência da Informação. In: OLIVEIRA, Marlene de. **Ciência da Informação e Biblioteconomia**: novos conteúdos e espaços de atuação. Belo Horizonte: UFMG, 2005, p. 9-28.

OLIVEIRA, Eliane Braga de; RODRIGUES, Georgete Medleg. **Memória: Interfaces no Campo da Informação**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017.

OLIVEIRA, Júccia Nathielle do Nascimento. **Véu do tempo: informação e memória no espólio de Francisco Tancredo Torres**. 2024. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal da Paraíba, 2024.

OTLET, P. **El Tratado de Documentación**: el libro sobre el libro: teoría y práctica. Trad. por Maria Dolores Ayuso García. Murcia: Universidad de Murcia, 1996. Tradução de: *Traité de Documentation: le livre sur le livre: théorie et pratique*. Bruxelles: Mundaneum, 1934. 431 p. Versão original disponível em: Acesso em: 10 nov. 2019.

PACHECO, Leila Maria Serafim. A informação enquanto artefato. **Informare**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.20-24, jan./jun. 1995.

PINHEIRO, Carlos Eduardo. **Memória dos presos políticos no período ditatorial brasileiro**, São Paulo, 2015. [dissertação]

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. **Ciência da Informação**: desdobramentos disciplinares, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade. IBICT, 1997.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Configurações disciplinares e interdisciplinares da Ciência da Informação no ensino e pesquisa. **IBICT**, 1999.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Fontes ou recursos de informação: categorias e evolução conceitual. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 1-5, 2006.

PORTAL CNN BRASIL. **Por que o Brasil ainda flerta com a ideia de uma intervenção militar?** Disponível em: < <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/por-que-o-brasil-ainda-flerta-com-a-ideia-de-uma-intervencao-militar/> >. Acesso em 12 ago. 2021.

PORTAL MEMÓRIAS DA DITADURA. São Paulo: Instituto Vladimir Herzog. Disponível em < <http://memoriasdadtadura.org.br/index.html> >. Acesso em 12 ago. 2021.

PORTAL MEMÓRIAS REVELADAS. Brasília: Memórias Reveladas. Disponível em: < <https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br> > Acesso em 12 ago. 2021.

PORTAL MEMORIAL DA DEMOCRACIA. São Pulo: Instituto Lula. Disponível em: < <http://memorialdademocracia.com.br/card/diretas-ja> >. Acesso em 12 ago. 2021.

PORTAL TERRA NOTÍCIAS. **Corte de verbas ameaça pesquisas da covid em federais**. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/educacao/corte-de-verbas-ameaca-pesquisas-da-covid-em-federais,27b7f782332674ab66725c9b5c9b6a19nisw3syy.html>. Acesso em 31 jan. 2024.

PORTAL VERDADE ABERTA. Relatório Tomo I. São Paulo: Comissão da verdade do estado de São Paulo Rubens Paiva. Disponível em < <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/parte-i-cap2.html> >. Acesso em 12 ago. 2021.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnica da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnica da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RIO MEMÓRIAS. **A marcha da família com Deus pela liberdade**. Disponível em: <<https://riomemorias.com.br/memoria/marcha-da-familia-com-deus-pela-liberdade/>>. Acesso em 12 an. 2025.

SALLES, Antônio Pinheiro. **60 anos após 64**. In: CALMON, Francisco Celso. 60 anos do golpe. Espírito Santo: Formar, 2024.

SAMPAIO, Denise Braga. **A memória, a informação e o silêncio da lesbianidade no Serviço Nacional De Informação, nas décadas de 1970 a 1980**. 2021. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal da Paraíba, 2021.

SARACEVIC, Tefko. **Interdisciplinarity nature of Information Science**. Ciência da Informação, Brasília, v.24, n.1, p.36-41, 1995.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO ARQUIVO NACIONAL – SIAN. Disponível em: <<https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp>>. Acesso em 01 jan. 2022.

SOUSA, Paulo Henrique Martins de. Música. In: _____. **Música e poesia como fontes de informação para a sociedade**. Natal: UFRN, 2008.

SOUZA, Maria da Paixão Neres de. Abordagem inter e transdisciplinar em ciência da informação. In: TOUTAIN, Lídia Maria Batista (Org.). **Para entender a ciência da informação**. Salvador: EDUFBA, 2007a.p. 75-90.

SPINDOLA, Thelma; SANTOS, Rosângela da Silva. Trabalhando com a história de vida: percalços de uma pesquisa (dora?). USP: **Rev Esc Enferm**, 2003; 37(2):119-126.

STAMPA, Inez; RODRIGUES, Vicente. Memórias reveladas: justiça de transição e o sombrio legado da ditadura militar. **Revista em Pauta**, Fortaleza, v. X, n. Y, p. 43, 2014.

TAVARES, Bruno; Marcelo Godoy. Governo demite filho de símbolo da ditadura. **Jornal O Estadão de São Paulo**, 2010. Disponível em <<http://saopaulo.estadao.com.br/noticias/geral,governo-demite-filho-de-simbolo-da-ditadura-imp-,560980>> Acesso em: 16 dez. 2023.

THOMPSON, John Brookshire. Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

TODOROV, Tzvetan. **Los abusos de la memoria**. Buenos Aires: Ediciones Paidós Ibérica, 2000.

TRAVERSO, Enzo. **O passado, modos de usar: história, memória e política**. Lisboa: UNIPOP, 2012.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Glossário eleitoral destaca o conceito de democracia**. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Janeiro/glossario-eleitoral-destaca-conceito-de-democracia>. Acesso em 23 nov. 2024.

TRIVIÑOS, Augusto. Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TRUJILLO, Ferrari. **Metodologia da ciência**. 3. ed. Rio de Janeiro: Kennedy, 1974

TURNER, Victor. **Floresta de Símbolos: aspectos do ritual Ndembu**. Niterói: Ed. UFF, 2005.

UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM. **Museu Memorial do Holocausto dos Estados Unidos**. Disponível em: <https://www.ushmm.org/pt-BR>.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. São Paulo. Disponível em: < <http://www.une.org.br/2015/03/ibiuna-guarda-marcas-do-30%C2%BA-congressoclandestino-da-une-contra-a-ditadura/> >. Acesso 10 jul. 2017.

VERGARA, Sylvia C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3.ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2000.

VIANNA, C.T. **Classificação das pesquisas científicas - Notas para os alunos**. Florianópolis, 2013, 2p. 2014.

WERSIG, Gernot. Information science: the study of postmodern knowledge usage. **Information Processing & Management**, v. 29, n. 2, p. 229-239, 1993.

WERSIG, Gernot; NEVELING, Ulrich. The phenomena of interest to Information science. **Information Scientist**, v.9, n.4, p. 127-140, dez. 1975.

ANEXO 1 – RECORTE DE JORNAL DIÁRIO DE NOTÍCIAS PUBLICADO EM 01 DE ABRIL DE 1964

Êxito Total da "Marcha" de Amanhã

A «Marcha da Família com Deus pela Liberdade» continua a receber um número impressionante de adesões, numa demonstrativa do povo de não permitir o enclausamento ou a simples violação do regime democrático, já estando prontos centenas de cartazes e faixas que serão conduzidos pelas donas de casa, estudantes e trabalhadores.

Mais de 500 bandeiras nacionais serão empunhadas pelos manifestantes durante a marcha de amanhã, a ter início na Candelária, percorrendo as avenidas Rio Branco e Almirante Barroso até a Esplanada do Castelo, além de bandeiras estaduais que irão levar as monumentais bandeiras do Brasil, simbolizando a unidade democrática e cristã do povo brasileiro.

ADVERTENCIA

A comissão organizadora da «Marcha» está advertindo o povo contra a tentativa de embuste engendrada pelo conhecido agitador e falso padre Anibal Mendes, que está anunciando uma concentração junto ao busto do presidente Getúlio Vargas, na Cinelândia, de onde se dirigirá para a Candelária.

A tentativa destina-se a criar confusão e os organizadores da concentração da Candelária já solicitaram providências às autoridades, e alertam o povo para o noticiário a respeito de tal reunião, promovida por elemento ligado ao processo subversivo ora em curso no país.

ÊXITO

O número de adesões já permite prever um êxito da «Marcha da Família com Deus pela Liberdade» igual ou mesmo maior que o que foi obtido em São Paulo.

Demonstração inequívoca do espírito democrático que anima o povo é o grande número de mães e senhoras das favelas cariocas que têm procurado o Comitê organizador para garantir o próprio comparecimento, além de esposas, irmãos e filhos.

Dos municípios do Estado do Rio, continuam chegando notícias sobre o comparecimento de caravanas de milhares de pessoas, estando assegurado em muitos municípios o fechamento do comércio às 12 horas, a fim de permitir a presença de empregadores e empregados com suas famílias.

São Paulo virá com mais de 2 mil pessoas enquanto de Juiz de Fora, Itajubá, Uberaba e outras localidades mineiras chegam informes da presença de numerosas delegações.

Petrópolis enviará 50 ônibus especiais, fretados mediante cotização orientada pelas senhoras petropolitanas. Teresópolis, Eriburgo, Três Rios e de outros municípios da Baixada grandes caravanas estão sendo organizadas.

TRANSPORTES

O comitê organizador estabeleceu rigoroso planejamento para que a concentração de amanhã decorra na maior ordem, dedicando especial atenção ao problema de transporte.

Assim comunica que:

a) Entre 14 e 15 horas do dia 2 de abril haverá ônibus e veículos para o transporte do povo, dos bairros para a cidade até a Candelária.

b) Após a Marcha esses veículos voltarão ao local de procedência partindo da avenida General Justo (Castelo).

c) A partir das 14h30m, entre os terminais da Estação de Barão de Mauá e da Central do Brasil, circularão ônibus com destino à Candelária a fim de que o povo dos subúrbios e bairros distantes que utilizam os serviços das estradas de ferro possam ir mais facilmente para o local da concentração.

d) Trajeto de veículos:

GRUPO 1 — Procedentes de Santa Cruz, Campo Grande e Bangue: virão pela avenida Brasil, Calo do Porto até a praça Mauá. Os passageiros deverão desembarcar na rua do Acre.

GRUPO 2 — Procedentes de rua da Alegria, campo de São Cristóvão: virão pela rua Figueira de Melo e av. Presidente Vargas. Os passageiros de-

verão desembarcar próximo à avenida Passos.

GRUPO 3 — Procedentes de rua Barão de Mesquita, Muda da Tijucas e rua José Higino: virão pela rua Haddock Lobo, Frei Caneca, Riachuelo até a Lapa, com o desembarque dos passageiros próximo à avenida 13 de Maio.

GRUPO 4 — Procedentes de Inhaúma: virão pela av. Suburbana, Visconde de Niterói, praça da Bandeira e av. Presidente Vargas. Os passageiros deverão desembarcar próximo à avenida Passos.

GRUPO 5 — Procedentes de

Madureira e Jacarepaguá (largo do Tanque), via 24 de Maio (Meier) e via Jacaré: virão pela rua Lino Teixeira ou rua Padre Teófilo, Amaro Cavalcanti e 24 de Maio até a Lapa. Os passageiros deverão desembarcar próximo à avenida 13 de Maio.

GRUPO 6 — Procedentes de Vaz Lobo e Vicente de Carvalho: virão pela avenida Brasil até a praça Mauá. Os passageiros deverão desembarcar na rua do Acre.

GRUPO 7 — Procedentes de Deodoro e Realengo: virão pela avenida Brasil até a praça

Mauá. Os passageiros deverão desembarcar na rua do Acre.

GRUPO 8 — Procedentes da Ilha do Governador: virão pela avenida Brasil até a praça Mauá. Os passageiros deverão desembarcar na rua do Acre.

GRUPO 9 — Procedentes da zona da Leopoldina (desde Viário Geral): virão pela antiga Rio-Petrópolis até Circular da Penha e daí até Bonsucesso, avenida Brasil.

GRUPO 10 — Procedentes da zona Sul: virão pelo atrezo. Os passageiros deverão desembarcar na avenida Rio Branco.

CAMDE

Assento 323-2
Marcha da Família com Deus
pela Liberdade
N. de Janeiro
n.º 32

ANEXO 3 – AS FOTOGRAFIAS DA MARCHA DIZEM TUDO



ANEXO 4 – REPORTAGEM DO JORNAL O GLOBO DE 14 DE MAIO DE 1964

A JUVENTUDE MINEIRA DÁ LIÇÃO DE CIVISMO

Cêrca de 200 mil pessoas, entre elas 30 mil estudantes dos colégios e escolas primárias da capital, participaram ontem da "Marcha da Família com Deus pela Liberdade", com que os mineiros festejaram a vitória da revolução democrática. (Na 14.ª pág.)

Sabin: O Vírus Pode Não Ser do Câncer

O CIENTISTA adverte que suas pesquisas o podem ter levado apenas a um elemento que se houvesse juntado ao vírus do câncer (Texto na 6.ª página).

ANO XXXIX — Rio, 5.ª-feira, 14 de maio de 1964 — N.º 11.600

O GLOBO

FUNDAÇÃO DE IRINEU MARINHO

Diretor-Redator-Chefe
 ROBERTO MARINHO
 Diretor-Executivo
 ROBERTO MARINHO

Diretor-Tesoureiro
 HERBERT MOSES
 Diretor-Substituto
 ROGERIO MARINHO



AS BANDEIRAS de Minas, da Santa Sé e do Brasil, seguiu das, imediatamente, pelas autoridades civis, militares e eclesiásticas, entre as quais se encontravam o General Carlos Luis Guedes, comandante da 4.ª Região Militar, e Dom Geraldo Proença Sigaud, Arcebispo de Diamantina, abriram a Marcha da Família, que gastou mais de uma hora para percorrer quatro quarteirões da Avenida Afonso Pena

ANEXO 5 – JUVENTUDE ESTUDANTIL CATÓLICA NO PARÁ

CONFIDENCIAL



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

SECRETARIA DE DEFESA

S. N. I.
AGÊNCIA CENTRAL
019380 100077
PROTOCOLO

25496

INFORMAÇÃO Nº 226 (SNI/AMA/19 70)
(3016-073/70)

Data: - 12 OUT 70

Assunto: - JUVENTUDE ESTUDANTIL CATÓLICA - JEC

Referência: - PR Nº 367/970/SNI/AC

Difusão: - SNI/AC

Em atendimento ao Pedido de Busca em referência, este Serviço informa o seguinte:

1. ESTADO DO PARÁ E TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ

a. Existiu nessa área, a JUVENTUDE ESTUDANTIL CATÓLICA - JEC, criada pela Ação Católica, com o apoio da Igreja, tendo a finalidade de educar a juventude dentro das principais religiões.

Essa entidade sofreu a ação de espiões que se infiltraram na mesma, desviando seus reais objetivos.

A Igreja, em consequência disso, sentiu necessidade de exercer maior controle sobre a organização, o que veio revelar alguns militantes da JEC (os espiões), que se afastaram de seu domínio e criaram a "AÇÃO POPULAR" - AP, que veio tarde veio pôr a ideologia marxista-leninista, em consonância em encontrar a união entre o cristianismo e o socialismo.

b. Entre os elementos do movimento que veio se destacar foram os seguintes:

- JOAQUIM CRISTIAN DE AMARAL
- ADILSON AYLLON
- LEONILSON GARCIA FREITAS
- CARL TAVARES DE SOUZA
- FERNANDO DE
- SAULO DE
- CARLOS DE SOUZA
- ALBERTO GOMES ROCHA
- MARCEL GOMES ROCHA
- MARCEL DE SOUZA DE
- JOSÉ CARLOS DE SOUZA
- MILTON PEREIRA

- CONTINUA -

CONFIDENCIAL

ANEXO 6 – PASSEATA CONTRA O COMUNISMO EM 1964

Dezenas de milhares de paulistanos, que, por razões diversas, não puderam descer às ruas centrais, assistiram à passeata, das janelas

de escritórios e apartamentos, encorajando com palmas e vivas os participantes da impressionante manifestação democrática.



ANEXO 7 – PUBLICAÇÃO DO JORNAL O GLOBO DE 24 DE ABRIL DE 1964

O Globo 24-4-64 PE D.O. 41/20



A MULHER CARIOCA PREPARA A "MARCHA DA FAMÍLIA": NO DIA 2, DA CANDELÁRIA À ESPLANADA

Em sua sede, no Casa IV, 5.º do Rio, a CANDE realizou, visando à organização da grande manifestação democrática, a frente da qual estará a Marcha da Família. A reunião foi a 1.ª de uma série de reuniões. Participaram numerosas mulheres, algumas delas, voluntárias, oferecendo-se para fazer serviços de limpeza, distribuição, recolhimento e outros. **TEXTO NA QUINTA PÁGINA.**

A Sr. Amélia Lima, presidente da CANDE, explica que a "Marcha" será apolítica, "é pacífica" — objetivo — "reintegrar a democracia, a Pátria, o regime, às pessoas partilhadas, até que não haja mais o perigo. Depois, organizamos a vida".

CANDE
Iniciada em 22.3.64
Vice-presidente: Sr.ª de Jesus
19

ANEXO 8 – RECORTE DO JORNAL CORREIO DA MANHÃ

MARCHA DA FAMÍLIA: ÔNIBUS DOS BAIRROS

A Comissão Organizadora da Marcha da Família Com Deus Pela Liberdade informou à reportagem do CORREIO DA MANHÃ, que entre 14 e 15h, de amanhã, haverá ônibus e veículos para o transporte da população dos bairros para a cidade até a Candelária. Após a Marcha, esses veículos voltarão ao local de procedência, partindo da Avenida General Justo (Castelo).

A partir das 14h30m, entre os terminais da Estação Barão de Mauá e da Central do Brasil, circularão ônibus com destino à Candelária a fim de que aqueles que residem nos subúrbios e bairros distantes, que utilizam os serviços das estradas de ferro, possam ir mais facilmente para o local da concentração.

TRAJETO

O trajeto dos veículos estará subordinado a 10 grupos distintos e obedecerá ao seguinte critério: 1) procedentes de Santa Cruz, Campo Grande e Bangu tráfegarão pela Avenida Brasil, Calo do Porto até a Praça Mauá. Os passageiros deverão desembarcar na Rua do Acre; 2) procedentes da Rua da Alegria, Campo de São Cristóvão, virão pela Rua Figueira de Melo e Avenida Presidente Vargas. Os passageiros desembarcarão próximo à Avenida Passos; 3) procedentes da Rua Barão de Mesquita, Muda da Tijoca e Rua José Hilgino, tráfegarão pela Rua Haddock Lóbo, Frei Caneca, Riachuelo até a Lapa, com o desembarque dos passageiros próximo à Avenida 13 de Maio; 4) procedentes de Inhadma virão pela Avenida Suburbana, Visconde de Niterói, Praça da Bandeira e Avenida Presidente Vargas. Os passageiros deverão desembarcar próximo à Avenida Passos;

5) procedentes de Madureira e Jacarepaguá (Largo do Tanque) via 24 de Maio (Méier) e via Jacaré tráfegarão pela Rua Lino Teixeira ou Rua Padre Telêmaco, Amaro Cavalcanti e 24 de Maio até a Lapa. Os passageiros deverão desembarcar próximo à Avenida 13 de Maio; 6) procedentes de Vaz Lóbo e Vicente de Carvalho, virão pela Avenida Brasil até a Praça Mauá. Os passageiros desembarcarão na Rua do Acre; 7) procedentes de Deodoro e Realengo virão pela Avenida Brasil até a Praça Mauá. Os passageiros deverão desembarcar na Rua do Acre; 8) procedentes da Ilha do Governador virão pela Avenida Brasil até a Praça Mauá. Os passageiros saltarão na Rua do Acre; 9) procedentes da zona da Leopoldina (desde Vigário Geral) tráfegarão pela antiga Rio-Petrópolis até a Circular da Penha e daí até Bonsucesso, Avenida Brasil; 10) procedentes da Zona Sul tráfegarão pelo alérrô. Os passageiros desembarcarão na Rio Branco.

ANEXO 9 – REPORTAGEM DO JORNAL O GLOBO DE 28 ED MARÇO DE 1964

NA MARCHA DA FAMÍLIA O CARIOCA EXPRESSARÁ SEU REPÚDIO AO COMUNISMO

AS ENTIDADES que promovem a Marcha da Família com Deus pela Liberdade distribuíram volantes dizendo que o movimento é de caráter cívico-religioso, destinado a reafirmar os sentimentos do povo brasileiro, sua fidelidade aos ideais democráticos e seu propósito de prestigiar o regime, a Constituição e o Congresso, manifestando frontal repúdio ao comunismo ateu e antinacional.

Fazem apelo aos participantes da "Marcha" para que cantem, apenas, durante o desfile, hinos patrióticos ou religiosos, evitando quaisquer alusões a pessoas, grupos ou agremiações partidárias.

Austeridade

Devido a marcha revestir-se da austeridade compatível com a manifestação em que se cultua, acima de tudo, Deus, o Brasil e a democracia, serão formalmente proibidos cartazes, faixas ou volantes de propaganda pessoal ou de candidatos, não se admitindo queima de fogos de qualquer natureza.

Passaram a integrar o movimento a Associação das Senhoras Brasileiras, a Rede das Entidades Democráticas, o Instituto Social, a Frente da Juventude Democrática, a Falange Patriótica e o Clube da Liberdade, tendo outras entidades de estudantes, trabalhadores e intelectuais prometido adesão, após a aprovação de suas diretorias. Essas entidades somam-se às seguintes: Cruzada do Rosário em Família, Campanha da Mulher pela Democracia, Liga de Defesa Nacional, Círculos de Operários Católicos, Associação dos Pais de Família, Federação Brasileira de Progresso Feminino, Grupo de Desagravo ao Rosário, Clube do Optimismo, União Cívica de São Paulo, As-

sociação das Antigas Alunas do Sacré-Coeur de Jesus, Movimento de Reafirmação Democrática Brasileira, Grupos de Ex-Combatentes da FEB, Federação de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepre, Confederação Católica Arquidiocesana do Rio de Janeiro e outras.

Programa

Programa da "Marcha da Família com Deus pela Liberdade": dia 4, Rio Claro, São José do Rio Preto e Juiz; dia 5, Passos em Minas Gerais, e Presidente Prudente, em São Paulo; dia 11, Taubaté, Petrópolis e Botucatu; dia 12, Guaratinguetá e Lorena; e dia 13, em Brasília.

ANEXO 10 - TRECHO DO JORNAL DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Só Hinos Religiosos e Patrióticos na «Marcha»

Distribuindo volantes que frisam que a «Marcha da Família com Deus pela Liberdade» é um movimento cívico religioso, destinado a reafirmar os sentimentos do povo brasileiro, sua fidelidade à democracia e seu objetivo de prestigiar o regime, a Constituição e o Congresso e, por fim, repudiar o comunismo ateu e antinacional, as entidades promotoras do movimento apelam para que o povo cante, apenas, durante o desfile do dia 2, hinos patrióticos ou religiosos, evitando quais quer alusões a pessoas, grupos ou agremiações partidárias.

O programa da «Marcha», prosseguirá no dia 4, em Rio Claro, São José do Rio Preto e Jaú; dia 5, Passos, em Minas Gerais e Presidente Prudente, em São Paulo; dia 11, Taubaté, Perigui e Botucatu; dia 12, Guaratinguetá e Lorena; e dia 15 em Brasília, devendo, depois, serem acrescentadas outras cidades para dar continuidade permanente ao movimento.

ANEXO 11 – RECORTE DA PUBLICAÇÃO EM “O JORNAL”

Estados preparam as caravanas à “Marcha da Família” no dia 2

Prosseguem os preparativos para a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, enquanto o movimento continua despertando o mais vivo interesse em todas as esferas da população da Guanabara. Mais de uma centena de senhoras da Guanabara estão empenhadas na organização do grande acontecimento cívico-religioso, marcado para o próximo dia 2 de abril.

A fim de melhor coordenar a ação dos diversos grupos que trabalham para o êxito do acontecimento, a senhora Amelinha Bastos, presidente da Campanha da Mulher pela Democracia, que até então vinha se reunindo no Cine Pax, em Ipanema, obteve da Associação Comercial do Rio de Janeiro uma de suas dependências, na rua da Candelária n.º 9, onde estão se realizando, agora, as reuniões.

Caravanas

Nos Estados já estão sendo organizadas as caravanas que se deslocarão para a Guanabara para prestigiar o acontecimento. De Petrópolis, Estado do Rio, virão cinco ônibus conduzindo operários e suas famílias; de Juiz de Fora, Minas, virão quatro ônibus, enquanto de Teresópolis virão três e São Paulo mandará cinco veículos. Outras cidades estão confirmando a sua presença na marcha do dia 2 de abril.

Apelo deve ser atendido

— “Estou certo de que o povo carioca, sempre tão generoso e patriota, acorrerá ao gran-

de certame com igual entusiasmo ou talvez maior do que o povo paulista” — eis o que declarou o líder católico e deputado federal Eurípedes Cardoso de Menezes.

Disse que, como presidente da Confederação Católica do Rio de Janeiro, convocou as mil, 576 associações que fazem parte da entidade, para que se façam representar na grande marcha do dia 2.

— “Espero — disse o líder católico — que os representantes dos demais credos religiosos atendam ao apelo da mulher brasileira, que está demonstrando ao mundo que os exemplos de Maria Quitéria,

ANEXO 12 – PUBLICAÇÃO DO JORNAL DO PAÍS NAS BANCAS DE 22 DE ABRIL DE 1984

Líderes da Marcha com Deus, desencantadas, pedem as eleições diretas Pior hoje que com Jango

Os militares nos traíram. Criamos o clima para a derrubada do Governo Goulart, mas estamos desorientadas. Jamais poderíamos supor que eles montassem uma ditadura de 20 anos sob o pretexto de que esse era o tempo necessário para botar o País em ordem. Como donas de casa, mães de família e educadoras, não podemos aceitar que as crianças, hoje, passem fome, enquanto entregam as nossas riquezas aos estrangeiros. E, agora isso, não aceitamos que o Fundo Monetário Internacional venha a nos tutelar — onde está a nossa soberania? — com suas exigências. Exigimos, como solução contra essas coisas, que se restabeleçam já as eleições diretas.

Este desabafo é de dona Julieta Nunes Pereira, 1ª Secretária do Movimento de Arregimentação Feminina (MAF), que no dia 19 de março de 1964 realizou, em São Paulo, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, considerada decisiva para o colapso do Governo Goulart.

"Hoje está muito pior do que naquela época, quando viamos o Jango com a foice e o martelo no palanque dos comícios. Desrespeitam a Constituição Federal. E não aguentamos mais ver estas caras — Shigeaki Ueki, Mário Andreazza e outros do tipo. Não aguentamos mais a corrupção e a incompetência. Imagine que eles planejam 45 usinas nucleares! Para quê? Eles não podem sequer dar pão às crianças! E os livros? Outro dia, dei Cr\$ 2 mil para uma menina que me pediu. Depois ela me telefonou para dizer que os livros custavam Cr\$ 14 mil! É a desperda do custo de vida."

— Quem assim se manifesta é dona Alice de Sousa Amaral, 78 anos, presidente do Movimento de Arregimentação Feminina, em sua antiga casa numa pequena rua do bairro do Sumaré, em São Paulo, entre a chegada de um dos seus 13 netos e a de sua filha.

— Dona Alice acha que só há uma saída: as eleições diretas, já, pois ninguém "aguenta mais essa política econômica, o arrocho salarial e a fome", que "só com muito cinismo se pode defender".

Dona Julieta Nunes Pereira desmente que o Movimento de Arregimentação Feminina pretenda comemorar os 20 anos da marcha histórica

que atravessou o centro de São Paulo até desembocar na mesma Praça da Sé que hoje é palco das manifestações pelo restabelecimento das eleições diretas: "Comemoramos o quê? Nosso movimento foi maravilhoso, não estamos arrependidas, mas não podemos aceitar que um país riquíssimo como o nosso, que poderia ser o celeiro do mundo, tenha ainda a indústria da seca para manter o coronelismo. E os esquilados? Ningém pune os responsáveis. É um desastre, um acinte à nossa vocação democrática".

Discretamente elegante em seus 80 anos de idade, a secretária do MAF muda a expressão, contrai o rosto e fumina: "As mulheres têm que tomar conta disso, porque os homens não estão tendo a coragem necessária. É por isso que o Movimento de Arregimentação Feminina continua na trincheira, atuando, fiscalizando os responsáveis pela administração pública. Exigimos que cumpram com a sua parte, pois cumparamos a nossa quando nos prometram que em 1966 realizaríamos eleições livres. Foi por isso que marchamos, defendendo a democracia".

Com seu inquebrantável espírito de liderança, dona Julieta diz que há muita coisa para se mudar: "Veja só, costada da Ester Figueiredo! Só lhe deram uns 4% do Orçamento Federal para gerenciar a Educação. É impossível educar nossos filhos, a futura geração, sem verbas. Sabe de uma coisa? O Presidente João Figueiredo é uma vítima disso tudo. Está cercado de aproveitadores. Ele é um homem de bem, como seu pai, quer as diretas do fundo do seu coração. Chegou aqui, procedente da África, e teve que mudar a conversa. E as diretas são a solução. Não podemos aguentar mais essa lesão social, o povo não aguenta mais essa pobreza. Agora nos aconcom com uma reforma constitucional. Isso é conversa. Estão fomentando o comunismo, estão criando o clima para que o povo queira qualquer regime. Vocês não estão vendo os assaltos, as compras de armas? São para a guerrilha. Eles são pequenos, mas persistentes, ainda que não estejam no Governo, no Planalto. Contudo, sempre demos a daremos um crédito de confiança ao Presidente Figueiredo".

Como veterana da Revolução

Constitucionalista de 1932, dona Julieta vai lembrando as campanhas deflagradas pelo MAF. Na década de 50, por exemplo, o MAF se opôs tenazmente à importação de Cadillac por senadores e deputados federais em circunstâncias de extremo favorecimento. "Publicamos a lista dos parlamentares que apoiavam a medida, mostrando que eles não defendiam o interesse nacional. Depois veio 1964, quando dona Maria Mesquita Motta e Silva, então presidente da entidade, abrigava em sua casa as mulheres abnegadas que queriam evitar que o Brasil caísse nas unhas da Rússia. A nossa marcha foi organizada rapidamente, mas deu trabalho para a conscientização de cada uma das pessoas".

Dona Alice e dona Julieta lembram ainda a recente pregação ecológica contra a instalação do novo Aeroporto de São Paulo na área do município de Caucaia, da qual saíram vitórias. Elas advertem para a sua capacidade de luta, que é inexaurível: "Agora, por exemplo, acabamos de enviar um ofício ao Presidente do Congresso Nacional, Senador Moacir Dalla, pedindo-lhe que alerte os seus colegas para a sua responsabilidade perante a História, neste momento. Toda a opinião pública estará acompanhando atentamente a sua atuação. Cabe ao Poder Legislativo Federal promover a reconciliação nacional, restabelecendo para já as eleições diretas. É o que diz o nosso documento, assinado por quase cinco mil mulheres que integraram o MAF, além de centenas de outras de cidades do interior e da capital paulista".

Dona Julieta dá o que chama de "um aviso aos navegantes":

— Continuaremos. Não nos daremos por vencidas. A rejeição da emenda das diretas já seria a pé-de-cabalo no Senado Federal e na Câmara dos Deputados. Vamos fazer campanha contra todos os que tiverem comportamento covarde.

Sobre os candidatos às eleições indiretas, elas não querem e não podem "sequer ouvir" o nome de um Paulo Salim Maluf ou Mário Andreazza. Consideram o ex-Prefeito Otávio Setúbal "um excelente político" e Aureliano Chaves "um homem de confiança". Sua opinião sobre Brizola é clara:

— Preferimos o risco de ter um Brizola pelas diretas do que, por isso, ficar sem elas. Hoje ele não representa um perigo, está muito desgastado. E, se ganhar, mais uma vez se confirma que cada povo tem o governo que merece".

Ao traçar um programa mínimo de prioridades para o próximo Presidente da República, Dona Julieta estabelece: "Remodelação completa desse sistema que aí está; um programa de casa própria compatível com um salário mínimo que seja real; uma lei de controle de remessa de lucros das multinacionais, pois estamos entregues a elas no setor de remédios".

Para Dona Julieta, deve ser dada uma ênfase especial à agricultura, saúde e educação, "porque os recursos do povo são imensuráveis". E mais: "Nós, como mulheres, como ministras das finanças do lar, sabemos que um Delfim Netto não pode continuar, é impossível, pois de é sua política econômica são coisas ultrapassadas e danosas às necessidades do País. O dinheiro está caríssimo e cada vez mais nos endividamos. Temos que preservar nossa soberania e não podemos aceitar a tutela do FMI".

Adeptas do controle da natalidade "por meios sadios", inclusive o DIU, Dona Julieta e dona Alice são contrárias ao aborto, "porque isso vai contra a lei dos homens e a lei de Deus".

Apesar de considerar que as mulheres poderiam governar melhor o País, elas não se consideram feministas: "Somos a favor da colaboração da mulher com o homem e contra aquelas que querem fazer tudo sozinhas".

As coordenadoras da Marcha de 1964 desenvolvem ainda outros pontos de vista: 1. o Brasil tem tudo para sair do Terceiro Mundo e entrar no Primeiro; 2. não podemos continuar pagando juros altíssimos aos banqueiros internacionais; 3. não precisamos imitar modelos estrangeiros, "como aquele do Muro de Berlim"; 4. falta civismo; 5. o povo brasileiro é hoje um sofrido, de Norte a Sul; 6. a verdade dos homens "é uma praga".

"Às vezes chego a desanimar", diz dona Alice.

"Eu não desanimo, não temo ninguém, não temo nada", costesta dona Julieta.



D. Alice de Sousa Amaral vê na situação de hoje "muita corrupção e incompetência"



D. Julieta Nunes Pereira denuncia: "O Brasil está entregue a grupos estrangeiros"

ANEXO 13 – LUTA DA IGREJA CATÓLICA CONTRA O COMUNISMO

Mobiliza-se o Interior no repúdio ao comunismo

Em todo o interior do Estado as populações democráticas estão-se mobilizando para a realização de passeatas idênticas à realizada em São Paulo, de repúdio aos atentados às instituições livres e à comunização do País. Hoje, nas cidades de Araraquara e Assis, às 16 horas, serão realizadas passeatas que já contam com a adesão de inúmeras entidades das diversas categorias de trabalhadores e estudantes. Em Assis, às 20 horas será realizada também uma concentração popular na praça d. Antonio, promovida pela Liga das Senhoras Católicas, quando falarão o bispo diocesano e vários padres. Também no Vale do Paraíba, em Aparecida, está-se organizando movimento semelhante.

ANEXO 15 – CARDEAL DOS BISPOS

depoimento da semana

CARDEAL MOTTA INTERPRETA A CIRCULAR DOS BISPOS



Em um detalhe de profun-
do sentido da Igreja, adu-
lterando a linguagem do espírito,
arguto conhecedor da rea-
lidade brasileira, atento à
plena evangelização, com
contagioso entusiasmo, pelas
suas da pátria, Dom Car-
los Carmo de Vasconcel-
los Mota, Cardeal-Arcebis-
po de São Paulo, disse, em
uma hora de reflexão e con-
sideração de questões con-
cretas e da realidade bri-
tesa, cultivos.

BRASIL, URGENTE

Como não poderia ser de
outra forma, ressaltando a
fundador e os diretores
deste jornal, o Cardeal
Motta fez sobre a circu-
lar da Comissão Central da
Conferência Nacional dos
Bispos do Brasil, referente
a uma reunião, dizendo,
quando se falou, disse, em a
ordem da São Paulo:

"Na qualidade de membro
da Comissão Central da
Conferência Nacional dos
Bispos do Brasil, eu não
estou pelo seu atual por-
tador, o Cardeal Mota,
antes apenas circular. Ma-
nifestei a meu respeito com
a afirmação de que BRA-
SIL, URGENTE não é um
jornal da Igreja, embora
de que maneira mesmo data
em que o jornal, sendo
conhecido, é, um edito-
rial, os diretores, jornal de
católicos, mas não o por-
tador da hierarquia ou inter-
prete do clero. Realizei, no
caso, a seguinte: "não é
um jornal católico", porque
da Igreja a autoridade que o
jornal não é, foi nos prin-
cípios da Igreja, os que não
o sejam os seus diretores.
Fazem mais, outro, não é a
missão da Igreja, realizada
pelo Sr. Cardeal-Arcebispo
de Rio de Janeiro."

Além disso, o problema, cu-
ja perspectiva mais ampla,
o Cardeal Mota explicou:
"Com exceção de 'O São
Paulo', a Igreja não tem
nenhum jornal. É a uni-
versidade. Os jornais que
se ocupam de temas polí-
ticos e sociais podem ser con-
siderados a imprensa de BRASIL,
URGENTE, jornais de cató-
licos, jornais de católicos
mas não católicos, no sen-
tido de que, como de que,
são católicos."

URGENTE

ANEXO 16 – PERSEGUIÇÃO ÀS PERSONALIDADES DA IGREJA CATÓLICA

MONTES CLAROS — 44 DE MARÇO DE 1980

O ESTADO DE S. PAULO — 3

Arcebispo intimado em processo judicial

RIO
AGÊNCIA ESTADO

O cardeal-arcebispo Paulo Evaristo Arns já foi intimado pelo juiz João Augusto Figueiredo da Rocha a comparecer à 2ª Vara Criminal de Petrópolis, no dia 12 de agosto do ano em curso, às 13 horas, para ser ali qualificado e interrogado no processo que lhe move o médico-legista Elias Freitas, por crime de calúnia e difamação.

Como se sabe, esse médico, católico praticante, foi citado pelo cardeal Arns na página 235 do livro "Brasil, Nunca Mais" como co-nivente com a repressão, acusação que lhe trouxe graves prejuízos morais e até materiais e também à sua família.

Em seu despacho, datado de 13 do corrente, a folhas 2, afirma o mencionado magistrado: "Isto posto, com base nos artigos 44 e 45 da Lei nº 5.250 de 9 de fevereiro de 1977, recebo a queixa efetuada por Elias Freitas contra o cardeal dom Paulo Evaristo Arns, ficando designado desde já o dia 12 de agosto de 1980, às 13 horas, para apresentação do réu em Juízo, a fim de ser qualificado e interrogado, caso requetura, devendo também o réu ser intimado para esclarecer o cemitério onde se encontram depositados os restos mortais de Aurora Maria do Nascimento Furtado, para que se efetue a exumação, na forma requerida, que defiro".

Já em seu parecer, a promotora Virginia de Barros Moreira, demonstrando uma lógica indiscutível, pediu a exclusão de Luiz Eduardo Greenhalgh — o réu intruso — e como tal da sua vontade de ser co-réu à força. Diz a promotora: "As frases podem ser frutos de pesquisa de um grupo. Mas, lógico que tal grupo, aliás pertinente à própria Milícia (fls. 19), não executou o crime imputado pelo querelante, sim a figura coletiva, a pessoa jurídica de Direito privado, representada pelo querelado. Ela deu publicidade ao conteúdo do trabalho. Levou o público em geral a tomar ciência e discuti-lo" (páginas 2 e 3 e datado de 28 de abril do corrente).

Enquanto isso, o governo de Leonel Brizola continua a dar cuteladas não apenas no governo federal, mas, a insistir também na provocação gratuita aos militares, hoje completamente devotados às respectivas obrigações nos quartéis. Em sua edição de 15 do corrente, o Jornal do Brasil publica, aliás, extensa matéria narrando a inauguração de uma praça na Ilha do Governador em homenagem ao ex-militante do MR-8, Stuart Angel Jones, em decorrên-

cia por um tal Partido Tancredista Nacional, e contumaz agente provocador de Brizola, em cuja legenda do PDT foi eleito.

Narra o referido jornal que a praça Stuart Angel foi a 53ª homenagem promovida pelo grupo Tortura Nunca Mais a desaparecidos e mortos pela repressão e que "o local escolhido, na Ilha do Governador, fica a poucas centenas de metros da Base Aérea do Galeão, onde Stuart morreu depois de torturado". E mais, textualmente: "As homenagens do grupo Tortura Nunca Mais aos mortos e desaparecidos políticos começaram no dia 1º de abril passado, quando foram inauguradas 35 ruas com seus nomes no subúrbio de Paciência e 17 ruas no Pontal, situadas na Barra da Tijuca". A vice-presidente do grupo, Ieda Sales, lembrou que a missão do Tortura Nunca Mais "é descobrir torturadores dentro do aparelho do Estado e fazer justiça aos mortos e desaparecidos".

Os militares, entretanto, não pleitearam, até agora, nem outros órgãos de segurança que se empenharam na luta contra a guerrilha urbana e rural, que assaltou bôncos e seqüestrou embaixadores, sequer a menor das homenagens. Enquanto isso o caudilho que governa o Rio fala de suas saudades do governo do general João Figueiredo, a quem o chefe do Grupo dos Onze quer mais bem do que ao presidente José Sarney. Compreende-se perfeitamente essa confissão de Brizola. Todos conhecem de sobra sua "personalidade numerosa", entre outras a de antigo comandante dos atrevidos Grupos dos Onze e que num dia só pode perfeitamente ostentar a face de mr. Hyde e o rosto do dr. Jekyll. Jamais faltam ao múltiplo Leonel doses maciças de hipocrisia bastante para dizer cobras e lagartos do atual presidente da República, enquanto manda por trás dos panos que o seu servil e soturno prefeitinho venha a público "discordar" dele, ao passo que afirma não apoiar semelhante declaração e prefere o Sarney ao Figueiredo. Tudo de um descaramento sem par...

No resto, o melhor que se faria neste país era não perder de vista que a anistia foi dada a todos; e não apenas aos que estiveram nas trincheiras ideológicas do esquerdismo totalitário. Pois nada justifica a esta altura dos acontecimentos a pertinácia com que a "canhota" tupiniquim procura erigir altares e canonizar novos santos da sua devoção.

Os tempos são outros e o Brasil, a caminho da Constituinte, só quer do fato esquecer os erros do

ANEXO 17 – PERSERGUIÇÃO MILITAR À IGREJA CATÓLICA

as forças populares

E as forças populares como vêem o levante? Creem-se já à frente associada a que pensam estas forças da liberdade, acima, a que nos parecia o conteúdo da questão. Realmente é preciso dizer que muito mais que um comício da Cidadania, muito mais que as mil manifestações de solidariedade de prisioneiros e oficial governo, este levante de Brasília contribui para que o governo se defina. De que lado está, agora, depois do levante, em relação às forças populares? Que vai fazer? Reprimi-las? Pela outra coisa não é o que pede a reação. Dos aspectos do levante, como parece?

POIS OUTROS LEVANTES MÃO DE VER

É quando encaramos que visto outros levantes não foram ameaças. Apesar das ameaças, esse ato manifestação dos sargentos, não é sendo uma manifestação da ação popular, estimulada para a vitória pela situação geral do país e nacionalmente, apesar, pela prova discriminatória que tais militares estiveram na processo eleitoral, encabeçada pela decisão da Superior Tribunal Federal.

Não nos parece, por esta razão que o movimento dos sargentos está, em si mesmo, a fazer uma festa de lutar, neste momento. Mas é preciso dizer que, se não há na ação isolada e de certa forma desesperada, mas muito mais, houve ainda das forças populares, da vanguarda do povo, de todos nós, em sua luta pela integração dos sargentos na luta comum dos grandes setores brasileiros. Não é certamente com ações isoladas e autossuficientes que o povo escreverá a história de sua libertação real. Mas ela não será escrita também com a quietude, as recusas de última hora, as tentativas a modo baricônica de lutar as questões.

Há um fato novo na história do país: a participação dos suboficiais e sargentos de nossas Forças Armadas no processo político — muito se expressava, há tempos, o suboficial Galci em discursos que provocou grande celebração. Este fato novo está aí, no levante de Brasília. Até mesmo independentemente da liderança popular, parcelas do povo começam a agir com poder, e legitimamente.

As forças populares recebem este fato como bom. A luta vai continuar.

ANEXO 20 – PUBLICAÇÃO DO JORNAL DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Marcha da Vitória

CONSTITUIU um acontecimento de excepcional significação a Marcha da Família com Deus pela Liberdade iniciada para o dia de ontem quando não se tinha nenhuma perspectiva sobre a que ia acontecer pouco depois.

É a Marcha, que originariamente seria um protesto contra o estado de coisas a que vinha avaratado o país, converteu-se numa demonstração de vitalidade democrática, em que todos se imantaram para andar e encorajamento de uma fase das mais negras da vida brasileira. Muito mais do que se esperava, dadas as circunstâncias, a presença de participantes da Marcha representou uma prova de civismo e religiosidade da mulher carioca, que ali encarnava a solidariedade e os sagrados laços de coesão da família cristã.

Mas as ruas e praças se encheram também de uma massa popular que não deixa dúvidas em torno da vocação democrática de nossa gente. Muitos cidadãos se fizeram ouvir. O que disseram, segundo o entusiasmo e a forma das expressões usadas, poderia parecer em totalidades diversas no seio da multidão; na substância, porém, não havia discrepâncias.

Levava-se de maneira a mais clara e incisiva a condenação aos autoritarismos. E consagrava-se, na praça pública, o sentimento dominante do povo brasileiro, fiel às tradições mais caras da nacionalidade.

Corriam, neste registro de poderosa concentração popular, deuses mais uma vez corrompida o desejo geral de renovação dos nossos quadros políticos e administrativos, num sentido alto e nobre de busca de dias melhores para o povo.

E aqui se insere a arrojada presença dos ruídos inextinguíveis a imprimir as referências históricas de que carecemos. Não das "reformas" que

serviam de bônus às pretensões de continuismo e mutilação da Carta Magna. Mas daquelas reformas pelas quais de há muito vivamos nos batendo.

Reformas que permitam efetivamente colocar o país no nível das necessidades criadas pelo impulso de desenvolvimento nacional dos últimos tempos. Ninguém desconhece a urgência mesmo das reformas. E elas virão, está claro, a seu tempo e sobestudo debatidas pelo órgão competente para isso — o Congresso.

A Marcha da Família com Deus pela Liberdade teve, pois, o sentido de não apenas exteriorizar publicamente a repulsa ao comunismo ateu, mas igualmente a convicção profunda do povo brasileiro em favor do advento das reformas dentro do espírito cristão e democrático.

Seria irreverente imaginar que as mais diferentes camadas do povo estiverem de acordo com o que se vinha passando entre nós ultimamente. Se as instituições pudera engessar o alarido dos ministros mal-telados de que se vinha servindo o sr. João Goulart para engendrar suas incoerentes manobras continuistas.

☆

O movimento de espaldio recentemente ao que se viveu, em especial a partir do começo do dia 13 de março, não tardou com efeito a refletir em manifestações de vida natural, culminadas, afinal, pela esplêndida e audível ação das classes militares.

Atingidas, estas, no cerne de suas organizações, não havia mais como delas esperar uma obediência já esperada pelos pronunciamentos anticonstitucionais e liberticidas do ex-presidente da República.

De fato, não comportava mais de uma opinião a autoridade, a legitimidade, mesmo, da conduta adotada pelas Forças Armadas. Deixava de existir o vínculo fundamental de

uma missão constitucional. Em vez de guardiões da lei e da ordem, convertiam-se em vilões pessoais do sr. Goulart.

As Forças Armadas, no seu conjunto, estruturadas com base na disciplina e na hierarquia, prisioneiras a um juramento solene e grave, passaram a agir como escola pessoal e respeito militar para as aventuras candibescas do sr. João Goulart.

Talvez essas considerações ficassem implícitas na primeira das demonstrações populares, atraídas da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em São Paulo.

As se deslocaram de suas bases para as concentrações públicas, as multidões que se adunaram nas ruas e avenidas paulistanas, e ontem no do Rio, desejavam mostrar aos órgãos responsáveis pela segurança nacional o verdadeiro espírito que lhes indicaram as locuções presidenciais.

☆

Campos também localizar essa mensagem de convulsão e solidariedade para com as Forças Armadas, que mais uma vez se comportaram à altura de suas mais caras tradições. Intervieram para repor a ordem onde a ordem estava sendo transformada no desordem.

Pois de acordo, no mais puro sentido, com a inversão total de valores que se vinha processando, a ordem e com a complexidade do governo.

Não mais a arbitrariedade e imprecisão, e colossais, e misteriosa forma de ação do sr. João Goulart — e sim uma definição afiada e claramente atenuatória de suas vontades, objetivos, atos e o subseqüente das bases disciplinares e hierárquicas como etapa fundamental para a demarcação dos limites obrigatórios que restavam no seu caminho em bases do poder pessoal.

A Marcha da Família com Deus pela Liberdade veio agora ratificar de modo eloquente a ação militar que salvou o país de mais.

ANEXO 21 – PUBLICAÇÃO DO JORNAL DO BRASIL



ANEXO 22 – PUBLICAÇÃO DO JORNAL HORA DO POVO

Fariseus e Vendilhões apavorados

Sumo Pontífice vem ao Brasil e condena desigualdade social — Diz para Figueiredo governar às claras — Recomenda a jovens não seguirem filosofias totalitárias; como a do governo brasileiro — afirma que condições subumanas da população podem ameaçar a paz da família brasileira — Multidões deslumbradas com simpatia papal.

— "Querá Deus que esta perspectiva ajude o Brasil a construir um convívio social exemplar, superando desigualdades e injustiças". "A miséria ameaça a família cristã". "você dizem, com razão, que é impossível ser feliz vendo uma multidão de irmãos carentes. Você dizem que é indecente que alguns exibam o que falta à mesa dos demais".

Declarações como estas, aliadas à qualidade de João Paulo II de chefe da Igreja, o primeiro Papa a pisar em terras brasileiras e mais a grande abertura para os problemas do povo, atraíram para as pregações do Sumo Pontífice verdadeiras multidões.

Os fariseus e sepulcristas, que esperavam do Papa palavras de elogio aos governantes que encamam o ódio e a violência entre a

população, se decepcionaram. Logo no seu primeiro discurso, quando o presidente Figueiredo o recebia, suas primeiras observações foram para exigir respeito aos direitos humanos, direitos de moradia, saúde, educação, emprego e salário condigno.

O Papa, no seu primeiro sermão, pediu ao presidente que servisse ao povo, e o aconselhou a fazer reformas indispensáveis ao homem brasileiro, em direção a uma sociedade mais justa e a uma ética social.

AMEAÇA À FAMÍLIA

Na sua pregação, no Aterro do Flamengo, que foi assistida por cerca de 1 milhão de pessoas e dedicada à família, o Santo Padre afirmou que havia duas ameaças para a família brasileira, uma de ordem

social outra de ordem moral. "As condições subumanas que vivem milhões de famílias no interior do país e periferias das grandes cidades são uma ameaça à Paz no Brasil".

Com estas palavras o Santo Padre confirmou os alertas que vários oposicionistas, e o Hora do Povo em particular, vem fazendo há tempos: o governo com sua política de ignorar os problemas do povo acabará provocando uma revolução, no país.

Neste pronunciamento, o Papa afirma que os depoimentos mais autorizados sobre a América Latina são os documentos dos Congressos de Medellín e Puebla, onde foram claramente delineados os princípios de um maior compromisso da Igreja com o povo. E no final do Sermão do Aterro do Flamengo ele declarou: "O desejo mais intenso do Papa nesta hora seria por um milagre... falar a cada família a quem tudo falta, para distribuir a quem tudo falta e que pertence a quem nada tem".

PREOCUPAÇÃO COM O POVO

A preocupação com os sofrimentos da população brasileira também ficou demonstrada no seu sermão

aos jovens de Belo Horizonte. Ele confessou que compreende as aspirações dos jovens por uma sociedade mais justa e a revolta de ver algum esbanjando o que falta na mesa dos outros.

Como chefe da Igreja, João Paulo II relembra que em sua juventude também viveu as convicções de construir uma sociedade livre e próspera, onde todos e cada um possa gozar dos benefícios do progresso. Ele recomenda aos jovens a construir esta nova sociedade sobre os valores cristãos.

Ele recomendou ainda a juventude cristã que não se deixem levar por ideologias que preguem o ódio e a violência e a negação da liberdade, numa clara advertência aos que hoje insistem em defender ideais próprios do nazifascismo que hoje ressurtem em países da América Latina, e aos sistemas de poder que impedem o florescimento e a participação da juventude.

CONTRA A PORNOGRAFIA

Demonstrando ainda sua preocupação com uma melhor distribuição das riquezas, o Papa advertiu aos jovens: "o seu superfluo é quase sempre o que falta a outros". Ele condenou a onda de por-



noctúria estimulada pelo governo, retirando a censura para si este tipo de publicação. "Não se deixem levar pela 'exasperação do sexo' que abala a maternidade do amor humano e coarctar a desagregação da família".

O Papa recomendou ainda que o Presidente Figueiredo generasse as clare e não no equívoco. Alguns observadores políticos suspeitaram a declaração de Sua Santidade como um claro indicio de que ele desaprovava o encaminhamento das eleições, marcada para novembro próximo.

Na sua visita ao Brasil o Papa pediu para encontrar-se com os intelectuais brasileiros, mas vários deles recusaram a organização do encontro. O próprio organizador reconheceu que esqueceu de nomear o compositor Chico Buarque. Outra ausência notada foi a do representante do HTP, que inexplicavelmente não foi incluído entre os nomes escolhidos.

(Mais Papa na página 4)

POLÍTICA

Hora do Povo — Pág. 3

Sua Santidade passa sermão em Figueiredo!

Desigualdades: Só as injustas diminuirão.

A fala do Papa estimula discussões entre os presentes à sua missa no Rio. A reportagem HP, acima no topo, Reportagem segue para entre das linhas.

Está vindo, não? O Papa quadrou suas ideias sobre socialismo e sociedade sem classes.

De forma alguma, não, contestamos, não nos sentimos atraídos pela fala do Santo Padre. Não nos mostramos pelo lado das esperanças, mas pelo amor à classe operária, ao povo, à humanidade. A liberdade e a justiça. Lutar por uma participação e uma forma de escapar ao determinismo, de que não somos os escravos. Não são "perigosos", a luta de classes, ela existe em função da heterogeneidade das classes dominantes. Não também percebemos que a política social serve aos interesses da classe social sem de fato lutar por ela ou que, em realidade, queramos "socializar" o povo. Quando a "sociedade" da sociedade sem classes, não temos porque questionar Sua Santidade, quando fala em "classes", se refere a mesma ideia que fazemos desde sempre. Não queremos o fim da divisão da sociedade em classes exploradoras e classes exploradas, em proprietários e despossuídos. Não pretendemos abolir de toda e qualquer desigualdade. É insensível que quem difere os níveis de contribuição de cada indivíduo para a sociedade, leva conta a necessidade, individual, de cada um. Pensamos que o Papa, quando condena as "desigualdades", aponta para o mesmo objetivo de justiça social que nós. Aliás, se nos refermos ao pé da letra sua condenação do Papa, já um estatismo sendo afirmado que "socialismo" é ideia atribuída ao HTP, pois é impossível negar com as desigualdades em geral. E tratamos tudo para ver "classes" ali onde elas não existem, mas não somente as desigualdades.

Prometer cita Hitler para acusar HP

ANEXO 24 – PUBLICAÇÃO DO JORNAL DO COMÉRCIO



ANEXO 25 – PUBLICAÇÃO DO JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO



A "Marcha" em Recife

RECIFE, 10 — Mais de duzentas mil pessoas se concentraram na avenida Guararapes, após percorrerem a avenida Conde da Boa Vista e parte da Gua-

rarapes, na "Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade", ontem realizada. Foi a maior concentração humana que se verificou no Recife (Da Sucursal)

ANEXO 26 – PUBLICAÇÃO DO JORNAL O GLOBO

Goiás Marchou Com Deus Pela Liberdade

GOIÂNIA, 15 (O GLOBO) — Com a participação de delegações de todo o Estado, alcançou amplo êxito a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em Goiânia, organizada pelas senhoras democratas, que contaram com a cooperação das autoridades estaduais e do comércio em geral. Falaram na oportunidade, para mais de 25 mil pessoas concentradas na Praça dos Bandeirantes

(foto), a Sra. Lena Castelo Branco Ferreira da Costa, pela mulher goiana; Sr. Jerônimo Geraldo Queirós, pelo cidadão goiano; o estudante Getúlio Durgino Lima e o Sr. Durão José Oliveira. A Banda de Música da Polícia Militar participou da passeia, que teve início às 15 horas. A concentração terminou com o povo cantando o Hino Nacional e dando vivas aos líderes da revolução e ao Governador Mauro Borges

ANEXO 27 – PERSONALIDADES DA IGREJA CATÓLICA CONTRA O REGIME MILITAR

Cardeal Agnelo: Igreja é que fixa seu caminho

SÃO PAULO e RIO (UH) — O Cardeal-Arcebispo de São Paulo, D. Agnelo Rossi, declarou ontem que a Igreja dispensa opiniões como a da Sra. Maria do Carmo Sodré, esposa do Governador do Estado, segundo a qual "a força da Igreja reside em

seu tradicionalismo". O Cardeal respondeu com um sorriso quando o tema lhe foi proposto: — Essas observações são desnecessárias. A Igreja, através dos Concílios, determina sua própria direção — disse.

Dom Agnelo Rossi contestou com veemência a acusação de que D. Helder Câmara "é comunista", feita por alguns militares e políticos. — É um absurdo afirmar que D. Helder é comunista. Ele deseja a justiça social, às vezes a atinge com ferocidade, mas seu método é de liberdade e não de violência ou luta de classe — declarou o Cardeal, que afirmou ainda haver "certa confusão" em torno dos incidentes de Volta Redonda. — Não houve o caso dos tanques presos. Outra é o desaquecimento do Bispo D. Valdir Calheiros pelos tranqueiros que vêm realizando,

em janeiro, viajará para Lima, a fim de se reunir com especialistas para estudar os planos da II Conferência do Episcopado Latino-Americano. Depois irá a Saint-Louis, nos Estados Unidos, para participar da Conferência do Programa Interamericano de Cooperação (CICOP), e a Roma, para assistir a uma reunião da Comissão Pontifícia para a América Latina.

O Arcebispo declarou que em seu contato com a realidade latino-americana na qualidade de Presidente do CELAM reconheceu a importância de que em todos os países do Continente há "valores insubstituíveis pelo bem comum". Colocado diante da realidade latino-americana, que tem aspectos positivos e negativos, a Igreja provoca choques e busca harmonização de tudo isso, no sentido positivo, mas realista — disse Dom Agnelo, que adotou esta posição.

O conceito de civilização cristã não é uma utopia, afirmou Dom Agnelo. A Igreja tem o dever de apontar o seu estado de civilização em favor da civilização cristã. A Igreja tem o dever de apontar o seu estado de civilização em favor da civilização cristã. A Igreja tem o dever de apontar o seu estado de civilização em favor da civilização cristã.

UM CONSELHO

De res. ex. de Volta Redonda onde se reuniram o D. Valdir Calheiros e o D. Valdir Calheiros a respeito da Conferência dos Bispos do Brasil, o Secretário-Geral do CNBB, D. José Gonçalves da Costa, disse que encontrou o Bispo "com a serenidade de um homem de consciência tranquila, ocupado unicamente com a sua missão pastoral". — Verifiquei pessoalmente — disse — que Dom Valdir não está fazendo nenhuma exposição e não explora nada do que ocorreu para conquistar mais simpatia do povo. Ele está inteiramente voltado para a sua missão religiosa.

conselho à diretoria da Cia. Saneamento Nacional para que colabore com o plano de Volta Redonda, pois este "tem caráter contábil com os líderes sindicais e de classe apenas que se opõem à modernização trabalhista em paz". — Dom Valdir foi mais do que suficiente para panfletos distribuídos. Houve uma interpretação do episódio o que contribuiu para a evolução dos acontecimentos.

NADA DE PRIVILEGIOS

O Subsecretário da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Dom Montemar João Vicente Leite, disse que como pessoa D. Maria do Carmo pode ter opiniões, mas elas não podem influir na direção da Igreja. — Suas declarações — disse — provocam mais uma vez que haja paz e diálogo dentro da Igreja. Ela chama a um diálogo, porque afirma e nega a mesma coisa. Não se pode falar de diálogo sem a participação da Igreja. Ela chama a um diálogo, porque afirma e nega a mesma coisa. Não se pode falar de diálogo sem a participação da Igreja.

Outros religiosos de São Paulo estranharam a declaração de D. Maria do Carmo.

Padre Otto Fischer, Sacerdote do Colégio São Luís, disse que documentos como este assistem os setores mais acomodados. O que não é normal é que a Igreja descesse para um tradicionalismo comprometedor. Sua obrigação é fazer viver o Evangelho.

Irma Margarida do Colégio São Luís — D. Maria do Carmo não tem nenhuma novidade. O manifesto dos Bispos apenas traduz o Populismo Presbiteriano para uma linguagem brasileira.

Irma Margarida, também do colégio — A Igreja agora vai recuperar mais privilégios do que nunca. É o número de agir. Depois do Concílio Vaticano II e outras coisas, a Igreja voltou a ser

Ao regressar ontem de Lima, onde participou da XI Assembleia Anual do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), o Arcebispo de Teresina, D. Azevedo Brandão manifestou-se ao apoiar o manifesto lançado pela Conferência dos Bispos do Brasil afirmando que o documento "expressa firmeza pastoral e muita compreensão dos valores humanos e religiosos". — Os pontos de divergência são um diálogo de alto nível, seria proveitoso para o desenvolvimento pastoral e espiritual do Brasil.

Dom Avelar, que foi eleito por unanimidade para a Presidência do CELAM — principal órgão do Episcopado da América Latina —, explicou que a posição da Igreja tem causado "esforço e incompreensão em muitos" porque "a Igreja de hoje não é mais a Igreja encerrada, distante da realidade do mundo". — Muitos gostariam que ela permanecesse distante, mas a Igreja sente que tem o dever pastoral de dar a sua contribuição ao processo de desenvolvimento e integração da sociedade brasileira.

DESAFIO

ANEXO 28 - CNBB

SUBVERSÃO EM MINAS

A propósito da prisão de padres em Minas Gerais, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil emitiu nota, que os jornais já publicaram na íntegra.

Embora admita a existência de "equivocos entre alguns membros da Igreja", a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em nota oficial, advertiu que o "juízo sobre a pregação do Evangelho, autêntica ou não, é de competência exclusiva da autoridade eclesial."

O documento - a respeito da prisão de religiosos em Minas - acrescenta que "a exigência de todas as transformações que propugna pela mudança da ordem econômica, política, social e cultural manifestamente injusta, não deve ser confundida com subversão de autênticos valores humanos e cristãos que todos nós queremos preservar."

Por outro lado, o

padres acusados a fim de saber se a denúncia tem procedência. Todas as regiões e paróquias percorridas pelos padres franceses estão sendo investigadas. A CNBB procura entrar em contato com testemunhas que possam falar alguma coisa sobre o assunto.

D. Aluisio Loscheider veio a S. Paulo, para debater o problema, com D. Agnelo Rossi. Desde que chegou, mantém-se fechado em seu escritório, de onde sai apenas para almoçar ou jantar. Enquanto isso, em Belo Horizonte, durante três horas e dez minutos cerca de 300 padres de dioceses de outros Estados que vieram trazer solidariedade à Curia Metropolitana, estiveram reunidos, secretamente, no Palácio Cristo Rei, sob a presidência de D. João de Resende Costa.

Coordenaram a reunião o secretário geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, D. Aluisio, e o coordenador de pastorais da Diocese de Belo Hóri-

sa, união sinal da unidade da Igreja, propõe-se a continuidade desta ação juntamente com o bispo evitando tudo que signifique dispersão de forças.

Propõe-se que as nossas manifestações tenham caráter eminentemente religioso. Não se deseja lutar contra as autoridades civis ou militares, mas apenas promover a liberdade e dignidade da pessoa humana. Não se deseja fugir às decisões da Justiça, mas que ela se exerça em condições de respeito às leis e ao direito de defesa.

Que cada uma de nós, individual e comunitariamente, se esforce, agora mais do que nunca para levar à prática o plano de pastoral de conjunto. Esta oportunidade sirva de estímulo para se colocar em prática, a orientação do plano - promoção da dignidade humana, unidade de evangelização, catequese, liturgia e ecumenismo.

Transferir à CNBB todos os entendi-

ANEXO 29 – ATUAÇÃO DO CLERO CATÓLICO NO PAÍS

CONFIDENCIAL	002381	79
<u>SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES</u> <u>AGÊNCIA CENTRAL</u>		
INFORMAÇÃO Nº 119/16/AC/79		
DATA ASSUNTO REFERÊNCIA DIFUSÃO ANEXO	: 20 JUL 1979 : A ATUAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES SUBVERSIVAS E DO CLERO CATÓLICO NO PAÍS : MEMO 322/02/CH/GAB/SNI : CH/SNI : A ATUAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES SUBVERSIVAS E DO CLERO CATÓLICO NO PAÍS	
<p>Em atendimento ao documento referenciado esta AC elaborou uma avaliação da conjuntura do Movimento Comunista Brasileiro - MCP - e da atuação do Clero Católico no País.</p> <p>A primeira parte do documento aborda, de modo analítico, a pregação das organizações subversivas, suas principais bandeiras e palavras de ordem. Os documentos analisados permitiram concluir que existe, no momento, um consenso de atuação entre as organizações comunistas: a aplicação de táticas não violentas.</p> <p>Assim é que, em uníssono, há um proselitismo dirigido às massas com a finalidade de sensibilizá-las e atraí-las para o MCP que, com isso, procura ganhar novos simpatizantes e militantes.</p> <p>É de se esperar que se acentuem as ações de infiltração em todos os setores da sociedade brasileira, que aumentem as ações de contestação ao regime, particularmente, pelas organizações de frente já existentes no País e mascaradas de entidades legais, que haja uma busca, cada vez mais intensa, pelo controle de organizações comunitárias, seja de cunho religioso ou leigo.</p>		
CONFIDENCIAL		

ANEXO 30 – PUBLICAÇÃO DO JORNAL “O SÃO PAULO”

O SÃO PAULO

SEMANA DE 27-8 A 3-9-1985 — Nº 1.525 — ANO XXX — Cód. 1.525

Brasil assina a Convenção contra a tortura

Foto: J. G. G. — OSM



O presidente José Sarney assina a Convenção Contra a Tortura, na segunda-feira, dia 21

Dia 22 de setembro de 1985 foi um dia histórico para o Brasil, no mais amplo sentido humanitário. Atendendo aos anseios do povo brasileiro, o Presidente José Sarney assinou, na sede das Nações Unidas (ONU) em Nova Iorque, a "Convenção contra a tortura e outros tratamentos ou castigos cruéis, desumanos ou degradantes".

O Brasil tornou-se, assim, o 24.º país do mundo a assinar esse importantíssimo documento.

É no seu Perfil de livre Brasil: Nunca Mais, o Cardinal-Arcebispo de São Paulo fez um apelo ao governo brasileiro para que assinasse e ratificasse a

Convenção Contra a Tortura proposta pela ONU (ver página 14 de hoje).

E na sua coluna semanal "Encontro com o pastor", na edição de 13 a 19 de setembro de 1985 de O São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns voltava ao assunto:

"Além de uma campanha a favor da assinatura e ratificação pelo Brasil da Convenção da ONU Contra a Tortura (ver o Anexo V de hoje), podemos e devemos exigir que se faça constar na nossa nova Constituição a proibição da tortura e outros tratamentos ou castigos cruéis, desumanos ou degradantes. Assim, criaremos condições para um futuro de paz, de justiça e de esperança".

ANEXO 31 – ATIVIDADES SUBVERSIVAS DOS PADRES

Confidencial IPM.322, p.3/7

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
1º EXÉRCITO
IPM

Belo Horizonte, MG, 28 Abr 69

RELATÓRIO Nº 2
(SITUAÇÃO ATÉ 28 Abr 69)

1. FINALIDADE

Expor, em linhas gerais, o andamento do IPM sobre as atividades subversivas de elementos da Igreja católica.

2. DADOS GERAIS

a. Estatística de pessoal

- Pessoas interrogadas:
 - Padres _____ 16
 - Leigos _____ 22
- Pessoas indiciadas
 - Padres _____ 10
 - Leigos _____ 7
- Testemunhas:
 - Padres _____ 5
 - Leigos _____ 16
- Interrogatórios feitos _____ 66

b. Estatística de documentos

- Apreendidos _____ 733

c. Diligências

- Buscas _____ 21
- Prisões para averiguações _____ 3
- Prisões preventivas _____ 4

Pe MICHEL MARIE LE VEN
Pe FRANÇOIS MARIE XAVIER BERTHOU
Pe HERVÉ CROQUENNEC
Diácono JOSÉ GERALDO DA CRUZ

*****CONTINUA*****

Confidencial

IPM 7.1.53

Figueiredo
Ar

ANEXO 32 – ATIVIDADES SUBVERSIVAS DOS PADRES

Confidencial 1PM.333, p. 47

CONTINUAÇÃO,.....Fol. 2

- OBS: Todos os que foram prêses já estão em liberdade; os quatro últimos por término do prazo de prisão preventiva e os demais foram soltos logo depois de arguidos.

3. ANDAMENTO DO IPM

a. Fases

- 1a - Exame e seleção dos documentos apreendidos pelo Cel MOTTA e os resultantes de outras buscas.
- 2a - Interrogatório dos acusados iniciais e de algumas testemunhas.
- 3a - Exame da documentação apreendida no Convento dos Dominicanos.
- 4a - Interrogatório de elementos da JOC de BH e dos frades dominicanos.

b. Situação


Pela documentação apreendida não há nenhuma dúvida de que dentro da Igreja católica está em articulação um movimento revolucionário de caráter socialista contra o atual Governo do país e, particularmente, contra o capitalismo.

Este movimento tem ligações na Argentina e, possivelmente, no Chile. Estão nele envolvidos padres e leigos dos seguintes estados: MA, CE, PA, PE, AL, BA, MG, SP, RJ, GB e ES. Os principais focos estão em RECIFE, BELO HORIZONTE, SÃO PAULO e RIO DE JANEIRO. Alguns bispos também dele participam. Seu principal instrumento de ação é a JUVENTUDE OPERÁRIA CATÓLICA (JOC), mas há indícios de utilização da JUVENTUDE AGRÁRIA CATÓLICA (JAC), cujos elementos são mobilizados (conscientizados e organizados) através dos seus assistentes (padres) e dirigentes (operários leigos), em pequenos grupos. O Movimento Estudantil (ME) atua como linha auxiliar. Este movimento vem sendo organizado desde a revolução de 64.

*****CONTINUA*****

Confidencial

Examinado
aa



ANEXO 33 – IGREJA CATÓLICA NA LUTA CONTRA A TORTURA

A TRIBUNA

Propriedade de "A Tribuna" de Santos - Jornal e Editora Ltda

— Santos, sexta-feira, 22 de novembro de 1985 —

Arquidiocese divulga nomes de torturadores

SÃO PAULO — O atual comandante militar da Amazônia, general-de-brigada Octávio Aguiar de Medeiros, que foi o ministro-chefe do Serviço Nacional de Informações no Governo Figueiredo, é um dos 444 torturadores denunciados por presos políticos em 695 processos examinados pelo Superior Tribunal Militar, no período de abril de 1964 a março de 1979. A relação dos tortura-

dores foi divulgada ontem pela Arquidiocese de São Paulo, que nos últimos seis anos coordenou e executou o projeto *Brasil: Nunca Mais*, uma minuciosa investigação sobre a repressão política desencadeada com o golpe militar de 1964.

Alguns desses agentes de repressão já haviam sido citados no livro que reúne trechos dos principais relatos de tortura que cons-

tam nos processos, e que com o mesmo título do projeto, *Brasil, Nunca Mais* — foi lançado em julho passado e já vendeu mais de 100 mil exemplares, em suas nove edições brasileiras. Com a tradução inglesa já preparada, o trabalho tem assegurada a sua publicação na Itália, Alemanha Ocidental, França, Suíça, Suécia e Argentina no próximo ano.

A relação completa dos tortu-

ANEXO 34 – PUBLICAÇÃO DO JORNAL FOLHA DA TARDE

FOLHA DA TARDE

104

Número 9.793

• São Paulo, sexta-feira, 22 de novembro de 1985 • Alameda Barão de Limeira, 425 • CEP 01202 •

Cr\$ 2.500

OS TORTURADORES

Igreja divulga lista de 444 implicados entre 1964 e 1979

Pág. 7

FOLHA DA TARDE

São Paulo, sexta-feira, 22-11-1985 — POLÍTICA — Pág. 7

A LISTA COMPLETA

IGREJA APONTA TORTURADORES

A comissão que pesquisou e editou o livro "Brasil Nunca Mais" divulgou uma lista contendo os nomes de 444 pessoas denunciadas como torturadores em processos oficiais da Justiça Militar no período de abril de 1964 e março de 1979. O livro, o mais amplo dossiê até agora publicado sobre a tortura política no Brasil naquele período, foi publicado em julho deste ano. A comissão que o preparou — cujos nomes nunca foram divulgados por medida de segurança — está ligada à Arquidiocese de São Paulo.

O nome mais importante da relação é o do general Octávio Aguiar de Medeiros, ex-ministro-chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI) no governo Figueiredo e atualmente co-

mandante militar da Amazônia. Medeiros é acusado em dois processos: o primeiro de nº 7.368, na 1ª Circunscrição Judiciária Militar, em Juiz de Fora (a 250 quilômetros de Belo Horizonte, em Minas Gerais), e o outro de nº 2.086, na 1ª Circunscrição Judiciária Militar, no Rio de Janeiro. O denunciante é Nilo Sérgio Meneses Macedo.

Também aparece na lista o coronel Ary Pereira de Carvalho, citado em três processos, por cinco denúncias, em 1969, no Rio de Janeiro. O coronel Ary tem sido seu nome ligado ao desaparecimento e morte do jornalista Alexandre von Baumgarten. Em São Paulo, aparecem os nomes do então major e comandante do DOI-Codi, Carlos Alberto Bri-

llante Ustra; do delegado Sérgio Paranhos Fleury (já morto); do investigador Ademar Augusto de Oliveira (conhecido por "Pinhão"); do delegado Ernesto Milton Dias, atual titular da Divisão de Crimes contra a Economia Popular, do Decon; do delegado Davi dos Santos Araújo (ou "Capitão Lobo"); atualmente na Polícia Federal; do delegado Alcides Stangile, atualmente à disposição da Delegacia Regional da Periferia de Degrana; e do delegado José Gonçalo, atualmente assistente do 3º DP.

A lista não foi trazida à pública anteriormente, pois a Arquidiocese temia que fosse feito algum tipo de uso político-eleitoral nas eleições municipais. Ela também não foi incluída no texto

final do livro, já que o cardeal-arcebispo de São Paulo, d. Paulo Evaristo Arns, não queria que a publicação assumisse um caráter revanchista, como disse à Agência Folha em 11 de agosto passado.

As fontes utilizadas para a elaboração da lista foram os depoimentos de 1.843 pessoas, em 797 processos de Justiça Militar. Mas houve, também, um cotejamento com duas fontes complementares: a carta enviada pelos presos políticos de Presídio Rómulo Gomes, de São Paulo, ao presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, em 23 de outubro de 1973, e o relatório entregue pelos presos políticos do Rio de Janeiro ao então ministro da Justiça, Petrônio Portela, em abril de 1979.

Uma lista contendo 444 nomes de pessoas denunciadas como torturadores foi divulgada pelos editores do livro "Brasil Nunca Mais", ligados à Arquidiocese de São Paulo. O nome mais importante da relação é do general Octávio

ANEXO 35 - PUBLICAÇÃO DO JORNAL FOLHA DA TARDE

guiar de Medeiros,
-ministro do SNI
tual comandante
litar da Amazônia.
ltro é o coronel
y Pereira de
rvalho, que tem
i nome citado no
isódio da morte do
nalista Alexandre
n Baumgarten



General Octávio Medeiros



Coronel Ary Pereira de Carvalho



Sérgio Paranhos Fleury



Delegado Ernesto Milton Dias

General e coronel não são localizados

O general Octávio Aguiar de Medeiros, atual comandante militar da Amazônia, procurado no hotel de Trânsito de Oficiais, onde encontra hospedado em Brasília, desde terça-feira, não foi encontrado. Uma pessoa que não quis se identificar e que atendeu o telefone em seu quarto informou quem que ele havia saído para jantar em casa de amigos e que retornaria muito tarde.

O coronel Ary Pereira de Carvalho não se encontra servindo em Brasília e seu paradeiro não é revelado.



Em 4 meses, cem mil livros vendidos

O livro "Brasil Nunca Mais" (Editora Vozes, 312 páginas, Cr\$ 45 mil) foi distribuído às livrarias do País a 15 de julho deste ano, sem nenhuma propaganda. Em pouco mais de quatro meses, vendeu mais de cem mil exemplares. Os autores levaram seis anos para concluir o trabalho.

"Brasil Nunca Mais" pretende preservar a memória do que ocorreu no regime militar, entre 1964 e 1985, e denunciar as torturas, sequestros, mortes e desaparecimentos do período.

444 nomes levantados pelo Projeto "Brasil Nunca Mais"

ANEXO 36 – PUBLICAÇÃO DO JORNAL FOLHA DA TARDE

Governador faz defesa de acusado de tortura

Recife — Incluído na lista de 444 torturadores divulgada pela Arquidiocese de São Paulo, o secretário de Segurança Pública de Pernambuco, Mauni Antônio Figueiredo, foi inocentado pelo governador Roberto Magalhães, para quem a relação corre o risco de ser desmoralizada.

O assessor parlamentar da Câmara Municipal, Francisco de Assis Barreto da Rocha Silva, que na década de 70 respondeu a sete processos na Justiça Militar e cumpriu pena na penitenciária Barreto Campelo, na ilha de Itamaracá, assegurou que o secretário Mauni Figueiredo "integrava o sistema de torturas da época."

— Conheço Mauni e sua atuação exemplar, durante os quatro anos em que foi chefe de gabinete da Secretaria de Segurança Pública, na gestão do então secretário Sérgio Huginio Dias. Ele sempre desenvolveu um trabalho que honra qualquer policial, e absolutamente não acredito que esteja envolvido nisso. Tanto é que, quando o nomeei, recebi um telegrama de congratulações da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife.

Ex-militante do Partido Comunista Revolucionário, Assis contou que, quando foi preso, os policiais o agarraram com

violência e sua camisa rasgou. "Ao chegar à cadeia, Mauni ordenou grosseiramente que eu fechasse a camisa. Respon-di que os botões tinham sido arrancados. Isso foi o suficiente para que Mauni me xingasse de atrevido e me desse um soco na barriga. Foi ele quem me encaminhcou para a tortura do pau-de-mora", acusou.

É de estranhar — afirmou Assis — essa segurança do governador. Em um dos processos a que respondi na auditoria militar acusei Mauni de prática de tortura, e isso consta dos autos. Voltei a fazer a mesma denúncia na convenção do PSB, assim como em 25 de agosto deste ano, durante o seminário sobre a política de cultura para a cidade do Recife.

Marcelo Mário de Melo, que também esteve recolhido em Itamaracá, fez acusações idênticas. Mauni foi acusado de torturador também por Alanir Cardoso e pelo deputado estadual do PMDB, Luciano Siqueira, ex-presos políticos.

Assis disse que a lista divulgada pela Arquidiocese de São Paulo omitiu o nome de Armando Samico, ex-delegado do DOPS, a quem acusou de ser um dos responsáveis pela morte do preso político Odias Carvalho. Samico é hoje reitor da Fundação do Ensino Superior de Pernambuco e nega as acusações que lhe são feitas.

ANEXO 37 – PUBLICAÇÃO DO JORNAL O GLOBO

PE.0.041/96

Marcha da vitória faz cinco anos



D. AMÉLIA MOLINA BASTOS

Há exatamente cinco anos, o Rio assistia a um espetáculo comovido de fé patriótica, quando um milhão de cidadãos veio às ruas comemorar a vitória da Revolução de 31 de março 1964. Estavam ali reunidos homens e mulheres, jovens e velhos, irmãos no mesmo espírito que inspirou as abnegadas brasileiras que organizaram a Marcha da Família da CAMDE, a organização feminina que primeiro se lançou em campo contra a consolidação do País, e contra o caos que ameaçava destruir a ordem, a família, a organização nacional.

A marcha, ordeira e com o espírito de ação de sacas, foi também um ato de coragem, porque realizada contra a opinião de muitos revolucionários, que previam a possibilidade de se concretizarem as ameaças comunistas.

O comparecimento de uma multidão de proporções quase ineditas significou um referendário inconfundível do povo à vitória alcançada dois dias antes pelas Forças Armadas. E a vibração popular contagiou o País em todas as direções.

A Marcha da Família da CAMDE, como as marchas anteriores desse movimento, teve em D. Amélia Molina Bastos o seu grande general. A ela, principalmente, e também a suas dedicadas correligionárias, se deve o êxito da campanha por eles batizada como Campanha da Mulher pela Democracia.

E que no entanto foi mais, pois arrebatou mulheres e homens, que foram à praça em busca do saneamento da vida pública brasileira, exigindo pela voz candente de seus discursos, e orando a Deus pelo êxito da empreitada, que as forças do mal fossem apedregadas de Poder, que se impusesse um basta! aos desmandos e à corrupção que se haviam instalado nos mais altos postos da República.

Em sua aparente fragilidade, as senhoras da CAMDE mostraram a força da mulher brasileira, o seu denodo calcado em tantos exemplos históricos. A galéria de tantas brasileiras da fênix de Maria Otília, de Anita Garibaldi, de Maria Quitéria, inclui-se desde alguns anos a essa corajosa dirigente da CAMDE — tratada carinhosamente de Amelinha pelas suas amigas e companheiras —, que foi a grande figura do movimento feminino pela implantação da Revolução e uma das principais responsáveis pelo movimento de repúdio em todo o País, pelos desmandos do Governo de então.

Dentro do espírito que a norteou desde a sua criação, a Campanha da Mulher pela Democracia continua seu trabalho, sem temor, com a mesma idealização dos ideais revolucionários, em prol da comunidade e pelo bem do Brasil.

69/64 2-4-69

ANEXO 38 – PUBLICAÇÃO DO JORNAL O GLOBO

REV. 0.0.41/94



Sras. Gilda de Paiva Cortes (à esquerda) e Mary Harmon, diretoras da CAMDE. Elas manifestam sua fé inabalável na Revolução.

CAMDE EXALTA O 31 DE MARÇO

A Campanha da Mulher pela Democracia, organizadora da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, realizada há 5 anos, no dia 3 de abril, divulga, ontem, um manifesto, conchamando cada cidade a colaborar para o bem do Brasil. Ressalta a CAMDE que o movimento revolucionário de 31 março, do qual participou tão decididamente, conta com um saldo positivo.

P. 3.



Esta multidão, de mais de um milhão de pessoas, acompanhou, há cinco anos, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Foi um dia histórico.

Través notícias de 2-4-69

ANEXO 39 – PUBLICAÇÃO DO JORNAL DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Diário de Notícias do dia 2-4-69 PE.00.41/98

Marcha da Família Com Deus: 5º Aniversário

Concentração e grande adesão da família com Deus pela Liberdade, a Constituição da República e a Democracia brasileira, a 5ª edição da Marcha da Família Com Deus, realizada em 2 de abril de 1969, teve uma participação popular que ultrapassou os limites da cidade de São Paulo, chegando a atingir milhares de pessoas em todo o Estado de São Paulo e em outras partes do Brasil.

A concentração ocorreu no local tradicional, o Parque do Ibirapuera, onde se realizou a cerimônia de abertura, com a presença de autoridades locais e nacionais. O evento foi transmitido ao vivo pela televisão e rádio, permitindo que milhões de pessoas acompanhassem a marcha em suas casas.

A marcha da família com Deus é uma manifestação pacífica e ordenada, que visa à defesa da família, da moralidade e da democracia. Ela é organizada anualmente e atrai a participação de pessoas de todas as idades e classes sociais.

FAMÍLIA DECISIVA PARA A VITÓRIA

Resumindo, a 5ª edição da Marcha da Família Com Deus pela Liberdade foi um sucesso, demonstrando a importância da família na construção de uma sociedade justa e democrática.

A 5ª edição da Marcha da Família Com Deus, realizada em 2 de abril de 1969, teve uma participação popular que ultrapassou os limites da cidade de São Paulo, chegando a atingir milhares de pessoas em todo o Estado de São Paulo e em outras partes do Brasil.

A concentração ocorreu no local tradicional, o Parque do Ibirapuera, onde se realizou a cerimônia de abertura, com a presença de autoridades locais e nacionais. O evento foi transmitido ao vivo pela televisão e rádio, permitindo que milhões de pessoas acompanhassem a marcha em suas casas.

A marcha da família com Deus é uma manifestação pacífica e ordenada, que visa à defesa da família, da moralidade e da democracia. Ela é organizada anualmente e atrai a participação de pessoas de todas as idades e classes sociais.

APÊLO

Procuramos e mantivemos a ordem, mas ainda falta muito mais. É preciso lutar pela família, pela moralidade, pela democracia. É preciso lutar contra a corrupção, contra a violência, contra a desigualdade social. É preciso lutar por uma sociedade mais justa e mais equitativa.

A 5ª edição da Marcha da Família Com Deus, realizada em 2 de abril de 1969, teve uma participação popular que ultrapassou os limites da cidade de São Paulo, chegando a atingir milhares de pessoas em todo o Estado de São Paulo e em outras partes do Brasil.

A concentração ocorreu no local tradicional, o Parque do Ibirapuera, onde se realizou a cerimônia de abertura, com a presença de autoridades locais e nacionais. O evento foi transmitido ao vivo pela televisão e rádio, permitindo que milhões de pessoas acompanhassem a marcha em suas casas.

A marcha da família com Deus é uma manifestação pacífica e ordenada, que visa à defesa da família, da moralidade e da democracia. Ela é organizada anualmente e atrai a participação de pessoas de todas as idades e classes sociais.

ANEXO 40 – PUBLICAÇÃO DO JORNAL DO BRASIL

JORNAL DO BRASIL, segunda-feira, 6/1/86

Pastor sugere rever lei de anistia para punir todos os torturadores

São Paulo — Um dos coordenadores do projeto *Brasil, nunca mais* — da Arquidiocese de São Paulo, que relacionou os nomes de 444 torturadores — o pastor presbiteriano Jaime Wright, pediu, ontem, a revisão da Lei de Anistia (Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979) que dá impunibilidade aos torturadores. "A tortura é um crime que não pode ser anistiado, por ser um crime de lesa humanidade", destacou.

O pastor Wright reagiu "com melancolia" à promoção dos delegados Roberto Felipe de Araújo Porto, José Armando da Costa e João Batista Xavier, nomeados, respectivamente, para as superintendências da Polícia Federal no Pará, Distrito Federal e Ceará. "Se os torturadores não podem ser punidos, de acordo com a atual Lei de Anistia, pelo menos que não sejam promovidos", disse. A seu ver, tais promoções tendem a neutralizar a intenção do projeto *Brasil, nunca mais* — ou seja, "a de expor ao público essa chaga, esse câncer que precisa ser extirpado para que a sociedade brasileira seja curada".

... No projeto *Brasil, nunca mais* o delegado José Armando da Costa, nomeado para a PF em Brasília, é apontado como torturador por cinco pessoas, como consta do processo nº 41.749, do Superior Tribunal Militar. Ele foi responsabilizado pelas torturas aplicadas em 1973, no Ceará, a Vicente Walmick Almeida Vieira (físico), José Tarcísio Crisóstomo Prata (arquiteto), Lavoisière Alves Cavalcante (engenheiro), Paulo Farias Verraz (estudante) e Roberto de Matos Esmeralda (universitário).

Os delegados Roberto Felipe Araújo Porto e João Batista Xavier (conhecido como Juca), nomeados para o Pará e para o Ceará, são apresentados como os torturadores de João Alves Cavalcim Neto, no Ceará, em 1972. João Batista Xavier participou, também, de acordo com os outros dois processos do STM, das sessões de torturas aplicadas a José Tarcísio Crisóstomo Prata; também torturado por José Armando da Costa.

— Para o pastor Jaime Wright, a nação continua esperando "atos concretos da Nova República que mostrem o repúdio a todos os que torturam, principalmente depois que o presidente Jorge Sarney assinou a convenção da ONU contra a tortura".

— Não há coerência entre a assinatura da convenção e a promoção dessas pessoas. Não é revanchismo punir os culpados. Revanchismo seria torturar o torturador. No consenso internacional, a tortura é um crime de lesa humanidade que nenhuma lei de anistia pode apagar.

ANEXO 41 – DOM AGNELO ROSSI RESISTE NA DITADURA MILITAR

D. Agnelo: Comunistas não se utilizam de sacerdotes

As acusações de que os comunistas, para contornar a opinião pública brasileira, estavam utilizando-se de sacerdotes e de organizações católicas ou, pelo menos, aproveitando a posição de alguns seltores católicos em suas denúncias contra males sociais, foram consideradas pelo Cardeal Agnelo Rossi, presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, como fruto da ignorância sobre a doutrina e intenção da Igreja.

— É diferente um casamento por amor de um casamento forçado — observa o Cardeal Arcebispo de São Paulo, mas admite que comunistas e católicos podem identificar-se, ao denunciarem alguns fatos, graças por sua natureza e perigosos em suas consequências, se não forem corrigidos.

O Cardeal Agnelo Rossi diz que não duvida que haja jornalistas ou escritores brasileiros pensando que o comunismo esteja agindo através de organizações católicas no Brasil. Mas, a seu ver, quem pensa utilizar-se da Igreja do Brasil, de seu episcopado, de seu clero e de seus fiéis, para colocá-los a serviço da ideologia e dos métodos comunistas, está-se ludindo a si mesmo.

— Acabará por verificar que, apesar de certas aparências de identificação, há diferenças essenciais entre a Igreja Católica e o comunismo: quanto ao es-

pírito, pois nós somos espiritualistas; quanto ao método, pois os nossos são os do amor; e quanto ao fim, pois o que visamos é a perfeita realização na terra do plano salvador de Deus — assinala o presidente da CNBB, acrescentando: — Quanto à natureza de alguns fatos denunciados, quanto à sua gravidade e periculosidade de efeitos, é claro que pode haver identidade entre comunistas e católicos. Ambos podem, por exemplo, reconhecer a mesma triste situação do noto homem do campo. Mas, quanto à concepção de vida, à motivação e às intenções, divergimos inteiramente. O que caracteriza a pregação como católica é a sua fidelidade à Revolução e à Igreja, e quem quiser julgar dessa fidelidade importa que conheça o que julga. Após o Concílio Vaticano II e a reunião do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), em Medellín, Colômbia, no ano passado, os bispos brasileiros e da América Latina estão orientando os seus sacerdotes na pregação contra as injustiças sociais pelas orientações do primeiro e os documentos do segundo concílios.

Interrogado se não é contraditório por parte do clero exigir liberdade de pregação, e, ao mesmo tempo, protestar contra autoridades que não distinguem a demarcação entre o que é evangélico e o que

é comunista nas manifestações contra injustiças sociais e opressão, o presidente da CNBB responde que não.


— Exigimos — frisa — liberdade de pregação, porque a Palavra de Deus não está sujeita a imperativos humanos, uma vez que o Verbo de Deus veio para iluminar os homens e não para ser ofuscado por eles. E protestamos quando se confunde nossa ação com a dos comunistas, precisamente porque não somos comunistas nem aceitamos o consumismo.

Quanto a distinguir um sistema que diferencie católicos e comunistas, acha o Cardeal Agnelo Rossi que não existe propriamente um método católico de ativar o povo no exercício de seu direito e do seu dever. A Igreja, no seu entender, repousa substancialmente sua doutrina social no Evangelho, ou, se quisesse dizer em outros termos, na dignidade da pessoa humana e na solidariedade humana.

— Pergunta-se — diz o presidente da CNBB — quem será o árbitro capacitado e neutro para distinguir o que é pregação comunista e pregação católica? — Eu respondo que o árbitro definitivo será Deus. Mas, enquanto não chega a hora de seu julgamento supremo, julguem-nos os homens retos e as consciências retas, e, através dos tempos, nos julgará a História.

ANEXO 42 – SNI NO COMBATE RELIGIOSO TERRORISTA

SC1


 PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
 SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
 AGÊNCIA DE SALVADOR

CONFIDENCIAL

S.N.I.
 AGÊNCIA CENTRAL
 001575 25 JAN 71
 PROTOCOLO

INFORMAÇÃO N.º 023 /SNI/ASV/
 (SC/ATV/SUBV/P.SOC - 07/71)

Data :- 24 Jan / 71.
 Assunto :- DOCUMENTO SOBRE TORTURA
 Referência :- Informação nº 875, de 24 Nov 70 - da 2a.SEC/ETR/6
 Difusão :- AC/SNI

33910

- Esta Agência recebeu e divulga o seguinte:

- 1 - Foi apreendido em poder de FERNANDO LUIZ NOGUEIRA DA SILVA - "VALDO", do Comando Nacional da VAR-PALMARES o documento anexo, versando sobre o procedimento a ser adotado pelos terroristas em face dos interrogatórios.
- 2 - Esta Agência chama a atenção para a dinâmica deste procedimento, bem como para aspectos novos instituídos como: os "pontos frios", escritos em pedaço de papel onde consta o ponto em que o elemento foi prêsco; a afirmativa de estar "descontatado"; o procedimento em casas coletivas; e, muito particularmente, o "ponto de segurança fixo", de grande importância não só para a organização como para a continuidade das operações contra-subversivos.

//////////////////////////////////////
 //////////////////////////////////////
 //////////////////////////////////////

O CONTINUA DO E RESPONSÁVEL
 PELA MANUTENÇÃO DO SIGILO DESTES
 DOCUMENTOS. (Art. 62 - Dec. n.º 60.417/67
 Regulamento para Salvaguarda de Assuntos
 Sigilosos).

CONFIDENCIAL

ANEXO 43 – PUBLICAÇÃO DO JORNAL DIÁRIO DE NOTÍCIAS

O prefeito, o coronel e a arquidiocese

Jaime Wright

O Sr. Jânio Quadros, recém-empossado prefeito da cidade de São Paulo, labora em equívocos ao nomear como seu assistente militar um coronel da PM de São Paulo que fora denunciado na Justiça Militar Federal como torturador; e, em seguida, endereçar farpas gratuitas à Arquidiocese de São Paulo como se esta tivesse sido a denunciante: "Basta a Arquidiocese condenar alguém para estar absolvida por mim." (Folha, 27-12-85) "Eu não me envolvo nos negócios da Igreja. Ela que não se envolva nos negócios da Prefeitura." (idem) "Com relação ao cardeal-arcebispo de São Paulo, única autoridade do Estado à qual não fez uma visita protocolar após ser eleito, Jânio afirmou: 'Não vou visitá-lo. Não tenho tempo'." (JB, 31-12-85)

Não foi a Arquidiocese de São Paulo que denunciou o coronel Francisco Antônio Coutinho e Silva como torturador, mas sim duas das pessoas por ele torturadas.

As denúncias estão registradas nas páginas 1835, 1845v. e 1836 do volume 8 do processo número 38.093 e na página 649v. do volume 3 do processo número 39.756, am-



bos do Superior Tribunal Militar (STM).

As pessoas torturadas (cujos nomes constam no Projeto A, tomo V, capítulo 4 da pesquisa "Brasil: Nunca Mais") fizeram tais denúncias perante juízes militares aqui em São Paulo. Os juízes militares, por sua vez, ordenaram que tais denúncias constassem nos autos dos respectivos processos.

Dentre os 111 quadros conclusivos elaborados pela equipe da pesquisa BNM, o de número 101 dava a relação das 444 pessoas denunciadas como torturadores nos processos oficiais da Justiça Militar brasileira, de 1964 e 1978.

O quadro 101 foi entregue somente a oito órgãos de imprensa que o solicitaram expressamente através do SERCOM (Serviço de Comunicações da Arquidiocese de São Paulo).

Posteriormente, esses órgãos de imprensa passaram a identificar personalidades públicas ora em evidência cujos nomes estão entre os 444 do quadro 101, inclusive o do assistente militar do novo prefeito de São Paulo.

O próprio coronel PM Francisco Antônio Coutinho e Silva já admitiu, pelo menos, sua atuação na Operação Bandeirantes (OBAN): "Eu só entregava os presos na Operação Bandeirantes e

já saía para outra captura." (Ver JB, 20-12-85).

No regime totalitário que deveu muito à renúncia do presidente Jânio Quadros, o coronel Coutinho admite que: (1) trabalhou para a OBAN (uma organização ilegal de terrorismo do Estado); e (2) sequestrou pessoas indefesas e as entregou à OBAN (para serem torturadas, mortas e, eventualmente, "desaparecidas").

Em carta de 25 de outubro de 1975, dirigida ao Dr. Caio Mário da Silva Pereira, presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), os presos políticos do Presídio Rômulo Gomes, de São Paulo, apresentaram uma relação de nomes de policiais e militares que eles conheceram "pessoalmente" como torturadores. Nessa extensa lista está o seguinte nome: "9. Capital da Polícia Militar de SP Francisco Antônio Coutinho da Silva — equipe de interrogatório do CODI/DOI (OBAN) no período de 1969/1970. Atualmente é maior. Foi comandante da Polícia Rodoviária do Estado em 1973." (Extraído do livro *Des Presos Políticos Brasileiros*, página 174, Edições Marta de Fonte, Lisboa, Portugal, 1976).

ANEXO 44 – ATIVIDADES DA ESQUERDA CLERICAL

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
GABINETE DO MINISTRO
CIE

BRASILIA-DF, 24 de junho de 19 76

SAC/SNI
AGÊNCIA CENTRAL
015869 25.6.76
PROTOCOLO

95280

INFORMAÇÃO N.º 944 /S-102-A3-CIE

1. Assunto: ATIVIDADES DA ESQUERDA CLERICAL NA PARAÍBA

2. Origem: CIE

3. Difusão: AC/SNI

4. Difusão Anterior: -

5. Referência: a) PB nº 303/19/AC/76, de 21 Mai 76; *PRG 11637/76*

6. Anexo: b) Info nº 888/S-102-A3-CIE, de 10 Jun 76. *SE A em 22.06.76*
PRG 14848/76

1. Em atenção ao Pedido de Busca em referência, este Centro informa que está processando os fatos relacionados com atividades específicas da esquerda clerical nas localidades de MOGEIRO, GURINHEM e LUCENA, todas no Estado da PARAÍBA.

2. No que se refere ao item 1.a. do referido PB, que se preocupa com atividades subversivas de caráter sistemático desenvolvidas pelo Arcebispo Dom JOSE MARIA PIRES e seu Bispo-Auxiliar, Dom MARCELO PINTO CARVALHEIRA, o CIE informa que fatos recentemente registrados indicam que os aludidos sacerdotes não apenas vêm dando prosseguimento, mas têm intensificado consideravelmente sua atuação subversiva na zona rural daquele Estado.

a. Os acontecimentos relatados no documento anexo à Informação de referência b), difundida para essa AI, caracterizam aspecto da atuação costumeira do Arcebispo Dom JOSE MARIA PIRES: partir da ocorrência de fatos injustos verificados na zona rural, para globalizar denúncias, através de documentos oficiais da Arquidiocese, enfocando não apenas, os fatos ocorridos, mas também a atuação de órgãos governamentais e muitas vezes a própria política governamental.

b. Em abril do corrente ano, do acompanhamento de uma Via Sacra que percorreu os Municípios de DUAS ESTRADAS, SERRA DA RATZ e BELEM, todos na PARAÍBA, resultaram as seguintes constatações:

1) A cerimônia religiosa foi oficiada pelo Bispo Dom MARCELO CARVALHEIRA e teve como objetivo, dentro da Campanha da Fraternidade:

- Levar uma cruz para ser fixada no local onde faleceu o Sr.

CONFIDENCIAL

CONTINUA...

ANEXO 45 – RESSITÊNCIA AOS MILITARES

JB. 26 - 04 - 76

Arcebispo de João Pessoa defende direitos humanos de menores e trabalhadores

Menores operários e trabalhadores rurais de João Pessoa, que se julgam lesados em seus direitos, são os que mais procuram o Centro de Defesa dos Direitos Humanos, fundado e mantido por aquela Arquidiocese e que tem a orientação do Arcebispo Dom José Maria Pires.

Ao prestar essa informação, o último boletim *Informativo Arquidiocesano*, que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil distribuiu ontem, observa que o violador dos direitos é "quase sempre o rico, aquele que de qualquer forma se identifica com o Poder político dominante" e ao qual se juntam "as ações e omissões das autoridades locais".

JUSTIÇA EMPERRADA

A defesa dos direitos humanos na região de João Pessoa esbarra porém, segundo o boletim, com muitas dificuldades. Muitos não têm sequer noção dos seus direitos, e "os poucos" que a têm, são "intimidados pela força do violador" (através da força física, dinheiro ou influência) e sofrem a demora da justiça, o descumprimento dos prazos legais e audiências sucessivas.

Devido a essas dificuldades e sem esquecer "o cansaço econômico pelas despesas de viagens em face das constantes audiências adiadas", o boletim diz que "muitas vezes o trabalhador desiste da causa do seu direito para aceitar um acordo prejudicial ou abandonar a luta pelo direito", o que faz com que "pobres e desprotegidos descreiam da justiça e das autoridades".

O boletim, transcreve duas expressões, em letras mimeografadas, com que aqueles que recorrem ao Centro de Defesa dos Direitos Humanos se referem à prática da justiça na região onde vivem: "A justiça é o dinheiro dos ricos e dos políticos"; "Não existe justiça para o pobre".

Observa, no entanto, o órgão da Arquidiocese de João Pessoa que nos lugares onde "o povo sai em busca dos seus direitos e não espera apenas, o resultado é sempre positivo". "Diferentes são aqueles lugares onde o povo ainda está desunido e aguardando decisões dos juizes e tribunais ou esperando por favores de políticos ou as promessas dos próprios violadores. Ai o povo não tem conseguido vitórias. Acaba quase sempre dominado por políticos ou pela força física, econômica e a ameaça do violador".

ANEXO 46 – PUBLICAÇÃO DO JORNAL O GLOBO

5.^a FEIRA DIA 2 DE ABRIL

**MARCHA DA FAMÍLIA
COM DEUS PELA LIBERDADE**

**EM NOME DE SUA FÉ RELIGIOSA
COMPAREÇA COM SUA FAMÍLIA.**

16 HORAS - PARTIDA DA CANDELÁRIA

MARCHA - Av. Rio Branco - Av. Almirante Barroso

FINAL:

Praça Barão do Rio Branco - Esplanada do Castelo

ANEXO 48 – PUBLICAÇÃO DO JORNAL O GLOBO



ANEXO 49 - PUBLICAÇÃO DO JORNAL O GLOB

Um Milhão de Pessoas na "Marcha da Família"

SÃO PAULO, 19 (Sucursal) — "Todos viemos aqui para dizer ao Brasil que estamos alerta, que os democratas não permitirão que os comunistas sejam donos da pátria" — exclamou o senador Auro de Moura Andrade, em um discurso trecoado de aplausos calorosos, na concentração-monstro, em que culminou a "Marcha da Família com Deus pela Liberdade", e diante de uma multidão de cerca de um milhão de pessoas, vindas de vários Estados brasileiros.

A CONCENTRAÇÃO

As 12 horas começaram a chegar as representações dos Estados do Paraná, Minas Gerais, Guanabara, Rio de Janeiro, bem como elementos de associações existentes em São Paulo e que representam a coesividade das demais Estados.

As 18 horas já não havia lugar para mais ninguém na praça da República. As ruas ao redor, Ipiranga, S. Luis, Vieira do Carvalho, Buro de Itapetininga, Arouche, 24 de Maio e Este de Abril estavam também inteiramente tomadas por grande massa popular.

A MARCHA

As 18h30m, com o toque de um grupo de clarins da Força Pública, foi dado início à marcha da liberdade. O povo seguiu com destino à praça da Sé, ponto culminante da jornada cívica.

Da sacada dos edifícios colam pedras de papel e folhas cantavam com entusiasmo jamais visto o Hino Nacional. À frente do desfile, formando ala de homens que já conheciam as ruas de uma verdadeira democracia, caminharam quase duas centenas de ex-combatentes da revolução de 1932. Entre eles, homens e mulheres da maior representação social de São Paulo. Muitos deles ex-com-

A opinião dominante é de que São Paulo viveu, hoje, emocionante página de sua História. Homens, mulheres, crianças, operários de todas as categorias, estudantes de todas as escolas, saíram às ruas para a "Marcha da Família", sob intensa vibração, cantando unisonamente, e empunhando centenas de faixas, da praça da República até a praça da Sé, onde foi lida a "Oração da Mulher Paulista" e ouvidos os oradores.

O deputado Herbert Levi, falando em seguida, declarou: "que ocorre hoje em São Paulo é a demonstração de que o povo brasileiro não quer ditaduras, não quer comunismo, o que o povo quer é paz e progresso. O espírito de 32, ressendo-se pelos quatro cantos de São Paulo, na preservação, mais uma vez, da Constituição. Vamos todos, — velhos, moços, crianças, meninas, mães, senhoras — para as trincheiras para defender, com o nosso sangue, se necessário for, as liberdades ameaçadas. Seja essa manifestação de hoje advertência ao presidente da República e ao seu conselho para que não brinquem com o povo da São Paulo."

GRITO DE GUERRA

"Está dado o grito de guerra

da gente paulista, do povo brasileiro contra aqueles que desejam comutar a nossa querida pátria brasileira: que o presidente compreenda agora que a resistência será tão bem-sucedida quanto a que os paulistas ofereceram em 1932 e que o Brasil não será sequestrado, ainda que isto custe nossa vida, a vida de nossos filhos", disse a deputada Gonçalo da Costa Neves, que foi longamente aplaudida.

Encerrou sua oração, dizendo: "brasileiros, é melhor morrer livre do que viver escravos."

"SE NÃO, NÃO"

O último orador foi o presidente do Congresso Nacional, senador Auro de Moura Andrade, que disse: "Hoje é um dia de importância histórica para o Bra-

sil. Guardem, brasileiros e brasileiras, esta data: 19 de março. Centenas de milhares de homens e mulheres, velhos e moços, vieram à praça pública manifestar a sua vontade de oferecer toda a resistência que se fizer necessária para evitar que as liberdades democráticas sejam tocadas. "E acrescentou:

— Todos estamos aqui para dizer ao Brasil que estamos alerta, que os democratas não permitirão que os comunistas sejam donos da pátria. Melhor sim, as condições de vida do povo, mas tocar a Constituição não! Reformas sem totalitarismo, se não, não. Tudo pela liberdade, se não, não. Pela democracia, pelas liberdades, pela constituição, se não, não."

"ORAÇÃO DA MULHER"

No instante em que d. Leonor Mendes de Barros subia a escadaria da Catedral da Sé, para, lado a lado com os filhos feministas, tomar parte na manifestação, d. Amali Rute de Oliveira leu a "Oração da Mulher Paulista ao Apóstolo Anchieta, que é a seguinte:

"Venerável apóstolo padre Anchieta, Viemos de longe — viemos da nossa sementeira, quando curvado sobre o chão de Iperó de Vitória, de Piratininga, plantaste com a semente da fé, a semente da pátria, que floresceu no turbilhão de cidades e de tempos."

Viemos de longe. Viemos dos palmares e dos Guarapás — viemos dos arrecifes de Pernambuco, e fomos trincheiras, couraça e espada, guardando fronteiras — porcos prias e promúdiros, impedindo os passos dos piratas e dos vendilhões da pátria."

Viemos de longe — trazemos na alma as lições de civismo, de patriotismo e de fé que ouvimos da boca de Vieira, de Nahuco, de Rui e de José do Patrocínio. Trazemos no coração os poemas de Castro Alves e Gonçalves Dias — de Elias e de Guilherme de Almeida, gritos de guerra santa, com que nosas mães nos embalarão com cantigas de ninar, plantando as nossas almas na coragem e na fé."

IMAGENS DOS HERÓIS

Viemos de longe, trazemos na nossa retina, a imagem dos nossos heróis: Henrique Dias e Camarão, Osório e Caxias, os heróis do Forte e general Salgado, mártires e guerreiros da pátria."

Viemos de longe, trazemos na nossa mente as lições e o exemplo dos construtores da Nação, dos forjadores da ordem e da paz, dos missionários e dos bandeirantes, do

patriarca da Independência e do regente do Império, dos convencionais de Itu, e do Conselho de 32. De Nóbrega e Anchieta, de Tibiriçá e Barilá, — de Fernão Dias e Raposo Tavares — de José Bonifácio e Feijó — de Prudente de Moraes e Campos Sales — de Pedro de Toledo e Armando Sales de Oliveira. Viemos de longe. Viemos do chão sagrado da praça da (Conclui na IIª página)



Esta paulista recua durante o desfile patrio. Oração — disse depois — para que jamais os brasileiros nosa brasileiros



ANEXO 51 – RELAÇÕES DA IGREJA E ESTADO

DPN/ENI-106/p.93/235

Relação no Brasil e na A. Nativa
Dr. General Evaristo Arns

642

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

ENCAMINHAMENTO

CONFIDENCIAL

N.º - DSI/ 6099 Em 20 de novembro de 1974

Assunto: Relações entre a IGREJA e o ESTADO. Entrevista do Arcebispo de SÃO PAULO, Cardeal EVARISTO ARNS.

Referência:

Difusão: SNI/AC- CIE- CENIMAR- CISA- CI/PDF.

Fichado

A DSI/MRE remete, em anexo, texto da entrevista concedida pelo CARDEAL EVARISTO ARNS ao jornalista CESAR A. SILVA, correspondente da "INTER PRESS SERVICE", acerca da "reabertura do diálogo entre a IGREJA e o Governo brasileiro".

2. Na entrevista, o CARDEAL ARNS assinala que o desentendimento da IGREJA com o Governo nasceu após o "golpe de estado de 1964, com a prisão de elementos da AÇÃO CATÓLICA e do MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE (MEB)" e a posterior adoção pelas autoridades da "tortura sistemática, física e psicológica, com o objetivo de obter confissões ou simplesmente a intimidação ou desmoralização dos acusados".

3. Depois de referir-se ao "discutível milagre econômico brasileiro, que concentrou a renda em mãos de um grupo cada vez menor" e de condenar o ATO INSTITUCIONAL nº 5 e a censura à imprensa, o CARDEAL manifesta a esperança de que se criem "condições para o diálogo", salientando ter a "impressão de que estamos sendo ouvidos com interesse" e não haver "nenhum motivo para duvidar das palavras do PRESIDENTE GEISEL".

ANTECEDENTE: IN. 788

TEL. OF. 15/10/74

DATA: 15/10/74

REC. de EXP. P. Eub. G. Aires

OST. REL. CONF.

Distrib.: AIG/DSI/DEU

Classif.:

Maço DSI:

MCM/ACS

Publicação 1-00-045/771

ANEXO 52 – ACUSAÇÃO DE COMUNISMO À IGREJA NO BRASIL

Igreja no Brasil e na A. Latina

DPN. ENI. 106, p. 56/235

(657)

CONFIDENCIAL

Ficha 004/CISA

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

C I S A

Em 26 SET 1974

1 – ASSUNTO	FRANCISCO BORJA DO AMARAL e outros
2 – ORIGEM	CISA-ESC RCD
3 – DIFUSÃO	DSI/MRE
4 – DIFUSÃO ANTERIOR	+++++
REFERÊNCIA.....	PB Nº 5224/DSI-MRE, de 16 SET 74.

NUMERAÇÃO		RESPOSTA PEDIDO DE BUSCA Nº 0763 / CISA-ESC RCD
M Aer	PNI	

Em atenção ao PB de referência, informamos o seguinte:

1 - FRANCISCO BORJA DO AMARAL, é Bispo de Taubaté/SP. Pertence a chamada linha moderada da Igreja, porém é omissivo no combate ao comunismo. Não somos de parecer contrário à concessão de passaporte especial.

2 - BENEDICTO BENI DOS SANTOS, é comunista padre infil//trado na Diocese de Taubaté/SP. Somos de parecer contrário à concessão de passaporte especial para esse indivíduo, podendo mesmo suportar que no estrangeiro difamaria o Brasil.

3 - Quanto aos demais, nada consta.//////////
 ////////////

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL
 PELA MANUTENÇÃO DO SIGILO DESTES
 DOCUMENTOS, (Art 82 - Dec. n.º 90.417/87.
 Regulamento para Salvaguarda de Assuntos
 Sigilosos).

[Assinatura]

CONFIDENCIAL

ANEXO 54 – APOIO DOS EUA A CNBB

maço: Igreja no Brasil e Am. Latina
 29. 8. 74 (659)
 O ESTADO DE S. PAULO

Bispos dos EUA apóiam a CNBB

Fichado
 Da Sucursal de RIO

O bispo D. Jaime Ruuscha, presidente da Conferência dos Bispos dos Estados Unidos, afirmou ontem aos membros da Comissão Representativa da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil que o motivo de sua visita a este país foi expressar a solidariedade da igreja norte-americana à posição dos bispos brasileiros em defesa dos direitos do homem.

"Notamos especialmente a posição corajosa tomada pelos bispos deste grande País, a respeito dos Direitos Humanos", disse o bispo. "Vossa declaração de março de 1973, que manifestou a intenção de defender a todo custo a dignidade humana e os direitos que decorrem desta dignidade. Permiti que vos congratule pessoalmente por vossa coragem e franqueza. Tendes demonstrado ao mundo inteiro a vossa compreensão do significado das palavras do Santo Padre, quando disse: quando dentro das comunidades nacionais, aqueles que exercem o poder não respeitarem condignamente os direitos e a liberdade legítima dos cidadãos, tranquilidade e ordem, são nada mais do que uma aparência falsa e insegura".

Durante o dia de ontem, os 29 membros da Comissão Representativa começaram a analisar o documento-base a ser discutido no Sinodo e que contém a síntese da opinião do episcopado mundial, além das sugestões da Comissão Nacional de Pastoral, a serem levadas a Roma.

Em entrevista coletiva, o cardeal D. Vicente Scherer, arcebispo de Porto Alegre, informou que os bispos não chegaram à conclusão definitiva sobre o documento final a ser apresentado pela delegação brasileira. Estão sendo estudadas as situações do Brasil, da Igreja, da Justiça, da Liberdade e a propagação da vida cristã e os compromissos a ela ligados.

Sem política

Ontem, D. Vicente Scherer não quis abordar a abertura do diálogo entre o governo e a Igreja, anunciada anteontem pelo arcebispo D. Paulo Evaristo Arns, afirmando que a "política é um outro campo e não atrapalha o nosso trabalho". Entretanto, ressaltou que é dever dos padres, bispos e cardeais defender os direitos do povo.

O cardeal explicou que, no Rio Grande do Sul, a diocese promoveu a criação de 240 sindicatos rurais, que congregam cerca de 400 mil sócios, para que o povo tivesse seus direitos assegurados. "Fazemos isso para ajudar o homem, sem o intuito de atrapalhar quem quer que seja".

Por sua vez, o arcebispo D. Pinacelo Rittler, bispo de Natal, no Maranhão, afirmou que sua diocese não apresenta problemas com o governo. "Quando surge alguma divergência, nós resolvemos os problemas e tudo se acerta". Entretanto, com a insistência dos reporteres, argumentou: "Não posso dizer nada sobre os problemas que ocorrem no Maranhão. Costaria muito de falar, mas não posso".

Ordenação

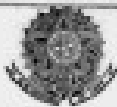
A ordenação de homens casados é um dos temas controversos que deverá ser examinado na reunião. Essa proposta foi sugerida pela Comissão de Pastoral e tem o apoio da maior parte do clero da região Norte e Nordeste, onde as vocações sacerdotais são muito escasas, mas não é apoiada pelos padres conservadores.

Um que está contra a tese é o próprio cardeal Vicente Scherer, que afirmou que participa da decisão do último Sinodo, que não autoriza esse tipo de ordenação. Por outro lado, o bispo de Natal disse ser favorável à proposta, dependendo da região. "Atualmente, o principal problema para a evangelização é a falta de sacerdotes, pela falta de vocação sacerdotal. A diocese de Natal, com 600 mil fiéis, dista de São Luís, 240 quilômetros, e tem apenas 23 padres e 28 religiosos. Mas, dos padres, só dois são brasileiros".

ANEXO 55 – OFÍCIO DO GABINETE DO MINISTRO

18 pt. 457, p. 2/3

CONFIDENCIAL



MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
GABINETE DO MINISTRO

OFÍCIO Nº 738 D/2

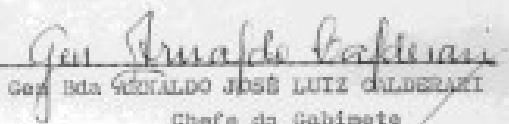
RIO DE JANEIRO, GUAXABARA
 EM, 8 DE AGOSTO DE 1969

DO Chefe do Gabinete
 AO Sr Presidente da
 CGIPM

ASSUNTO: Remessa de documentação.

ANEXO : Of nº 53 E/2, de 7
 Jul 69, do Ch EM/I
 Ex e 5 cópias em
 XEROX.

1. Incumbiu-se o Senhor Ministro de encaminhar a V Exª a documentação anexa, originária do I Exército e relativa ao IPI instaurado em BELO HORIZONTE para apurar atividades subversivas de Padres católicos, em face do que estabelece o Parágrafo Único do artigo 3º do Decreto-Lei nº 459, de 10 Fev 1969.
2. Renovo a V Exª os meus protestos de alta estima e distinto apreço.



 Gen ARNALDO CALDERARI
 Chefe do Gabinete


671
 123-12

CONFIDENCIAL

ANEXO 56 – ATIVIDADES SUBVERSIVAS DE PADRES

IRM. 497, p. 3/6

Confidencial


 MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
 QUARTEL GENERAL DO I EXÉRCITO

Ofício nº 53 E/2
Rio de Janeiro-GB, 7 Jul 69
Do Ch EM/I Ex
Ao Sr Ch Gab Min Ex.


Assunto: Atividades de Padres

Ref: Informação nº 1022, de 1º Jul 69, deste Exército.

1. Este Exército remeteu ao CIE a Informação nº 1022, de 1º de julho de 1969, referente à situação atual de IPM instaurado para apurar atividade subversivas de Padres católicos.

Nas conclusões, o Encarregado aponta a necessidade de instauração de IPM para apurar o mesmo fato nas áreas dos demais Exércitos, vez que o problema não fica restrito ao território de jurisdição do I Exército.

2. Em consequência, incumbiu-se o Sr Gen Cmt do I Ex de solicitar se já estudada a necessidade e viabilidade de abertura de outros IPMs, com base nos dados colhidos até a presente data, pelo Cel EUCLYDES DE OLIVEIRA FIGUEIREDO FILHO, Encarregado do IPM.


 GEN BDA CARLOS ALBERTO CABRAL RIBEIRO
 CHEFE DO EM/I EXÉRCITO

M. Ex - G. M. - CIE
 PROTOCOLO
 N.º 6115
 Em 7 de Jul de 1969
 Providência

Confidencial

ANEXO 57 – PUBLICAÇÃO DO JORNAL O GLOBO



ANEXO 58 – PUBLICAÇÃO DO JORNAL DO BRASIL

Justiça condena delegado que matou por tortura em S. Paulo

SÃO PAULO — O delegado de polícia Luís Alberto Abdalla, 37 anos, foi condenado ontem de madrugada pelo 1º Tribunal do Júri da capital a 14 anos e seis meses de reclusão. Abdalla foi acusado de ser o responsável pela morte por tortura de Róbson Silveira da Luz, 21 anos, crime ocorrido há 10 anos. Ao condenar o delegado, os jurados condenaram também a tortura, um dos temas polêmicos da futura Constituição, que deverá se tornar agora crime inafiançável e imprescritível.

No mesmo processo estão envolvidos diretamente os investigadores José Máximo Reis e José Pereira de Matos. Os dois trabalhavam na equipe de Abdalla, no 44º Distrito Policial, em Guaiaras, na periferia da Zona Leste da capital, quando cometeram o crime. Os investigadores vão a julgamento em maio, por prática de homicídio triplamente qualificado — motivo torpe, mais recurso que impossibilitou a defesa da vítima e meio cruel —, mesmo crime pelo qual o delegado foi condenado. Abdalla porém, não foi para a cadeia: vai apelar da sentença em liberdade. Se a pena for confirmada pelo Tribunal de Justiça, então será expedido mandado de prisão.

Róbson Silveira da Luz foi preso pelos dois investigadores na tarde de 28 de abril de 1978, sob a acusação de haver

furtado caixas de frutas de um feirante. No dia seguinte, foi submetido a uma sessão de torturas por sete horas, nas mãos do delegado e dos dois investigadores. Segundo o laudo do Instituto Médico Legal, no corpo do rapaz havia hematomas na sola dos pés, nas pernas, no peito, no pescoço, no rosto e no pênis, produzidos por choques elétricos, espancamentos e no pau-de-arara, conforme provas coletadas no processo.

Róbson da Luz — já indiciado em dois inquéritos por envolvimento em casos de roubos — denunciou os policiais, dando seus nomes e contando em detalhes como fora torturado. Acabou morrendo dia 5 de maio em um hospital. "A vítima ficou em estado de insimulável que, levada para o hospital, não podia se movimentar, sendo conduzida em cadeira de rodas", escreveu o promotor Leão Sion, ao denunciar os policiais.

Em sua defesa, o delegado Luís Abdalla — que atualmente trabalha na 21ª Delegacia, também na Zona Leste — alegou que Róbson tinha os hematomas porque, antes de ser preso, envolveu-se em uma briga e também porque, durante as investigações, tentou fugir, pulando de um barranco, mesmo algemado. A versão do delegado não convenceu o corpo de jurados, que o condenou por 6 votos contra 1.

ANEXO 59 – PUBLICAÇÃO DO JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO

Quinta-feira, 10 de março de 1988

FOLHA DE S. PAULO

(542)

CRM julga o médico que esteve envolvido no caso Rubens Paiva



O ex-tenente-médico Amílcar Lobo

FOLHA DE S. PAULO

Da Sucursal do Rio

O Conselho Regional de Medicina (CRM) do Rio de Janeiro iniciou na noite de ontem o julgamento do psicanalista e ex-tenente-médico da Polícia do Exército Amílcar Lobo. Ele tem seu nome envolvido em casos de tortura a presos políticos na década de 70 e poderá receber penalidades que vão de uma advertência por escrito até a cassação do diploma.

O médico afirmou à imprensa ter sido uma das últimas pessoas a ver o ex-deputado Rubens Paiva ainda com vida, em 1971, no 1º Batalhão de Polícia do Exército no Rio. A declaração resultou na abertura de Inquérito Policial Militar na 1ª Auditoria Militar em julho de 1986.

Lobo chegou às 20h34 ao CRM, na Cinelândia (centro do Rio), e foi recebido por gritos de "assassino, assassino", de integrantes do grupo "Tortura Nunca Mais". Antes de entrar na sala de julgamento afirmou: "Como oficial do Exército, eu faria tudo novamente, porque obedecia as ordens superiores. Eu sinto

arrependimento mas não podia fazer nada."



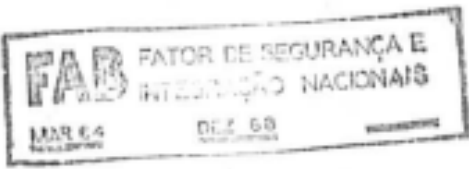
Ele disse ser um absurdo seu julgamento pelo CRM, porque atuava como militar e não como médico. Declarou também não saber que estava registrado no CRM como médico militar.

No processo do CRM consta haver indícios de que Lobo infringiu sete artigos do código de ética médica. Entre eles o nº 1, ao deixar de "utilizar todos os conhecimentos técnicos ou científicos ao seu alcance contra o sofrimento ou extermínio do homem", e o nº 2, ao "usar da profissão para corromper os costumes ou favorecer o crime". O término do julgamento de Lobo estava previsto para a madrugada de hoje.

A advogada Eunice Rubens Paiva, 57, viúva de Rubens Paiva, disse que o CRM deve aplicar a Amílcar Lobo "a pena que ele merece". Para ela, "não faz sentido punir apenas Lobo, enquanto a equipe que torturou e assassinou Rubens Paiva permanece impune, como se nada tivesse feito".

Sexta-feira, 11 de março de 1988

ANEXO 60 - SUBVERSÃO DA IGREJA

S.N.I. AGENCIA CENTRAL 001032 14 ABR 69 PROTOCOLO	CONFIDENCIAL  MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA GABINETE DO MINISTRO NSISA	 001234	
1. ASSUNTO SUBVERSÃO NA IGREJA 2. ORIGEM Informante 3. CLASSIFICAÇÃO A-2 4. DISTRIBUIÇÃO EMAER - CIE - CENIMAR - SNI/AC - NSISA BR.			
INFORME Nº <u>010</u> /NSISA RJ. (DATA: <u>09/ ABR/69</u>)			
<p>Este Serviço tem conhecimento que, Irmãs da Congregação dos Carmelitas - Convento da Ordem de N S do Carmo, na Lapa/GB vem promovendo palestras de cunho altamente subversivo e criticando o atual Governo, nas missas ali celebradas.</p> <p>Dentro desse plano de ação é notório destacar, o recrutamento de paroquianos que vêm realizando, principalmente senhoras idosas, para a catequização de famílias na própria residência, obedecendo a um programa ideológico preconizado, para o futuro ou muito em breve, passarem a celebrar missas e promoverem pregações (ditas como religiosas) nos lares das famílias já catequizadas, com a afluência de "convidadas especiais".</p> <p>Tal prática facilitará o esquema subversivo desenvolvido pela Igreja, dificultando é óbvio, às autoridades, uma ação de repressão.</p> <p>////////////////////////////////////</p>			
O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DO SIGILO DESTA DOCUMENTAÇÃO (Art. 1º da Lei nº 652/69. Regime de sigilo para documentos de assuntos Sigilados).			
			

ANEXO 61 - ATIVIDADES DO CLERO SUBVERSIVAS

AC/SC4

S.N.I.
AGENCIA CENTRAL
001369 22 ABR 69
PROTOCOLO

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA DE SÃO PAULO

001977

INFORME Nº 146 /SNI/ASP/
SS16 nº 81 /69

DATA : 17-4-69
ASSUNTO : Atividades do Clero Santista
CLASSIFICAÇÃO:
REFERÊNCIA : PB 042/6º DN/69
DIFUSÃO : 6º DN - SNI/AC -

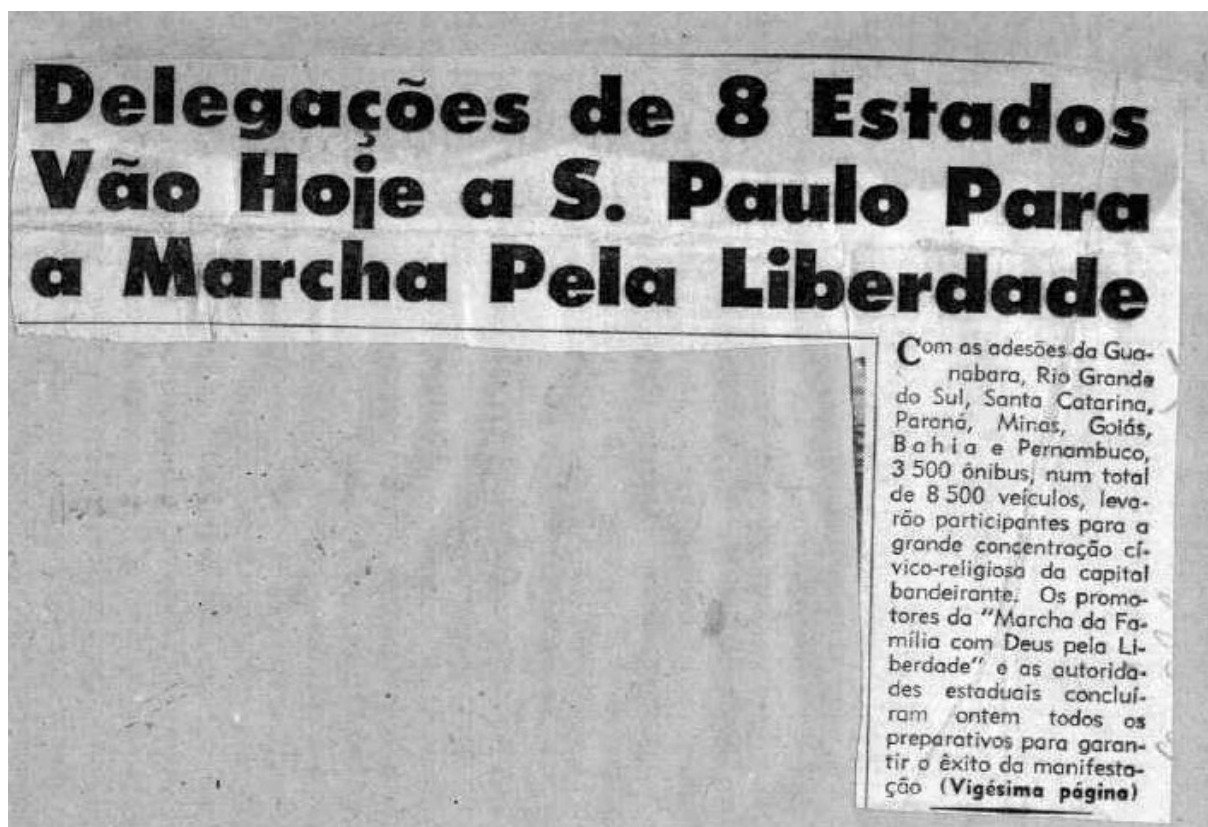
Em atenção ao pedido de busca em referência esta Agência informa:

a) PADRE NELSON LOPES: confirma-se ser sacerdote vinculado à ala progressista da Igreja Católica. É elemento de confiança de D. DAVID PICÃO e age no meio católico santista, comparecendo a reuniões de elementos esquerdistas. Em meados de 67 seguiu para a GB onde teria seguido um curso de "Atualização", para aprendizagem de nova técnica de doutrinação e difusão de idéias socialistas. Foi signatário do manifesto "Carta aos Bispos", publicado no jornal "Diário da Noite" de 24 Out 67. Relaciona-se com alunos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Santos, vinculada à Curia Diocesana, os quais com ele colaboram nas atividades da Igreja.

b) PADRE GERALDO SOLANO LOPES: não há dados novos a fornecer.

13-14

ANEXO 62 – O USO DO NOME DE “DEUS” EM APOIO AOS MILITARES



Delegações de 8 Estados Vão Hoje a S. Paulo Para a Marcha Pela Liberdade

Com as adesões da Guanabara, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Minas, Goiás, Bahia e Pernambuco, 3.500 ônibus, num total de 8.500 veículos, levarão participantes para a grande concentração cívico-religiosa da capital bandeirante. Os promotores da "Marcha da Família com Deus pela Liberdade" e as autoridades estaduais concluíram ontem todos os preparativos para garantir o êxito da manifestação (Vigésima página)

ANEXO 63 – PUBLICAÇÃO DO JORNAL CORREIO DA MANHÃ



BISPOS CENSURAM

BELO HORIZONTE, FORTALEZA, NITERÓI (Sucursais) — Os bispos de Minas Gerais e do Espírito Santo, assim como os arcebispos dos dois Estados, que se encontram em Belo Horizonte participando do Encontro dos Bispos da Região Leste Dois, censuraram a pressão militar exercida sobre Dom Valdir Calheiros, bispo de Volta Redonda.

O padre Paulo Fernandes, antigo assistente eclesialístico da Juventude Operária Católica, disse que não encontra justificativa para o ato das autoridades militares fluminenses "que atingiu profundamente a própria Igreja, em nosso País". E acrescentou que se coloca em posição de "absoluta solidariedade" a Dom Valdir, ao clero de Volta Redonda e a todos os trabalhadores e estudantes da região.

Participam do encontro os bispos de Belo Horizonte, Guaxupé, Uberaba, Campanha, Diamantina, Montes Claros, Teófilo Ottoni, Caratinga, Luz, São João del Rei, Araçuaí, Pouso Alegre, Juiz de Fora, Itabira e Mariana.

ANEXO 64 – EDIÇÃO DO JORNAL RESISTÊNCIA

CONFIDENCIAL		ACE N.º 1391 /78
 SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES ASISDA DE BRÉSIL INFORMAÇÃO Nº 1439/116/ABE/78 *****		
DATA	: 26 Dez 78	
ASSUNTO	: ATIVIDADES SUBVERSIVAS — EDIÇÃO Nº 7 DO JORNAL RESISTÊNCIA, ÓRGÃO NOTICIOSO DA SOCIEDADE PARAENSE DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS (SPDDH).	
ORIGEM	: ABE (ACE Nº 1391/78)	
DIFUSÃO	: AC/SNI - 4º DN - 8a. RM - COMAR/I - SR/DPF.	
ANEXO	: UM EXEMPLAR DA EDIÇÃO Nº 7 DO JORNAL "RESISTÊNCIA".	

A Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH) está fazendo circular a edição de nº 7 do jornal "RESISTÊNCIA". Essa edição, apesar de constar à página 2 que foi impressa no ARTESANATO GRÁFICO TIAGÃO - Santarém, Pará, foi, na verdade, composta e impressa na Escola Salesiana do Trabalho, sob a responsabilidade de PAULO ROCHA, gerente da gráfica ali existente. Tal artifício, constitui crime previsto no § 2º do Art. 7º da Lei de Imprensa, combinado com o Art. 299, Capítulo III, do Código Penal.

O presente exemplar apresenta a mesma linha de contestação das edições anteriores, devendo serem destacados:

- o lançamento de um BÔNUS DA RESISTÊNCIA - com a reprodução da capa da edição nº 5, apreendida pela Polícia Federal - que pretende angariar recursos para melhorar a situação financeira da SPDDH;
- a transcrição, à página 13, de um artigo intitulado do MAJOR DO EXÉRCITO TENTA IMPEDIR AÇÃO DA IGREJA NA TRANSAMAZÔNICA. Na realidade, tal artigo, anteriormente publicado na edição de 05 Nov 78 do jornal católico VOZ DE NAZARÉ, é de autoria do jornalista LÚCIO FLÁVIO PINTO (Informação nº 1317/116/ABE/76).

CONFIDENCIAL

ANEXO 65 – EDIÇÃO DO JORNAL RESISTÊNCIA

CONFIDENCIAL

(Continuação da Informação Nº 1439/116/88E/78).....?

ACE N.º 1391 / 78

penas, desta feita, o autor do artigo solicitou à SPDOH que não constasse seu nome, daí ter sido publicado como uma transcrição do jornal "O ESTADO DE SÃO PAULO", do qual LÚCIO FLÁVIO é correspondente em Belém.

- o noticiário, à página 13, referente à realização de uma Assembleia do Povo de Deus, realizada nos dias 24, 25 e 26 Nov, passados, na localidade de Itupiranga, Pará. Nesse encontro, segundo D. ALANO MARIA PENA, teria sido acertado se "transferir democraticamente para as bases comunitárias os próprios destinos da Igreja". Pelo que consta mais à frente, os participantes assumiram, também, "como compromisso cristão" a derrubada da pirâmide social onde os de cima, que são poucos, esnagam os de baixo, que são muitos. Pelo que se depreende, a Assembleia do Povo de Deus, orientada por D. ALANO, resolveu "sovietizar" a Igreja Católica e engajar as Comunidades Eclesiais de Base em uma revolução para mudar a estrutura político-social da Nação.

Toda Pessoa que tomar conhecimento deste documento é responsável pela manutenção de seu sigilo. (Art. 12 do RSAS Dec. n.º 79.099/77)

CONFIDENCIAL

ANEXO 66 – FREIRAS E PADRES EM MANIFESTAÇÃO CONTRA A DITADURA



ANEXO 67 – PADRES PROTEGEM MANIFESTANTES EM 1968

ANEXO 68 – IPM SOBRE ATIVIDADES SUBVERSIVAS NA IGREJA CATÓLICA

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
I EXÉRCITO
I P M

Rio de Janeiro, RJ, 10 Dez 69

RELATÓRIO Nº 5
(SITUAÇÃO ATÉ 10 DEZ 69)

1. SIMILITUDE - Apresentar a atual situação do IPM sobre as atividades subversivas na Igreja Católica.

2. SUBSTITUIÇÃO DE ENCOMENDADO - Em virtude haver sido o encomendado do IPM, Col Cav EUGENIO DE OLIVEIRA FIGUEIREDO FILHO, nomeado para servir na Casa Militar da Presidência da República, foi ele substituído em 24 Out 69, Ofc nº 77/82, do Exo Gr Com Com I Ex - pelo Ten Cel Art FERNANDO LUIZ VIEIRA FERREIRA, que já acessorava o encomendado anterior desde Mar 68 e, portanto, não:

- Foi então por mim recebida toda a documentação até aquela data elaborada, já desdobrada em três processos, a saber:

- PROCESSO Nº 1 - ATIVIDADES SUBVERSIVAS DO PADRE NICHOL MARIE LE VEN E OUTROS DO MEIO DOMINICANO.
- PROCESSO Nº 2 - ATIVIDADES SUBVERSIVAS DO PADRE NICHOL MARIE LE VEN E OUTROS DO MEIO DOMINICANO.
- PROCESSO Nº 3 - ATIVIDADES SUBVERSIVAS DO PADRE DOMINICANO E OUTROS.

- Dos quais o de número 3 foi recentemente entregue no Com I Ex, depois de microfilmado no CEM, sendo uma cópia entregue à 2ª Sec/I Ex, e o Relatório impresso em stencil e pedido daquela Sec, para distribuição pela Comunidade de Intervenções;

- Em outro processo, o de nº 1 - ATIVIDADES SUBVERSIVAS DO PADRE ANTÔNIO LOPES DE ALMEIDA - já havia sido entregue pelo Cel FIGUEIREDO ao Com I Ex.

- Material para um outro processo, que seria o de número 5, relativo a atividades subversivas do clero de Minas Gerais na área de IPATINGA-ACHETA-CM PARRICIANO, de jurisdição eclesiástica da Diocese de ITABERA, foi também entregue à 2ª Sec/I Ex.


3. SITUAÇÃO DOS PROCESSOS REMANESCENTES - Trata-se daqueles de número 1 e 2, os mais volumosos, e de natureza mais delicada, em virtude de caracterizarem no seu todo, como manifestação, o desenvolvimento do processo subversivo marxista patrocinado por expressivo número de representantes de todas as hierarquias da Igreja Católica no Brasil, brasileiros e estrangeiros. Encontram-se presentes no fuso do Relatório, mas exige o interrogatório, ainda não feito, de cerca de sete elementos, incluindo-se testemunhas, já incluídos o Arcebispo e o Bispo-Auxiliar (

* * * * *

ANEXO 69 – IPM SOBRE ATIVIDADES SUBVERSIVAS NA IGREJA CATÓLICA

CONFIDENCIAL
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA CENTRAL

INFORMAÇÃO Nº 021 /STO/ENI/AC
(8816/004)



Data : 19 de janeiro.
Assunto : IPM sobre atividades subversivas na Igreja Católica.
Referência :
Difusão : Chefe do ENI.

1. Está em curso na área do I Exército um IPM destinado a apurar as atividades subversivas na Igreja Católica. O volume da documentação e a diversidade de atividades subversivas, levou o encarregado do IPM a desdobrar o primitivo inquérito em três outros processos, a saber:

PROCESSO Nº 1 - Apurar as atividades subversivas do Padre MICHEL MARIE LE VEN e outros, no meio operário.
PROCESSO Nº 2 - Apurar as atividades subversivas do Padre MICHEL MARIE LE VEN e outros, no meio estudantil.
PROCESSO Nº 3 - Apurar as atividades subversivas de padres dominicanos e outros.
PROCESSO Nº 4 - Apurar as atividades subversivas do padre ANTONIO LOPES DE ALMEIDA.
PROCESSO Nº 5 - Apurar as atividades subversivas do clero de Minas Gerais na área de IPATINGA - AGESITA - CORUMBEL FARRICIANO, de jurisdição eclesiástica da Diocese de ITABIRA.

2. O relatório do processo referente às atividades subversivas dos padres dominicanos, está sendo impresso para distribuição pela Comunidade de Informações; o material referente aos processos nºs 4 e 5, já foram entregues à 2ª seção do I Exército.

3. Os processos referentes às atividades do Pe MICHEL MARIE LE VEN e outros, são os mais volumosos e de natureza mais delicada, em virtude de caracterizarem no seu todo, como amostragem, o desenvolvimento do processo subversivo-marxista patrocinado por expressivo número de representantes de todas as hierarquias da Igreja Católica no Brasil. Encontram-se por isso, na fase de confecção do Relatório.

4. Dentre os indícios, já agora enrolados, seja no processo nº 1,

ANEXO 70 – D. AGNELO ROSSI PARA A CONTRA-PROPAGANDA

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO 2ª SEÇÃO	CONFIDENCIAL	005373	80
		BRASILIA, DF, 22 JUN 79	

INFORMAÇÃO Nº 005.1.31 - EME

1. ASSUNTO: D. AGNELO ROSSI - MATÉRIA PARA CONTRA-PROPAGANDA

2. PAÍS A QUE SE REFERE: -

3. ORIGEM: Adiox/ITÁLIA


4. DIFUSÃO: AC/SNI - CIE

5. DIFUSÃO ANTERIOR: -

6. REFERÊNCIA: -

7. ANEXO: Cópia de carta.

S. N. J.
AGÊNCIA CENTRAL
001125-22 JUN 79
PROTOCOLO



1. O Cardeal D. AGNELLO ROSSI, quando Arcebispo de SÃO PAULO, em 1968/69, rejeitou a Comenda da Ordem Nacional do Mérito, que lhe fora concedida pelo Presidente da República, Gen ANTUNES DA COSTA SILVA, num ato de ofensa e repúdio ao Governo da Revolução.

Pela repercussão do fato, e em face da exploração política de sua atitude, o Cardeal ROSSI foi removido para ROMA, naquela ocasião, em razão de gestões do Governo brasileiro junto ao VATICANO.

Atualmente, na Embaixada do BRASIL junto à SANTA SÉ, tem sido alvo de observações e aplauso o procedimento de D. AGNELLO ROSSI, francamente contrário ao clero progressista, bem como as medidas que vem adotando para coibir as atividades de seus integrantes, tanto em ROMA, quanto no BRASIL.

Entendem os integrantes daquela Embaixada, que a rejeição da Comenda por parte de D. AGNELLO advém de pressões do clero progressista feitas na ocasião, particularmente em SÃO PAULO, sede do seu Arcebispado.

Atualmente, sua atitude em face dos Governos da Revolução está completamente mudada, mostrando-se o mesmo, inclusive, admirador dos dois últimos Presidentes da República.

2. O documento anexo, cópia do original por ele produzido, foi também por ele lido quando das solenidades comemorativas da Serana da Pátria, em setembro de 1979.

Por intermédio do Embaixador do BRASIL junto à SANTA SÉ, EXPEDITO RESENDE, que recebeu o original das mãos do Cardeal ROSSI, após a realização da missa em 07 Set 79, foi solicitada sua autorização para divulgação do documento no BRASIL, a qual foi prontamente atendida.

CONFIDENCIAL

ANEXO 71 – AÇÃO SUBVERSIVA NA IGREJA CATÓLICA

SECRETO

SENIOR MINISTRO

Curprimentando-o, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, o Relatório Especial anexo, sobre o Inquérito Policial instaurado pela Superintendência Regional de Mato Grosso que apureu atividades consideradas de caráter subversivo na área da Preazia de São Félix.

Ao concluí-lo, considerei a profundidade do assunto e tomei a deliberação de realizar um estudo sobre a "Subversão praticada por membros da Igreja Católica", tanto no sentido ecumênico, como de maneira específica, no Brasil.

Para tanto, é de justiça salientar e agradecer a colaboração do CISA, através do trabalho proeficiente do Major da Aeronáutica LÚCIO WANDECK DE BRITO CONES, que forneceu todos os elementos necessários, demonstrando, assim, o seu profundo conhecimento do assunto, sobretudo, na área da Segurança Nacional.

De acordo com a orientação recebida, esta Procuradoria Geral visa, com o presente Relatório e com o estudo feito, esclarecer a participação de alguns religiosos no processo subversivo, em curso na Região Centro-Oeste do Brasil.

Infelizmente, tomei consciência que essa participação tem estreita conexão com o nebuloso quadro internacional onde se acentua paradoxal aliança entre marxistas e católicos.

Permita-me, Vossa Excelência, ilustrar o Relatório com uma introdução algo substancial, em que abordo assuntos variados, porém que acredito necessários à visão global de tão estranho fenômeno.

Ademais, senti que seria oportuno recordar a estrutura da IGREJA e inserir alguns dados numéricos, muitos

SECRETO

ANEXO 72 - IRREGULARIDADES PRATICADAS PELA IGREJA CATÓLICA

Confidencial

Cópia
63 2

I 028013 25 JUN 69

Ribeirão Preto, (S.P) 16 de junho de 1969.

Exmo. Sr. Presidente da República


Respeitosas saudações...

Quem vo. fala é um sacerdote
cansado de seus deveres para com Deus e pa-
ra com a Pátria. Recibi educação das Venera-
veis e respeitáveis Ordens: Jesuítas e Cisterciân-
se, como desajuste meu, servir a minha pa-
tría, empregando, onde é morto, em benefício
dos nobres, passou para a Católica Brasileira
em 5 de novembro de 1966, diocese de Brasília, D.
F., onde foi ordenado Diácono aos 24 de De-
zembro, Natal do mesmo ano. Em 19 de março
de 1967, foi ordenado Presbítero. Foi encarrega-
do do Seminário?... (Uma turma de iniciados e
pedestras, observei a pouca formação e moral
zero da maioria dos padres, de modo especial
do Bispo Dom Luís Fernando Castillo Mendez, vene-
zuelano de origem, e naturalizado brasileiro, sexual
reservado e corruptor de menores), em Foz de Iguaçu
foi nomeado Vigário de Sta. Filomena em Bo-
boto, quando 13, já por seu tempo estava con-
hecendo a bagunça da Católica Brasileira, na Dióce-
se de Brasília. Fundei o Instituto Sta. Filomena, onde
611 alunos recebiam instrução, e lá tivemos pouca

ANEXO 73 – PREGAÇÃO SUBVERSIVA NA IGREJA CATÓLICA

CONFIDENCIAL

05


SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA CENTRAL

PEDIDO DE BUSCA Nº 691/19/AG/75

DATA : 15 DE 7 1975
 ASSUNTO : PREGAÇÃO SUBVERSIVA EM IGREJA CATÓLICA
 ORIGEM : PRG 25243/75
 DIFUSÃO : SC-3
 ANEXO : Cópia xerox de Informação.


1. DADOS CONHECIDOS
Os constantes do documento em anexo.

2. DADOS E PROVIDÊNCIAS SOLICITADAS
Identificação do sacerdote.

* * *

69/ 19

SC-5



15 12 55

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL 02

005675

80

INFORME Nº **2640** /31/AC/ 72

(Fl. - 01/02)

DATA : 14 DEZ 79
 ASSUNTO : A IGREJA CATÓLICA E OS COMUNISTAS
 REFERÊNCIA :
 AVALIAÇÃO : B-
 DIFUSÃO : SC-1- *ch. 5-11*
 ANEXO :
 ORIGEM : SC-3

1. O trabalho dos comunistas brasileiros junto à Igreja Católica foi motivo de uma demorada conversa entre um grupo de pessoas ligadas aos dois lados (católicos e comunistas) nesses últimos dias, em S. PAULO. Algumas informações vazaram para o advogado JADILNEY PINTO FIGUEIREDO, funcionário do Senado (Assessoria) que, por ter sido seminarista durante longo período, acha-se um pouco entrosado com essas atividades, embora se confesse alheio a qualquer atividade político-ideológica.

2. Da análise feita durante a reunião em S. PAULO, chegou-se à conclusão que, socialmente falando, existe grande aproximação da atividade da Igreja Católica com a levada a cabo pelos comunistas, porém, no campo filosófico é enorme a separação. Mesmo assim, os comunistas acreditam que poderão utilizar bem o trabalho de base da Igreja no sentido de maior aproximação com as massas.



Dentro desse espírito é que foi feita a constatação de que o PC cresce no meio católico, existindo hoje no BRASIL mais de duas centenas de padres, freiras, bispos e arcebispos, direta ou indiretamente identificados com as teses comunistas.

3. JADILNEY PINTO FIGUEIREDO revelou também que, a cúpula da Igreja, diante da crescente penetração de idéias marxistas no seio católico, vem encontrando dificuldades para a formação de professores confiáveis que possam atuar, não só na área do ensino propriamente dito, como no setor de catequese. Essa preocupação já foi levada à SANTA SÉ, com a opinião



CONFIDENCIAL

ANEXO 74 – A IGREJA CATÓLICA E OS COMUNISTAS

ANEXO 75 – MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL CONTROLADOS PELA IGREJA CATÓLICA

<p style="font-size: 1.2em; font-weight: bold;">CONFIDENCIAL</p>  <p style="font-size: 0.8em;">MINISTÉRIO DA JUSTIÇA</p> <p style="font-weight: bold;">DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES</p> <p style="font-weight: bold;">INFORME N.º 162/89/03 /DSI/MJ /0061580.</p>	<p style="font-weight: bold;">008039 80</p> 
<p>DATA: 16 Mai 80.</p> <p>ASSUNTO: MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL CONTROLADOS PELA IGREJA CATÓLICA NO BRASIL.</p> <p>ORIGEM: SI/SR/DPT/PA.</p> <p>CLASSIFICAÇÃO: A-1.</p> <p>DIFFUSÃO: AC/SNI.</p> <p>DIFFUSÃO ANTERIOR:</p>	<div style="border: 1px solid black; padding: 5px; width: fit-content; margin: auto;"> <p style="font-size: 0.8em;">AGÊNCIA DE... 009928 15MAY80 PROTOCOLO</p> </div>
<p>1. No Estado do PARÁ existem, atualmente, os seguintes meios de Comunicação controlados pela Igreja Católica no BRASIL:</p> <p style="margin-left: 40px;">a) <u>A VOZ DE NAZARÉ</u></p> <p style="margin-left: 40px;">Jornal de propriedade das Obras Sociais da Paróquia de Nazaré - OSFAN. Sua redação e administração estão instaladas na Basílica de Nazaré, porém é composto nas oficinas do jornal "O LIBERAL", à rua Gaspar Viana, 249/253. Tem como Diretor Superintendente o Diácono <u>AFFONSO FREIRE</u>, e como Supervisor Eclesiástico o Padre <u>LUCIANO BRANNILIA</u>. O seu público alvo são os católicos paraenses, junto aos quais desfruta grande influência. Circula semanalmente (aos domingos); sua tiragem é desconhecida. Costuma abordar assuntos ligados à religião católica e à comunidade nazarena, tendendo mais para a linha "conservadora" do clero.</p> <p style="margin-left: 40px;">b) <u>O DESPERTADOR</u></p> <p style="margin-left: 40px;">Jornal editado pelos jovens católicos da Prelazia de ABAETETUBA/PA, onde é impresso. Identificado como órgão ligado à linha esquerdista. Através do humorismo, chega ao desrespeito e ofensas ao Governo constituído e à Nação. Costuma reproduzir matérias assinadas por D. <u>PEDRO CASALDÁLIGA</u> e D. <u>WILDER CÂMARA</u>. Seu público-alvo é a população de baixos recursos financeiros, radicada nas áreas rural e urbana do Município de ABAETETUBA. Geralmente aborda temas relacionados com o meio rural. Circula mensalmente e sua tiragem não é conhecida.</p> <p style="margin-left: 40px;">c) <u>O COMUNITÁRIO</u></p> <p style="margin-left: 40px;">Órgão de divulgação da Paróquia de São Sebastião</p>	
<p style="font-size: 0.8em;">DSI - 1.44</p>	<p style="font-size: 1.2em; font-weight: bold;">CONFIDENCIAL</p> <p style="font-size: 0.8em;">Departamento de Inspecção Geral -</p>

ANEXO 76 - CAMPANHA DA FRATERNIDADE DA IGREJA CATÓLICA

 SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DEPARTAMENTO GERAL DE INVESTIGAÇÕES ESPECIAIS (DGE)		CONFIDENCIAL	
INFORMAÇÃO Nº 01069 DARQ/DGIE		4/8	
Rio de Janeiro, RJ 27 ABR 1978			
ASSUNTO	CAMPANHA DA FRATERNIDADE DA IGREJA CATÓLICA DE NOVA IGUAÇU		
ORIGEM			
CLASSIFICAÇÃO			
DEFUSÃO	ABI/EMI = I Ex/2a = III COMAR = 1a DN = SI/SR/DPF/RJ		
DIF. DESDE ORIGEM			
ANEXOS	"Xerox de recortes e de fotos (11 fls)"		
REFERÊNCIAS	INFORM 022/78/N.Iguazu/DPFS/INT (Prot. DARQ 5208/78)		
<p>No dia 18.03.78 reuniu-se a Comissão Diocesana de Justiça e Paz (Diocese de Nova Iguaçu), presidida por D. ADRIANO MANDARINO HIPÓLITO. Compareceram SIDNEY LIANZA, FREDERICO JOSÉ FALCÃO e JOSÉ MENDES RIBEIRO, elementos envolvidos no Proc. 19/77 tramitando na la Auditoria da Aeronáutica, acusados de pertencerem ao "MOVIMENTO DE EMANCIPAÇÃO DO PROLETARIADO".</p> <p>A Comissão Diocesana de Justiça e Paz enviou carta ao Exmo. Sr. Ministro da Justiça "denunciando homicídios ocorridos na Baixada Fluminense e ameaças que estariam sendo feitas ao Bispo Diocesano". O jornalista ROBINSON BELEM DE AZEREDO, integrante daquela Comissão, vem dando ampla cobertura a todos os atos da mencionada Comissão, representando-a, inclusive em outras reuniões, como a ocorrida no dia 15.03.78, no Colégio S. Vicente de Paula/RJ, onde houve um debate promovido pela Diretoria Acadêmica da UFRRJ - Comitê Primeiro de Maio Pró-Anistia, pela absolvição dos elementos envolvidos no Proc. 19/77.</p> <p>Anexo, "xerox" de recortes de jornais e de fotos.</p> <p style="text-align: center;">X-X-X-X-X</p>			
CONFIDENCIAL			
AS/DM			
O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DO SIGILO DESTES DOCUMENTOS. ART. 62 - DEC. N.º 60.417/57. REGULAMENTO PARA SALVAGUARDA DE ASSUNTOS SIGILOSOS.			

ANEXO 77 – RELACIONAMENTO DA IGREJA CATÓLICA E O PCB

CONFIDENCIAL		8-1-80
<p>SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES AGÊNCIA RIC DE JANEIRO INFORMAÇÃO Nº 003 / 119 / ARJ / 79</p>		
DATA	: 04 JAN 80	<p>SNI/ARJ</p> <p>PROTOCOLO</p> <p>ACE Nº 2106</p> <p>09.01.80</p>
ASSUNTO	: RELACIONAMENTO IGREJA CATÓLICA E O PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO - PCB	
REFERÊNCIA	:	
ÁREA	:	
PAÍS	:	
DIFUSÃO ANT.	:	
DIFUSÃO	: SE-70, PARA FINS DE REGISTRO	
ANEXO	:	
<p>1 - Representantes da Igreja Católica e do Partido Comunista Brasileiro (PCB), - D. PAULO EVARISTO ARNS, D. HELDER CÂMARA, D. ADRIANO MANDARINO HIPÓLITO, LUIS CARLOS PRESTES e GREGÓRIO BEZERRA - têm prestado declarações à imprensa, contrárias à política econômica-social desenvolvida pelo Governo.</p> <p>2 - Desde 1966, D. HELDER CÂMARA e membros das Ordens dos BENEDITINOS e FRANCISCANOS começaram os contatos IGREJA/PCB. A partir de 1972 o PCB colocou um elemento em permanente ligação com os prelados católicos para encontrar uma maneira de conjugarem a luta contra a autoridade constituída. A pessoa indicada foi LUIZ MARANHÃO, que desenvolveu um grande trabalho, aplainando as divergências existentes.</p> <p>3 - As divergências e contradições básicas entre IGREJA/PCB encontravam-se na área dos trabalhadores mas, habilmente, os comunistas aceitaram a supremacia católica e determinaram a seus militantes que colaborassem e se integrassem às instituições mantidas pela IGREJA.</p> <p>4 - O resultado prático dessa união é a crescente atuação da PASTORAL OPERÁRIA no meio sindical.</p>		
<p>***</p> <p> <div> TODA PESSOA QUE TOMAR COPIA DESTA DOCUMENTO FICA RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DE SEU CÓPIA DE ACORDO COM O DO DEC. Nº 10000/77 - RSAB </div> </p>		
<p>LEITURA PRECÁRIA</p> <p>CONFIDENCIAL</p>		

ANEXO 78 – PERSEGUIÇÃO À IGREJA CATÓLICA

ACE Nº. 000317 / 79

LUCIDIO PERSEGUE IGREJA CATÓLICA

Tudo começou com uma imposição feita ao arcebispo metropolitano de Teresina, O. José Pedro Felício Lucido (o todo poderoso), pelo a cabeça do jornal e o Deputado Decilcio Dantas, da Rádio Pioneira, a exemplo do que fez com o jornalista Tomaz Teixeira, da TV Clube. Só que D. Felício não teve o mesmo comportamento da direção da "Voz da Pátria", nem gesto de humildade, apesar da humilhação que lhe é peculiar, o Arcebispo de Teresina não aceitou a imposição feita pelo todo poderoso Lucido Portela e manteve Decilcio Dantas à frente do Departamento de Rádio e Jornalismo da emissora católica, embora sabendo do risco que corria a Igreja diante da arrogância e prepotência do despreparado e atrasado Governador, Irmo do Relato Olímpiada Portela.

Mas, não ficou só nisso. O todo poderoso Lucido Portela, usando sua já conhecida, malvada e perseguidora cuneta governamental, cortou os convênios que existiam entre a ASA - Ação Social Arquidiocesana e a Secretaria de Saúde do Piauí, deixando, assim, os Centros Sociais da Igreja católica sem médicos e dentistas para o atendimento médico-dentístico à pobreza da periferia de Teresina. Como se não bastasse, suspendeu os pagamentos de dívidas existentes à Rádio Pioneira e proibiu que fossem feitas divulgações de notícias oficiais naquela emissora católica.

Pela primeira vez na história da política piauiense, um governador ora de tão degradante expediente para com a Igreja católica, num desrespeito ao clero e ao sacerdote à pobreza de Teresina:

Mas, o que se pode esperar de um governante que ocupa espaço em jornais para fazer declarações a baixo nível como a que tivemos oportunidade de ler no jornal "O Estado" de São Paulo do dia 07 de agosto de 1978, coluna "De Lave" quando o "Governador" numa afronta ao poder da família piauiense declarou que, ao invés de ARENÃO estava preparado mesmo era na formação de um HAREM. Isto reflete, piauienses, o seu despreparo para ocupar o cargo de mais alto mandatório do Estado.

O povo do Piauí subirá no momento oportuno dar um basta às perseguições, demissões, ameaças à dignidade da família piauiense e outros males já de conhecimento público, em apenas cinco meses de Governo.

É o povo do Piauí, pois ele é a nossa esperança maior, para venceremos os quatro anos de um pobre Piauí, entregue aos caprichos do despreparado Lucido Portela.

OBS. — Enquanto o País aguarda com expectativa um Projeto de Anticorrupção que atenda aos anseios do povo, no Piauí, o irmão do Ministro da Justiça, persegue, demite, ameaça funcionários públicos e profissionais liberais, atenta contra a população, num verdadeiro desrespeito aos direitos humanos.

ANEXO 79 – ATIVIDADES SUBVERSIVAS DE FRADES DOMINICANOS

CONFIDENCIAL

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA REGIONAL DE SÃO PAULO

ENCAMINHAMENTO Nº 1076/SNI/ASP/1969
(SS 16 nº 239/69)

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA REGIONAL DE SÃO PAULO
010868-3722
PROTOCOLADO

DATA : 01 Dez 69
ASSUNTO : Atividades subversivas de frades dominicanos
REFERÊNCIA : Informação nº 787/SNI/ASP/69
DIFUSÃO : SNI/AC - SNI/ABSB - SNI/ARJ - SNI/ABH - SNI/APA - SNI/ARE

Esta Agência encaminha o seguinte:
Autos de qualificação e interrogatório dos frades FERNANDO DE BRITO, IVES DO AMARAL LESBAMPIN, JOÃO ANTÔNIO CALDAS VALENÇA (frei MAURÍCIO), diácono GIORGIO CALEGARI ("ROBERTO"), TITO DE ALENCAR LIMA, ROBERTO ROMANO DA SILVA, FRAI CISCO AUGUSTO CARMIL CATÃO (ex-frei BERNARDO CATÃO), participantes do esquema subversivo montado por CARLOS MARICHEL LA.

Anexos: 7 Documentos

////////////////////////////////////


A Revolução de 64 é irreversível e consolidará a Democracia no Brasil.

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DO SIGILO DESTE DOCUMENTO. (Art. 62 - Dec. N.º 60.417/67 - Regulamento para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos).

CONFIDENCIAL

ANEXO 80 – FOLHETOS DISTRIBUIDOS NA IGREJA DO CARMO

CONFIDENCIAL


 PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
 SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
 AGÊNCIA DEB. HORIZONTE

S.N.I.
AGÊNCIA CENTRAL
 009668 11 NOV 69
PROTOCOLO

INFORMAÇÃO N.º 830/SNI/ABH/69
 86/SS/ 16 / 69

Data: - 06 de Novembro de 1.969
 Assunto: - FOLHETOS DISTRIBUIDOS NA IGREJA DO CARMO
 Referência: -
 Difusão: - AC

22529

A respeito do assunto em epígrafe, informamos:

1 - DISTRIBUIÇÃO DE FOLHETOS

Nos primeiros dias do mês de Set 69, foram distribuídos, na Igreja do Carmo, em Belo Horizonte, folhetos para celebrações de missa, intitulados "PÁTRIA LIVRE : PROMOÇÃO DOS IRMÃOS" (ANEXO I)

2 - RESPONSABILIDADE DE REDAÇÃO

De acordo com declarações prestadas na Delegacia Regional do DFF, em 15 de Set 69, por Jildert Djalling Van Balen (Frei Cláudio Van Balen), a responsabilidade de redação do folheto cabe à equipe constituída pelos seguintes frades carmelitas: Frei Tomas Mota Navarro, Frei Cláudio Candiani, Frei Carlos Mesters, Frei Mateus Alves da Silva e Frei Cornélio Cornelissan.

3 - INDICIADOS EM IPM - DECLARAÇÃO DOS PADRES

1 - Os frades da Comunidade do Carmo, nesta Capital, são francamente "Progressistas" e vêm desenvolvendo uma sutil e bem estruturada campanha de "conscientização".

2 - No IPM, de que era encarregado o Cel. Euclides de Figueiredo Filho (deverá ser substituído por ter sido nomeado para o Gab. Mil. da Pres. da República), destinado a apurar atividades subversivas no clero, estão indiciados os frades Carlos Alves da Silva (Frei Mateus), Jacobus Gerardus Hubertus Mesters (Frei Carlos Mesters), Jilbert Djalling Van Balen (Frei Cláudio Van Balen), José Fragoso Filho (Frei Domingos Fragoso) e o ex-frade Francisco Maria Pires Teixeira (ex-Frei Francisco) por terem assinado a chamada "Declaração dos Padres", lançada em 1968 (ANEXO)

ANEXO:

- Cópia xerox do folheto "Pátria Livre : Promoção dos Irmãos".

- Cópia xerox do documento intitulado "Declaração dos Padres".

CONFIDENCIAL

P.S. 80 - 3181

1 - COPIA PARA O RESERVATÓRIO
 2 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 3 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 4 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 5 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 6 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 7 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 8 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 9 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 10 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 11 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 12 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 13 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 14 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 15 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 16 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 17 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 18 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 19 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 20 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 21 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 22 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 23 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 24 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 25 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 26 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 27 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 28 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 29 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 30 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 31 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 32 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 33 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 34 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 35 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 36 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 37 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 38 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 39 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 40 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 41 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 42 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 43 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 44 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 45 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 46 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 47 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 48 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 49 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 50 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 51 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 52 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 53 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 54 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 55 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 56 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 57 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 58 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 59 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 60 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 61 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 62 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 63 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 64 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 65 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 66 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 67 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 68 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 69 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 70 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 71 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 72 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 73 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 74 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 75 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 76 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 77 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 78 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 79 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 80 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 81 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 82 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 83 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 84 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 85 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 86 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 87 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 88 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 89 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 90 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 91 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 92 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 93 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 94 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 95 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 96 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 97 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 98 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 99 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE
 100 - COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE

ANEXO 81 – PEDIDO DE BUSCA DE IRMÃ TEREZA

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA CENTRAL

PEDIDO DE BUSCA Nº 25419E /71/AC/SNI

DATA : 23 DE JULHO
ASSUNTO :- IRMÃ TEREZA
- CONGREGAÇÃO SÃO JOSÉ
DIFUSÃO : ASP

1 - DADOS CONHECIDOS

a - Religiosa da Congregação de São José e antiga enfermeira do Hospital Santa Izabel de TAUBATÉ/SP, foi transferida para a Santa Casa de Misericórdia de São Paulo.

Além de manter relações com elementos ligados à subversão, atraiu jovens para o uso de drogas. |

O ex-dominicano Frei FRANCISCO CATÃO, - que fechou o Convento daquela Congregação na Lapa, em SÃO PAULO, - foi, por muito tempo, orientador da citada Ordem Religiosa.

2 - DADOS SOLICITADOS

- a - Veracidade dos dados conhecidos;
- b - antecedentes dos nominados;
- c - acompanhar as atividades da Irmã Tereza; e
- d - outros dados julgados úteis.

ANEXO 82 – PEDIDO DE BUSCA NA CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA CENTRAL

PEDIDO DE BUSCA Nº 2391SE /71/AC/SNI

DATA : 23 DE JULHO

ASSUNTO :- CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL (CRB)
- MADRE IRANY VIDAL BASTOS

DIFUSÃO : ARJ

REFERÊNCIA:- Telex 26119E UU /AC/71, de 23 Jul

1 - DADOS CONHECIDOS

a - A Segunda Assembleia Regional da Conferência dos Religiosos do Brasil será realizada no Colégio Notre Dame, (Rua Barão da Torre) - GB, com início previsto para às 0830 horas do dia 24 de julho e duração de uma semana, sendo franqueada ao público.

b - A Madre IRANY VIDAL BASTOS, missionária de Jesus Crucificado, foi escolhida para Provincial de sua Congregação para os estados da GUANABARA, GOIÁS, ESPÍRITO SANTO, MINAS GERAIS, RIO DE JANEIRO e DISTRITO FEDERAL; a sede da referida Provincial está localizada na Ladeira de Santa Teresa, 143 - Instituto Jesus Crucificado - GB.

Residia no Parque Proletário da GÁVIA (vizinho à Universidade Católica) antes de embarcar para a BÉLGICA, onde encontra-se há dois anos.

No Brasil era muito ligada a D. HELOER CÂMARA e ao padre JOSEPH CONGLIM, tendo trabalhado ativamente, na época, para o Congresso realizado em IBIUNA/SP.

Gozando de bom conceito da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), onde chegou a Secretário dos Religiosos.

Na BÉLGICA, tem se pronunciado sobre "violência" e "torturas" que estariam sendo praticadas no Brasil.

(CONTINUAÇÃO DO FH Nº 2391SE /71/AC/SNI, DE 23 JUL 71 fls..2)

2 - PROVIDÊNCIAS SOLICITADAS

Com referência ao item 1a:

a - designar elemento desta Agência para assistir à Assembleia Regional; c

b - manter esta AC informada.

Com referência ao item 1b:

a - apurar a veracidade dos dados conhecidos;

b - remessa dos antecedentes da madre IRANY; e

c - remessa do livro de pagamentos atuais.

ANEXO 83 - PRISÃO DE PADRES

006007 80

- CONFIDENCIAL -

Fl 1/5

MINISTÉRIO DO EXERCÍTO Brasília-DF, 05 de Novembro de 1968
I Ex-11ª RM-Q G-2ª SEC

003262 100218
PROTOKOLO

1. ASSUNTO: PRISÃO DE PADRES EM BELO HORIZONTE
2. ORIGEM: ID/4 - Info 2815, de 4 DEZ 68, do
3. DIFUSÃO: I Ex, SNI/ABSS, 6ª 2 Ad, 7ª DN, IGPM, Sec Av/ENR,
Sec Av/SGMT, CM da 11ª RM, Sec Av/COMOP, ACR.
4. DIFUSÃO ANTERIOR: CIE/ANP, CBN, SNI/ARJ, CWMAR, FMAER, DSI/MJ,
II Ex, III Ex, IV Ex, CMA/8ª RM, DPO, DPG, DOP e GIE.

INFORMAÇÃO Nº 1120/68

"1. Investigações levadas a efeito no curso de um Inquérito Policial Militar instaurado em BELO HORIZONTE e do qual está encarregado o Ten Cel Prof NESTOR DIAS DA SILVA, indicaram estreitas ligações entre o padre MICHEL LE VENE e os líderes subversivos no seio presente no fracassado congresso de URUBA. |

O referido sacerdote, francês de nascimento, pertencente à Ordem dos Assuncionistas e se encontra em BELO HORIZONTE há dois anos, como contratado pelo Instituto de Teologia, antigo Seminário Arquidiocesano. É assistente da JOC (Juventude Operária Católica) e há muito vinha sendo observado, por promover reuniões vagabundas no salão paroquial do Norte Florestal.

Foi preso às 1100h de 28 Nov.

Diligência realizada na residência de MICHEL LE VENE (um quarto nos fundos de uma Igreja), com o respaldo de um Mandado de Busca e Apreensão, permitiu apreender um mimeógrafo, onde foi rodado o panfleto subversivo intitulado "O Martelo", vasta correspondência particularmente comprometedora e grande quantidade de livros e apostilas de teor comunista da linha chinesa.

Interrogado, o padre francês já confessou: ser militante da Ação Popular; promover reuniões de operários para levá-los contra os patrões e o Governo; haver tomado parte de várias manifestações de cunho subversivo, como o encontro no Sindicato dos Metalúrgicos de BELO HORIZONTE (quando da greve na Cidade Industrial de CONTAGEM), na Secretaria de Saúde (Concentração da Miséria) e nas comemorações de 1º de Maio; haver distribuído

(Continua...)

- CONFIDENCIAL -

QUANTO PESSOAS QUE TOMAR CONHE-
CIMENTO DE ESTE ASSUNTO FICA RESPON-
SÁVEL PELO SEU SIGILO.
(Art 62 - Dec nº 80.407/67-REAB)

ANEXO 84 – DENÚNCIA CONTRA PADRES

CONFIDENCIAL		AC/INT	34317
MINISTÉRIO DO EXÉRCITO 1 EXERCITO — 2.ª SEÇÃO		RIO, GD, 7	abril 1971
1. ASSUNTO	DENÚNCIA CONTRA PADRES E EX-PADRES		
2. ORIGEM	I Ex (4ª RM)		
3. CLASSIFICAÇÃO	-		
4. DIFUSÃO	CIE-SNI/GB - Arq.		
5. DIF DESDE ORIGEM	-		
6. ANEXO	-		
7. REFERÊNCIA	-		

S.N.I.
AGENCIA CENTRAL
003058 2048871
PROTOCOLO

INFORMAÇÃO Nº 501/71-0

Esta Agência informa que o Juiz Auditor da 4ª RM aceitou a denúncia oferecida pelo Dr Procurador Militar contra os acusados WILSON MOREIRA, Padre, Diretor do Colégio Estadual Alberto Giovaninni, em CORONEL FABRICIANO (MG); GERALDO FERREIRA MONÇÃO, Padre e Professor, residente no Conjunto Habitacional Getúlio Vargas, BARREIRO DE CIMA, em BELLO HORIZONTE - (MG); JOSÉ JORGE ABDALLA ou ABDALLA JORGE, Padre, residente em ACRÉCITA, TI MÓTEO (MG); PETRUS MARTINUS JOHANNES VAN ROSSUM, ex-Irmão, residente à Rua 424, casa 66, Bairro AREAL, em IPATINGA (MG); JOSÉ NAZARENO ATAÍDE, ex-Padre, Professor, residente à rua K nº 103, Bairro Horto, em IPATINGA (MG); JOSEPH CORNELIUS MARIA DE MAN, Padre, Reitor da Universidade do - Trabalho de CORONEL FABRICIANO (MG); JOSÉ VALENTIM BERTOLO, Padre, residente na Casa Paroquial do Bairro do Horto, em IPATINGA (MG) e CÍCERO DE CASTRO, Padre, residente à Av 28 de abril nº 583, IPATINGA (MG), como incurso nos incisos I e III e § único do artigo do Decreto-Lei nº 314/67, modificando pelo Decreto-Lei nº 510/69, pelos fatos delituosos constantes do IPM de que foi encarregado o Major de Artilharia QUEMA ANTÔNIO GOMES - RIBEIRO.

ANEXO 85 – PUBLICAÇÃO DO JORNAL O SÃO PAULO

(549)

Semana de 11 a 17
de março de 1988**NACIONAL****O SÃO PAULO**

DIREITOS HUMANOS

A tortura contra presos comuns no Brasil é endêmica

E o que diz um relatório da organização norte-americana de direitos humanos Americas Watch, publicado em Washington com o título "Abusos da Polícia no Brasil: execuções sumárias e torturas em São Paulo e Rio de Janeiro".

Apesar dos órgãos de segurança e o governo desmentirem, ainda existe tortura no Brasil, só que desta vez mais camuflada do que no tempo da ditadura e com outros alvos: presos comuns (foto). Essa é a conclusão da organização norte-americana de direitos humanos Americas Watch, que fez um relatório, publicado em Washington, que leva o sugestivo nome "Abusos da polícia no Brasil: execuções sumárias e torturas em São Paulo e Rio de Janeiro". Segundo o documento, preparado por dois pesquisadores, "a tortura de suspeitos comuns de delitos, não somente espancamentos mas também com métodos relativamente sofisticados, é comum em São Paulo, no Rio de Janeiro e também em outras partes".

Página 7

A organização enviou ao Brasil, em julho e agosto de 1987, seus pesquisadores Paul Chevigny, Bell Gale e Russell Karp, advogados e professores universitários, que consultaram os arquivos do Centro Santo Dias de Direitos Humanos, Comissão Justiça e Paz e Comissão Teotônio Vilela, de São Paulo, além de Comissão sobre

os crimes na Baixada Fluminense e do Grupo Tortura Nunca Mais, do Rio de Janeiro.

"A tortura de suspeitos comuns de delitos - diz o relatório - não somente com espancamentos, mas também com métodos relativamente sofisticados, é endêmica em São Paulo e no Rio de Janeiro, havendo evi-

dências de que também prevalece noutras partes do Brasil".

Esquadrões

Americas Watch diz que alguns governos estaduais fizeram esforços para reduzir esse tipo de violência, mas essas iniciativas "não foram completamente bem-sucedidas", destacando que há policiais envolvidos em

esquadrões da morte e são constantes as execuções sumárias. Assinala, também, o esforço dos grupos de direitos humanos contra a tortura e as execuções e para desenvolver a consciência da população sobre os direitos.

Os resultados da pesquisa estão sendo divulgados em todo o mundo.

ANEXO 86 – PUBLICAÇÃO DO JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO

FOLHA DE S. PAULO

Quinta-feira, 13 de outubro de 1988 — POLÍTICA — A — 7

SNI negará pedido de dados sobre desaparecidos

Sérgio Fraga

LUIZ ANTÔNIO NOVAES
Da Folha de São Paulo

O ministro-chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), general Ivan de Souza Mendes, disse ontem à tarde, no Palácio do Planalto, que os familiares de desaparecidos políticos não poderão plantar junto ao órgão as fichas de seus parentes. Segundo ele, o instrumento jurídico do "habeas-data", inscrito na nova Constituição, permite que os cidadãos conheçam apenas as informações registradas em seus nomes nos órgãos de segurança. "Eu recomendaria um pedido desses. Quem morreu, está morto", afirmou o ministro.

Em sua segunda entrevista coletiva no Palácio do Planalto, em que não foi permitido o uso de gravadores e câmeras de TV, o ministro negou que o SNI esteja providenciando a criação de arquivos paralelos para evitar o ferreamento das informações garantidas pelo habeas-data.

Ele atribuiu as "notícias" ao comportamento "não bem conhecido" de certos profissionais da imprensa. Classificou a informação como "quase uma ofensa à honra" como tem agido à frente do SNI. A preocupação da imprensa com o destino do órgão, segundo o ministro, "é muito razoável e compreensível, por causa das mudanças introduzidas pela nova Constituição". Garantiu que a atuação do serviço não vai mudar. "O SNI vai cumprir plenamente a Constituição e vai continuar atuando contra os inimigos externos e internos."

Segurança Nacional

Reafirmando que o SNI "é obrigado e vai atender" os pedidos de informação que lhe forem requisitados, o ministro fez uma ressalva. Disse que informações que afetam a

segurança do Estado não poderão ser fornecidas. Afirmando tratar-se de "posicionamentos básicos", Ivan de Souza Mendes citou como exemplos o ato de espionagem estrangeira dentro do país, a preservação da fonte de determinadas informações e decisões de ordem econômica que possam acarretar "problemas internos como a especulação".

O cidadão que não se sentir satisfeito com as informações prestadas pelo SNI, ou que as considerar falsas ou erradas, poderá retificá-las, segundo o ministro. "Quem se sentir prejudicado, poderá entrar com recursos na Justiça. As informações do cidadão serão registradas", disse.

O chefe de SNI não quis comentar as declarações de ex-chefe do órgão, general Octavio Medeiros, segundo as quais muitas das informações depositadas em seus arquivos não são compreensíveis. "Ninguém se dá ao trabalho de ler aquilo", afirmou, referindo-se à entrevista de Medeiros à Folha. Os pedidos de informação já encaminhados pelo deputado Maurício Ferreira Lima e Moisés Santiago serão atendidos em breve, garantiu o ministro.

Demora

O ministro não soube dizer com precisão o tempo necessário para que o órgão forneça as informações. Segundo ele, o arquivo do SNI é informatizado através de microfilmes e computadores. "A leitura deverá e eu ainda não tenho ideia

do número de pedidos", afirmou. As solicitações, segundo afirmou, estão chegando pelo Planalto, pelas agências do Correio, pela Agência Central do órgão em Brasília, e por suas regionais.

Documentação

Para solicitar as informações do SNI, é necessária a apresentação de fotocópia da carteira de identidade, CPF e endereço. O ministro-chefe do SNI considerou o direito de acesso às informações depositadas nos órgãos de segurança como a "grande inovação" e a grande conquista do cidadão" nesta nova Constituição.

Na entrevista, que durou vinte minutos, o ministro afirmou que, tomado de dúvidas sobre como agir após a decisão do Congresso constituinte, fez uma série de perguntas — autorizadas pelo presidente José Sarney — ao conselheiro-geral da República, Paulo Rômulo.

"Precisava de orientação e perguntei a ele se os requerimentos de informações deveriam ser feitos diretamente ao serviço ou na Justiça, quais as limitações e a abrangência do habeas-data." Esta foi, segundo ele, a origem do parecer de Sade, estipulando que, pela lei, "as informações de segurança nacional estão protegidas".

O ministro-chefe do SNI disse que o órgão continuará abastecendo fichas das "pessoas que se destacam na sociedade" e que a "ideologia dos políticos continuará sendo registrada".



O general Ivan de Souza Mendes, durante entrevista no Palácio do Planalto

ANEXO 87 - PUBLICAÇÃO DO JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO

Monumento reverencia as vítimas do regime de 64

Texto de Rosalir Barreira

Tinha um dia de março de 1964. Era por volta das 10h, sob a orientação dos três ministros das Forças Armadas, reunidos no Palácio do Estado, o então presidente da República Juscelino Kubitschek, que havia assinado a Proclamação da República, depois que Jânio Quadros havia renunciado. Os três ministros que se reuniram ao novo regime, Ademar de Barros, em Pernambuco, e Leônidas Bittencourt, no Rio Grande do Sul, foram depostos logo após a tomada das armas.

As Forças Armadas continuaram na ditadura militar, e o 1º aniversário do movimento. Mas o momento hoje é outro. O País atravessa o final longo período de transição política da sua história. A transição vem se tornando mais e mais clara, quando o então presidente, o general João Goulart, concedeu a anistia aos presos políticos. Mas ele não foi anistado, nem libertado, como exigiam as forças populares. E ainda hoje, ao que conta, apesar de ter um presidente civil, o País vive sob a sombra das forças militares. Ainda há de se fazer a via da história presidencialista de governo, na Constituição, onde os militares se veem numa situação decisiva para isso.

Muito mais já foi exigido. Os militares já foram os primeiros a fazer a anistia de si mesmos, e os seus crimes, já não se recordam de tudo. Mas não são apenas as lembranças dos 20 anos de ditadura que há de se fazer. De pessoas que foram e desapareceram e todos os torturados na época, inclusive, ainda hoje, a questão dos torturados. A própria Constituição agora vem como uma representação e inafiança, qualquer tipo de tortura.

E para ajudar ainda mais a memória dos brasileiros e não deixar que sua história se perca no tempo, o prefeito Jairton Vasconcelos, irmão cunhado do regime da ditadura, quando estava no Congresso Nacional, vai inaugurar, no final de sua gestão, um monumento em homenagem aos desaparecidos, mortos e torturados no regime militar. Será o monumento "Tortura Nunca Mais", que ficará situado na rua da Aurora, na altura da Avenida Mário Melo.

— COORDENADOR —

Esta nova obra do prefeito foi um compromisso assumido, logo no início de sua gestão, com os grupos políticos da cidade dos diretos brasileiros, como o Tortura Nunca Mais, o DAD — União PE, Conselho Justiça e Paz, e o Grupo de Defesa da Cidadania. Maria do Amparo Almeida, do grupo Tortura Nunca Mais, conta que, em maio de 1964, Jairton recebeu em sua casa os membros das vítimas da ditadura e

negou aos mortos, desaparecidos e torturados.

A preocupação de Jairton com as vítimas do regime não terminou, entretanto, ali. Além das inúmeras denúncias de torturas e crimes irregulars que fazia ao Congresso Nacional, no período do regime militar, o prefeito do Recife inaugurou, no mês de fevereiro de 64, a sua primeira obra, a sede da Fundação Santa Cruz, no bairro do Recife da FUR, onde foi a Assembleia Judiciária. Fundação Santa Cruz, pernambucana, foi inaugurada em 1964, no Rio de Janeiro, nos 20 anos de idade. Ela atua em sua época em organizações de assistência social ao regime militar, classificadas como "terroristas".

Santa Cruz, porém, não foi um caso isolado. Foram as primeiras e primeiras obras durante o regime militar foram inauguradas mais de 100 pela Comissão Alameda de Assistência do Congresso Nacional. Entre essas instituições, as mais conhecidas a guerrilha do Araguaia, em Goiás, ocorrida no início da década de 1970 e os presos e desaparecidos também no Exterior. A Comissão Alameda de Assistência do Congresso Nacional, sob a coordenação do então senador Teófilo Vilela, preparou um documento, em 1972, com o levantamento dos presos e desaparecidos políticos durante o regime militar.

Segundo esse documento, seriam em Pernambuco, foram mortos e mortos e desaparecidos de 22 pessoas. Além de Jairton, Santa Cruz, entre outras, Eduardo Collor Filho, da aqueduto juntamente com Fernando, nos 20 anos de idade e José Paulo Soares, um apêndice da ditadura, estava aguardando na UFRJ. Ele foi preso em Pernambuco, em 1974, com 32 anos de idade, sob acusação de pertencer ao PC do B. Depois disso, não foi mais visto.

Entre os casos de mortes torturadas, estão entre outros, Luiz José da Cunha, morto com 28 anos, em 1974, em São Paulo, durante um combate. Foi morto na Aliança Libertadora Nacional, um grupo de esquerda de resistência ao regime militar. Com 27 anos de idade, Ricardo Alves Rodrigues, que estava no PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário), foi morto no Rio de Janeiro. Ele teve seu carro destruído e incendiado, explodindo em segredo.

TORTURADOS NO PODER

A história do regime autoritário não para nos casos de mortes e desaparecidos. As vítimas de torturas presentes numa lista ainda maior. A maioria dessas experiências políticas, torturadas mas com uma série de segurança, como o DAD — COB, entre outros, não há hoje contribuindo na sociedade, sem

A família de Jairton Vasconcelos, por exemplo, acaba sendo o caso. É o caso de Marcelo Mário de Melo, diretor da Fundação de Cultura Cidade de Recife, que foi preso e torturado em 1971, quando estava no PCBR. Também de Francisco de Almeida Vasconcelos da Rocha, que trabalhou na Secretaria de Ação Social, preso pouco antes de Marcelo. E ainda na Associação Juvenil da FUR, onde Marcelo Santa Cruz, irmão de Fernando Santa Cruz.

CONTRA TODA TORTURA

Pelo título, o movimento em homenagem aos presos, desaparecidos e torturados na ditadura, não poderia mesmo ainda estar tão. É que já foi iniciado o concurso para a escolha do melhor projeto do monumento. Com as inscrições já encerradas, existem 20 trabalhos inscritos de arquitetos e artistas plásticos, entre os quais, Abelardo de Almeida. O arquiteto Oscar Niemeyer tentou inscrever um projeto seu para o monumento, mas foi impedido pela não época as inscrições já estavam encerradas.

Previdido pela Prefeitura, o concurso é a obra de homenagem sendo organizado pela UFR-Recife, que já tem marcada a data para divulgação do resultado oficial do concurso. Será no dia 28 de abril, às 18h, na Galeria Metropolitana de Arte, Alameda Moraes, com a presença do próprio prefeito. Ainda resta a escolha do Padre Henrique, assessorado em maio de 1984, para homenagear, uma vez que o prêmio ao vencedor deverá ser o seu nome.

Como sequência das homenagens às vítimas do regime militar nos dois dias seguintes à entrega do prêmio ao vencedor do projeto para o monumento, serão realizadas duas debates no auditório da FUR. No dia 27, às 19h, o arquiteto brasileiro do Recife e Recife, Eder Rêder Chaves, fará uma palestra sobre a obra "O Papel da Igreja na Luta Contra a Tortura", e no dia 28, no mesmo horário, o escritor pernambuco Paulo Cavalcanti, falará sobre a "Tortura Hoje".

A Prefeitura, entretanto, ainda não tem uma previsão sobre a conclusão do monumento. Segundo o presidente da UFR, engenheiro Jaime Gusmão, ainda não existem condições de se fazer o projeto definitivo. Segundo ele, o projeto em mãos, a UFR terá condições de preparar um cronograma da obra. "Mas até o final da administração

ANEXO 89 – REPRESSÃO NA IGREJA DO BRASIL



REPRESSÃO NA IGREJA NO BRASIL

reflexo de uma situação de opressão (1968/1978)*

1. APRESENTAÇÃO

Alguns bispos brasileiros encomendaram ao CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação) um texto sobre a situação dos Direitos Humanos na América Latina. Iniciando o levantamento de dados, foi possível observar que a tarefa seria difícil e extensa. Isto porque, em todos os países, verificam-se violações dos direitos humanos em maior ou menor grau. O universo de uma pesquisa sobre o tema seria vasto diante do curto tempo disponível.

Optamos então por elaborar um texto sobre o Brasil, considerando que:

- os demais países latino-americanos vêm produzindo material exaustivo sobre o assunto, tendo acesso a fontes mais precisas

uma vez que falamos de suas realidades próximas;

- no Brasil existe pouco material sistematizado, específico para a área de Igreja;
- apenas agora começa-se a tentar centralizar a documentação existente em nosso país, com o intuito de trabalhá-la; surgem as primeiras propostas de análise sobre as relações Igreja/Estado, no período posterior a 1964;
- a imprensa nacional começa a divulgar matéria guardada durante o período de maior censura.

Este material é informativo. Não se pretende aqui analisar os fatos, abordar a complexidade da conjuntura nacional nos últimos 10 anos (o que corresponde ao intervalo entre Medellín e Puebla). Pre-

* Documento informativo elaborado pelo CEDI como contribuição ao estudo da questão dos Direitos Humanos, a pedido do Cardeal D. Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo, e de D. Thomas Balduino, Bispo de Goiás. Centro Ecumênico de Documentação e Informação – CEDI, Rio de Janeiro, dezembro 1978 (mimeo).

ANEXO 90 – SNI – DOM HELDER CAMARA


CONFIDENCIAL		016964 81
<u>SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES</u> <u>AGÊNCIA CENTRAL</u>		
Encaminhamento nº 022/19/AC/81		
Data :	15 Jul 81	<i>YACel</i>
Assunto :	D. HELDER CÂMARA	
Origem :	SE-19/AC	
Difusão :	SE-06/AC	
Anexo :	Cópia de Boletim Informativo nº 166/AC/SNI/70 (1 fl.).	
<p>D. HELDER CÂMARA continuou sua pregação anti-brasileira, denunciando supostas sevícias e torturas a presos políticos, que existiriam no País, no Palácio dos Esportes, em PARIS, falou para esquerdistas de todos os matizes - comunistas, trotskistas, maoistas e anarquistas. Em nada ajuda ao BRASIL a pregação de D. HELDER; favorece o retraimento aos investidores e cria uma falsa imagem nos meios intelectuais e estudantis.</p> <p style="text-align: center;">* * *</p>		
CONFIDENCIAL		BAC - 81

ANEXO 91 – PUBLICAÇÃO ACERCA DA SITUAÇÃO DA IGREJA NO BRASIL

002560 79

CONFIDENCIAL

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA CENTRAL



INFORMAÇÃO Nº 0519 /19/AC/79

DATA : 19 OUT 79

ASSUNTO : PUBLICAÇÃO "REPRESSÃO NA IGREJA NO BRASIL"

ORIGEM : DOCREL 2085/79 (AC/SNI)

DIFUSÃO : CH/SNI

ANEXO : Cópia xerox da publicação em epígrafe.

1. A pedido de D. PAULO EVARISTO ARNS, Cardeal Arcebispo de SÃO PAULO, e de D. THOMÁS BALDUINO, Bispo de Goiás/GO, e como uma contribuição ao estudo da questão dos direitos humanos, o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) elaborou, em Dez 78, o documento "REPRESSÃO NA IGREJA NO BRASIL", divulgado, posteriormente, pela Comissão Arquidiocesana da Pastoral dos Direitos Humanos e Marginalizados da Arquidiocese de SÃO PAULO.

O pedido se referia   situação dos direitos humanos na AMÉRICA LATINA, mas, premido pela extensão do tema e pela exiguidade do tempo, o CEDI optou por elaborar um texto sobre o BRASIL e especificamente voltado para a área da Igreja, abrangendo o período que vai de 1968 a 1978.

2. O trabalho, de boa apresentação e fácil leitura, divide-se em cinco t picos onde, partindo de uma constatação geral do problema dos direitos humanos na AMÉRICA LATINA, particulari-

CONFIDENCIAL

ANEXO 92 – RESISTÊNCIA DA IGREJA CATÓLICA

DPN. ENI. 106, p. 382/235.

MINUTA DE TELEGRAMA

CONTINUAÇÃO
Página
dois

777

HORIZONTE é um dos centros do "clero progressista" sendo o bispo JOÃO REZENDE COSTA um de seus líderes. Muito ligado a HELDER CÂMARA, com quem mantém comunicação através de portadores, é o responsável direto pelo boletim "Arquidiocese em Notícias", órgão oficial da Cúria e onde podem ser lidas notícias de torturas no BRASIL, cartas de HELDER CÂMARA atacando o Governo, transcrição do jornal "O São Paulo", cartas recebidas do exterior "lamentando as torturas que o Governo pratica contra os brasileiros" (Ano 1972), o que é, em resumo, a opinião da Cúria sobre o nosso Governo. A se concretizar a candidatura do bispo JOÃO REZENDE COSTA, existirá mais um Cardeal ligado àqueles que deturpam a imagem do BRASIL no exterior, em detrimento de outros nomes, tais como os bispos PROENÇA SIGAUD, JOSÉ PEDRO COSTA, JOSÉ D'ANGELO NETO, que, sem dúvida, não comungam pela cartilha do clero progressista".

EXTERIORES.

Autorizo

Minutado em
12. Nov/73
ASM

104-3366

ANEXO 93 - DENÚNCIAS DE TORTURAS

Confidencial

"Cópia Remetida ao DI."

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
NÚCLEO DE AGÊNCIA DE GOIÂNIA

INFORMAÇÃO Nº GO95/116/NAGO/SNI/79

Data: : 02 JUL 79

Assunto: : DENÚNCIAS DE TORTURAS
- FREI TITO DE ALENCAR LIMA - CP

Origem: : PRG Nº 00262/79

Difusão: : AC/SNI

AGO/SNI
000173 - 1 AGO. 79
ACE

1. O Secretariado da Pastoral da Arquidiocese de GOIÂNIA/GO-SPAR estava vendendo em Abr 79, ao preço de Cr\$. 2,00, o panfleto "A TORTURA DO FREI TITO", que teria sido redigido por TITO DE ALENCAR LIMA, Frei dominicano, quando de sua prisão decretada pela 2ª Auditoria da 2ª RM, por sua participação no Congresso da UNE, em IBIUNA/SP, em Out 68.

2. Referido documento, trata-se de minucioso depoimento sobre as torturas que teria sofrido no período em que esteve à disposição da "Operação Bandeirantes", de 17 a 27 Fev 70, por parte das equipes comandadas pelo "Capitão Maurício", "Capitão HOnero" e "Capitão Alber naz". Frei TITO diz ainda que, em face do "sofrimento prolongado", tentou o suicídio, cortando o braço com gilete, tendo sido atendido inicialmente no Hospital das Clínicas e depois removido para o Hospital Militar.

3. Frei TITO alerta que o ocorrido com ele não é exceção, "é regra", pois são "raros os presos políticos brasileiros que não sofreram torturas. Muitos, como Schael Schreiber e Virgílio Gomes da Silva, morreram na sala de torturas. Outros ficaram surdos, estúpidos ou com outros defeitos físicos", conclamando os bispos a "dizerem um BASTA às tor

Confidencial - continua -

ANEXO 94 – IGREJA CATÓLICA DE ESQUERDA

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

ENCAMINHAMENTO N.º 458/77 /DSI/MJ

2
106770

DATA: 24 de Outubro de 1977
 ASSUNTO: CARTA DO DEPUTADO ÁLVARO VALE A D. EVARISTO ARNS.
 ORIGEM: DSI/MJ
 REFERÊNCIA:
 DISTRIBUIÇÃO: AC/SNI - CIE - CISA - CENIMAR - CI/DPP
 DISTRIBUIÇÃO ANTERIOR:
 ANEXOS: Cópia de carta (06 folhas)

AGÊNCIA CENTRAL
024947 26.10.77
PROTOCOLO

Esta Divisão encaminha o seguinte: cópia da carta do Deputado Federal ÁLVARO VALE ao Cardeal ARNS, em que analisa o documento "Pela Justiça e Libertação", da Arquidiocese de SÃO PAULO.

Contesta com serenidade e firmeza a posição doutrinária a política da esquerda clerical, confrontando-a com a doutrina tradicional da Igreja e conclui pela infidelidade do clero esquerdista aos postulados da tradição católica e à missão específica dos religiosos.


A carta do Deputado ÁLVARO VALE testemunha a perplexidade do laicato católico brasileiro perante os rumos da pastoral e da catequese preconizados pelo clero esquerdista, fornecendo pontos para um acompanhamento dos reflexos psicossociais da esquerda clerical sobre a população.

A REVOLUÇÃO DE 64 É IRREVERSÍVEL
E CONSOLIDARÁ A DEMOCRACIA NO
BRASIL.

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA
MANUTENÇÃO DO SIGILO DESTA OCORRÊNCIA
(ART. 12 - DEC. N.º 79.099/77
REGULAMENTO PARA SALVAGUARDA DE
ASSUNTOS SIGILOSI)

CONFIDENCIAL

ANEXO 95 – ACUSAÇÃO DA INTERFERÊNCIA DA IGREJA CATÓLICA NO ESTADO

CONFIDENCIAL	
 05 2 AC (mem) BTE e des cont. levemente no Pec. PAAT 22 Sf. 11/11/75 f. 11/11/75	
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES AGÊNCIA CENTRAL	
INFORMAÇÃO Nº 807/19/AC/75	
DATA	: 11 DEZ 1975
ASSUNTO	: PANFLETO "NÃO OPRIMAS TEU IRMÃO"
ORIGEM	: FEG 34680/75
DIFUSÃO	: CH/EMI
ANEXO	: Cópia xerox de panfleto.
<p>O panfleto "NÃO OPRIMAS TEU IRMÃO" (anexo), lido dia 09 Nov 75, nas Igrejas de SÃO PAULO/SP, teve repercussão na <u>religião junto aos fiéis</u>, conforme registra a Informação nº 2247/S-102-CIG, nos seguintes termos:</p> <p>1. No dia 09 de novembro foi observada a leitura do documento em várias Igrejas. Em algumas, <u>além da leitura, houve também um comentário violento</u>. Em outras, houve apenas leitura de alguns trechos e, ao final, o Padre alertava que a <u>difusão do documento era feita por ordem expressa de Dom EVARISTO ARNE</u>. Notava-se perfeitamente <u>o constrangimento do sacerdote</u> e sentia-se que só agia daquela maneira por "ordem" superior.</p> <p>2. A difusão do documento, através da <u>leitura durante a missa</u>, provocou mal-estar e revolta em grande número de católicos da área, particularmente entre os <u>militares</u>, que se sentiram além de tudo insultados e ofendidos. Entre eles, a mágoa é grande e a decepção muito maior, por assistirem a fatos como este, em que a Igreja <u>interfere</u> direta ou indiretamente, de maneira distorcida, nos negócios do Estado ou Instituições.</p> <p style="text-align: center;">* * *</p>	

ANEXO 96 - PANFLETO NÃO OPRIMAS TEU IRMÃO

Comissão Episcopal Regional Sul I — CNBB
 SECRETARIADO REGIONAL
 Av. Higienópolis, 901 — Cx. Postal, 20029
 01000 — SÃO PAULO

“NÃO OPRIMAS TEU IRMÃO”

(Lev 25,14)

DOCUMENTO DA ASSEMBLEIA GERAL REGIONAL

Itaici, SP, 27 a 30 de outubro de 1975

Em nome do Evangelho de Jesus Cristo que nos manda anunciar “aos cativos a redenção, aos oprimidos a liberdade e publicar o ano da graça do Senhor” (Lc 4,19), nós, Bispos da Igreja neste Estado de São Paulo, reunidos em Assembleia, em união com todo o povo de Deus, erguemos nossa voz diante da onda de violência oriunda de todas as partes e que se patentela por atentados à vida, seqüestros, assaltos, e diante, sobretudo, dos graves acontecimentos que vêm estarelecendo e inquietando a população de São Paulo.

Assistimos, de fato, a flagrantes desrespeitos à pessoa humana, imagem de Deus Criador, caracterizados por prisões arbitrárias que tomam, geralmente, a forma de verdadeiros seqüestros; pelo recredescimento das torturas, acompanhadas até de mortes, algumas das quais chegam ao conhecimento público; por ameaças públicas e particulares, partindo inclusive de autoridades. O mais grave é que muitos destes atos, que levam a um clima de insegurança, são praticados sob pretexto de defender e manter a paz e a tranquilidade da sociedade, alegando seus patrocinadores estarem alicerçados em princípios cristãos.

Ao mesmo tempo em que nos solidarizamos com os sofrimentos das vítimas das prisões e torturas e participamos da angústia de seus parentes e amigos, rei-

teramos as graves advertências contidas em nossa mensagem de Brodosqui (SP), “TESTEMUNHO DE PAZ”, de junho de 1972:

“Falharíamos a um imperativo de consciência se não retomássemos a palavra de João Batista, dizendo como o profeta: “NÃO TE É LÍCITO” (Mc 6,13).”

“NÃO É LÍCITO efetuar prisões da forma como frequentemente estão sendo feitas entre nós: sem identificação da autoridade coatora nem dos agentes que a executam, sem comunicação ao Juiz competente dentro do prazo legal...” (Cf. Constituição — 1969 — Art. 153, § 13).

“NÃO É LÍCITO utilizar no interrogatório de pessoas suspeitas, ... métodos de tortura física, psíquica ou moral, sobretudo quando levados até à mutilação, à quebra da saúde e até à morte como tem acontecido.”... (Cf. Constituição, Art. 153 § 14).”

“NÃO É LÍCITO privar os acusados de seu direito de ampla defesa ou prejudicá-la mediante ameaças nem prejudicar o acusado como réu, antes de julgado, nem protelar, por tempo indeterminado o processo regular, quando nossa Carta Magna expressamente determina que “a lei assegurará aos acusados a ampla defesa com os recursos e ela inerentes” (Art. 153, § 15).”

ANEXO 97 - O CLERO NO QUADRO SUBVERSIVO

CONFIDENCIAL

10

(Relatório Periódico de Informação nº 01..... Fis 9)

4. O CLERO NO QUADRO SUBVERSIVO

4.1 - O Padre HEITOR CASOLDI e Padre AGEITTER, de CAMPO GRANDE, foram chamados à Polícia Federal para prestarem esclarecimentos sobre uma gravura de "CHE" GUEVARA, que se encontrava no presépio montado na Catedral de SÃO JOSÉ, juntamente com as fotos do Papa PAULO VI, e do Presidente KENNEDY, que representava o mundo conturbado de hoje.

4.2 - Depois de 50 dias de detenção no DOPS gaúcho, Monsenhor MARCELO CARVALHEIRA foi solto no dia 30 Dez 69, e "sob penhor moral", do Cardeal Dom VICENTE SCHERER, aguardará julgamento em liberdade. Monsenhor MARCELO CARVALHEIRA é um dos 12 indicados no inquérito realizado pelo DOPS gaúcho sobre as atividades de Frei Beto.

5. O USO DA PANFLETAGEM E DO PICHAMENTO

5.1 - Em JACUATÃO, município de PERNAMBUCO, foi distribuído em uma vila de 2.000 casas de operários o panfleto subversivo "Resistência Popular" - Órgão da Frente Revolucionária Popular - Ano 1 - Nº 1 - Dez de 1969.

O panfleto se apresenta como "o primeiro número de um jornal dedicado a luta armada revolucionária do povo brasileiro contra a minoria reacionária dominante".

Cada exemplar do panfleto continha apenas um envelope destinado a coletar donativos para financiamento da "Frente Revolucionária Popular".

5.2 - Em NATAL, RN, foram difundidos pelo PC do B os boletins subversivos intitulados "Soldados, Marinheiros" e "Classe Operária". No primeiro, acusam os oficiais das FFAA de "verdugos do povo" e conclamam às mãos brasileiras a "erguerem a voz para denunciar os crimes da ditadura e a sua política de fome". No segundo, os comunistas tecem considerações sobre:

- "A campanha salarial na GUANABARA"
- "Avançam os comunistas gaúchos"
- "Episódios paulistas"
- "Na terra onde floresce o socialismo" (por NAURÍCIO GRABOIS)


CONFIDENCIAL

ANEXO 98 – SNI – TRADIÇÃO, FAMÍLIA, PROPRIEDADE (TFP)

CONFIDENCIAL

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA RIO DE JANEIRO
ENCAMINHAMENTO Nº 485 / 320 / ARJ/ 80

1/83



DATA : 27 Out 80
 ASSUNTO : PUBLICAÇÃO "CATHOLICISM" (nº duplo 355-356, de Jul/Ago 80)
 REFERÊNCIA: INFORMAÇÃO Nº 037/320/ARJ/80, de 28 Mai
 ORIGEM :
 DIFUSÃO ANT. :
 DIFUSÃO : AC/SNI
 ANEXO :

1. O documento anexo, por cópia, sob o título "Noite Sand'nista de 28 de fevereiro de 1980", apresenta discursos feitos no TEATRO DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO (TUCA) no dia 28 Fev 80 e comentados por PLÍNIO CORREA DE OLIVEIRA (PCO), presidente do CONSELHO NACIONAL da organização TRADIÇÃO, FAMÍLIA, PROPRIEDADE (TFP).
2. O evento fazia parte da SEMANA DE TECNOLOGIA promovida pelo DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA do INSTITUTO DE ESTUDOS ESPECIAIS (DT/IE), da PUC/SP.

202-3812
04.11.80

TODA E QUALQUER PESSOA QUE TOMAR
CONHECIMENTO DE ASSUNTO SIGILOSO FICA
AUTOMATICAMENTE RESPONSÁVEL PELA
MANUTENÇÃO DE SEU SIGILO.
(ART. 12 DO DEC. Nº 79099/77 - RAS)

CONFIDENCIAL

DMF/RJ

GRÁFICA 033470

ANEXO 100 – “VIDEOTAPE DE OPERAÇÕES SUBVERSIVAS DE PADRES”

CPAC

CONFIDENCIAL

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA REGIONAL DE SÃO PAULO

117-PRATICA DE 837 /AUT/ASP

DATA : 27 Nov 69

ASSUNTO : "Video-Tape"

REFERÊNCIA : -

DIFUSÃO : 40

CÍSCIA 132/69

S.N.I.

AGÊNCIA CENTRAL

010785 - 11213

PROTOCOLADO

31519

- Com a prisão dos religiosos envolvidos em subversão e terrorismo, decidiu o DOPR/SP gravar um video-tape, onde os mesmos narrassem suas atividades. Em cerca de 40 minutos desfilam:
 - (1a) Giorgi Callegari ("Norberto"), que narra suas atividades de difusão ideológica e de cobertura na Mirrarria Das Cidades.
 - (2a) Ex-Frei João Antônio Caldas Valença, que conta como dava assistência a subversivos.
 - (3a) Frei Tito de Alencar, líder estudantil, facia/levantamentos "políticos e religiosos". Levantou o Nordeste. Conhecia profundamente a liderança de Carlos Mariquella. Fazia contactos com "Teodoro".
 - (4a) Frei Ives do Amaral Lespachini, que descreve / como desembarque e fluência por menores da Organização.
 - (5a) Frei Fernando de Britto, que acrescenta novas / detalhes à narrativa. Participou da agitação no Governador Botré, na Praça da Sé, no dia 1a de maio / de 1968.
- As tomadas foram feitas em "close", não aparecendo o interrogador. A técnica é um tanto deficiente, com sons estranhos. Mas o que falta em arte, é compensado pela espontaneidade e cínismo dos narradores e detalhes das narrativas.
- Na certa preocupação das autoridades da Secretaria / da Segurança em tirar-se o máximo proveito da gravação, em

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

Continuação

têrmas de opinião pública. Recesia que uma apresentação inoportuna ou mal dirigida possa gerar um / grande impacto, capaz de gerar até repercussões negativas. Esta Chefia continua dessas preocupações.

4. Por fase ativo "stage" tem sido exibido em sessões especiais a personalidades civis e militares, inclusive eclesiásticas. Na noite de 24 foi exibido no Palácio Pichelli aos Cardeais ROSSI (S. Paulo), D. EUGÊNIO SALLES (Bahia) (que fez muitas perguntas), Rômulo Apostólico (que cochilou durante a projeção), um bispo do Piauí e outros prelados. O Dr. Benedito Nunes Dias, Diretor do IUPERJ apresentou o "stage" e forneceu esclarecimentos posteriores.


Recebido de C-4 e encaminhado a Comissão de Defesa do Brasil

CONFIDENCIAL

ANEXO 101 – MOVIMENTO RELIGIOSO PELA INTERVENÇÃO MILITAR



ANEXO 102 – RÁDIOS CATÓLICAS MONITORADAS PELO SNI

ASP/SNI		CONFIDENCIAL
201201	010062	
ACE	PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES AGÊNCIA DE SÃO PAULO	
INFORME Nº 262 ¹ / 129 JASPI 11		
DATA:	30 OUT 81	
ASSUNTO:	EXIBIÇÃO DE RÁDIO UTILIZADAS POR GRUPOS CATÓLICOS	
REFERÊNCIA:	DELEN 187/16/AC-81, DE 11 AGO	
ORIGEM:	ASP/OUT	
AValiação:	A-1	
DIFUSÃO ANTERIOR:		
DIFUSÃO:	AC/OUT	
ANEXOS:	Cópia anexa de roteiros de programas religiosos: "O E TERÇO EM SUA VIDA". (6)	
<p>Na Área de SÃO PAULO, a Igreja Católica, através dos padres redentoristas, figura como proprietária das Rádio eiras Católicas de RÁDIO APARECIDA, localizada na cidade de APARECIDA/SP e utiliza-se ainda de RÁDIO AMÉRICA S/A, cuja sede social está situada na Rua Or. Pinto Ferraz, 183, Capital e de RÁDIO EXCELSIOR para a transmissão de programas religiosos.</p> <p>Tais órgãos de comunicação social transmitem a seguinte programação religiosa:</p> <p><u>RÁDIO APARECIDA</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - ORAÇÃO DA MANHÃ; - OS PONTIFICES; - MISSAGENS; - SAGRADA ESCRITURA; - CONSAGRAÇÃO NOSSA SENHORA APARECIDA; - CAMINHO, VERDADE E VIDA. 		
CONFIDENCIAL		

ANEXO 103 - CLERO SUBVERSIVO

O original deste documento (com 1 folha) foi apresentado parcialmente ilegível para microfilmagem, não sendo possível sua leitura completa em original nem na microfilme.

A T E N Ç Ã O

Ministério da Administração
Quarta Zona Administrativa
Estado Maior - 1ª Região

CONFIDENCIAL 11531

1. Assunto CLERO SUBVERSIVO
2. Origem CAN SENE
3. Classificação B-1
4. Dileto NSIRA - III EX - BONS - BAGO - DEMAR FL - BR/RS
SET/RS - DPT/RS - SUL/APA
5. Classificação Anterior B-1
6. Dileto Anterior EMAR - CONGEL SINGO - ADIAS RAYNES
7. Referência RD 07/AN/1311 CONGEL-5 e INPE 26/CAN SENE

INFORME N 81 /AT - 3 R M
19 NOV 69

ANEXO 5530
Nº 070 / 36 2 69

- 1 - Padre DARIO UBILLA, jesuíta, jornalista, é a figura mais importante dos Tupamaros. É superior a D. MELDER. Teve contato com Marighella, Lamas e outros. Esteve no Brasil com o Deputado comunista Uruguai GOLLAS, onde fez levantamentos para mapas, de todo o Nordeste e ab um plano de ação.

UBILLA é técnico em explosivos e inclusive dá aulas.

Ajudou realmente a Nenes. Esteve também com Che Guevara. Está sempre em viagens. Recibe pessoas através de colégios e mesmo assim, submete-as a interrogatório e revista pessoalmente, apesar de ter sempre uma guarda pessoal. É muito metódico e exigente. Seleciona o pessoal a ser usado em sequencia de ação revolucionária.

Sabe mais ou menos a Dr. Gastone Pellegrini Giampietro, sequestrado de a 70 dias. Sabe sempre de que acontece com subversivos na Polícia e FFAA.

- 2 - Padre PEDRO RAUL SILVA, pároco de Durango, é de sequencia esquerdista.
3 - Em Rivera há a Paróquia Santo Domingo, do clero secular, e militam os padres Verfassung, Bati e Dario (não é Dario Ubilla). Tem ligação com o clero brasileiro e mesmo paróquia é que esteve alojado o padre IVO. Têm ligação com Marighella e Lamas. Também na paróquia da igreja Matriz em Rivera, militam os padres Litsencourt e Trigueiro (este fazendo um curso em Porto Alegre).
4 - O padre Aluísio, de Livramento, se reúne com todos os padres citados em 3, em Rivera.
5 - Dentre as várias missões, os padres de Rivera e Livramento procuram saber quem são os informantes do Serviço Secreto Brasileiro. Consta que plotaram um tal SALIN e ficharam-no como informante e também de no de um Pêto Ipiranga.

CONFIDENCIAL

SNI - APA
Pêto Ipiranga
4029
Em 19 / NOV / 69

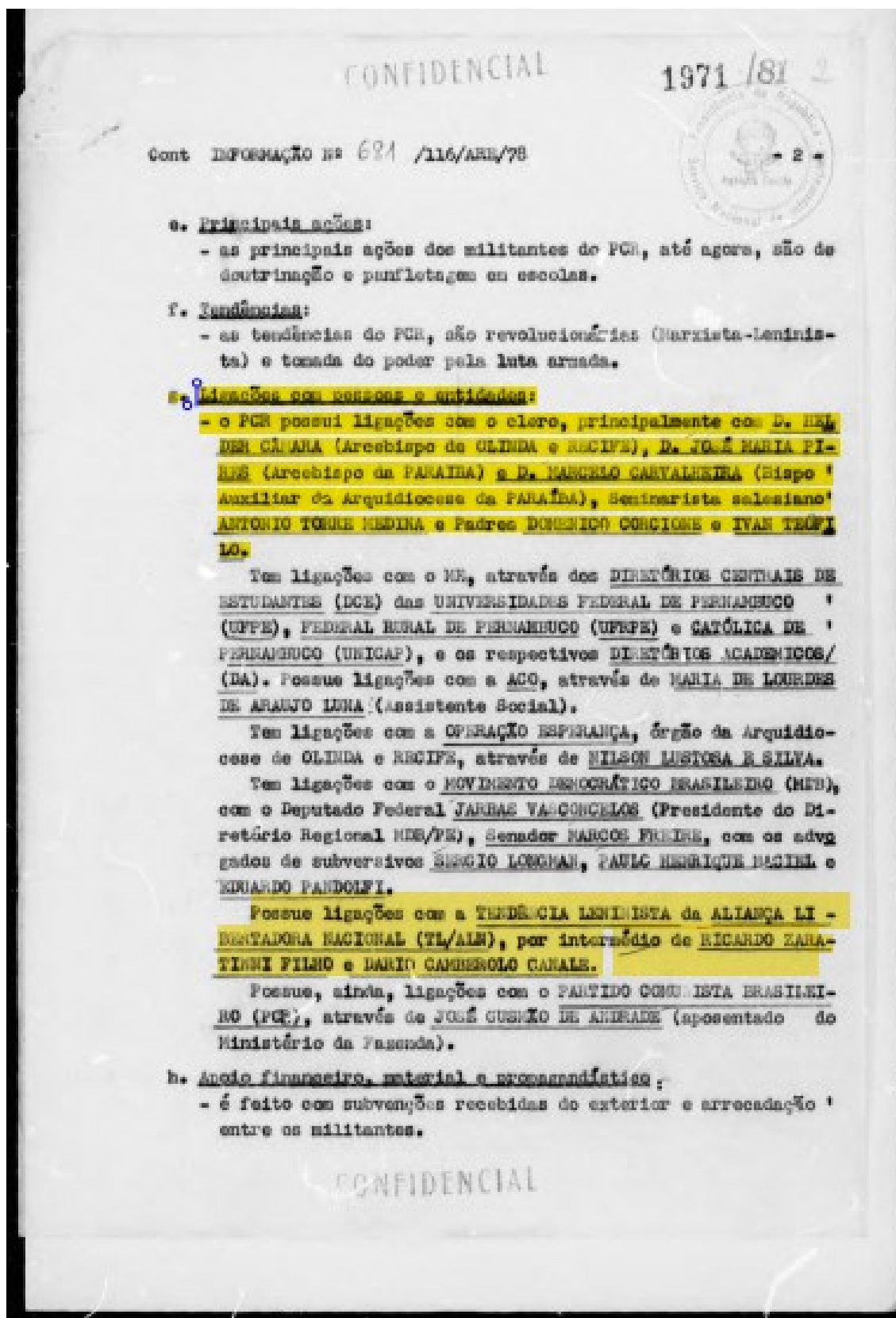
ANEXO 104 – AÇÃO DE PADRES SUBVERSIVOS NO MEIO RURAL

CONFIDENCIAL		003
Ficha 806/CISA MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA (Continuação da) INFORMAÇÃO nº 046 89/CISA-BR		
<p>diões e fazendeiros em verdadeira guerra, causando sucessivos incidentes entre os litigantes.</p> <p>6 - Os ataques de índios a agricultores, os saques e as mortes de peões e posseiros, os seqüestros e as violências instigadas pelos padres não são registrados nos grandes jornais do país. Porém, quando ocorre a morte ou a prisão de um subversivo padre, que se envolveu normalmente nestes atritos, o fato é intensamente explorado pelas Imprensas Nacional e Internacional, com profundos prejuízos para a imagem do Governo brasileiro, tanto em âmbito nacional como internacional.</p> <p>7 - Os pronunciamentos da CNBB, da Comissão Pastoral da Terra e do Conselho Indigenista Missionário, geralmente deturpados, dão impressões distorcidas do problema, pois neles se utiliza, com rara eficiência, a técnica das meias verdades, da qual os marxistas são mestres.</p> <p>8 - O conteúdo de tais documentos é rapidamente transmitido pela Rádio Havana, Rádio Praga Internacional, Rádio Tirana da Albânia em programas especiais para o Brasil, em língua portuguesa, e editados pelos principais jornais da Europa, principalmente os ligados ao MCI, como Le Monde, L'Humanité e L'Unité, além dos órgãos oficiais do Vaticano, que os endossam totalmente.</p> <p>9 - As acusações sempre fapciosas, nunca se restringem aos fatos e se estendem a toda estrutura política, social e econômica vigente, atingindo, implicitamente, a todos quantos dirigem, sustentam ou defendem esta estrutura.</p> <p>10- No recente incidente de São Geraldo, na localidade de Perdidos, no qual dois soldados da PM do Pará foram abatidos por posseiros, agüdados pelo Bispo de Conceição de Araguaia, D. ESTEVÃO CARDOSO AVELAR e pelo Pe. FLORENTINO HARBONI - que além de fazer graves acusações a infiltração marxista no clero declarou, ante inúmeras testemunhas, inclusive jornalistas, que não foi torturado e agradeceu o tratamento recebido ao Encarregado do IPI - o procedimento da imprensa internacional e grande parte da imprensa nacional foi idêntico ao incidente de Herure. Por outro lado, a entrega recente pelo INCRA, de mais de 800 títulos de</p>		
CONFIDENCIAL		- CONTINUA -

ANEXO 105 – ATIVIDADES DE GRUPOS RELIGIOSOS

CONFIDENCIAL	
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES AGÊNCIA GOIÂNIA	
INFORMAÇÃO Nº 077/19/AGO/SNI/83	
(AGE. 7395/83)	
DATA	: 28 OUT 83
ASSUNTO	: ATIVIDADES DE GRUPOS RELIGIOSOS - 4.6
REFERÊNCIA	: I. FMI (Período de ABR a OUT 83) II. INFO Nº 19/19/AGO/SNI/83 (AGE Nº 6477/83)
DIFUSÃO	: AC/SNI
<p>4.6.1. Atuação de Grupos Religiosos. Pensamento, Infiltração e Ação. Infiltrações, nos campos político, econômico e social, contrárias ou favoráveis à Política Governamental. Classes sociais e categorias profissionais mais influenciadas.</p> <p>1. A Associação do Espírito Santo para Unificação do Cristianismo Mundial, popularmente conhecida como Seita do Reverendo MOON, lançou em GOIÂNIA/GO, no dia 10 MAI 83, uma campanha de divulgação da religião unificadora, com o objetivo de conquistar novos adeptos. Essa Igreja, que tem como uma de suas características mais marcantes o combate ao comunismo, promoveu a difusão do livro: "Comunismo: Crítica e Contraproposta".</p> <p>2. Realizou-se, no Ginásio de Esportes Rio Vermelho, em GOIÂNIA/GO, no período de 12 a 14 AGO 83, o primeiro encontro da Juventude das Assembleias de Deus de GOIÂNIA/GO. O encontro, que contou em sua programação com estudos bíblicos, palestras de "evangelismo e louvores", teve por objetivo aumentar o conhecimento da palavra de Deus e o comprometimento entre os jovens cristãos.</p> <p>3. A Filosofia logosófica, que pode ser explicada como uma doutrina onde as pessoas aprendem a encarar a vida de uma forma mais realista e metódica, vem sendo divulgada pelos jornais de GOIÂNIA/GO, onde sempre aparece na forma de chamamento para os lançamentos de livros referentes a essa filosofia. No dia 03 SET 83, a Fundação Logosófica de GOIÂNIA/GO, localizada na Rua 17-A Nº 959, no Setor Aeroporto, promoveu uma palestra proferida pelo Professor FRAN CESCO LIBERATO PÓVOA FILHO, de BELO HORIZONTE/MG, cujo tema foi o seguinte:</p>	
CONFIDENCIAL	

ANEXO 106 – LIGAÇÕES DO CLERO COM O COMUNISMO



ANEXO 107 – CHARGE NO JORNAL HORA DO POVO



ANEXO 108 – BRASIL AME-O OU DEIXE-O



ANEXO 109 – BRASIL AME-O OU DEIXE-O



ANEXO 110 – DOM PAULO EVARISTO ARNS

APÊNDICE A – CATEGORIZAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA

ANO	FINALIDADE	LOCAL	APOIO OU RESISTÊNCIA	ASSUNTO PRINCIPAL
1964	MOBILIZAÇÃO POPULAR	SÃO PAULO	APOIO	MARCHA DA FAMÍLIA COM DEUS PELA LIBERDADE
1964	RELATAR AO REGIME MILITAR	SÃO PAULO	APOIO	MARCHA DA FAMÍLIA COM DEUS PELA LIBERDADE
1964	MOBILIZAÇÃO POPULAR	RIO DE JANEIRO	APOIO	MARCHA DA VITÓRIA
1964	MOBILIZAÇÃO POPULAR	MINAS GERAIS	APOIO	MARCHA DA VITÓRIA
1970	RELATAR AO REGIME MILITAR	PARÁ	APOIO	JUVENTUDE ESTUDANTIL CATÓLICA
1964	MOBILIZAÇÃO POPULAR	SÃO PAULO	APOIO	SOCIEDADE CIVIL APOIA OS MILITARES
1964	MOBILIZAÇÃO POPULAR	RIO DE JANEIRO	APOIO	MULHER CARIOCA PREPARA A MARCHA DA FAMÍLIA NO DIA 2, DA CANDELÁRIA À ESPLANADA
1964	MOBILIZAÇÃO POPULAR	RIO DE JANEIRO	APOIO	MARCHA DA FAMÍLIA: ONIBUS DOS BAIRROS
1964	MOBILIZAÇÃO POPULAR	RIO DE JANEIRO	APOIO	NA MARCHA DA FAMÍLIA O CARIOCA EXPRESSARÁ SEU REPÚDIO AO COMUNISMO
1964	MOBILIZAÇÃO POPULAR	SÃO PAULO	APOIO	SÓ HINOS RELIGIOSOS E PATRIÓTICOS NA MARCHA
1964	MOBILIZAÇÃO POPULAR	RIO DE JANEIRO	APOIO	ESTADOS PREPARAM AS CARAVANAS À MARCHA DA FAMÍLIA NO DIA 2
1984	RELATAR AO REGIME MILITAR	RIO DE JANEIRO	RESISTÊNCIA	LÍDERES DA MARCHA DESENCANTADAS COM O REGIME MILITAR
1964	MOBILIZAÇÃO POPULAR	SÃO PAULO	APOIO	MOBILIZA-SE O INTERIOR NO REPÚDIO AO COMUNISMO
1965	MOBILIZAÇÃO POPULAR	SÃO PAULO	APOIO	IGREJA CATÓLICA E AS LIBERDADES MODERNAS
1965	MOBILIZAÇÃO POPULAR	SÃO PAULO	APOIO	CADEAL MOTTA INTERPRETA A CIRCULAR DOS BISPOS
1985	REPRESSÃO MILITAR	RIO DE JANEIRO	RESISTÊNCIA	ARCEBISPO INTIMADO EM PROCESSO JUDICIAL

1985	REPRESSÃO MILITAR	SÃO PAULO	RESISTÊNCIA	PERSEGUIÇÃO A PERSONAGENS DA IGREJA CATÓLICA
1969	REPRESSÃO MILITAR	RIO DE JANEIRO	RESISTÊNCIA	EXÉRCITO CERCA E INVADE CASA DE BISPO À CATA DE SUBVERSÃO
1964	MOBILIZAÇÃO POPULAR	SÃO PAULO	APOIO	MARCHA DA FAMÍLIA DUROU QUATRO HORAS
1964	MOBILIZAÇÃO POPULAR	SÃO PAULO	APOIO	MARCHA DA VITÓRIA
1964	MOBILIZAÇÃO POPULAR	SÃO PAULO	APOIO	UM MILHÃO DE PESSOAS FORAM ÀS RUAS REPUDIAR O COMUNISMO NA GRANDE MARCHA DA FAMÍLIA
1965	MOBILIZAÇÃO POPULAR	SÃO PAULO	RESISTÊNCIA	SUA SANTIDADE PASSA SERMÃO EM FIGUEIRADO
1964	MOBILIZAÇÃO POPULAR	PARAÍBA	APOIO	FIDELIDADE DE CAMPINA À DEMOCRACIA
1964	MOBILIZAÇÃO POPULAR	RIO DE JANEIRO	APOIO	COM DEUS PELA FAMÍLIA
1964	MOBILIZAÇÃO POPULAR	PERNAMBUCO	APOIO	A MARCHA EM RECIFE
1964	MOBILIZAÇÃO POPULAR	GOIÁS	APOIO	GOIÁS MARCHOU COM DEUS PELA LIBERDADE
1967	LUTAR PELA LIBERDADE	SÃO PAULO	RESISTÊNCIA	CARDEAL AGNELO: IGREJA É QUE FIXA SEU CAMINHO
1968	REPRESSÃO MILITAR	SÃO PAULO	RESISTÊNCIA	SUBVERSÃO EM MINAS
1979	REPRESSÃO MILITAR	BRASÍLIA	RESISTÊNCIA	A ATUAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES SUBVERSIVAS E DO CLERO CATÓLICO NO PAÍS
1985	RESISTÊNCIA AO GOVERNO MILITAR	SÃO PAULO	RESISTÊNCIA	BRASIL ASSINA A CONVENÇÃO CONTRA A TORTURA
1969	REPRESSÃO MILITAR	BELO HORIZONTE	RESISTÊNCIA	ATIVIDADES SUBVERSIVAS DE MEMBROS DA IGREJA CATÓLICA
1969	REPRESSÃO MILITAR	BELO HORIZONTE	RESISTÊNCIA	ARTICULAÇÃO DO MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO NA IGREJA CATÓLICA
1985	DENÚNCIA CONTRA CRIMES DE VIOLÊNCIA	SÃO PAULO	RESISTÊNCIA	ARQUIDIOCESE DIVULGA NOMES DE TORTURADORES
1985	RESISTÊNCIA AO GOVERNO MILITAR	SÃO PAULO	RESISTÊNCIA	OS TORTURADORES: IGREJA APONTA TORTURADORES

1985	RESISTÊNCIA AO GOVERNO MILITAR	SÃO PAULO	RESISTÊNCIA	444 NOMES LEVANTADOS PELO PROJETO "BRASIL NUNCA MAIS"
1985	APOIO AO GOVERNO MILITAR	PERNAMBUCO	APOIO	GOVERNO FAZ DEFESA DE ACUSADO DE TORTURA
1969	APOIO AO GOVERNO MILITAR	RIO DE JANEIRO	APOIO	MARCHA DA VITÓRIA FAZ CINCO ANOS
1969	MOBILIZAÇÃO POPULAR	RIO DE JANEIRO	APOIO	CAMDE EXALTA O 31 DE MARÇO
1969	APOIO AO GOVERNO MILITAR	RIO DE JANEIRO	APOIO	MARCHA DA FAMÍLIA COM DEUS: 5º ANIVERSÁRIO
1985	RESISTÊNCIA AO GOVERNO MILITAR	SÃO PAULO	RESISTÊNCIA	PASTOR SURGERE REVER LEI DE ANISTIA PARA PUNIR TODOS OS TORTURADORES
1969	RESISTÊNCIA AO GOVERNO MILITAR	RIO DE JANEIRO	RESISTÊNCIA	D. AGNELO: COMUNISTAS NÃO SE UTILIZAM DE SACERDOTES
1971	REPRESSÃO MILITAR	BAHIA	RESISTÊNCIA	DOCUMENTO SOBRE TORTURA
1985	RESISTÊNCIA AO GOVERNO MILITAR	SÃO PAULO	RESISTÊNCIA	O PREFEITO, O CORONEL E A ARQUIDIOCESE
1976	REPRESSÃO MILITAR	BRASÍLIA	RESISTÊNCIA	ATIVIDADES DA ESQUERDA CLERICAL NA PARAÍBA
1976	RESISTÊNCIA AO GOVERNO MILITAR	PARAÍBA	RESISTÊNCIA	ARCEBISPADO DE JOÃO PESSOA DEFENDE DIREITOS HUMANOS DE MENORES E TRABALHADORES
1964	MOBILIZAÇÃO POPULAR	RIO DE JANEIRO	APOIO	MARCHA DA FAMÍLIA COM DEUS PELA LIBERDADE
1964	MOBILIZAÇÃO POPULAR	RIO DE JANEIRO	APOIO	MOBILIZA-SE ALÉM PARAÍBA PARA COMBATER O COMUNISMO
1964	MOBILIZAÇÃO POPULAR	RIO DE JANEIRO	APOIO	SENHORAS PAULISTAS DURANTE UMA REUNIÃO PREPARATÓRIA DA MARCHA DA FAMÍLIA COM DEUS PELA LIBERDADE
1964	MOBILIZAÇÃO POPULAR	SÃO PAULO	APOIO	UM MILHÃO DE PESSOAS NA MARCHA DA FAMÍLIA

1964	APOIO AO GOVERNO MILITAR	RIO DE JANEIRO	APOIO	LANÇADA A SEMENTE
1974	RESISTÊNCIA AO GOVERNO MILITAR	SÃO PAULO	RESISTÊNCIA	RELAÇÕES ENTRE A IGREJA E O ESTADO. ENTREVISTA DO ARCEBISPO DE SÃO PAULO, CARDEAL EVARISTO ARNS
1974	RELATAR AO REGIME MILITAR	SÃO PAULO	RESISTÊNCIA	ACUSAÇÃO DE COMUNISMO À IGREJA NO BRASIL
1964	MOBILIZAÇÃO POPULAR	RIO DE JANEIRO	APOIO	A MARCHA DA FAMÍLIA EMPOLGA TODOS OS SETORES DA POPULAÇÃO
1974	RESISTÊNCIA AO GOVERNO MILITAR	SÃO PAULO	RESISTÊNCIA	APOIO DOS EUA À CNBB
1969	REPRESSÃO MILITAR	RIO DE JANEIRO	RESISTÊNCIA	ATIVIDADES SUBVERSIVAS DE PADRES CATÓLICOS
1969	RELATAR AO REGIME MILITAR	RIO DE JANEIRO	RESISTÊNCIA	ATIVIDADES DE PADRES
1964	APOIO AO GOVERNO MILITAR	PARANÁ	APOIO	APOTEOSE À DEMOCRACIA EM LOMDRINA
1978	RESISTÊNCIA AO GOVERNO MILITAR	SÃO PAULO	RESISTÊNCIA	JUSTIÇA CONDENA DELEADO QUE MATOU POR TORTURA EM S. PAULO
1978	RESISTÊNCIA AO GOVERNO MILITAR	SÃO PAULO	RESISTÊNCIA	CRM JULGA O MÉDICO QUE ESTEVE ENVOLVIDO NO CASO RUBENS PAIVA
1969	REPRESSÃO MILITAR	BRASÍLIA	RESISTÊNCIA	SUBVERSÃO NA IGREJA
1969	REPRESSÃO MILITAR	SÃO PAULO	RESISTÊNCIA	ATIVIDADES DO CLERO SANTISTA
1964	APOIO AO GOVERNO MILITAR	SÃO PAULO	APOIO	O USO DO NOME DE “DEUS” EM APOIO AOS MILITARES
1978	REPRESSÃO MILITAR	PARÁ	RESISTÊNCIA	ATIVIDADES SUBVERSIVAS
1978	RESISTÊNCIA AO GOVERNO MILITAR	BRASÍLIA	RESISTÊNCIA	ATIVIDADES SUBVERSIVAS EDIÇÃO Nº 7 DO JORNAL RESISTENCIA. ORGÃO NOTICIOSO DA SOCIEDADE PARAENSE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

1978	REPRESSÃO MILITAR	PARÁ	RESISTÊNCIA	ATIVIDADES SUBVERSIVAS
1969	RESISTÊNCIA AO GOVERNO MILITAR	SÃO PAULO	RESISTÊNCIA	FREIRAS E PADRES MANIFESTAM CONTRA A DITADURA
1968	RESISTÊNCIA AO GOVERNO MILITAR	RIO DE JANEIRO	RESISTÊNCIA	ATIVIDADES SUBVERSIVAS NA IGREJA CATÓLICA
1968	RESISTÊNCIA AO GOVERNO MILITAR	RIO DE JANEIRO	RESISTÊNCIA	APRESENTAR A ATUAL SITUAÇÃO DO IPM AS ATIDADES SUBVERSIVAS DA IGREJA CATÓLICA.
1968	RESISTÊNCIA AO GOVERNO MILITAR	RIO DE JANEIRO	RESISTÊNCIA	IPM SOBRE ATIVIDADES SUBVERSIVAS NA IGREJA CATÓLICA
1980	RESISTÊNCIA AO GOVERNO MILITAR	BRASÍLIA	RESISTÊNCIA	D. AGNELO ROSSI - MATÉRIA PARA CONTRA-PROPAGANDA
1979	REPRESSÃO MILITAR	BRASÍLIA	RESISTÊNCIA	SUBVERSÃO PRATICADA POR MEMBROS DA IGREJA CATÓLICA
1968	RESISTÊNCIA AO GOVERNO MILITAR	RIO DE JANEIRO	RESISTÊNCIA	IRREGULARIDADES PRATICADAS PELA IGREJA CATÓLICA
1975	RESISTÊNCIA AO GOVERNO MILITAR	RIO DE JANEIRO	RESISTÊNCIA	PREGAÇÃO SUBVERSIVAS NA IGREJA CATÓLICA
1979	REPRESSÃO MILITAR	BRASÍLIA	RESISTÊNCIA	A IGREJA CATÓLICA E OS COMUNISTAS
1980	RESISTÊNCIA AO GOVERNO MILITAR	PARÁ	RESISTÊNCIA	MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL CONTROLADOS PELA IGREJA CATÓLICA
1976	REPRESSÃO MILITAR	RIO DE JANEIRO	RESISTÊNCIA	CAMPANHA DA FRATERNIDADE DA IGREJA CATÓLICA DE NOVA IGUAÇU
1980	RESISTÊNCIA AO GOVERNO MILITAR	RIO DE JANEIRO	RESISTÊNCIA	RELACINAMENTO DA IGREJA CATÓLICA E O PCB
1979	REPRESSÃO MILITAR	PIAUÍ	RESISTÊNCIA	PERSEGUIÇÃO Á IGREJA CATÓLICA
1969	RESISTÊNCIA AO GOVERNO MILITAR	SÃO PAULO	RESISTÊNCIA	ATIVIDADES SUBVERSIVAS DE FRADES DOMINICAMOS
1969	APOIO AO GOVERNO MILITAR	BELO HORIZONTE	APOIO	FOLHETOS DISTRIBUIDOS NA IGREJA DO CARMO
1971	REPRESSÃO MILITAR	SÃO PAULO	RESISTÊNCIA	PEDIDO DE BUSCA DE IRMÃ TEREZA

1971	REPRESSÃO MILITAR	SÃO PAULO	RESISTÊNCIA	CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL (CRB) MADRE IRANY VIDAL BASTOS
1968	REPRESSÃO MILITAR	BRASÍLIA	RESISTÊNCIA	PRISÃO DOS PADRES EM BELO HORIZONTE
1971	RESISTÊNCIA AO GOVERNO MILITAR	RIO DE JANEIRO	RESISTÊNCIA	DENÚNCIA CONTRA PADRES
1968	REPRESSÃO MILITAR	SÃO PAULO	RESISTÊNCIA	DIREITOS HUMANOS A TORTURA CONTRA PRESOS COMUNS NO BRASIL É ENDEMIKA
1968	REPRESSÃO MILITAR	SÃO PAULO	RESISTÊNCIA	SNI NEGARÁ PEDIDO DE DADOS SOBRE DESAPARECIDOS
1969	RESISTÊNCIA AO GOVERNO MILITAR	SÃO PAULO	RESISTÊNCIA	DOM PAULO E PASTOR WRIGHT RECEBEM PRÊMIO NOS EUA
1978	REPRESSÃO MILITAR	SÃO PAULO	RESISTÊNCIA	REPRESSÃO NA IGREJA DO BRASIL
1969	REPRESSÃO MILITAR	BRASÍLIA	RESISTÊNCIA	D. HELDER CÂMARA
1979	REPRESSÃO MILITAR	SÃO PAULO	RESISTÊNCIA	PUBLICAÇÃO REPRESSÃO NA IGREJA NO BRASIL
1973	REPRESSÃO MILITAR	ESPIRITO SANTO	RESISTÊNCIA	RESISTÊNCIA DA IGREJA CATÓLICA
1979	REPRESSÃO MILITAR	GOIÁS	RESISTÊNCIA	DENÚNCIAS DE TORTURAS - FREI TITO DE ALENCAR LIMA
1977	RESISTÊNCIA AO GOVERNO MILITAR	SÃO PAULO	RESISTÊNCIA	CARTA DO DEPUTADO ÁLVARO VALE A D. EVARISTO ARNS
1975	REPRESSÃO MILITAR	BRASÍLIA	RESISTÊNCIA	PANFLETO “NÃO OPRIMAS TEU IRMÃO”
1975	REPRESSÃO MILITAR	SÃO PAULO	RESISTÊNCIA	NÃO OPRIMAS TEU IRMÃO
1969	REPRESSÃO MILITAR	PERNAMBUCO	RESISTÊNCIA	O CLERO NO QUADRO SUBVERSIVO
1980	RESISTÊNCIA AO GOVERNO MILITAR	RIO DE JANEIRO	RESISTÊNCIA	SNI TRADIÇÃO, FAMÍLIA, PROPRIEDADE (TFP)
1980	RESISTÊNCIA AO GOVERNO MILITAR	RIO DE JANEIRO	RESISTÊNCIA	NOITE SANDINISTA
1969	REPRESSÃO MILITAR	SÃO PAULO	RESISTÊNCIA	VIDEOTAPE DE OPERAÇÕES SUBVERSIVAS DE PADRES
1964	APOIO AO GOVERNO MILITAR	SÃO PAULO	APOIO	MOVIMENTO RELIGIOSO PELA INTERVENÇÃO MILITAR

1981	REPRESSÃO MILITAR	SÃO PAULO	APOIO	RADIO CATÓLICA MONITORADAS PELO SNI
1969	REPRESSÃO MILITAR	BRASÍLIA	RESISTÊNCIA	CLERO SUBVERSIVO
1968	REPRESSÃO MILITAR	PARÁ	RESISTÊNCIA	ACÃO DE PADRES SUBVRSIVOS NO MEIO RURAL
1983	REPRESSÃO MILITAR	GOIÁS	APOIO	ATIVIDADE DE GRUPOS RELIGIOSOS
1978	REPRESSÃO MILITAR	PERNAMBUCO	APOIO	LIGAÇÕES DO CLERO COM O COMUNISMO
1985	RESISTÊNCIA AO GOVERNO MILITAR	BRASÍLIA	RESISTÊNCIA	CHARGE NO JORNAL HORA DO POVO

Fonte: Elaborada pela autora (2025).